

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**MÁRCIA APARECIDA VITORELLO**

**A MÃE NA DOBRADIÇA: A FUNÇÃO EDUCATIVA DA MATERNIDADE EM  
FAMÍLIAS MONOPARENTAIS FEMININAS CONTEMPORÂNEAS**

**Porto Alegre**

**2013**

**MÁRCIA APARECIDA VITORELLO**

**A MÃE NA DOBRADIÇA: A FUNÇÃO EDUCATIVA DA MATERNIDADE EM  
FAMÍLIAS MONOPARENTAIS FEMININAS CONTEMPORÂNEAS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutora em Educação.

**Orientadora:**  
**Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Nastrovsky Folberg**

**Porto Alegre**

**2013**

CIP - Catalogação na Publicação

Vitorello, Márcia Aparecida

A mãe na dobradiça: a função educativa da maternidade em famílias monoparentais femininas contemporâneas / Márcia Aparecida Vitorello. -- 2013. 238 f.

Orientadora: Maria Nestrovsky Folberg.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, BR-RS, 2013.

1. Representações da maternidade. 2. Configuração familiar monoparental. 3. Subjetividade. 4. Feminilidade. 5. Psicanálise. I. Folberg, Maria Nestrovsky, orient. II. Título.

**MÁRCIA APARECIDA VITORELLO**

**A MÃE NA DOBRADIÇA: A FUNÇÃO EDUCATIVA DA MATERNIDADE EM  
FAMÍLIAS MONOPARENTAIS FEMININAS CONTEMPORÂNEAS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutora em Educação.

**Orientadora:**  
**Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Nestrovsky Folberg**

Aprovada em 25 de fevereiro de 2013.

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Nestrovsky Folberg - Orientadora

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Tânia Beatriz Iwasko Marques - PPGEDU/UFRGS

---

Prof. Dr. Eduardo Ely Mendes Ribeiro – APPOA

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Martha Marlene Wankler Hoppe - UERGS



Ilustração da série televisiva americana *Gilmore Girls*. Em português, *Tal mãe, tal filha*.



Dobradiça

*Para Roberta, minha filha, amada,  
que me ensina, no dia a dia, a ser mãe.*

## AGRADECIMENTOS

À Professora Dra. Maria Nestrovsky Folberg, minha orientadora, pelo acolhimento, pelo carinho e respeito durante todo esse percurso, o que tornou possível a realização deste trabalho.

À Professora Carmem Craidy, que me apresentou com competência à Nobert Elias e me reconduziu com entusiasmo aos estudos de Hannah Arendt.

Aos colegas do grupo de pesquisa e especialmente à Gisele Braga, à Viviane Silveira e à Karine Ribas pela amizade, afeto e trocas valiosas nessa trajetória.

À Rose Paim, pelo cuidado, por sua disponibilidade constante em socorrer nas dificuldades e compartilhar as alegrias.

À Roséli Cabistani, pelas contribuições preciosas na elaboração da tese, pela parceria e amizade desenvolvidas ao longo desse percurso.

À Lori Krasner, amiga incansável, cujo apoio e incentivo fundamentais no dia a dia permitiram levar adiante essa empreitada.

À minha mãe, que sempre me impulsionou a ir além, a acreditar nas minhas possibilidades de concretização dessa tarefa. Ao meu pai (*in memoriam*), ao meu irmão e sua família.

À Marisa Rolim, secretária acadêmica do Programa de Pós-Graduação em Educação (UFRGS), pela presteza e gentileza no atendimento cotidiano.

À Jeison de Oliveira, que tornou mais leve o processo da escrita, com seu trabalho lúdico, com o seu humor.

Às mulheres-mães que participaram de forma tão generosa dessa pesquisa.

À CAPES/REUNI que viabilizou minha dedicação a esse trabalho.



## RESUMO

Esta tese investiga as representações de maternidade em mulheres situadas na configuração monoparental feminina da contemporaneidade, analisando as implicações dessas significações no exercício da maternidade. Aborda as relações entre os significados, as atribuições da maternidade e a cultura, destacando as variações nas significações do *ser mãe*, atreladas aos deslocamentos dos sentidos do *ser mulher*, no curso do processo civilizador. Investiga as representações da maternidade para compreender a subjetividade da mulher-mãe na cultura contemporânea e os modos dessa exercer a função educativa no contexto monoparental, entendendo a centralidade do Desejo da Mãe na subjetivação do filho, na transmissão da ordem simbólica e na construção da sua cidadania. A pesquisa foi realizada com cinco mulheres sem cônjuge, com filhos, através de entrevistas semiabertas, sendo esse recurso empregado desde o campo conceitual da Psicanálise. A metodologia adotada foi a da pesquisa psicanalítica, em que o método freudiano de investigação dirigiu a escuta e interpretação das falas dos sujeitos. Para analisar essas falas, foram destacados elementos fundamentais desse grupo cultural, emergentes nos discursos das mulheres: a mãe, o filho e o pai. A base conceitual da Psicanálise sustenta a interpretação dos discursos das mães sobre o tema da maternidade, onde o narcisismo, a feminilidade, o complexo de Édipo e o Desejo de Mãe foram os eixos teóricos interpretativos principais, tomados na análise da subjetividade feminina. Na leitura e compreensão dessa temática, também foi realizado um diálogo com outras disciplinas das Ciências Humanas. A tese indica que os significados da maternidade e os modos de ocupação do lugar parental materno dependem das vivências narcísicas, identificatórias, edípicas e da economia de gozo da mulher, em conjunção com as expectativas culturais sobre parentalidade, filiação e conjugalidade. Em relação a essas questões, o estudo aponta a presença de pontos de tensão nas experiências das mães situadas na *dobradiça*, isto é, na transição da modernidade para a pós-modernidade. Os relatos permitem dizer que a Função Paterna inscrita na mulher, o pai simbólico da mãe, é o que torna possível a limitação da onipotência materna na configuração monoparental, assim como afirmar ser o pai real um importante agente na regulação da economia libidinal nessas famílias. Este estudo questiona o suposto da emergência de um matriarcado no laço social contemporâneo e o declínio da Função Paterna, assinalando que as mudanças da posição da mulher na cultura não implicam a realização da fantasia da *mulher toda*. Por outro lado, aponta uma possível mudança na economia pulsional das mulheres, naquilo que concerne ao gozo Outro, na maternidade.

**Palavras-chave:** Representações da maternidade. Configuração familiar monoparental. Subjetividade. Função educativa materna. Desejo de Mãe. Narcisismo. Complexo de Édipo. Identificação. Feminilidade.

## ABSTRACT

This thesis investigates the representations of motherhood in women situated in the contemporary female single parent family configuration, analyzing the implications of these significations in the practice of motherhood. It approaches the relations among significances, motherhood attributions and culture, highlighting the variations in the significations of *being a mother*, linked to the displacements of the meanings of *being a woman*, along the civilizing process. It investigates the representations of motherhood in order to understand the subjectivity of the woman-mother in the contemporary culture and the ways they perform the educative function in the single parent context, understanding the centrality of Mother's Wish in the subjectivation of the child, in the transmission of the symbolic order and in the construction of their citizenship. The research was developed with five women, no spouse, with children, by the means of semi-open interviews, being this resource used from the perspective of the conceptual field of Psychoanalysis. The methodology adopted was the psychoanalytic research, in which the listening and interpretation of the subjects' speech was guided by Freud's method of investigation. In order to analyze these speeches, fundamental elements of this cultural group, emerging from the women's discourses, were highlighted: the mother, the child and the father. The conceptual basis of Psychoanalysis gives support to the interpretation of the discourses of these mothers about motherhood, where narcissism, femininity, the Oedipus complex and the Mother's Wish were the main interpretative theoretical axes, taken in the analysis of female subjectivity. In the reading and understanding of this issue, a dialogue with other subjects of the Human Sciences was also developed. The thesis indicates that the significations of motherhood and the modes of occupation of the mother's parental place depend on narcissistic, identification and oedipal experiences of the woman's *jouissance* economy, associated with cultural expectations in relation to parenthood, filiation and conjugability. In relation to these questions, the study points to the presence of tension points in the experiences of mothers situated on the hinge, that is, in the transition from Modernity to Post-Modernity. From the reports, it is possible to say that the Paternal Function inscribed in the woman, the mother's symbolic father, is what makes the limitation of maternal omnipotence possible in the single parent configuration, as well as to assert that the real father is an important agent in the regulation of the libidinal economy in these families. This study questions the supposed emergence of a matriarchy in the contemporary social bond and the decreasing of Paternal Function, pointing out that the changes of woman's position in the culture don't imply the coming true of the *whole-woman* fantasy. On the other hand, it points to a possible change in women's drive economy, concerning the Other-*jouissance*, in motherhood.

**Key words:** Motherhood representations. Single parent family configuration. Subjectivity. Maternal educative function. Mother's Wish. Narcissism. Oedipus complex. Identification. Femininity.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
1.1 PROBLEMA.....	23
1.2 QUESTÕES DE PESQUISA.....	23
<b>2 OS CAMINHOS PERCORRIDOS NA INVESTIGAÇÃO.....</b>	<b>24</b>
2.1 SOBRE O ACESSO AOS SUJEITOS DE PESQUISA.....	24
2.2 SOBRE MULHERES EM FAMÍLIAS MONOPARENTAIS FEMININAS CONTEMPORÂNEAS: O QUE DIZEM AS ESTATÍSTICAS?.....	27
<b>3 INVESTIGANDO AS MÃES: O MÉTODO PARA A REALIZAÇÃO DA PESQUISA E PARA A ANÁLISE DOS DADOS.....</b>	<b>32</b>
3.1 PARTICIPANTES.....	32
3.2 A ENTREVISTA NA PESQUISA EM PSICANÁLISE.....	33
3.3 REPRESENTAÇÃO EM PSICANÁLISE.....	37
3.4 A INTERPRETAÇÃO PSICANALÍTICA.....	47
3.5 O INCONSCIENTE ESTRUTURADO COMO UMA LINGUAGEM.....	52
<b>4 SUBJETIVIDADE EM MOVIMENTO.....</b>	<b>61</b>
4.1 A MÃE CONTEMPORÂNEA E A DOBRADIÇA.....	61
4.2 AMOR DE MÃE É INCONDICIONAL?.....	68
<b>4.2.1 Processo civilizador e subjetividade.....</b>	<b>71</b>
<b>4.2.2 As mulheres e a maternidade.....</b>	<b>80</b>
<b>4.2.3 Da mãe solteira a mãe só!.....</b>	<b>86</b>
<b>4.2.4 A mãe sozinha: desamparo versus empoderamento.....</b>	<b>99</b>
<b>5 A MÃE EDUCADORA.....</b>	<b>104</b>
5.1 O PROCESSO CIVILIZADOR E A EDUCAÇÃO.....	104
<b>5.1.1 A primeira educação e a cidadania.....</b>	<b>106</b>
<b>5.1.2 Educação das mulheres: garantia de cidadania dos filhos?.....</b>	<b>109</b>
5.2 A IMAGEM DA BOA MÃE.....	114
<b>5.2.1. A mãe educa?.....</b>	<b>123</b>
<b>5.2.2 A educação como transmissão das marcas do desejo.....</b>	<b>132</b>
<b>6. O LUGAR DO FILHO PARA A MÃE.....</b>	<b>141</b>
6.1 O FILHO NO NARCISISMO PARENTAL.....	141
6.2 A CONSTRUÇÃO DA PARENTALIDADE: A IDENTIFICAÇÃO.....	159

<b>7 FEMINILIDADE.....</b>	<b>168</b>
7.1 POSIÇÃO FEMININA.....	168
7.2 A MULHER <i>NÃO TODA</i> : A MULHER, A MÃE.....	171
7.3 O PAI NO DISCURSO DA MÃE.....	193
<b>8 CONSIDERAÇÕES FINAIS: ALGUNS LAMPEJOS NO LUSCO</b>	
<b>FUSCO.....</b>	<b>213</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>223</b>
<b>APÊNDICE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....</b>	<b>237</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como tema central **a maternidade na configuração familiar monoparental feminina da contemporaneidade.**

A temática da maternidade emergiu a partir da minha dissertação de mestrado em Psicologia Social e da Personalidade desenvolvida no Curso de Pós-Graduação em Psicologia onde discuti a subjetividade e o trabalho dos motoristas de caminhão, apontando os efeitos da organização do trabalho e dos riscos na vida desses sujeitos. Apesar do foco da pesquisa ter sido o trabalho, questões relacionadas à família surgiram. Na realidade desses trabalhadores, evidenciou-se uma situação comum: quando estavam nas estradas desejavam estar em casa (família) e quando estavam em casa desejavam estar nas estradas (viagens). Em todas as falas, a dialética da presença-ausência mostrou ser um aspecto significativo.

Aos poucos essa temática foi por mim retomada, porém desde uma nova posição. A reflexão passou a ser feita a partir da perspectiva daqueles que *ficam*, ou seja, a família dos caminhoneiros. A questão em torno da dialética da presença-ausência dos motoristas e das suas repercussões no contexto familiar surgiu como uma interrogação. Lacan (1995) refere ser através da presença-ausência que se instaura o registro do simbólico no sujeito, a partir da relação mãe-criança. Retomando o trabalho de Freud sobre o *jogo de carretel* do seu neto, o *fort-da*, Lacan coloca-o em termos do nascimento do significante. Assim, é em torno da relação de presença-ausência da mãe para a criança que surge a dimensão simbólica, ou seja, a palavra enquanto substituta da coisa. A presença-ausência é a definição do próprio significante<sup>1</sup> marcado por estar lá onde há falta. Por sua função simbólica, o significante mostra ser um elemento que determina o discurso e o destino dos sujeitos. No caso dos condutores e de suas famílias, o significante *viagens* produz marcas singulares nos modos como são e como vivem.

A partir da dialética da presença-ausência dos motoristas de caminhão e dos efeitos de sentidos a ela atribuída, abriram-se questões em torno da posição das mulheres nesses contextos familiares. Tais *mulheres-mães* vivem com *homens-pais* que são presentes-ausentes, pois ora estão em casa, ora estão nas estradas. Quando os maridos estão em casa, as mulheres sabem que logo eles retornarão às viagens, e vice-versa. A presença deles em casa é

---

<sup>1</sup> Retomo esse termo ao longo do trabalho.

marcada pela expectativa da ausência e a ausência marcada pela expectativa da presença. Assim, passei a me questionar sobre a dinâmica familiar e os modos de relações parentais nesse lugar desde a ótica da mulher-mãe, que é sempre presente. Nesse laço conjugal há um tipo especial da escolha de objeto amoroso feito pela mulher (FREUD, 1910) que implica para ela assumir certas responsabilidades na família *sem* a presença do marido. Desse modo, parti de um contexto familiar marcado pela alternância da presença-ausência masculina para chegar até aquele onde há de fato a ausência do homem na família. A família da mulher sem cônjuge com filhos sobreveio, então, como uma questão.

Esses desdobramentos do tema aconteceram também na medida em que avançava na minha trajetória como doutoranda do Programa de Pós Graduação em Educação (PPGEdu/UFRGS), da linha de Pesquisa Personalidade, Cultura, Psicanálise e Educação. Os debates, cujo mote era o enredamento entre subjetividade e fenômenos sociais, realizados, especialmente, nas disciplinas com ênfase em autores como Freud, Lacan, Hannah Arendt e Norbert Elias foram convocando-me e dando corpo às minhas reflexões em torno dos modos de subjetivação em um laço social. O encanto pela História, a curiosidade pelo desenrolar do curso dos acontecimentos, pelos costumes e motivações daqueles que nos antecederam está presente nessa pesquisa, assim como as minhas reflexões como mãe, psicóloga, docente e pesquisadora. Nesse percurso, então, pouco a pouco, fui direcionando os questionamentos para a subjetividade de mães em famílias nas quais a mulher é a única pessoa adulta responsável.

No cenário social atual, encontramos uma diversidade de configurações familiares, dentre as quais aquelas em que a mulher vive com o(s) filho(s), sem a presença de um companheiro. Segundo a *Síntese dos Indicadores Sociais do IBGE* (2010), dentre os arranjos familiares com parentesco, residentes no mesmo domicílio, o casal com filhos ainda predomina. Por sua vez, a mulher sem cônjuge, com filho, aparece nas estatísticas compondo 17,4% da população brasileira no ano de 2009, sendo esse número basicamente equivalente ao do casal sem filho (17,15%). Conforme o IBGE, desde a década de oitenta, ocorreu um aumento no número de mulheres em posição de pessoa de referência, nos diversos arranjos familiares. Além disso, o Instituto observou ter ocorrido, durante os anos noventa, um incremento no número de famílias do tipo mulheres sem cônjuges, com filhos, em todas as grandes regiões do país.

Tendo em vista essas mudanças nos modos de organização das famílias brasileiras e a crescente proporção de mulheres ocupando a posição de responsável pelo grupo familiar,

busquei uma compreensão a respeito das vivências subjetivas das mulheres-mães no contexto de uma dessas configurações da atualidade: a família monoparental. Embora não seja um fenômeno recente no Brasil, essa configuração somente foi reconhecida como família na Constituição Federal Brasileira de 1988. Na Carta Magna, a família monoparental recebe o estatuto de entidade familiar, sendo ali conceituada como a “comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes” (BRASIL, 1988, p. 133).

Desse modo, a característica central desse grupo cultural é a presença de um único genitor, com a responsabilidade de cuidar e educar a prole. Esse é o principal aspecto que diferencia essa família da biparental. Nesse modelo, os filhos crescem e convivem com situações e problemas relacionados à monoparentalidade, sendo o primeiro deles, a ausência de um dos pais no convívio cotidiano, ressaltam Santos e Santos (2009). Será isso problemático para a estruturação subjetiva das crianças? No caso das famílias monoparentais femininas, faz diferença para a constituição psíquica do filho a presença ou ausência do pai real ou concreto no dia a dia? Ainda que a psicanálise ensine que o que efetivamente conta para a criança é a inscrição do pai simbólico na mãe, ou seja, o pai no discurso da mãe, penso que essa questão merece ser mais investigada. Nesse estudo, direciono o olhar para as vivências das mulheres no contexto monoparental e as suas representações sobre a maternidade. Tendo em vista as peculiaridades desse cenário familiar, aos poucos, foram emergindo interrogações sobre as experiências dessas mulheres com os seus filhos. Para elas, como é *ser mãe*? O que pensam sobre a criação e educação dos filhos? Quais são as vicissitudes encontradas por essas mães nesse contexto?

Considerando-se a ausência de um dispositivo inato que assegure à mulher um saber sobre o *ser mãe*, bem como as variações ao longo do tempo nos discursos sociais sobre a maternidade, cabe refletir sobre o conjunto de significações construído pelas mulheres em torno da maternidade na família monoparental feminina da atualidade. Ressalta-se a ideia de que é a partir de uma determinada concepção do que é *ser mãe* que as mulheres ocupam os seus lugares de mães e exercem a maternidade. No contexto pesquisado, as concepções de maternidade demonstram estar relacionadas aos lugares atribuídos pelas mães aos filhos, um dos referentes fundamentais desse grupo cultural. Destaca-se que as representações das mães sobre os filhos auxiliam a elucidar a posição subjetiva dessas mulheres no exercício da maternidade, naquilo que concerne ao lugar por elas conferido aos filhos, bem como a relação dessas mulheres com a lei do pai, que é a lei da cultura.

Sabemos que a constituição do sujeito está atrelada às experiências infantis e que dessas vivências dependem os seus modos de interagir na sociedade. O pai e a mãe ou aqueles que ocupam esses lugares parentais representam as referências a partir das quais as crianças encontram os fundamentos para se tornarem sujeitos e cidadãos. A *condição humana*, para usar a designação de Hannah Arendt (2008), implica a fabricação de subjetividade e essa construção somente ocorre na relação de um sujeito com o outro, em um laço social. Por isso, é impossível para o ser humano prescindir do outro, pois, desde o campo do outro, o semelhante, e do grande Outro<sup>2</sup>, nos constituímos. A construção de um lugar subjetivo e um lugar social para o sujeito está condicionada por seu laço com as figuras parentais e aos modos como essas exercem as funções materna e paterna. A mãe na condição de Outro primordial inaugura o acesso ao mundo da linguagem, ao passo que a função paterna<sup>3</sup> situa a criança nesse universo simbólico, na cultura. Segundo Folberg (2009), o pai deve promover a transferência de lugares entre pai-filho, ou seja, marcar a diferença das gerações. Essa transferência é o conflito intergeracional, pois instala as regras e normas da cultura. A propósito, a autora ressalta que um pai é um filho desempenhando a função de pai (FOLBERG, 2009). Do mesmo modo, pode-se considerar que uma mãe é uma filha exercendo a função de mãe. Logo, é a partir da sua própria experiência como filha, da sua trajetória com as suas figuras parentais, que uma mulher situa-se diante da maternidade. Em outros termos, da subjetividade da mulher dependerá o modo como tomará o seu filho e se dirigirá ao pai da sua criança.

É preciso assinalar não ser possível pensar a subjetividade como uma construção atemporal e a-histórica. Enquanto sujeito da cultura, essa mulher traz enraizada em sua subjetividade as marcas do seu tempo, o que não é sem efeito para o *ser mãe*. Nesse estudo, busquei tecer uma compreensão sobre a maternidade, a partir de um diálogo com mulheres de famílias monoparentais femininas, recortando o tempo da contemporaneidade. Trata-se de uma pesquisa cujo olhar esteve direcionado aos sujeitos inseridos no laço social atual, considerando este presente como a consequência de um passado vivido e de um futuro ainda indeterminado, mas já pulsante. A esta encruzilhada da contemporaneidade, um tempo carregado de imprecisões e incertezas, denominei de *dobradiça*, remetendo-me ao artefato mecânico cuja propriedade é conectar duas peças, permitindo a articulação entre elas. Assim

---

<sup>2</sup> Em Lacan (1998), o grande Outro é um lugar, o lugar do inconsciente, a linguagem. Designado como o “tesouro dos significantes”, ocupando posição de mestre na constituição do sujeito.

<sup>3</sup> Na teoria lacaniana, a função paterna é a operação de instalação do significante paterno em substituição do significante materno, que produz um corte na relação da mãe-filho.



como o mecanismo da dobradiça, o tempo de hoje admite que haja o afastamento ou a aproximação tanto daquilo que já foi, como daquilo que ainda está por vir. É no bojo das mudanças socioculturais que se encontram situadas as *mães na dobradiça*<sup>4</sup> investigadas, fazendo refletir sobre as repercussões da cultura contemporânea nas subjetividades dessas mulheres.

Vivemos hoje em uma sociedade cada vez mais individualista e, conseqüentemente, narcisista, onde as imagens adquirem centralidade. Calligaris (1996) afirma existirem dois caminhos por onde o sujeito constitui a sua subjetividade, isto é, de um lado, através da identificação aos valores, obrigações, tradições recebidas da sua cultura étnica, nacional e familiar, e, de outro, por meio do esforço, denominado pela psicanálise de narcisismo, para coincidir com a suposta imagem que poderia agradar os outros. A esse propósito, este autor questiona qual desses caminhos seria preponderante hoje na constituição da subjetividade, arguindo:

Para a modernidade, desde o fim do século XVIII, o indivíduo em sua autonomia vale mais do que a comunidade que o abriga. É provável, então, que ele recuse o patrimônio herdado e que, para ser alguém, lhe reste correr atrás de imagens. Todo mundo, aliás, concordará que, em nossa época, diluem-se os valores e as referências tradicionais, e talvez, momentaneamente, prevaleça a caça às imagens agradáveis (aos outros) (CALLIGARIS, 1996, p. 50-51).

Num mundo com predomínio de imagens e carente de referências simbólicas, fenômenos sociais como a delinquência e a toxicomania podem ser considerados como atos simbólicos derivados de um real que escapa (MELMAN, 1992). A esse propósito, no seminário *A lógica do fantasma*, proferido em 1964, Lacan (2008) afirma que tudo o que é rejeitado no simbólico emerge no Real<sup>5</sup>. Nesse sentido, pode-se pensar a violência como uma expressão da ausência ou insuficiência de um referente simbólico ordenador no laço social. Freud, na obra *O mal estar na civilização*, escrito em 1930, já mostrava a renúncia da satisfação pulsional direta como condição para a construção da civilização na qual o princípio do prazer deve ceder lugar ao princípio da realidade. Em outros termos, a inscrição da lei simbólica<sup>6</sup> é requisito fundamental para o sujeito fazer laço no social, uma vez que esta o civiliza. Mas, como alguém se torna civilizado? De quem é a tarefa de civilizar ou educar?

---

<sup>4</sup> Pensei nesta expressão a partir da discussão realizada por Jerusalinsky (2012) sobre as mudanças nos perfis da mãe e da mulher na sociedade atual, em que o autor refere-se à mulher situada na *dobradiça*.

<sup>5</sup> O Real é um dos três registros utilizados por Lacan. Designa uma realidade impossível de ser simbolizada. Ao longo do estudo, conceituo o Real, o Imaginário e o Simbólico, grafando os três registros com letra maiúscula.

<sup>6</sup> Lei do pai, lei da interdição do incesto.

Uma outra especificidade marcante da sociedade é a lógica capitalista na regência do laço social, a qual produz sujeitos insaciáveis em sua demanda de consumo, engajados em uma busca frenética de um gozo ilimitado. No discurso social, a promessa de felicidade está na relação com os objetos de consumo, apresentados como substitutos do objeto de desejo, irremediavelmente perdido. A partir desses elementos, passei a refletir se a maternidade ainda é fonte de valorização e felicidade para mulher como foi outrora. Que imagens as mulheres possuem da maternidade na atualidade? Na cultura do narcisismo, do espetáculo e do consumismo, como as mães têm cuidado e educado as suas crianças? Por quais caminhos estarão transmitindo as referências simbólicas?

Ao longo do *processo civilizador* (ELIAS, 1994), as sociedades se apresentam em constante processo de mudança, sendo que o elemento mudança faz parte do próprio conceito de sociedade. Na abordagem do sociólogo Nobeit Elias, as mudanças nas estruturas sociais e nas estruturas de personalidade são um processo indissociável, uma vez que o tecido da cultura e o tecido da psique são fabricados a partir de elementos comuns, não existindo uma *casca*<sup>7</sup> que os separe. Nesse estudo, compartilha-se dessa premissa e considera-se a interdependência do psíquico com o social na compreensão das subjetividades das mulheres investigadas.

Freud, na obra *Psicologia dos grupos e análise do eu*, escrita em 1921, salientava desde o começo ser a psicologia individual uma psicologia social, pois todo o indivíduo é constituído a partir das suas relações com outros, sejam elas sociais ou narcísicas. Na perspectiva freudiana, a psicologia de grupo tem interesse pelo indivíduo como membro de uma esfera social ou cultural, sendo impossível dissociá-lo do social. Em seu *retorno a Freud*, Lacan articulou os modos de relação que regem o laço social, apontando sempre na direção do inconsciente como discurso do Outro, portanto social.

Ao observar as relações entre as mudanças discursivas e as alterações nas configurações sociais, percebe-se a produção de novos sentidos e, por vezes o surgimento de rupturas nos laços sociais. De tal modo, Cabistani (2007) discute os sentidos da função paterna a partir dos discursos atuais sobre a *carência do pai* no exercício da autoridade e nos cuidados com a prole. A autora mostra que tais discursos, ao mesmo tempo, delatam e promovem a carência paterna, sendo esta um efeito das novas configurações familiares e da

---

<sup>7</sup> Termo utilizado por Elias (1994) para mostrar não existir um *interno* ou *externo* ao homem, naquilo que concerne à estrutura de personalidade (dentro) e o mundo (fora): “Lembramos que Goethe disse certa vez que a natureza não tem núcleo nem casca, e que nela não há interno nem externo. Isto também é verdade para os seres humanos” (p.247. v. 1).

nostalgia da família tradicional e de um *pai forte*. Esta afirmação levou-me a pensar a respeito dos efeitos de sentidos, produzidos pelas mudanças discursivas vigentes no laço social, nas mulheres em relação à maternidade e nos seus modos de exercerem a parentalidade.

Nesta investigação, trabalha-se com a premissa de que as variações de sentidos nos discursos sociais estão relacionadas às transformações socioculturais decorrentes do curso da história. Percebeu-se, por exemplo, as mudanças de significados relativos à masculinidade e à paternidade, pois ser homem e pai na atualidade não implica para o sujeito ter que ser *macho* e *autoritário*, como era esperado há poucas décadas atrás. Essas alterações de sentido não são sem consequência.

Com o declínio do sistema patriarcal e da imagem paterna, a posição do pai encontra-se hoje fragilizada. Essa situação surge como consequência da paternidade não estar mais assegurada pelo discurso social em torno do pátrio poder, assim como da posição simbólica do pai ter passado a ser sustentada apenas no interior da família, assinala Giongo (1995). Na discussão dessa autora sobre a paternidade após a separação conjugal e as dificuldades dos homens-pais para manterem uma relação com os filhos, o poder das mães está no centro do conflito. A condição de pai no passado era diferente da atual, pois antes o homem tinha o poder de se autointitular pai, ao passo que, hoje, a paternidade depende do desejo de uma mulher e do laço conjugal. Dando destaque à transmissão do Nome do Pai<sup>8</sup>, via palavra da mãe, o artigo interroga, então, se, hoje, a mulher, a mãe, é a única via possível para o acesso à palavra do pai, ou seja, o alicerce para a função paterna.

Os apontamentos acima explicitados colaboraram para a formulação de um debate a respeito de como a mulher, na família monoparental, está se apropriando do trabalho materno, porém sem me deter na mãe como o sustentáculo da lei.

Ao discutir as novas e múltiplas configurações da família ocidental, Roudinesco (2003) ressalta as mudanças nos papéis sociais do homem e da mulher na vida social, assim como os avanços da ciência relativos às técnicas de contracepção e procriação e os seus efeitos nas relações familiares. Nesse cenário, a autora assinala as mudanças atuais nos arranjos familiares como *famílias recompostas*, *multiparentais*, *monoparentais*, salientando o poder crescente assumido pela mulher na constelação familiar.

Assim como os homens, as mulheres da contemporaneidade vivem novas realidades relacionadas ao seu papel na sociedade. Há menos de um século o lugar social da mulher era a

---

<sup>8</sup> Nome do Pai é o significante paterno.

família e o espaço doméstico, sendo a maternidade o seu o único destino. Na ordem familiar burguesa do século XIX, a feminilidade e a maternidade eram consideradas indissociáveis, sendo os filhos o valor narcísico maior da mulher, principalmente quando estes eram homens. Nesse contexto, a imagem da mãe sacrificial, dedicada inteiramente aos filhos, que constituíam o seu bem maior, representava o que era *ser mãe* e ditava o modelo ideal de maternidade a ser seguido pelas mulheres. Mas, ao retroceder na história da civilização ocidental, nos deparamos com períodos nos quais as mulheres se ocupavam dos filhos de outras formas, não coincidindo com a imagem da *mater dolorosa* da era moderna. Neste ponto, é preciso sublinhar que a significação da maternidade como algo sublime é uma construção histórica e social, forjada a partir do século XVIII. Sobre essa questão, Badinter (1980) nos fala da invenção ou reinvenção do amor materno no século XIX e do lugar de pouco valor antes reservado às crianças na vida das mulheres, problematizando o suposto do incondicional do amor de mãe. De tal modo, o questionamento sobre o lugar do filho para a mãe da atualidade parece ser relevante, pois a mulher situada na *dobradiça* adquiriu uma nova posição na cena social, com direito ao trabalho profissional, à independência financeira e ao consumo, podendo escolher casar-se ou não, ter filhos com um homem ou sem a presença dele.

Kehl (1998) situa a história da mulher na modernidade, na família nuclear burguesa, e também situa os seus deslocamentos em relação à feminilidade, sexualidade e a maternidade. Tendo em vista os sucessivos deslocamentos do feminino, entendo ser válida a análise da posição subjetiva da mulher contemporânea em relação à maternidade, pois, hoje, ela tem acesso a vários objetos de desejo e a uma diversificação de modos de realização fálica, como uma profissão, um cargo político, o consumismo, que lhe permitem outros destinos para além de tornar-se mãe. Então, *o que quer uma mulher com a maternidade? Para o que deseja os filhos?*

É inegável a importância da mãe na estruturação psíquica humana na medida em que encarna para o filho o Outro primordial<sup>9</sup>, aquele cujo olhar amoroso pode acolhê-lo e significar-lhe uma existência simbólica. Não são poucos os efeitos para o sujeito da sua relação com a mãe, o seu primeiro objeto de amor, o seu primeiro espelho. É ela quem primeiro civiliza o filho, inscrevendo as marcas primevas e dando suporte para esse vir a fazer laço social, isto é, tornar-se um cidadão. Levando em conta a relevância da mãe na

---

<sup>9</sup> Outro primordial ou tutelar aqui indica o agente da função materna, aquele ser humano adulto que sustenta para a criança a função materna, ou seja, dá suporte ao primeiro grande Outro. Nesta pesquisa, todas as mulheres investigadas são as mães biológicas dos seus filhos e estão em posição de agentes da função materna.

constituição do sujeito filho e a sua função como *primeira educadora*, neste estudo trabalho com a temática da **maternidade na configuração familiar monoparental feminina contemporânea**. Ao longo desta introdução, trouxe algumas das mudanças relacionadas ao pai e o exercício da função paterna. Nesta pesquisa, direcionei as discussões para a mãe no exercício da função educativa<sup>10</sup>, compreendida aqui como uma *transmissão de marcas de desejo* (KUPFER, 1999, p.19).

Freud (1933) e Lacan (2008) frisaram ser a família o grupo cultural responsável pela inserção do pequeno no mundo civilizado, destacando aí a ação dos outros parentais<sup>11</sup> na repressão dos instintos, isto é, na primeira educação. Na família monoparental feminina, a mulher sem cônjuge, com filhos, a *pessoa de referência*, conforme a designação do IBGE (2010), é quem arca em grande medida com a tarefa da educação. Tal questão permeou toda esta investigação, entrelaçada aos temas da família, do laço conjugal, da criança e do pai, uma vez que as representações desses elementos adquirem peso nos modos como as *mães sozinhas*<sup>12</sup> educam os seus filhos.

Destaca-se a presença materna, no sentido do desejo da mãe, como a peça chave na construção do psiquismo do sujeito. É a mãe, na condição de Outro primordial, que *empresta* ao filho o seu olhar, a sua voz, o seu seio, os seus movimentos, até poder ele apropriar-se de si mesmo, da sua própria identidade e, mais tarde, de sua alteridade. Em vista da condição de prematuridade do bebê e da sua radical dependência do outro, os cuidados maternos são imprescindíveis para a sobrevivência da criança, porém não se resumem à satisfação das necessidades vitais.

A função do “próximo que socorre”, o *Nebensmench* de Freud, lugar habitual da mãe, assegura, através dos cuidados indispensáveis à sobrevivência, não somente a satisfação das necessidades, mas também, e, sobretudo, a emergência psíquica do sujeito, ou seja, seu acesso à linguagem (CABASSU, 1997, p.23).

O desejo da mãe é essencial na formação do eu e nas vivências edípicas da criança, pois, desde o nascimento do bebê até o nascimento psíquico do sujeito, há um longo caminho a ser percorrido, assinala Dunker (2011). Por sua vez, Jerusalinsky (1984) traz a precisão de que a função materna implica os cuidados maternos, a dupla tradução de linguagem em ação,

---

<sup>10</sup> Desenvolvo essa questão no capítulo sobre a mãe educadora.

<sup>11</sup> Lacan, em sua retomada da psicanálise freudiana, discute o Édipo em termos dos complexos e das funções parentais (LACAN, 2008).

<sup>12</sup> No capítulo sobre a mãe contemporânea, discuto os motivos que me levaram a sustentar o uso dessa designação.

ação em linguagem e a transmissão da função paterna para o filho. Neste estudo, procuro destacar como as *mães na dobradiça*, agentes da função materna, ocupam este lugar na família monoparental contemporânea, examinando as suas concepções de maternidade. Para a mulher, a maternidade está articulada à sua estrutura fantasmática e dessa estruturação dependerá o lugar conferido ao filho no seu campo desejante. Daí, as representações da maternidade das mulheres investigadas auxiliam a compreender a posição desejante dessas mães em relação aos filhos e o modo como exercem a função educativa. Cabe destacar que a posição subjetiva materna, o desejo da mãe, é o fio condutor desta investigação.

Se o desejo da mãe não estiver presente, *a gestão* de um lugar para a criança é impossível, lembra Rodolfo (1990, p. 35). Mas, é preciso existir um corte no laço mãe-filho a fim de liberar a criança do aprisionamento do desejo materno, sendo essa ruptura obra da função paterna, inscrita na mãe em sua passagem edípica. De tal modo, uma indagação que permeou esta investigação foi a presença da função paterna nas mães pesquisadas, pois havia o desejo de compreender se estas mulheres, situadas na configuração monoparental, apresentam falta nos seus desejos pelos filhos, levando em conta aí os modos como os alocam na sua economia de gozo. Lacan (1999) fala da mãe e do seu desejo, comparando-o a um grande crocodilo, cuja boca é ameaçadora para a criança. Contudo, há na mãe algo que pode salvar a criança de ser engolida: o seu desejo por um nome, para além do filho.

O papel da mãe é *o desejo da mãe*<sup>13</sup>. É capital. O desejo da mãe não é algo que se possa suportar assim, que lhes seja indiferente. Carreia sempre estragos. Um grande crocodilo em cuja boca vocês estão – a mãe é isso. Não se sabe o que lhe pode dar na telha, de estalo fechar sua bocarra. O desejo da mãe é isso. Então, tentei explicar que havia algo tranquilizador. Digo-lhes coisas simples, estou improvisando, devo dizer. Há um rolo, de pedra, é claro, que lá está em potência, no nível da bocarra, e isso retém, isso emperra. É o que se chama falo. É o rolo que os põe a salvo se, de repente, aquilo se fecha (LACAN, 1999, p. 105).

No presente estudo, considerou-se a educação como um *processo civilizador*, pois o ato de educar tem a propriedade de promover no sujeito as condições para que este venha a fazer parte de um laço social, conviver com outros em sociedade. Foi-se, então, em busca de um entendimento de como as *mães sozinhas*, situadas na *dobradiça*, concebem e exercem essa primeira educação.

---

<sup>13</sup> Meu grifo.

Esta pesquisa teve o objetivo de investigar como as mães significam a maternidade, analisando as implicações dessas concepções no exercício da maternidade, a partir de um diálogo com mulheres em famílias monoparentais contemporâneas.

O enfoque teórico da Psicanálise Freudiana Lacaniana foi empregado para analisar a subjetividade feminina, sendo o narcisismo, a feminilidade, o complexo de Édipo e o Desejo de mãe os eixos teóricos interpretativos principais, pensados à luz das mudanças contemporâneas da família. A discussão também foi fundamentada a partir de autores de outras Ciências Humanas em diálogo com as disciplinas que contribuem para avançar na discussão. Desse modo, foi realizada uma pesquisa psicanalítica em que o **método freudiano de investigação** serviu como guia desse estudo. O discurso das mulheres-mães em famílias monoparentais, tomado a partir da escuta psicanalítica, constitui o material analisado.

## 1.1 PROBLEMA

Delimitou-se o foco desse estudo em função do **problema da pesquisa**:

**Como as mulheres significam a maternidade na família monoparental feminina contemporânea? Quais as suas implicações na educação dos filhos?**

## 1.2 QUESTÕES DE PESQUISA

Após realizada a escuta das mulheres participantes, foram situadas as seguintes **questões norteadoras** para essa discussão:

1. Como é a concepção de mãe ideal para essa mulher?
2. Que lugar a mãe concede ao filho no seu desejo?
3. Como o pai aparece no discurso da mãe?
4. Quais as implicações dessas concepções na função educativa da maternidade?

## 2 OS CAMINHOS PERCORRIDOS NA INVESTIGAÇÃO

### 2.1 SOBRE O ACESSO AOS SUJEITOS DE PESQUISA

Em relação ao universo da vida de mulheres sem cônjuge com filhos, certas peculiaridades começam a emergir a partir do momento em que se buscou as participantes da pesquisa. Dessa trajetória, é necessário situar alguns aspectos que causaram surpresa e sinalizaram características a respeito do objeto desta pesquisa. De início, supôs-se que não haveria dificuldades para identificar sujeitos com o perfil da pesquisa, uma vez que parecia simples a tarefa de encontrar, hoje, mulheres sem cônjuge com filho. Essa percepção de que existem muitas famílias com mulheres criando e educando filhos sem a figura masculina ainda era reforçada pelos discursos veiculados na mídia a respeito da presença de um significativo número de mulheres exercendo o papel de chefe de família na sociedade brasileira atual. Considerando isso, partiu-se em busca desses sujeitos.

A mulher sem cônjuge com filho sempre foi uma figura presente na sociedade brasileira, mas em grande medida esteve associada ao contexto das camadas populares e à pobreza, ou seja, às mulheres habitantes das periferias urbanas, onde a maternidade se desenrola de modo bastante particular, como lembra Fonseca (2000). Como o interesse desta pesquisa reside em estudar mulheres fora da linha de pobreza, busquei encontrar sujeitos com melhores condições de vida, naquilo que concerne à educação e ao trabalho, sem me fixar à renda familiar ou a possibilidade de consumo da mesma. O interesse por mulheres-mães mais escolarizadas e ocupando vagas no mercado de trabalho remunerado deve-se ao fato de os indicadores sociais mostrarem que esses aspectos cada vez mais compõem o perfil das mulheres na atualidade. Relacionado a isso, o IBGE (2010) indica que mulheres com maior nível educacional são mães mais tarde e têm menos filhos, sendo essa uma questão importante na definição dos requisitos para a inclusão das participantes do estudo. Esse contorno dos sujeitos levou indiretamente a mulheres com rendimentos familiares superiores a um salário mínimo *per capita*, ou seja, a famílias com um perfil socioeconômico não considerado como pobre pelo IBGE (2010).

A busca de sujeitos para o estudo foi anunciada em ambientes escolares (creches, escolas e faculdades) e ambientes de saúde (hospitais e clínicas com atendimento pediátrico e



obstétrico), bem como realizou-se uma divulgação informal da pesquisa no círculo de colegas, na universidade, e de profissionais de áreas diversas. Foi realizado um contato via e-mail, telefone e/ou pessoalmente, onde foram informados os objetivos da investigação e solicitado às pessoas contatadas, indicações de possíveis sujeitos de pesquisa.

Em um primeiro momento, os critérios de inclusão dos sujeitos na pesquisa referiam-se a mulheres com faixa etária entre 30 e 40 anos, com filho(s) de até dez anos de idade, residindo em unidade domiciliar na cidade de Porto Alegre (RS) ou região metropolitana, sem a presença de uma relação conjugal estável envolvendo coabitação com um homem (pai biológico da criança ou não), há pelo menos dois anos. Do mesmo modo, sem a presença de outros membros com laços de parentesco coabitando com a mãe e filho(s). Mulheres com escolaridade mínima do ensino médio completo, com atividade profissional e renda para o provimento da unidade familiar, ou seja, que não dependam exclusivamente de pensão alimentícia do homem para o filho.

Antes de qualquer contato direto da pesquisadora com essas mães, outros (terceiros) que possuíam indicações de mulheres com o perfil desejado realizaram uma verificação acerca do interesse dessas em participarem do estudo. Somente depois de terem obtido a autorização dos possíveis sujeitos de pesquisa, esses terceiros forneceram os nomes e telefones dos interessados.

Após o anúncio da pesquisa, a falta de indicações de possíveis participantes causou certa estranheza, mas essa dificuldade pareceu estar mais relacionada ao perfil definido pela investigação do que ao fato das pessoas contatadas não possuírem em suas relações o conhecimento de mulheres vivendo sem cônjuge com filhos. De modo geral, esses intermediários referiam identificar mulheres em arranjos familiares monoparentais dispostas a participar do estudo, porém tais sujeitos não se enquadravam nos requisitos estipulados para a inclusão na pesquisa. Por exemplo, foram indicadas mulheres com idade inferior a trinta anos, que se tornaram mães solteiras na adolescência ou casaram muito jovens e tiveram filho(s). Também foi sugerido o nome de várias mulheres acima de 50 anos, com filhos já adultos. Dada a dificuldade em localizar mães com idades entre 30 e 40 anos, com os requisitos desejados, retomei os critérios estabelecidos, naquilo que concerne à faixa etária das participantes, mantendo a idade mínima de 30 anos, porém sem limitar a idade máxima da mãe, estipulando, então, a idade dos filhos em até dezesseis anos<sup>14</sup>. Cabe notar que várias

---

<sup>14</sup> Adotei a idade dos filhos em até dezesseis anos em função de ser esse o critério utilizado pelo IBGE (2010) para demarcar a etapa do ciclo da vida em que a família se encontra. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia

mães sem cônjuge indicadas não se encaixavam no perfil em função de coabitarem com outros parentes na residência, com frequência a própria mãe.

Esses desencontros levaram a uma nova percepção acerca da pluralidade na caracterização das mães da família monoparental, pois são mulheres solteiras, separadas ou viúvas, com filho(s), que vivem ou não com parentes e/ou outros.

Na trajetória de aproximação desse universo, recorri a duas instituições hospitalares de Porto Alegre, uma pública e outra privada, com o objetivo de localizar sujeitos de pesquisa. Embora a escuta das experiências dos clínicos responsáveis pela área da pediatria (hospital público) e da obstetrícia (hospital privado) tenha se mostrado enriquecedora, não foi possível obter nesses locais indicações de sujeitos. Porém, vale destacar a observação deste pediatra sobre a facilidade de se encontrar nas camadas populares arranjos monoparentais femininos em que as mães sozinhas vivem apoiadas em uma rede de parentela. Também cabe ressaltar a observação feita pelo obstetra sobre a posição das mulheres em relação à maternidade, naquilo que concerne às expectativas femininas. Segundo este mesmo especialista, a maternidade não é um projeto solitário ou independente, pois a mulher deseja *ser mãe* em companhia de um(a) parceiro(a). O relato deste obstetra surpreende ao explicitar que, em quase três décadas de atuação como médico, nunca se deparou com um caso de *produção independente*<sup>15</sup>, contradizendo assim a ideia de que as mulheres da contemporaneidade estão facilmente recorrendo a essa prática. Por outro lado, observa que o abandono ou separação dos cônjuges durante a gravidez ou logo após o nascimento das crianças é uma situação bastante comum.

Aos poucos, através de indicações, tornou-se possível o acesso a cinco sujeitos com o perfil escolhido para o estudo. De posse dos nomes e dos telefones, com a prévia autorização das mulheres sugeridas pelos intermediários, foi realizado um contato telefônico a fim de esclarecer os objetivos da pesquisa e agendar as entrevistas. Nesse momento, outras peculiaridades do universo monoparental foram emergindo. Questões de ordem prática como a dupla jornada de trabalho, isto é, a falta de tempo decorrente da carga horária do trabalho profissional e doméstico, assim como a ausência de uma rede de apoio para deixarem os

---

e Estatística, os dezesseis anos caracterizam-se como a idade limite da etapa inicial do ciclo familiar, conforme explicarei adiante. Além do mais, entendo ser esse um momento de vida em que o filho(s) ainda dependem muito das figuras parentais, especialmente naquilo que concerne à constituição da subjetividade.

<sup>15</sup> Mulheres que dispensam a participação do pai (ou substituto) na criação do filho.

filhos, se apresentaram como empecilhos na marcação de horários e na combinação do local<sup>16</sup> para realização das entrevistas. Apesar das cinco mulheres concordarem em participar da pesquisa, foi necessário existir um tempo de negociação<sup>17</sup> entre os sujeitos e a pesquisadora para o encontro tornar-se possível. Talvez se note aí uma resistência das mães em relação à entrada de uma presença terceira em seus mundos.

De acordo com a escolha das participantes, as entrevistas aconteceram em suas residências e no local de trabalho, nos finais de semana ou horários compatíveis. Nesses momentos, foi possível ter um contato com as crianças e adolescentes, perceber os modos como as mães se dirigem aos mesmos, bem como conhecer um pouco do ambiente onde vivem. Entende-se que o fato do estudo ser realizado nos lugares indicados pelos sujeitos permitiu a essas mães sentirem-se mais à vontade para falarem sobre as suas histórias. Além disso, na medida em que se estabelecia um laço entre a pesquisadora e as participantes, as questões da singularidade dos sujeitos se faziam mais presentes.

## 2.2 SOBRE MULHERES EM FAMÍLIAS MONOPARENTAIS FEMININAS CONTEMPORÂNEAS: O QUE DIZEM AS ESTATÍSTICAS?

De acordo com o Censo de 2010, realizado pelo IBGE, as mulheres governam quatro em cada dez residências no país. É interessante notar que, em um período de dez anos, o número de brasileiras responsáveis pelo domicílio praticamente dobrou. Em 2000, eram 11 milhões, passando para 22 milhões em 2009 (DIADEMA JORNAL, 2012).

Os indicadores sociais do IBGE (2010), cuja principal fonte é a PNAD (2009), apresentam um panorama da distribuição dos arranjos familiares com parentesco, vivendo em domicílios particulares, no Brasil. Como referi na introdução deste trabalho, em 2009, do conjunto total desses arranjos, 47,3% é composto pelo casal com filhos, 17,1% pelo casal sem filhos e 17,4% pela mulher sem cônjuges com filhos.

A propósito da análise sobre as famílias brasileiras, o Instituto de Pesquisa utiliza a idade dos filhos em até dezesseis anos como uma variável para definir a etapa em que a

---

<sup>16</sup> Uma sala destinada à pesquisa foi ofertada a todas as participantes. Porém, quatro das participantes optaram pela realização das entrevistas nas suas casas e uma optou em realizar no seu local de trabalho, nos intervalos.

<sup>17</sup> Através de contatos telefônicos e/ou e-mails.

família se encontra nos ciclos de vida, isto é, se a família está em uma fase inicial, intermediária ou madura. A lógica dos dezesseis anos como limite para definir a família em fase inicial está baseada na ideia de já ser possível ao jovem nessa idade ingressar no mercado de trabalho, assim como concluir o ensino fundamental.

Antes referi ter utilizado nesta pesquisa o critério da idade dos filhos em até dezesseis anos para incluir as mães na investigação. Talvez uma das dificuldades no acesso a essas mulheres possa ser atribuída ao fato de ser mais frequente no cenário brasileiro encontrarmos casais com filhos pequenos do que mães sem cônjuge com filhos menores de dezesseis anos. Segundo o IBGE (2010), na distribuição percentual dos arranjos familiares por idade dos filhos, entre os casais com filhos, 54,7% deles têm filhos menores de dezesseis anos, ao passo que, entre as famílias de pessoas de referência sem cônjuge com filhos, 51,4% delas têm filhos com dezesseis anos ou mais de idade. Ainda sobre os arranjos de pessoa de referência, em 11,2% os filhos são menores de dezesseis anos e de dezesseis anos ou mais de idade e, em 37,4% todos os filhos são menores de 16 anos de idade.

O fenômeno do crescente número de famílias brasileiras em que a pessoa de referência é identificada como sendo do sexo feminino vem chamando a atenção no Brasil. Embora as mulheres brasileiras nos últimos anos tenham obtido maior escolaridade e participação no mercado de trabalho, os motivos pelos quais elas têm sido indicadas como a pessoa responsável da casa ainda não estão totalmente esclarecidos. De todo modo, pode-se encontrar alguns pontos sobre esse fenômeno no Comunicado de número 65 do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2010), elaborado a partir dos dados da PNAD/IBGE de 2009, os quais contribuem para melhor visualizar essa realidade.

De imediato, cabe notar que as famílias onde as mulheres são consideradas as responsáveis são heterogêneas e apresentam variadas configurações. São mulheres solteiras, separadas ou viúvas com filhos e incluindo ou não parentes e/ou agregados no domicílio; mulheres solteiras, separadas ou viúvas, sem filhos com ou sem parentes e/ou agregados; mulheres solteiras, separadas ou viúvas residindo sozinhas; e, ainda, mulheres casadas comandando a família mesmo com marido ou companheiro em casa, com ou sem filhos.

Segundo o documento acima mencionado, o aumento das famílias chefiadas por mulheres teve crescimento em todas as regiões, porém foi constatado no Sul o maior avanço, passando de 24,4% para 33%, de 2001 a 2009. Em seguida ficou a região Sudeste, cujo avanço foi de 28% para 36%.

Em 2009, do total de famílias brasileiras, 35,2% eram comandadas por mulheres e 64,8% comandadas por homens. Em relação às famílias onde a mulher era a pessoa de referência, 26,1% referiam-se aos arranjos do tipo casal, ao passo que, naquelas em que os homens estavam na condição de pessoa responsável, 85,5% eram casais com ou sem filhos. Esses números permitem refletir acerca das diferenças entre o contexto das famílias onde a responsabilidade é feminina daquelas cujo encargo é masculino, uma vez que a situação dos homens em posição de chefia implica em grande medida a presença de um cônjuge, diferentemente da situação da mulher nessa condição:

É possível compreender, portanto, que, na maior parte dos casos, a chefia masculina se dá em condições mais favoráveis que a feminina. Além de a remuneração masculina ser, na média, superior à feminina, há a presença de uma companheira que, muitas vezes, aporta renda para o domicílio na condição de coprovedora, e que é, ainda, responsável por grande parte do trabalho de reprodução do grupo doméstico (IPEA, 2010, p.5).

A chefia feminina na família está relacionada a uma multiplicidade de situações da vida das mulheres e à trajetória de cada uma. Segundo o IPEA (2010), o reconhecimento como *chefe da família* pode ser concedido ao membro que assume a responsabilidade com os cuidados da casa e com os filhos, ou ainda, a quem se responsabiliza pelo sustento econômico da unidade domiciliar. Dentre o universo das famílias brasileiras em que a responsabilidade é da figura feminina, a maior proporção (49,3%) é de mulheres sem cônjuge com filhos. Além da manutenção econômica, essas mulheres têm a responsabilidade pelos filhos.

Embora não seja uma mudança significativa do cenário familiar brasileiro, no período de 2001 a 2009, ocorreu um pequeno decréscimo de 17,8% para 17,3% nos arranjos denominados mulher sem cônjuge com filhos, afirma o IBGE (2010). Em termos de distribuição no território nacional, a região Nordeste apresenta a maior proporção desse tipo de família (19,5%), acompanhada em seguida pela região Norte (18,8%), sendo o Sul a região onde o percentual é menor (13,9%).

Nas famílias monoparentais femininas, a idade média das mulheres é de quarenta e sete anos, o que leva o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada à conclusão de que a mulher ao assumir o(s) filho(s) sozinha, em grande medida o faz depois de uma separação ou viuvez. Apesar do estado civil não ter sido um critério para a seleção de sujeitos desta pesquisa, pode-se observar que três das cinco mulheres participantes tornaram-se mães enquanto estavam legalmente casadas.

No período em que foi realizado o estudo das primeiras análises (2010), a renda<sup>18</sup> média das mulheres sem cônjuge era de R\$ 763,68, constituindo-se menor do que os rendimentos das mulheres na posição de responsáveis com cônjuge e filhos (R\$ 958,21). Daí, as famílias chefiadas por mulheres, em geral, são relacionadas pelas áreas de pesquisa estatística a um fenômeno designado de *feminização da pobreza*<sup>19</sup>, uma vez que a mulher sem cônjuge denota dificuldades de ordem econômica para sustentar sozinha a família:

Esse tipo de família muitas vezes é examinado quando se quer compreender o fenômeno da precarização da vida das mulheres e, ainda, a feminização da pobreza. Isso porque, em muitos casos, não se pode considerar como “vantagem” o fato de mais mulheres serem consideradas responsáveis por suas famílias e a ausência do cônjuge, especialmente no caso de haver crianças menores a serem sustentadas, o que faz com que a renda feminina seja, por vezes, insuficiente e coloca essas mulheres em situação de maior fragilidade (IPEA, 2010, p. 21).

Ainda que a mulher na família monoparental carregue uma pesada responsabilidade financeira, seria equivocado pensar na *mãe sozinha* como alguém com uma *jornada total de trabalho*<sup>20</sup> superior a das demais mulheres com chefia. Por exemplo, mulheres na posição de responsável em casais com filhos gastam em média 36,5 horas semanais com trabalho profissional e 30,3 horas com os afazeres domésticos. Dentre o universo das *chefes de família*, são essas as mulheres com a mais intensa jornada de trabalho, chegando a dedicar 66,8 horas semanais para as atividades. Cabe fazer um parêntese e assinalar que existe uma diferença significativa entre as horas de trabalho do homem e da mulher, sendo o sexo feminino ainda mais responsabilizado do que o masculino com as tarefas da casa e a educação dos filhos, acumulando, assim, uma dupla jornada de trabalho. No caso das mães das famílias monoparentais, elas dispõem em média 25,9 horas com o trabalho remunerado e 36,8 horas com os afazeres domésticos, o que basicamente equivale ao número de horas dedicados à jornada de trabalho pelas mulheres em arranjos de casal com filhos, aponta o relatório.

Naquilo que concerne à escolaridade, as mães sem cônjuge apresentam 6,8 anos de estudo, ao passo que as mulheres responsáveis em arranjos do tipo casal com filhos, revelam possuir 8,3 anos. Um aspecto evidenciado pelos dados do IBGE (2010) é o fato das mulheres

---

<sup>18</sup> Em 2009, a renda média dos homens chefes de família no Brasil era de R\$ 1.307,90. Já no arranjo familiar tipo casal chefiado por homens a renda média de ambos os cônjuges era de R\$ 2.027,88 e a chefiado por mulheres era de R\$ 2.328,00 (IPEA, 2010).

<sup>19</sup> Essa expressão designa o caráter socioeconômico de empobrecimento das mulheres em posição de provedoras da família. Por outro lado, será a mãe sozinha com filhos um sujeito empobrecido de gozo?

<sup>20</sup> Medida utilizada para mensurar a precarização da vida. A jornada total de trabalho inclui o trabalho remunerado e aquele realizado no âmbito doméstico (IPEA, 2010).

mais escolarizadas tornarem-se mães mais tarde e terem um número menor de filhos. Mulheres com até sete anos de estudo apresentam uma média de 3,19 filhos, ou seja, o dobro daquelas aquelas com oito ou mais anos de estudo (1,68 filhos). Além disso, as mulheres com escolaridade igual ou superior a oito anos são mães aos 27,8 anos, enquanto as que não terminaram o ensino fundamental têm filhos com 25,2 anos (IBGE, Sala de Imprensa, 2010).

Esses elementos auxiliaram a clarear a realidade das mulheres em posição de *pessoa de referência* na família e evidenciar que essa situação está presente em diferentes arranjos familiares. Dentre esses arranjos, foi recortado o contexto da monoparentalidade feminina, porém sem perder de vista que esta é uma condição heterogênea e de múltiplos significados. *Ser mãe* de filhos menores de dezesseis anos sem a presença de um cônjuge parece ter desdobramentos diferentes do que *ser mãe* sozinha de filhos adultos e independentes, por exemplo. Ainda que as mulheres pesquisadas atendam aos mesmos critérios de seleção e apresentem concepções compartilhadas acerca do que é *ser mãe*, cada uma delas apresenta suas próprias *representações* sobre essa experiência. Assim, encontraram-se algumas *regularidades* nas vivências das mulheres nesse contexto, porém essas coincidências são marcadas pelas *cores* da singularidade das cinco mães, o que torna impossível construir uma generalização sobre esse universo.

### 3 INVESTIGANDO AS MÃES: O MÉTODO PARA A REALIZAÇÃO DA PESQUISA E PARA A ANÁLISE DOS DADOS

Neste capítulo, trago a abordagem metodológica utilizada para desvelar e examinar as representações das mulheres sobre a maternidade, apresentando o método fundamentado nos pressupostos teóricos da psicanálise.

#### 3.1 PARTICIPANTES

Participaram deste estudo cinco mulheres que atendiam aos critérios de seleção definidos nesta investigação: cinco mulheres com faixa etária mínima de 30 anos, com filhos de até dezesseis anos, residindo em unidade domiciliar na cidade de Porto Alegre (RS) ou na região metropolitana, sem relação conjugal envolvendo coabitação com um homem há pelo menos dois anos. Todas as mães vivem com os filhos, sem terem a presença de parentes ou outros agregados em casa. Do total das participantes, três tiveram filhos durante o período do casamento e outras duas fora de um laço conjugal envolvendo registro civil. Duas participantes com escolaridade de ensino médio completo e outras três com formação de ensino superior. Todas exercendo atividade profissional no momento da pesquisa, com renda para o provimento da família, sem dependerem exclusivamente da pensão alimentícia do homem para o filho. A seguir, uma descrição geral das mulheres participantes do estudo:

Tabela 1. Perfil dos sujeitos de pesquisa

Sujeito	Idade	Estado Civil	Escolaridade	Atividade Profissional	Sexo e Idade Filhos(as)	Escolaridade Filho(s)
1. Clarice	45 anos	Solteira	Superior Completo	Profissional Autônoma	Menina 12 anos	7ª Série do Ensino Fundamental
2. Lúcia	41 anos	Divorciada	Ensino Médio Completo	Área de Atendimento de Pessoal	Menino 10 anos	6ª série do Ensino Fundamental
3. Lurdes	52 anos	Divorciada	Ensino Médio Completo	Comerciária	Homens 24 e 18 anos Menina 12 anos	7ª série do ensino fundamental
4. Alice	32 anos	Divorciada	Ensino Superior Completo, Pós Graduada	Professora	Menino 8 anos	2ª série do ensino fundamental
5. Janete	38 anos	Divorciada	Ensino Superior Completo	Área Administrativa	Menina 7 anos	1ª série do ensino fundamental



Cabe ressaltar que foram utilizados nomes fictícios para designar os cinco sujeitos da pesquisa, com a finalidade de preservar a sua identidade. Optei nominar as mães por se tratarem das protagonistas desta pesquisa, ao passo que as crianças foram apenas denominadas como menina ou menino.

### 3.2 A ENTREVISTA NA PESQUISA EM PSICANÁLISE

Esta pesquisa utilizou a técnica de entrevistas semiabertas, partindo de um questionamento direcionado à temática de estudo, sustentado em teorias orientadoras da pesquisa, levando a um vasto campo de interrogativas, surgidas a partir de respostas dos entrevistados (TRIVINOS, 1995). O principal objetivo dessas entrevistas foi estabelecer um diálogo com os sujeitos de pesquisa, buscando compreender um determinado fenômeno: as vivências subjetivas de mulheres na família monoparental em relação à maternidade.

A entrevista psicológica distingue-se em dois tipos fundamentais: aberta e fechada. Na entrevista fechada, as perguntas são previamente estabelecidas e seguem uma determinada disposição, sem que o entrevistador possa modificá-la. Por sua vez, na entrevista aberta, o entrevistador tem a liberdade de realizar perguntas ou intervenções, permitindo-se toda a flexibilidade necessária em cada caso particular. Porém, essa liberdade não reside tanto em colocar livremente as perguntas, mas, sim, em permitir ao entrevistado que o mesmo configure o campo da entrevista conforme a sua estrutura psíquica. Nesse tipo de entrevista, as questões advindas do entrevistado norteiam a direção do diálogo com o entrevistador, sendo possível obter, através dessa investigação, uma noção mais aprofundada da subjetividade do entrevistado, como indica Bleger (1987).

Utilizo a entrevista como recurso para o acesso à palavra do sujeito, considerando-a em sua complexidade na prática da pesquisa em psicanálise. A entrevista situada a partir do campo conceitual psicanalítico distingue-se daquela em que é usada como uma simples técnica de obtenção de dados. A esse propósito, Silveira (2000) alerta sobre o papel das entrevistas nas pesquisas, especialmente no campo da educação, colocando em questão a concepção tradicional de entrevista com sua *função partejadora*<sup>21</sup>. A crítica da autora incide

---

<sup>21</sup> Alusivo ao parto. Termo utilizado por Silveira (2000, p. 118) para questionar o emprego da entrevista como técnica que busca extrair saberes do sujeito.

sobre as orientações que tomam a entrevista como um instrumento de pesquisa com a função de captar dados confiáveis sobre um determinado objeto de estudo, e cujo propósito é revelar uma suposta verdade acerca do mesmo. O entrevistador guiado por essa visão procura realizar a entrevista da forma mais objetiva possível, buscando eliminar os vestígios da subjetividade dos participantes. Cabe ressaltar que esse modo de conduzir a investigação reflete bem o pensamento científico da modernidade, uma vez que a ciência moderna com suas exigências de objetivação, generalização e universalização, tem o objetivo de extinguir o sujeito de seu paradigma. Por sua vez, a psicanálise, com a noção inconsciente, resgata o sujeito e o reintroduz de uma forma bastante particular, ou seja, como sujeito do inconsciente, o qual se furta às evidências ou às aparências, interrogando assim o objetivismo da ciência.

Neste sentido, Costa e Poli (2006) chamam a atenção para o fato de um trabalho psicanalítico não se caracterizar pelo uso de uma determinada técnica ou instrumento, mas pela possibilidade da investigação colocar o sujeito do inconsciente em causa. Assim, para que uma pesquisa em psicanálise no recurso à entrevista possa ser produzida, a entrevista precisará estar baseada na premissa da transferência, isto é, na produção de um campo relacional no qual a hipótese do inconsciente esteja presente. Pois, a escuta do inconsciente implica a suposição de um saber do lado do sujeito, porém um saber não sabido por ele e que se produz na relação transferencial. Quero destacar, aqui, o uso da entrevista nesta pesquisa como recurso para a produção de conhecimento sobre o sujeito, instituído no laço com o pesquisador, de acordo com proposta das autoras, sintetizada com precisão na seguinte ideia: “Não é, pois, um saber prévio que já estava ali, no ‘entrevistado’, como um dado a ser colhido pelo ‘entrevistador’. É algo que se situa num espaço transferencial em que o *insabido* se expressa como formações do inconsciente”(COSTA e POLI, 2006, p. 17).

Desse modo, o pesquisador, situado desde o lugar de suposto saber na transferência, dá seu testemunho dos efeitos do inconsciente, uma vez que o entrevistado lhe dirige a palavra supondo que fala para quem sabe. Trata-se da escuta de um saber no qual está incluído o pesquisador, uma vez que o entrevistador encontra-se ali enquanto outro desejante, compartilhando com o entrevistado o campo transferencial. Desde aí, reconhecida a transferência, o investigador produzirá as suas interpretações.

A propósito da pesquisa psicanalítica, Sauret (2003) lembra aos pesquisadores dessa orientação a ideia da estrutura do sujeito ser a mesma em todos os lugares. Embora levante questionamentos sobre a transposição da psicanálise para fora da situação analítica, o autor indica pistas que possibilitam passos seguros, destacando aí os fatos de observação serem

referidos à estrutura, isto é, o enfoque da psicanálise na relação do sujeito com o significante. Ressalta ser preciso ocorrer um encontro que mobilize a palavra, sendo esse *ato de palavra* suscetível de avaliação com os elementos da estrutura. Essa relação onde o pesquisador concede a palavra ao sujeito e esse consente em lhe falar constitui-se um dispositivo derivado das entrevistas preliminares do tratamento analítico, nas quais o analista busca extrair as condições necessárias para tornar possível a análise.

Na pesquisa realizada, propus uma interrogação inicial às mulheres: *Para ti, o que é ser mãe?* A partir daí, tomando as questões emergentes nos discursos, fui formulando novas interrogações, procurando conhecer a experiência das entrevistadas como mães e como filhas. À medida que as entrevistas transcorreram, as mulheres-mães foram articulando enunciações, muitas vezes, inusitadas para elas próprias, permitindo ao pesquisador e aos sujeitos a abertura de novos sentidos sobre a temática.

Em geral, foram realizadas três<sup>22</sup> entrevistas com cada uma das participantes, com duração aproximada de sessenta minutos cada, em um período de cinco meses. Iniciei com a exposição dos objetivos da pesquisa para as participantes e com a solicitação do consentimento das mesmas para a utilização do gravador. Também foi realizada uma leitura conjunta do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido<sup>23</sup> (TCLE) e as dúvidas sobre o estudo foram elucidadas. O termo é assinado pela entrevistadora, pelo sujeito e pela orientadora da pesquisa, ficando uma via para cada uma. A adesão ao estudo deu-se por livre disponibilidade, ficando claras as questões éticas envolvidas. As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas.

Quatro participantes optaram por realizar as entrevistas em suas casas e uma em seu local de trabalho, o que permitiu observar um pouco das mulheres na relação com os filhos e formular algumas hipóteses. Essas hipóteses foram sendo construídas no curso das entrevistas, como sugere Bleger (1987), o que enriqueceu a pesquisa.

Foi possível, por exemplo, observar ambientes domésticos acolhedores e bem cuidados, o que me fez imaginar que essas mães preocupam-se em oferecer aos filhos um lugar organizado para viverem. Relacionei esse aspecto ao exercício da função materna, uma vez que essas mulheres parecem responsabilizar-se pelos cuidados básicos com a prole. Os locais decorados com fotos dos filhos levaram-me a supor que essas mães buscam construir

---

<sup>22</sup> Foram realizadas três entrevistas com quatro das participantes, sendo que uma delas apresentou disponibilidade para realizar apenas duas entrevistas. Outra, solicitou um quarto encontro com a pesquisadora, o que efetivamente ocorreu.

<sup>23</sup> Em anexo.

em suas moradias algumas referências familiares para os filhos. Além disso, em todas as casas havia a presença de um quarto ou de uma cama específica para a mãe e outra para a criança/adolescente, o que me levou à suposição de que as mulheres autorizam os filhos a viverem separados do *corpo materno*. Em alguns momentos, encontrei com as crianças/adolescentes e esses foram cordiais em relação à minha presença em suas casas, apresentando educação no trato interpessoal. Embora tenha surgido certa curiosidade em escutar os depoimentos das mães sobre o tema da maternidade, onde estão implicados, todos atenderam prontamente os pedidos para permanecerem em seus quartos durante as entrevistas. Isso me levou a pensar na capacidade dessas mulheres em enunciarem proibições e dos filhos sujeitarem-se à ordem, fazendo-me supor existir a instalação de uma instância normativa em ambos.

A cada nova entrevista, com a construção da transferência, as mulheres relataram um pouco mais das experiências atuais e passadas e, muitas vezes, essas narrativas são acompanhadas de emoção e choro. Cabe notar que a escuta e a pontuação dos significantes, possibilitou efeitos de significação, produzindo algumas mudanças subjetivas para as mulheres-mães. Por exemplo, Lúcia, Sujeito 2, ao falar nas entrevistas pode escutar-se e apropriar-se do seu discurso, questionando e modificando o modo como toma o filho pré-adolescente. Clarice, Sujeito 1, por sua vez, após a primeira entrevista, sentiu-se fortemente mobilizada pelas suas palavras ao narrar sua história de vida, o que a levou a retomar questões do passado ainda não elaboradas e atuantes em sua vida.

Neste estudo, as falas produzidas nas entrevistas são tomadas como discursos e analisadas a partir dos pressupostos teóricos psicanalíticos, sendo as representações das mulheres sobre a maternidade o foco de estudo. Desse modo, foram utilizados recortes das entrevistas, isto é, fragmentos discursivos para refletir sobre a temática proposta. Cabe notar que, na apresentação desses recortes, utilizo o sinal do travessão para assinalar quando se trata da minha fala, com o objetivo de diferenciar os interlocutores no diálogo. Além disso, faço uso do negrito para destacar palavras ou frases nas falas das mães que me pareceram centrais no trecho evidenciado.

### 3.3 REPRESENTAÇÃO EM PSICANÁLISE

Neste momento, cabe realizar uma discussão teórica a respeito do termo *representação*, uma vez que busco compreender as *ideias*<sup>24</sup> dos sujeitos desta pesquisa sobre o tema *ser mãe*. Em psicanálise, a noção de representação aparece desde os primórdios no discurso freudiano como um importante elemento na elaboração das suas descobertas. Antes de tudo, é necessário fazer uma breve investigação a respeito da palavra alemã *Vorstellung* a fim de compreender os seus sentidos.

Segundo Hanns (1996), o termo *Vorstellung*<sup>25</sup> é utilizado na língua alemã para expressar a palavra ideia ou concepção. O termo é composto pela preposição *vor* cujo significado é diante de, na frente, perante; por sua vez, o radical *stell* designa pôr, colocar, colocar de pé, e o sufixo *ung* corresponde ao *ção* em português.

Em alemão, o verbo *vorstellen* (representar) e o substantivo *Vorstellung* (representação) estão relacionados aos significados de concepção, conceito, noção, ideia, imagem e pensamento, assim como ao ato de mostrar, colocar diante de, apresentar ou encenar algo. *Vorstellung* implica a visualização de algo colocado diante de nós, ou seja, refere-se a invocar e montar uma cena ou imagem a partir de elementos previamente representáveis e trazê-los para a consciência. Por sua vez, *Vorstellen* indica a ação de buscar imagens relacionadas a experiências anteriores e colocá-las em cena. O ato de construir ou conceber visualmente uma ideia apresenta forte apelo imagético e uma proximidade com o fantasiar ou imaginar. Desse modo, representar pode ser caracterizado como a atividade mental relacionada a imagens do passado, como refere o autor: “[...] reevocar imagens obtidas a partir de experiências anteriores e colocá-las em cena. Enquanto em *darstellen*<sup>26</sup> se trata de constituir ou ‘produzir’ uma imagem, em *vorstellen* se trata de ‘re-produzir’ uma imagem.” (HANNIS, 1996, p. 398).

O termo representação tem um emprego antigo na tradição da filosofia, sendo utilizado por várias escolas filosóficas e com sentidos distintos. Leibniz utilizava-o em latim

<sup>24</sup> *Repräsentanz* (a ideia de algo). Termo da língua alemã introduzido por Freud e mais tarde trabalhado por Lacan, assunto que desenvolvo no decorrer desta seção.

<sup>25</sup> *Vorstellung* tem sido predominantemente traduzido para a língua portuguesa como “representação”. O autor adverte que *darstellen*, *vertreten* e *repräsentieren* também podem ser traduzidos pela palavra “representar”, porém, tais termos em alemão têm significados diversos do verbo *vorstellen*.

<sup>26</sup> *Darstellen* designa um movimento para dar uma forma captável a algo que ainda não está apreensível na dimensão da linguagem, ao passo que *Vorstellen* supõe a captação de algo com uma forma já representável na linguagem.

com o sentido de correspondência e, posteriormente, Wolff introduz a palavra *Vorstellung* no uso filosófico alemão com o significado de ideia ou imagem. Por sua vez, Schopenhauer utilizou o termo para designar tudo o que é consciente, percepções e pensamentos. Em francês, recebeu da filosofia o tratamento de *représentation* e *présentation*. Locke, por seu turno, empregou-o na tradição filosófica inglesa com o significado de ideia. Pode-se extrair daí a dificuldade da filosofia em conceituar de modo uniforme ou consensual a representação devido à extensa polissemia do termo (HANNIS,1996).

Segundo Arnao (2008), a noção de representação ocupou lugar central em diversos momentos da história da filosofia e através de problemas de diferentes ordens. De modo geral, o conceito se refere ao modo de apreensão de um objeto ou fenômeno por um sujeito ou por um meio de representação. Logo, para que ocorra o ato de representação é necessário haver a presença de alguém ou de algo que representa uma determinada coisa (inclusive o próprio sujeito podendo representar a si mesmo). É importante lembrar que no campo filosófico, o conceito de representação está essencialmente relacionado à temática do conhecimento, fato esse que contribui para a sua destacada importância nessa disciplina, como ressalta a autora: “Dessa maneira, a filosofia moderna concentrou seu interesse na noção de representação, uma vez que é um problema central para a filosofia moderna a relação cognoscitiva do sujeito e do mundo, e portanto, o alcance e as formas de representação [...]” (ARNAO, 2008, p. 189).

Na perspectiva da filosofia moderna, as representações são entendidas por meio de um viés do conhecimento e onde se postula a existência de uma separação entre o sujeito que percebe e os objetos do mundo externo. O conhecimento deve ser objetivo para ser reconhecido e essa objetividade encontra-se relacionada à realidade externa, nunca ao sujeito. A representação valorizada na filosofia moderna é aquela que tem a capacidade de capturar algo do mundo externo ao sujeito. Dito de outro modo, na abordagem filosófica, as representações da mente adquirem seu conteúdo a partir da realidade externa que representam. Esse modelo de conhecimento e de sujeito separado do objeto, no qual a realidade é compreendida como externa e o objeto como algo dado, sofrerá questionamentos a partir do século XX, principalmente com a irrupção da psicanálise (ARNAO, 2008).

De todo modo, os pressupostos filosóficos acima mencionados integraram os primórdios da história da psicologia e influenciaram os modos de conceber os fenômenos mentais. Conforme a autora, mesmo Freud, no início das descobertas psicanalíticas, esteve ligado aos pressupostos filosóficos herdados da psicologia experimental da época:

Com efeito, Freud vai de início aderir a esta visão de mundo, segundo a qual o conteúdo das representações depende do mundo externo à mente que apreende os ditos conteúdos, para tomar distância, gerando uma teoria das representações<sup>27</sup> cujos conteúdos não dependem de uma referencialidade à maneira de uma causalidade externa à realidade psíquica, nem da relação cognoscitiva da mente com o mundo (ARNAO, 2008, p. 191).

Na obra freudiana, a representação aparece como um elemento relacionado ao funcionamento do aparelho psíquico, sendo empregado e reformulado conforme o curso das descobertas sobre a vida mental, como se pode observar nos seus escritos.

Freud (1895), em o *Projeto para uma psicologia científica*, tem como propósito apresentar uma concepção quantitativa do aparelho psíquico, baseado num modelo proveniente da física. Essa produção visa a descrever e explicar todo o comportamento humano, normal e patológico, através de duas unidades básicas: o neurônio e a quantidade (Q) de energia. Em outros termos, o aparelho mental é concebido a partir do princípio da constância<sup>28</sup> e da hipótese da quantidade (Q) de energia investida (*Besetzung*<sup>29</sup>) na entidade material denominada de neurônio.

Nesse quadro teórico, o neurônio corresponde à representação e a energia ao afeto. No *Projeto* (1895), surgem as primeiras explicações sobre a etiologia das neuroses relacionadas à hipótese quantitativa, em que a noção de *investimento* (neurônios investidos ou vazios) tem relevância central. A base das explicações dos sintomas neuróticos reside nas defesas utilizadas no funcionamento mental, que têm como objetivo retirar da consciência a lembrança de experiências dolorosas.

Desse modo, as representações hiperintensas<sup>30</sup> ou ideias investidas de grande quantidade de afeto (*quantum de afeto*) são utilizadas para descrever não somente as observações clínicas patológicas, mas também para mostrar uma concepção do aparelho psíquico normal, como expressa Freud:

Deriva diretamente das observações clínicas patológicas, especialmente no que diz respeito a ideias excessivamente intensas – na histeria e nas obsessões, nas quais, como veremos, a característica quantitativa emerge com mais clareza do que seria normal (FREUD, 1895, p. 315).

<sup>27</sup> A autora se refere a uma teoria das representações para frisar a complexidade do termo, porém sem ter a intenção de indicar existir em Freud uma teoria compacta e sistemática sobre o assunto.

<sup>28</sup> O princípio da constância foi desenvolvido por Freud a partir do princípio da inércia, ou seja, a tendência do organismo em reduzir a zero as tensões (internas e externas). Mais tarde, o princípio da constância aparecerá reformulado como o princípio do prazer.

<sup>29</sup> *Bsetzung* é o termo alemão utilizado para designar a noção de investimento de energia no neurônio, ou seja, a quota de afeto.

<sup>30</sup> Noção oriunda de Breuer.

Em *Estudos sobre a histeria*, escrito em 1893-1895, com a descoberta da etiologia sexual das neuroses, o conceito de representação é empregado no contexto da teoria do trauma. Segundo Freud (1893-1895), a origem do sintoma histérico está em um acontecimento traumático<sup>31</sup> que permaneceu desligado do seu afeto correspondente. Desse modo, identifica a vivência traumática<sup>32</sup> como sendo a produtora de uma dissociação entre a representação da experiência e o afeto relacionado ao trauma. Por sua vez, a separação entre a representação e o afeto encontra-se na origem do recalçamento. A partir das considerações sobre a histeria, Freud assinala os diferentes destinos para o afeto: a somatização na histeria, o deslocamento na obsessão e a transformação do afeto na neurose de angústia e melancolia.

A trama das *Vorstellug*, a separação do par representação-afeto e a importância concedida à sexualidade, presentes desde o Projeto de 1895, antecipam os caminhos tomados por Freud em relação a uma nova concepção de aparelho psíquico. Segundo Ricoeur (1977), o Projeto findou a tentativa freudiana de transcrever anatomicamente as descobertas, lembrando que, desde cedo, em sua monografia sobre as Afasias (1891), as suas críticas sobre as teorias de localização cerebral, dos distúrbios da fala, já demonstravam uma precaução quanto a explicações orgânicas prematuras dos distúrbios psíquicos.

Em *Sobre a Concepção das Afasias* (1891), o aparelho da linguagem tem uma apresentação distinta das teorias da época sobre as localizações cerebrais dos distúrbios da fala. A monografia propõe um conceito de aparelho de linguagem, isto é, apresenta a linguagem como um efeito do aparelho, questionando as noções conhecidas daquele tempo, que consideravam o aparelho da fala um instrumento mecânico da linguagem.

A propósito desse trabalho, Garcia-Roza (1991) menciona o entusiasmo de alguns comentadores de Freud sobre o caráter linguístico do estudo, porém argumenta que se trata de fato de uma obra de cunho médico. Por outro lado, pondera que, mesmo sendo um estudo neurológico destinado a pensar a respeito das perturbações funcionais da fala, pode-se encontrar no trabalho notáveis antecipações psicanalíticas. Ao discutir o aparelho em termos de linguagem, Freud engendra um modelo para se pensar o inconsciente, defende o autor.

Pode-se considerar que a ideia central apresentada em *Sobre as Afasias* (1891) é da linguagem como algo que se adquire através de uma aprendizagem que integra o motor e o

---

<sup>31</sup> Em *Sobre o mecanismo psíquico dos fenômenos histéricos: comunicação preliminar*, escrito de 1893, Breuer e Freud apontam de forma original o caráter traumático das reminiscências histéricas, mostrando que uma representação nova, dado o grande número de associações entre as ideias, pode reativar uma lembrança traumática: “Os histéricos sofrem principalmente de reminiscências” (FREUD, 1893, p.48).

<sup>32</sup> Nesse momento teórico freudiano, a teoria do trauma considera a ocorrência real de um fator traumático na vida do sujeito.



sensorial. A aprendizagem, descrita por Freud em termos de etapas neurológicas de formação do aparelho da linguagem, tem na representação da palavra o seu ponto de partida (GARCIA-ROZA, 1991).

Nesse contexto, a palavra no sentido de representação mental-imagética, isto é, da ideia como imagem ou concepção mental da palavra é assim descrita pelo pai da psicanálise:

Do ponto de vista da psicologia, a unidade da fala é a “palavra”, uma apresentação complexa, que vem a ser uma combinação de elementos auditivos, visuais e cinestésicos. [...]. Distinguem-se, em geral, quatro componentes da apresentação da palavra: a ‘imagem sonora’, a ‘imagem visual da letra’, a ‘imagem motora da fala’ e a ‘imagem motora da escrita’. Essa combinação, porém, se torna mais complicada quando se entra no processo provável da associação que se verifica em cada uma das várias atividades da fala (FREUD, 1915. Apêndice C, retirado da monografia sobre afasias. 1891. p. 239-240).

Considerando a palavra como uma *apresentação complexa* composta de elementos acústicos, visuais e cinestésicos, depreende-se que toda a operação da linguagem pressupõe a intervenção simultânea de funções situados em diferentes lugares do campo da linguagem, o que torna o processo de linguagem um processo de associação.

Assim, Freud considera as representações como elementos do aparelho de linguagem, os quais não podem ser separados das associações<sup>33</sup>, uma vez que é pelas vias de associação que as representações se constituem como conteúdo desse aparelho. Por sua vez, a palavra retira a sua significação da articulação<sup>34</sup> estabelecida com a representação do objeto. Tal como a representação da palavra, a representação do objeto está associada a diversos elementos visuais, acústicos, táteis, cinestésicos e outros. Por isso, a representação do objeto (*objektvorstellung*) não deve ser entendida como um análogo mental da coisa em si.

Em *A Interpretação dos sonhos*, Freud (1900) apresenta o funcionamento de um aparelho psíquico sem referência ao substrato anatômico. No livro chave de Freud, o sonho aparece como uma formação do inconsciente e contém um pensamento ou ideia de realização de um desejo. A partir daí, os neurônios<sup>35</sup> investidos do Projeto tornaram-se agora ideias

---

<sup>33</sup> A associação, concebida como a relação entre os termos, é a responsável pela estrutura do aparelho de linguagem.

<sup>34</sup> O significado advém da relação entre a representação do objeto e a representação da palavra, da associação das representações e essas. Nos textos da Metapsicologia (1915), Freud utiliza a expressão representação da coisa ao invés de objeto. A ligação entre a representação da palavra e do objeto (coisa) caracteriza os sistemas pré-consciente e consciente, ao passo que, a representação da coisa (*Ding*) refere-se ao inconsciente.

<sup>35</sup> Em seus estudos pré-psicanalíticos, Freud visa a fazer uma psicologia quantitativa do desejo relacionada aos neurônios, onde a noção de quantidade aparece transcrita numa teoria mecânica dos afetos. Todavia, a descoberta da etiologia sexual das neuroses leva-o a abandonar a abordagem anatômica e a concepção quantitativa do sistema e a trabalhar com uma gênese propriamente psíquica da vida mental. Mesmo assim, os

investidas. Além do mais, nesse modelo de aparelho psíquico, as representações oscilam entre representações reais (do mundo) e representações figuradas (sentidos).

A *Traumdeutung* tem como objetivo principal a transcrição do trabalho do sonho através da interpretação. Freud refere existir no sonho um sentido que pode se tornar inteligível. Porém, a elucidação dos pensamentos inconscientes exige a compreensão dos mecanismos envolvidos no trabalho do sonho, como expressa o autor na seguinte passagem:

Os sonhos são atos psíquicos de tanta significação quanto quaisquer outros: sua força motivadora e, em qualquer caso, um desejo a buscar realização: o fato de não serem reconhecíveis como desejos e suas muitas peculiaridades e absurdidades são devidas à influência de censura psíquica a que foram submetidos durante o processo de sua formulação: à parte a necessidade de fugir a essa censura, outros fatores que contribuíram para a sua formação foram a necessidade de condensação de seu material psíquico, a consideração da possibilidade de sua representação em imagens sensoriais [...] (FREUD, 1976, vol. II, p. 569).

No famoso capítulo VII de *A Interpretação dos Sonhos* (1900), Freud mostra existir no sonho uma transposição ou distorção (*Verstellung*) dos conteúdos, bem como a transposição do desejo em imagem:

Temos aqui a característica psicológica mais geral e notável do processo de sonhar: um pensamento – e, geralmente, um pensamento de algo desejado – é objetivado no sonho, é representado como uma cena, tal como nos parece, é experimentado (FREUD, 1976, vol. II, p. 570).

De modo geral, pode-se dizer que a noção de *Verstellung* se refere ao trabalho de censura operado no sonho para alterar os temas ou conteúdos oníricos. Essa atividade de transposição ou distorção ocorre através de mecanismos que produzem uma certa disposição ou efeitos de sentido dos pensamentos inconscientes. A respeito disso, dois processos são descritos na obra freudiana como essenciais, o deslocamento e a condensação, cuja atividade confere ao sonho uma determinada figuração<sup>36</sup> ou efeito de sentido.

O escrito sobre a interpretação dos sonhos apresenta um modelo de funcionamento do aparelho psíquico, onde o recalque regula todos os mecanismos dos sonhos e a dinâmica dos pensamentos inconscientes. Freud fala do processo primário como um livre escoamento de quantidades de excitação e do processo secundário como uma interrupção desse escoamento e

---

conceitos e a dinâmica teórica apresentados nos primeiros escritos aparecem posteriormente traduzidos em uma nova versão. Segundo Ricoeur (1977), todos os *mecanismos* descritos em termos energéticos são transformados em *trabalho*, como ocorre no *trabalho do sonho*. Nessa perspectiva, *A interpretação dos sonhos* é o texto freudiano herdeiro do *Projeto*, afirma o autor.

<sup>36</sup> Em alemão *Darstellung* (figuração) se refere a uma cena ou espetáculo.

uma transformação em outro investimento. Sobre esse aspecto, Ricoeur (1977) assinala: Essa linguagem é familiar desde o Projeto.

Portanto, a teoria dos sonhos procede uma investigação sobre os pensamentos inconscientes do sonho evidenciando o que há de mais original na concepção freudiana do determinismo psíquico: a ideia do curso dos pensamentos não ser livre, mas sim governado por associações. Na teoria dos sonhos, *Vorstellung* aparece como uma representação imagética associada a outras representações ou pensamentos submetidos ao trabalho do sonho. Assim, a representação de imagens formadas de restos diurnos, de conteúdos infantis e de impressões sensoriais do corpo do sonhador compõe o cenário onírico.

Em 1915, nos escritos de Metapsicologia, Freud empreende uma grande sistematização dos conceitos teóricos desenvolvidos e apresenta uma concepção tópicoeconômico do aparelho psíquico discutida, a partir da divisão da mente em três instâncias, do recalque e da teoria das pulsões (LAPLANCHE e PONTALIS, 1983).

No modelo da primeira tópica freudiana, as instâncias são divididas em consciente, pré-consciente e inconsciente, e a barra do recalque é o que separa os pensamentos inconscientes do plano da consciência. Por sua vez, as resistências são forças que trabalham no sentido de permitir ou não a emersão dos conteúdos recalcados. A função do recalque no sistema psíquico é de evitar o desprazer, isto é, manter os conteúdos censurados sob a barra do recalque. Daí provém o questionamento freudiano de como ocorre a transposição ou o afloramento das ideias inconscientes no registro da consciência.

A Metapsicologia, além de colocar de forma coerente conceitos da primeira tópica, também mostra como o inconsciente pode ser integrado ao domínio do sentido através da articulação, no território do próprio inconsciente, entre a pulsão e a representação. A introdução do conceito da pulsão tem como objetivo dar conta da problemática da transposição de uma representação inconsciente para o consciente e dissecar a questão freudiana quanto à inscrição de uma mesma representação na superfície do consciente e na profundidade do recalcado, afirma Ricoeur (1977).

Suponhamos, diz ele (Freud), um doente ao qual se comunica (*mitteilt*) o sentido de seu distúrbio nomeando-lhe a representação outrora recalcada por ele: - não fica aliviado, nem curado, porque permanece separado dessa representação por suas resistências que, aliás, o fazem rejeitá-la novamente. Portanto, ela se inscreve ao mesmo tempo na região consciente das lembranças auditivas e no inconsciente, onde permanece encerrada enquanto não se dissolvem as resistências (RICOEUR, 1977, p. 108-109).

Segundo o autor, ao reconhecer a pulsão como um conceito fundamental encarregado de produzir um elo com os fatos empíricos e abordá-lo em um modelo do aparelho psíquico regulado pelo prazer-desprazer<sup>37</sup>, herança da teoria quantitativa do Projeto, Freud converte o ponto de vista tópico em econômico, de lugares (consciente, pré-consciente e inconsciente) para investimentos.

Na obra freudiana, o conceito de pulsão se refere à força ou pressão (*Drang*) ligada a uma excitação corporal do organismo em busca de algo. Cumpre notar que, em nota do editor, no prefácio de *Os instintos e suas vicissitudes* (1915), encontra-se um alerta a respeito da ambiguidade no uso do termo *Trieb* (instinto) e *Triebrepräsenz* (representação instintual) pelo pai da psicanálise, visto que ele nem sempre discriminou uma palavra da outra. Apesar de o instinto e a pulsão se equivalerem em trabalhos anteriores aos da Metapsicologia (1915), foi a partir daí que Freud evidenciou a pulsão como um conceito limite entre o orgânico e o psíquico, a expressão psíquica do corpo na alma. Por sua origem somática, a pulsão pode surgir somente como representação psíquica, ou seja, através de representantes. Em o *Inconsciente* (1915), Freud enuncia essa visão do aparelho psíquico:

Um instinto nunca pode tornar-se objeto da consciência – só a ideia<sup>38</sup> que o representa<sup>39</sup> pode. Além disso, mesmo no inconsciente, um instinto não pode ser representado de outra forma a não ser por uma ideia. Se o instinto não se prendeu a uma ideia ou não se manifestou como um estado afetivo, nada poderemos conhecer sobre ele. Não obstante, quando falamos de um impulso instintual<sup>40</sup> inconsciente ou de um impulso instintual reprimido, a imprecisão da fraseologia é inofensiva. Podemos apenas referir-nos a um impulso instintual cuja representação ideacional<sup>41</sup> é inconsciente, pois nada mais entra em consideração<sup>42</sup> (FREUD, 1915, p. 203).

Portanto, a ideia (*Vorstellung*) como representante da pulsão permite uma coincidência entre o domínio do inconsciente e o da consciência. Freud introduz a expressão *repräsentiert* para designar algo de psíquico que está no lugar do instinto, isto é, um representante. Por sua vez, a representação, entendida como o ato de se fazer representar através de um representante, é denominada de *repräsentanz*. (HANNIS, 1996).

---

<sup>37</sup> Essa tendência da regulação do organismo pelos sentimentos de prazer-desprazer podem ser identificados ao princípio da constância empregado no Projeto de 1895 e ao princípio do prazer, conceito retomado no texto *Além do princípio do prazer*, escrito em 1920.

<sup>38</sup> *Vorstellung*.

<sup>39</sup> *Repräsentiert*.

<sup>40</sup> *Triebregung*.

<sup>41</sup> *Vorstellungsrepräsentanz*.

<sup>42</sup> As notas 38, 39, 40 e 41 foram introduzidas a fim de esclarecer os termos alemães usados por Freud (HANNIS, 1996).

Quero destacar que Freud (1915), em *O inconsciente*, dedica-se a mostrar que o acesso ao inconsciente somente é possível enquanto consciente, depois do mesmo ter sido submetido a uma transposição ou tradução para algo da consciência. De tal modo, o trabalho psicanalítico possibilita realizar a tradução de uma representação psíquica inconsciente através da interpretação.

Cabe assinalar que o inconsciente freudiano é composto por representações psíquicas da pulsão, diferenciadas em representações ideativas e afetos. Cada um desses elementos tem destinos diferentes em função da ação do recalçamento. O tema da divisão do par representação ideia-afeto, tratado na *Metapsicologia*, é abordado com destaque no artigo sobre a *Repressão* (1915), como se pode ler aqui:

A partir desse ponto, ao descrevermos um caso de repressão, teremos de acompanhar separadamente aquilo que acontece à *ideia*<sup>43</sup> (*Vorstellung*) como resultado da repressão e aquilo que acontece à energia instintual vinculada a ela (FREUD, 1915, p. 176).

Freud assinala que a incidência do recalçamento<sup>44</sup> ocorre sobre a representação (*Vorstellungsrepräsentanz*) e não sobre o afeto. Todavia, esta é uma segunda fase da repressão, designada de recalçamento secundário, a qual mantém uma relação de atração com conteúdos que já são inconscientes. No texto de 1915, intitulado *Die Verdrängung*<sup>45</sup>, o psicanalista chama atenção para o fato de que o inconsciente é constituído a partir de um recalque originário, uma primeira fase de recalque, que consiste na negação da entrada do representante psíquico da pulsão na consciência. Essa negação acaba produzindo uma fixação e, desde então, esse representante permanece inalterado e ligado à pulsão.

É possível considerar o recalque primário ou originário o núcleo do inconsciente, o qual auxilia posteriormente no recalçamento de outros representantes devido a atração que exerce sobre os conteúdos a recalcar. Conforme Laplanche e Pontalis (1983), o uso do termo fixação remete a uma ideia de inscrição da pulsão no inconsciente, sendo que esta ideia já aparece em Freud desde as cartas a Fliess sobre os esquemas do aparelho psíquico e as diversas camadas de inscrições e sinais. A relação entre pulsão e o seu representante com a inscrição de um sinal ou significante (conceito linguístico) pode esclarecer o conceito do representante ideativo.

---

<sup>43</sup> Grifo do editor.

<sup>44</sup> Freud (1915) sublinha que se o recalque não consegue evitar o surgimento de sentimentos desprazerosos ou de ansiedade é porque a repressão falhou.

<sup>45</sup> Repressão.

Na retomada dos escritos do mestre vienense, Lacan (1985) propõe tratar a expressão freudiana *Vorstellungsrepräsentanz*<sup>46</sup> em termos do representante da representação (représentant-représentation). No Seminário dos *Quatro conceitos fundamentais*, proferido em 1964, o psicanalista equipara as representações<sup>47</sup> aos significantes e considera-os como aquilo que permite as pulsões serem representadas no mundo da linguagem. Segundo Lacan (1985), o inconsciente se constitui na medida em que ocorre a inscrição de um casal de significantes: o significante unário (S1) e o significante binário (S2). No recalque originário, o significante binário é o recalcado, afirma o autor. E a expressão *Vorstellungsrepräsentanz* é incorporada ao significante binário, o Nome do Pai, a partir do qual todos os outros significantes representam um sujeito, afirma o autor:

Este significante vem constituir o ponto central da *Unverdrängung* – daquilo que, a ser passado ao inconsciente será, como indica Freud em sua teoria, o ponto *Anziehung*, o ponto de atração por onde serão possíveis todos os outros recalques, todas as outras passagens similares ao lugar do *Unterdrückt*, do que é passado por baixo como significante. Aí está o que se trata no termo *Vorstellungsrepräsentanz* (LACAN, 1985, p. 207).

A cadeia de pensamentos e os efeitos de sentidos, a trama de *Vorstellung*, decorre da instalação do significante paterno ao substituir e simbolizar retroativamente o significante materno. O significante mestre (S1), também chamado de significante não senso, por ser um significante sem sentido, somente fará parte da linguagem pela dialetização dos vários significantes S2s. Dito de outro modo, o significante Nome do Pai operando sobre o Desejo da Mãe, na trama edípica, induzirá o significado do sujeito como recalcado. Aqui quero assinalar que o sujeito é um efeito do significante, isto é, das significações produzidas pela relação entre todos os significantes S2s e S1.

Portanto, o acesso da criança à condição de sujeito da linguagem está condicionado às inscrições primeiras realizadas pelas funções parentais. A palavra tem o poder de humanizar, de tornar o ser um habitante do mundo das significações. Por sua vez, a letra, em sua ação do significante, produz o efeito de dividir o sujeito em relação à sua verdade inconsciente, em seu saber. Embora conserve a ilusão de ter o livre arbítrio, o falasser está irremediavelmente alienado na e pela linguagem. Daí depreende-se que o acesso do sujeito ao saber inconsciente

---

<sup>46</sup> Representantes ideacionais, ou seja, os representantes psíquicos da pulsão, como discute Freud (1915).

<sup>47</sup> Em *Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*, Lacan diferencia a palavra *Vorstellung* de *Repräsentanz*: “O termo *Repräsentanz* deve ser tomado neste sentido. O significante tem que ser registrado como tal, está no polo oposto da significação. A significação, esta, entra em jogo na *Vorstellung*” (LACAN, 1985, p. 209).

é limitado e sua narrativa não contém um sentido totalizante quanto à sua verdade, uma vez que sua ignorância estrutural não lhe permite dizer tudo ou dizer apenas um pouco de seus anseios, pois algo escapa ao seu domínio.

Freud e Lacan ensinam que o inconsciente é o lugar da verdade de uma experiência anterior à sua representação em palavras. Isto implica que as palavras ou significantes presentes no curso do pensamento consciente estão relacionadas às representações inconscientes que venceram a barra do recalque e ganharam tradução na consciência. Desse modo, as ideias das mulheres pesquisadas sobre o tema *ser mãe* são tomadas neste estudo como representações e essas palavras-significantes requerem uma interpretação, uma vez que as manifestações do inconsciente e sua apreensão ocorrem apenas por seus efeitos na linguagem. Neste ponto, cabe ressaltar o trabalho empreendido por Lacan para evidenciar que a fala está subordinada ao funcionamento do inconsciente e que esse inconsciente fala por uma lógica própria. Em seu Seminário sobre a ética, desenvolvido nos anos de 1959-1960, Lacan (1997, p. 45) ressalta: “É daí que temos o direito [...] de nos darmos conta de que esse inconsciente não tem, ele mesmo, afinal, outra estrutura senão uma estrutura de linguagem”.

### 3.4 A INTERPRETAÇÃO PSICANALÍTICA

Neste estudo elegeu-se a Psicanálise Freudiana Lacaniana em diálogo com outras disciplinas para sustentar a discussão a respeito da função educativa da maternidade na família monoparental feminina da contemporaneidade e, por conseguinte, entende-se que a **pesquisa psicanalítica** é o caminho metodológico adequado para a realização do trabalho.

A este propósito, Poli (1995) refere que a pesquisa psicanalítica e o exercício clínico são guiados pelos mesmos critérios, pois: “Trata-se, em ambos, da constituição de um campo de experiência no qual os fundamentos epistêmicos – e, por derivação, metodológicos – são os mesmos que sustentam a prática de uma ética: a ética da psicanálise” (POLI, 1995, p. 42).

Nesse sentido, é fundamental reportarmo-nos ao legado freudiano onde se encontram as bases que norteiam o campo de experiência da pesquisa psicanalítica. Ao longo da sua obra, Freud empreendeu uma extensa pesquisa (*Psychoanalytische forschung*) no intuito de construir o edifício teórico da psicanálise, sendo esse o ponto de partida para aqueles que

desejam trabalhar com o **método freudiano de pesquisa**, como ocorre no caso dessa investigação.

Desde os primórdios da psicanálise, a interpretação mostrou estar presente nos escritos de Freud (1972), porém sem ocupar um lugar de destaque. Todavia, na obra *a Interpretação dos sonhos* (1900), o pai da psicanálise concedeu um novo valor à interpretação, pois descobriu que a elucidação de sentidos dos conteúdos psíquicos através do ato interpretativo, promovia modificação na estrutura subjetiva. Em relação à interpretação na obra freudiana, Mezan (1996, p.27) refere um ponto que quero destacar: “[...] na *Interpretação dos sonhos* encontramos a ideia de que a expressão verbal do sonho, o seu relato, já é uma interpretação, sobre a qual irá se exercer a interpretação do psicanalista”. Dito de outro modo, a transposição do sonho para a linguagem falada é o que permite o trabalho interpretativo, uma vez que a interpretação é realizada ao nível da linguagem e não das imagens oníricas lembradas pelo sonhador.

Desde aí, Freud passa a aplicar a técnica de investigação utilizada nos sonhos, o método de associações livres, a uma pluralidade de manifestações psicológicas e lhes confere significações bem diferentes do que mostram significar num primeiro momento, nos lembra Dor (1992). Porém, cabe notar que a tradução dos conteúdos inconscientes jamais pode prescindir das palavras do sujeito, uma vez que as significações estão intrinsecamente associadas às suas cadeias de pensamento, já alertava Freud (1900) no livro fundador da psicanálise.

Mais tarde, no artigo *O método psicanalítico de Freud* (1904), o autor expõe as premissas fundamentais da experiência psicanalítica, indicando os limites do método hipnótico e catártico e destacando a associação livre de ideias no acesso aos conteúdos inconscientes<sup>48</sup>. Nesse trabalho, o pai da psicanálise confere um novo peso à interpretação, colocando-a no centro da experiência psicanalítica:

[...] uma arte de interpretação cuja tarefa é, por assim dizer, extrair o metal puro dos pensamentos reprimidos do minério das ideias não intencionais. Esse trabalho de interpretação aplica-se não somente às ideias do paciente como também aos seus sonhos, que desvendam a abordagem mais direta a um conhecimento do inconsciente, às suas ações não intencionais e também às sem objetivo (atos sintomáticos) e aos erros grosseiros que pratica na sua vida cotidiana (lapsos de linguagem, erros palmares e assim por diante) (FREUD, 1976, p. 260).

---

<sup>48</sup> Segundo a psicanálise, o inconsciente é um lugar desconhecido da consciência, é outra cena. Em Freud, na teoria da primeira tópica, o inconsciente é uma instância composta por conteúdos recalçados, inacessíveis à pré-consciência e à consciência. Na segunda tópica, o inconsciente passa a designar o *isso*, grande parte do *eu* e do *supereu* (ROUDINESCO, 1998).



Mezan (1996) afirma que, apesar da interpretação como *arte de tradução* existir muito antes de a psicanálise surgir, Freud foi o primeiro a descobrir que um conteúdo latente assim o era em função da ação do recalque e conceber a interpretação como sendo capaz de refazer, ao contrário, o caminho da defesa. Estabelecida essa premissa, a interpretação na experiência psicanalítica freudiana torna-se um instrumento terapêutico, um método de intervenção. Com seu efeito modificador, passa a ser a mola da cura na situação psicanalítica de tratamento, enfatiza o autor.

Com as referências acima expostas, pode-se dizer que, a partir de *Traumdeutung* (1900), a interpretação torna-se a chave para a revelação dos desejos inconscientes, presentes nos sonhos, atos falhos, chistes e sintomas. Sobre isso, expressam os autores:

A descoberta do inconsciente por Freud afirma categoricamente o profundo desconhecimento do sujeito em relação a si mesmo e à realidade que o cerca. Por esse motivo, a interpretação sempre esteve no primeiro plano da técnica psicanalítica (NUMES; FERREIRA; PERES, 2009, p. 443).

Passados mais de cem anos desde a fundação da psicanálise pelo mestre vienense, atualmente é possível encontrar várias escolas psicanalíticas com leituras diferentes da obra freudiana. Mezan (1996) afirma ser a interpretação ainda hoje o método prevalente na psicanálise, porém ressalta que o que se interpreta depende do que cada tendência entende ser o núcleo da vida psíquica. Da mesma forma, a concepção a respeito dos processos inconscientes determina a maneira pela qual se concebe a intervenção analítica. Pode-se dizer que, igualmente na *situação psicanalítica de pesquisa*<sup>49</sup>, o modo como o pesquisador realiza a sua investigação depende da concepção teórica que o sustenta.

Apesar de o inconsciente ser o foco tanto da experiência clínica como da pesquisa psicanalítica, essas situações diferem, principalmente naquilo que concerne aos destinos da transferência<sup>50</sup>. A este propósito, Caon (1996) assinala que a situação de pesquisa psicanalítica opera a partir da transferência ao texto<sup>51</sup>, o que não coincide com a clínica

---

<sup>49</sup> Termo cunhado por Caon (1996, p. 68) para designar “um profissional da escuta psicanalítica, em situação psicanalítica de pesquisa” (SPP). Conforme o autor, o método da pesquisa psicanalítica somente pode ser compreendido a partir da situação psicanalítica de tratamento (SPT), visto que é dela que retira seu modelo.

<sup>50</sup> Transferência é o processo pelo qual os desejos inconscientes se atualizam sobre determinados objetos numa certa relação com eles, principalmente na relação analítica (LAPLANCHE, 1983).

<sup>51</sup> Na pesquisa psicanalítica, o pesquisador utiliza-se da escuta dirigida pelo olhar e da leitura dirigida pela escuta psicanalítica para operar com um texto. O trabalho de leitura dirigida pela escuta constitui um trabalho de laboratório do texto psicanalítico (CAON, 1996). Apoiado nessa concepção, Iribary (2003) ressalta que a escuta

psicanalítica. No tratamento, a transferência será dissolvida, ao passo que na investigação psicanalítica será utilizada para a construção de um texto, propõe esse autor.

De todo o modo, privilegiar o inconsciente como o objeto de estudo na pesquisa psicanalítica traz certas implicações. Interessa ressaltar o fato de que, ao trabalhar com a impossibilidade de previsão do inconsciente, a pesquisa psicanalítica não pode comportar uma sistematização completa e exclusiva dos seus achados. Outro aspecto característico dessa investigação é de o pesquisador<sup>52</sup> constituir-se o primeiro sujeito de sua pesquisa, na medida em que está implicado no processo transferencial.

Iribarry (2003) destaca dois aspectos fundamentais na diferenciação da pesquisa psicanalítica em relação a outras abordagens: não inclui em seus objetivos uma inferência generalizadora dos resultados (seus achados repercutem e produzem novos sentidos através da divulgação pública da pesquisa), e não opera com o signo, mas com o significante<sup>53</sup>. O foco da psicanálise no significante deriva da concepção de homem como sendo um ser de linguagem para o qual o mundo assume uma multiplicidade de sentidos.

Seguindo a tradição do *Método psicanalítico de Freud* (1904), o *talking cure*, Lacan ressalta a importância da fala como meio de acesso aos conteúdos psíquicos conscientes e inconscientes, colocando em evidência o *para além da fala*, o discurso. Em *Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise*, comunicado de 1953, o psicanalista escreve:

Mesmo que não comunique nada, o discurso representa a existência da comunicação; mesmo que negue a evidência, ele afirma que a fala constitui a verdade, mesmo que se destine a enganar, ele especula com fé no testemunho (LACAN, 2008, p.253).

Desse modo, a palavra do sujeito, o seu discurso, apreendido através da escuta psicanalítica, constitui o material para a análise desta pesquisa. A principal tarefa empreendida por Lacan em seu *retorno a Freud* constituiu em recolocar a palavra em primeiro plano, assim como destacar uma das propriedades fundamentais do inconsciente,

---

psicanalítica é um dispositivo utilizado na clínica pelo psicanalista para dirigir o tratamento e serve de modelo para o pesquisador. Essa escuta fundamenta-se na teoria psicanalítica e no desfile de significantes apresentados na fala do analisante. Por sua vez, a leitura dirigida pela escuta permite ao pesquisador identificar os significantes nos dados trazidos pelo autor do texto na sua investigação, assim como buscar a abertura de novos sentidos.

<sup>52</sup> Iribarry (2003) propõe o modelo do analisante (SPT) como o *arquimodelo* para o pesquisador, em que o investigador é a base da pesquisa. Assim como ocorre em situação de tratamento analítico, o pesquisador realiza uma investigação endereçada a uma alteridade com a qual está *transferenciado* (os dados da pesquisa, o orientador, a banca, o público).

<sup>53</sup> Em seguida discuto o conceito de significante.

aqui assinalada de forma precisa por Dor (1992, p.16) como: “[...] a de não poder se fazer ouvir, por um sujeito, por nenhum elemento significante previsível antecipadamente.” Essa questão leva a consideração de que não existe uma realidade pré-discursiva, uma vez que o discurso determina o que concerne à singularidade do sujeito.

Portanto, é o **discurso das mulheres-mães** o tecido a partir do qual operarei nesta investigação, considerando as representações, ou seja, os significantes apresentados na sequência falada dos sujeitos, bem como os silêncios, os tropeços, os equívocos e o entorno da fala como sendo os elementos que comunicam sobre o inconsciente. A esse propósito, trago as palavras de Lacan (1998) em *Função e campo da fala e da linguagem* (1953):

Quanto à psicopatologia da vida cotidiana, outro campo consagrado por uma outra obra de Freud, está claro que todo o ato falho é um discurso bem-sucedido, ou até formulado com graça e que o lapso, é a mordaca que gira em torno da fala, e justamente pelo quadrante necessário para que um bom entendedor encontre ali sua palavra (LACAN, 1998, p. 269).

Foi mencionada, anteriormente, uma dependência entre o modo como se interpreta e a tendência teórica adotada. Mezan (1996) ainda acrescenta que, dentre as diferentes correntes psicanalíticas, a linha teórica lacaniana propõe que a interpretação deve ser substituída pela leitura da cadeia significante. Daí, a prática do psicanalista desta abordagem assenta-se na escuta da repetição de significantes essenciais, buscando destacá-los.

Cumprir notar que a interpretação (*Deutung*) concerne à causa do desejo<sup>54</sup> e este, na visão lacaniana, escapa à significação (*Bedeutung*). Considerando-se que a causa do desejo resiste à compreensão, toda frase compreensível colocada nesse lugar serve apenas para encobrir o desejo, isto é, a falta do desejo.

Enquanto a interpretação clássica concerne a um *excesso* (de libido, de angústia, de resistência, etc.) e visa a aliviar este excesso, diluindo a violência do afeto através da sua ligação com a palavra [...], a perspectiva lacaniana substitui a ideia de excesso pela falta ou ausência, e concebe o funcionamento psíquico como estruturado para recobrir este vazio (o que incumbe essencialmente ao imaginário) (MEZAN, 1996, p. 39).

---

<sup>54</sup> Miller ressalta que Lacan forjou o conceito de desejo para dar conta do que significa procurar nas *entrelinhas*: “E aqui, não se trata de reconhecer, de se dizer: ‘ele está nas entrelinhas, vamos trazê-lo e colocá-lo sobre as linhas’. Não! O conceito de desejo implica que ele está estruturalmente nas entrelinhas, e para sempre” (MILLER, 2005, p. 43).

Do mesmo modo, em pesquisa psicanalítica a maneira como se interpreta deve estar alinhada aos pressupostos teóricos. Passo, agora, a trabalhar conceitos centrais do referencial psicanalítico a partir dos quais realizei a **interpretação** nessa investigação.

### 3.5 O INCONSCIENTE ESTRUTURADO COMO UMA LINGUAGEM

Em sua retomada dos escritos de Freud, Lacan manteve-se fiel ao campo freudiano, colocando o conceito fundador da psicanálise, o inconsciente, no centro de sua obra. Pode-se dizer que são os processos psíquicos inconscientes submetidos à dimensão psíquica da linguagem que animam a teoria lacaniana. Tomando essa direção, Lacan busca restabelecer o verdadeiro sentido da prática psicanalítica freudiana, ou seja, do inconsciente ser estruturado como uma linguagem. Com esse propósito, o psicanalista dedicou-se a demonstrar a primazia do significante sobre o significado na regência da vida psíquica. Dentre os muitos trabalhos empreendidos por Lacan, em *Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano*, comunicado de 1960, o autor enuncia essa ideia com clareza:

O inconsciente, a partir de Freud, é uma cadeia de significantes que em algum lugar (numa outra cena, escreve ele) se repete e insiste, para interferir nos cortes que lhe oferece o discurso efetivo e na cogitação a que ele dá forma (LACAN, p. 813, 1998).

Lacan defende a tese do sujeito determinado pelo significante, aquele que governa o seu discurso e o seu destino. Nessa perspectiva, o sujeito aparece como efeito da linguagem e não como a sua causa, sendo a suposta autonomia ou o livre arbítrio do indivíduo apenas uma ilusão do domínio do eu. A proposição do inconsciente possuir a estrutura de uma linguagem é o que sustenta a teoria lacaniana em sua fidelidade a Freud, cuja pedra angular foi lançada na *Interpretação dos sonhos* (1900).

Apropriado de recursos que Freud não dispunha em seu tempo, Lacan trabalha com uma concepção estrutural da linguagem, estabelecendo uma analogia entre o funcionamento dos processos inconscientes e certos processos da linguagem. Cabe notar que essa aproximação da psicanálise com a linguística ocorreu devido ao autor considerar ser na estrutura da linguagem que o inconsciente está relacionado e, também devido ao próprio ato da linguagem fazer advir o inconsciente.

Desse modo, Lacan (1998) coloca a linguagem no centro da experiência psicanalítica, mostrando que a formação do inconsciente ocorre pela linguagem, tal como demonstra na conferência de 1957 *A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud*: “Nosso título deixa claro que, para além dessa fala, é toda a estrutura da linguagem que a experiência psicanalítica descobre no inconsciente.” (LACAN, 1998, p. 498). Daí, o autor insistir no retorno à palavra, enquanto dimensão simbólica constitutiva do humano, assim como na relação do sujeito com o significante. É também neste escrito que Lacan explicita os temas em que sua concepção de linguagem encontrou inspiração na linguística saussuriana

O autor toma de empréstimo elementos da linguística estrutural de F. Saussure, os quais servem de base para a construção da sua abordagem teórica na psicanálise. Uma das ideias centrais de Saussure (s/d), presente no *Curso de linguística geral*, refere-se ao signo, definido como uma unidade linguística que une um conceito a uma imagem acústica, isto é, a representação psíquica do som nos sentidos. Saussure refere que o signo possui duas faces como uma moeda, uma chamada de significado (conceito) e a outra de significante (imagem acústica), as quais mantêm entre si uma relação de dependência. Nesse quadro teórico, o significado encontra-se acima do significante em relação à barra de significação que os separa. Este autor ainda destaca a arbitrariedade do signo, isto é, a inexistência de uma relação necessária entre um determinado significado e o significante que o representa. Contudo, uma vez escolhido o significante numa determinada comunidade linguística, o signo torna-se imutável devido à tradição, podendo alterar-se apenas em função da prática da língua no tempo. Outro aspecto desenvolvido refere-se à linearidade do signo, ou seja, a fala compreendida como uma sequência de significantes orientada na linha tempo, o que mais tarde será designado na psicanálise como cadeia significante.

Em sua reformulação, Lacan subverte o esquema do signo linguístico saussuriano, enfatizando a supremacia do significante em relação ao significado, assim como a autonomia entre essas partes. O significante é colocado acima do significado e a barra entre os dois termos que antes os separava passa a designar o recalque. Lacan explora a autonomia do significante em relação ao significado discutido por Saussure, porém inova ao considerá-los como duas ordens distintas, sem uma relação de fixidez. A relação do significante com o significado é sempre fluída, prestes a se desfazer, uma vez que a delimitação de um fluxo de significantes com um fluxo de significados somente ocorre através do que Lacan designou de *ponto de estofa*. A respeito do *ponto de estofa*, Dor (1992, p. 39) assinala sua função na cadeia de significantes, definindo-o como: “[...] a operação pela qual ‘o significante detém o

deslizamento, de outra forma indeterminado e infinito, da significação””. Dito de outra forma, é o modo pelo qual o significante se associa ao significado na cadeia do discurso, por isso ressalta-se que a significação de uma mensagem somente advém ao final da sua própria articulação significante.

Com as referências acima mencionadas, quero chamar a atenção para o fato de que as significações construídas pelas mulheres pesquisadas em torno do tema *ser mãe* são aqui consideradas como efeito da articulação das redes de significantes, presentes na história de cada uma. Daí depreende-se que as palavras das pesquisadas adquirem significação somente no contexto onde foram produzidas, isto é, nos seus discursos, pois assume-se aqui a direção da proposição lacaniana de que um significante representa um sujeito para outro significante.

Ao discutir os discursos, Folberg (2002) assinala com precisão o que se deseja apontar nos pressupostos teóricos para justificar os caminhos do método na investigação psicanalítica: “A marca registrada da obra lacaniana parte desta premissa que é sua proposta: A psicanálise só é possível se, e somente se, o inconsciente está estruturado como uma linguagem” (p. 14). Assim, a autora desenha a visão lacaniana de inconsciente como sendo uma estrutura e uma lógica de significantes:

Por caminhos da linguagem é que os signos vão se estruturando como baterias de significantes articulados em uma rede. Através da diferenciação destes mesmos significantes entre si, formam-se novas estruturas que permitem ultrapassar o dado imediato e fazer referência a um sentido mais individualizado e subjetivo, ao mesmo tempo que permitem extrapolar a uma decodificação mais social e objetiva... [...] O mundo da linguagem rodeia o homem desde o momento em que ele abre os olhos com a mesma certeza e necessidade bem como com a mesma ‘objetividade’ com que se situa no mundo das coisas (FOLBERG, 2002, p.14).

Considerando a proximidade entre o campo freudiano e o lacaniano, a autora traz a ideia de Alain Miller a respeito da metapsicologia freudiana, assinalando: “[...] não passa de uma análise da estrutura radical da linguagem, ou seja, uma lógica do significante” (FOLBERG, 2002, p. 14).

Desse modo, realizou-se uma escuta psicanalítica do discurso dos sujeitos de pesquisa, buscando destacar os significantes relacionados ao *ser mãe* apresentados na fala das mulheres-mães sozinhas. Partindo de perguntas norteadoras, objetivei ouvir no discurso das mulheres-mães as pistas do desejo<sup>55</sup> em relação aos filhos, percebendo assim os caminhos dados à educação. Com esse propósito, investigou-se a palavra das mulheres-mães no duplo

---

<sup>55</sup> Desejo de mãe (DM).

viés: da fala em relação aos filhos e da fala em relação aos seus pais, pois o exercício da maternidade está associado à biografia de cada uma delas.

A propósito disto, em *Função e campo da fala e da linguagem*, texto de 1953, Lacan (2008) enuncia uma concepção de inconsciente relacionada à história do sujeito. Essa história, ao ser colocada na fala e endereçada a um outro, vem revelar algo da verdade inconsciente do sujeito:

O inconsciente é o capítulo de minha história que é marcado por um branco ou ocupado por uma mentira: é o capítulo censurado. Mas a verdade pode ser resgatada; na maioria das vezes, já está escrita em outro lugar. Qual seja: [...] meu corpo [...], lembranças da minha infância [...], vocabulário [...], nas lendas [...], nos vestígios, enfim, que conservam inevitavelmente as distorções exigidas pela reinserção do capítulo adulterado nos capítulos que o enquadram, e cujo sentido minha exegese restabelecerá” (LACAN, 1998, p. 260-261).

Neste estudo, busco investigar aspectos da subjetividade das mulheres no exercício da maternidade na família monoparental, a partir dos seus relatos sobre a experiência de *ser mãe*, desdobrando aí as narrativas sobre a experiência de *ser filha*. Sabe-se que a história atual e a história pregressa estão entrelaçadas, sendo o contexto do aqui-agora uma decorrência das relações primevas, por isso busquei escutar as mulheres sobre as suas vivências infantis, os seus relacionamentos com os pais. Ao revelarem suas histórias através dos discursos e dos seus vacilos, as participantes permitiram refletir acerca das suas subjetividades, naquilo que concerne ao exercício do desejo e da lei na maternidade. Considerando então a fala como o elemento material do trabalho psicanalítico e levando em conta a concepção de que esse material constitui-se uma cadeia de significantes, cabe destacar os princípios segundo os quais os significantes se articulam.

No escrito *A Instância da letra no inconsciente* (1957), Lacan (2008) enuncia que o desdobramento da articulação significativa na sequência falada ocorre através de dois processos: o metafórico e o metonímico<sup>56</sup>. Esses processos constituem as duas pedras fundamentais que dão sustentação à concepção lacaniana do inconsciente estruturado como uma linguagem, pois regulam o funcionamento inconsciente tanto no nível primário como no nível das formações do inconsciente. Dor (1992) propõe uma ilustração a respeito da incidência desses processos no funcionamento psíquico: a *condensação* no sonho (metáfora), o *deslocamento* no sonho (metonímia), a produção de neologismos, glossolalias e línguas

---

<sup>56</sup> A introdução desses termos na teoria psicanalítica deveu-se ao linguista russo Roman Jakobson, que trabalhou com a bipartição da língua (seleção e combinação).

delirantes (metáfora e metonímia), o sintoma (metáfora), o dito espirituoso (condensação metafórica e/ou deslocamento metonímico), o Nome do Pai ou metáfora paterna.

Quero destacar que a articulação da cadeia de significantes apenas torna-se possível através da instalação da metáfora paterna, uma vez que essa leva o desejo a entrar no circuito da linguagem. Ainda em relação aos processos de metáfora e metonímia, cabe notar que, no sujeito, em função da *falta de objeto*<sup>57</sup>, o desejo remete sempre a uma sequência indefinida de significantes que simbolizem objetos substitutivos, contudo persistindo como desejo insatisfeito. Logo, o objeto do desejo configura-se como um objeto metonímico.

A respeito disso, Miller (2005) chama a atenção para a impossibilidade de *dizer* o desejo, pois o mesmo desliza. Segundo o psicanalista, o desejo habita os próprios significantes da fala e, apesar de estar nas *entrelinhas*, não pode ser dito.

O conceito de desejo impõe-se a partir do momento em que apreendemos a discordância entre significante e significado recalcado, do qual alguma coisa, estruturalmente não pode vir à fala, ou seja, há aí um impossível. Esse significado, visto não poder chegar à fala, é o que Lacan chama de desejo (MILLER, 2005, p.44).

Retomando o ponto central deste capítulo do inconsciente estruturado como uma linguagem vê-se que a constituição do sujeito está atrelada à substituição do significante do materno (S1)<sup>58</sup> pelo significante paterno (S2), fazendo advir o sujeito falante, de modo que S2 represente o sujeito para outro significante.

Nos discursos das mulheres pesquisadas sobre a maternidade, o filho tem destaque nas palavras das mães. Por sua vez, o pai concreto enquanto terceiro na relação mãe-filho também adquire importância nas narrativas dessas mulheres. Desse modo, pensa-se ser produtivo discutir o modo como o pai surge no discurso materno dos sujeitos desta pesquisa.

Tendo explicitado as bases da lógica significante, pode-se, então, dizer que a instauração do significante materno promove uma cisão entre o real vivido e aquilo que vem a significá-lo, correspondendo ao processo de entrada do sujeito no mundo simbólico, na linguagem. Porém, essa simbolização do real não é propriamente o real, mas a sua representação. A linguagem representa um real ao preço da sua ausência, ou seja, através da

---

<sup>57</sup> Lacan (1994) discute esse tema no Seminário Livro 4, *A relação de Objeto*.

<sup>58</sup> S1 é o significante do desejo materno (DM), o significante fálico, que governa toda a cadeia de significantes. A instauração do S1 possibilita à criança sair do domínio do Real e aceder à ordem simbólica. Posteriormente, o significante S2 (Nome do Pai) substituirá o S1, ativando-o retroativamente, pois, caso contrário, o processo de simbolização produzido pela mãe na criança corre o risco de tornar-se inoperante.



palavra que é uma presença feita de ausência. De tal modo, na relação do sujeito com o seu discurso ocorre uma cisão em que se desvanece na cadeia de significantes, surgindo apenas como símbolo, assinala Dor (1992).

Ao longo desta seção, busco indicar a existência do sujeito<sup>59</sup> devido à instauração significante. Partido por uma linguagem, o sujeito encontrará um lugar simbólico atrelado a uma rede de significantes, que por sua vez está articulada a outras redes de significantes. Em *Posição do inconsciente* (1960), Lacan (2008) refere estar no lugar do Outro a causa do sujeito. Tal ideia indica uma exterioridade ao sujeito, algo que o antecede e o determina, a saber, a linguagem:

O efeito de linguagem é introduzido no sujeito. Por esse efeito, ele não é causa dele mesmo, mas traz em si o germe da causa que o cinde. Pois sua causa é o significante sem o qual não haveria nenhum sujeito no real. Mas esse sujeito é o que o significante representa, e este não pode representar nada senão para um outro significante: ao que se reduz, por conseguinte, o sujeito que escuta. Com o sujeito, portanto, não se fala. **Isso**<sup>60</sup> fala dele, e é aí que ele se aprende, e tão forçosamente quanto, antes de isso se dirigir a ele – desaparecer como sujeito sob o significante em que se transforma, ele não é absolutamente nada [...] (LACAN, 2008, p.849).

Portanto, devido ao efeito significante<sup>61</sup> o sujeito é alienado na e pela linguagem, permanecendo fadado a ser apenas uma representação simbólica, uma máscara que dissimula para si mesmo a sua ausência em seu ser, sublinha Dor (1992, p. 107): “Além desta relação acusar mais uma vez a estrutura de divisão do sujeito, ela evidencia que o sujeito, tão logo acede à linguagem perde-se nesta mesma linguagem que o causou.” Nesse sentido, a alienação em relação ao seu próprio discurso, denominada por Lacan de refenda<sup>62</sup>, não permite ao sujeito o acesso a um saber total acerca de si, uma vez que mantém uma relação de alienação com a cadeia de significantes que o determina.

---

<sup>59</sup> No artigo *O que funda o sujeito*, Backes (2006) refere que o sujeito advém apenas quando a palavra, vinda do campo do outro, pode ser relativizada. Entretanto, não é possível apreender o sujeito em sua fugacidade. No momento em que o eu se apresenta para dizer do sujeito, ele não se encontra mais ali.

<sup>60</sup> Termo utilizado por Freud para designar uma das três instâncias do aparelho psíquico (id, ego e superego). Lacan refere ao “isso” em sua teoria da linguagem como sendo os desejos inconscientes (ROUDINESCO, 1998). Fizemos uso do negrito para ressaltar a importância do termo devido a sua condição de centralidade na teoria psicanalítica.

<sup>61</sup> Lacan (2008) refere Em *Posição do inconsciente* (1960): “Efeito de linguagem, por nascer dessa fenda original, o sujeito traduz uma sincronia significante nessa pulsação temporal primordial que o *fading* constitutivo de sua identificação. Esse é o primeiro movimento” (p. 849). O termo *fading* é utilizado para designar o sujeito eclipsado pela linguagem, que é apreendido apenas como representação.

<sup>62</sup> Lacan utiliza vários termos para indicar a divisão do sujeito: estado de fenda, *Spaltung*, refenda, divisão, corte.

Retomando Freud, sublinha-se então, o sentido essencial de sua descoberta: o *sujeito da psicanálise*<sup>63</sup> é um sujeito dividido. Em seu retorno a Freud, Lacan não cessou de ressaltar a importância da noção de Sujeito barrado (\$), ou seja, separado de si mesmo devido à ação da linguagem. Na abordagem psicanalítica, a *Spaltung* define a subjetividade, uma vez que é a partir dela que o sujeito advém.

Em *Subversão do sujeito e dialética do desejo* (1960), Lacan (1998) apresenta o sujeito como sendo definido a partir do campo do Outro, alienado na opacidade do significante que o determina. É como desejo do Outro, lugar do tesouro dos significantes, que o desejo do homem é constituído. Desde aí então se pode ler a proposição que sustenta o famoso aforismo lacaniano: “o inconsciente é o discurso do Outro” ou o “desejo do homem é o desejo do Outro” (LACAN, 1998, p. 828-829).

Essa abordagem teórica produz consequências no modo de investigar, analisar e compreender os dados de pesquisa. A concepção de sujeito estruturado na e pela linguagem implica pensar a subjetividade como um processo constituído no laço social, uma vez que a história do indivíduo não ocorre de forma isolada, mas articulada a uma rede de significantes sociocultural. Penso, então, ser fundamental escutar as repercussões do discurso cultural da contemporaneidade nas subjetividades das mulheres pesquisadas, naquilo que concerne ao exercício da maternidade.

Neste ponto, quero destacar a contribuição da psicanálise à interpretação dos problemas relacionados ao sujeito em sua articulação com o social. Embora a prática psicanalítica tenha surgido da situação de tratamento, a pesquisa em psicanálise, designada *pesquisa aplicada* por Freud e *psicanálise em extensão* por Lacan, apresenta legitimidade para elucidar as transformações e os impasses da subjetivação de um contexto sociocultural. A esse propósito, Rosa (2004) ressalta que a *psicanálise extramuros*, sustentada na ética e nos conceitos psicanalíticos, além de contribuir para a compreensão dos fenômenos sociais, acaba produzindo mudanças subjetivas no campo onde intervém. O método de escuta e interpretação, em situação de transferência, possibilita efeitos de significação na medida em que os sujeitos pesquisados apropriam-se de seus discursos, afirma a autora.

A psicanálise opera com um sujeito dividido, alienado em seu próprio discurso, cuja estrutura não permite falar por si mesmo a verdade de seu desejo. Porém, o desejo do sujeito

---

<sup>63</sup> Backes (2006) contribui com uma definição clara de sujeito na ótica psicanalítica: “Esse sujeito, portanto, não é cognitivo, não se trata da possibilidade de conhecê-lo. Ele ‘advém’ quando fala, e nas arestas da fala, sob a condição da transferência. Ele não é substancial e se manifesta em equívocos. Porém, esse sujeito não está fundado sempre nem para sempre [...]. Ao contrário, se define pela fugacidade”. (BACKES, 2006, p. 120)

fala dele em seu discurso sem ele sequer saber. Aqui quero retomar a ênfase concedida por Lacan (2008, p. 849) a essa questão: “Com o sujeito, portanto, não se fala. Isso fala dele, e é aí que ele se aprende [...]”. Embora a verdade pertença à ordem do inconsciente, o sujeito, por meio da fala, comunica constantemente algo de seu desejo. Esse ponto é central na investigação psicanalítica, pois a escuta dos conteúdos latentes comunicados pela palavra, *os não ditos dos discursos*, assinala Rosa (2004), constitui um dispositivo para análise psicanalítica.

Lacan (2008), no seminário *A lógica do fantasma*, proferido em 1966-1967, convoca um retorno ao *lugar da palavra*, local onde reside a verdade do sujeito. No entanto, adverte sobre a necessidade de se retomar a noção de sujeito, assinalando o *cogito* de Descartes como o ponto de partida. O autor, através de sua lógica, produz uma subversão na *cogitação* do filósofo, assim tocando o cerne do princípio da racionalidade, tão caro à ciência moderna. Desse modo, o psicanalista propõe tomar o *penso, logo sou* e reformulá-lo em termos de *penso onde não sou, sou onde não penso*.

É lhes dizer que essa dialética do sujeito, uma vez que tentamos ordená-la, delineá-la, entre sujeito do enunciado e sujeito da enunciação, está aí uma obra bem útil e especialmente no nível onde retomamos hoje a interrogação do *cogito* de Descartes, uma vez que isso que pode nos permitir dar sentido verdadeiro, situação exata, ao que da parte de Freud aí se modificou [...] (LACAN, 2008, p.120).

Levando em conta as considerações acima sobre a divisão do sujeito (*Spaltung*), é necessário apreender a articulação de um discurso em sua dupla vertente: o enunciado e a enunciação. O autor, apoiado na linguística, diferencia o sujeito do enunciado do sujeito da enunciação para evidenciar a questão do inconsciente e de seu desejo. O sujeito do enunciado está relacionado à significação e pode estar ou não explicitado no seu enunciado. Por sua vez, o sujeito da enunciação é considerado como uma entidade subjetiva, lugar e agente da produção dos enunciados. Assim, o sujeito da enunciação é relacionado ao sujeito do inconsciente, ao sujeito do desejo, emergindo no *dizer*. Por sua vez, o *dito*, a verdade do sujeito, presentificada no lugar do Outro, somente pode advir como meio-dizer, sob uma máscara.

Pode-se, então, considerar o sujeito da enunciação como aquele que não está significado ou expresso no enunciado, mas simbolizado de alguma maneira. O sujeito do enunciado tem uma relação de exterioridade com sujeito da enunciação, sendo o primeiro

relacionado ao código, às regras, às leis da comunidade, e o segundo à ordem do inconsciente, ao recalçado.

No desenvolvimento do discurso, o sujeito põe em jogo um contexto, uma bateria de elementos significantes que promovem seu discurso e que localizam um sujeito divergente, distinto daquele do discurso manifesto. O sujeito do significante é o que aparece ligado à concatenação dos elementos significantes, o sujeito do significado é aquele que é nomeado através do enunciado. Na estrutura da mensagem há uma determinada posição comprometida com o sujeito, embora não o diga claramente (VALLEJO; MAGALHÃES, 1981. p.42).

Busco destacar o que os enunciados e a enunciação presentes nos discursos das mulheres sobre o *ser mãe* esclarecem sobre a subjetividade da mulher no exercício da função educativa, considerando aí a enunciação como o caminho para pensar o sujeito do inconsciente, em sua fugacidade. Nesse sentido, tomo a direção proposta por Lacan (2008) do inconsciente *ser aquilo que dizemos*, ou ainda, do mesmo estar nas *besteiras* do discurso e convido as mães a falarem sobre suas experiências cotidianas de vida, realizando assim uma escuta.

## 4 SUBJETIVIDADE EM MOVIMENTO

### 4.1 A MÃE CONTEMPORÂNEA E A DOBRADIÇA

Ao anunciar o desejo de estudar a mãe da sociedade contemporânea, realiza-se o recorte do tempo da atualidade para refletir sobre a temática. Antes de tudo, é importante discutir o que significa ser contemporâneo. Contemporâneo e presente têm a mesma significação? Contemporâneo situa-se na modernidade ou na pós-modernidade? Passo agora a uma reflexão sobre o termo contemporâneo.

Agamben (2008) indica existir uma não coincidência ou diacronia do contemporâneo com o tempo no qual se vive. Segundo o autor, a contemporaneidade é definida como uma relação singular com o próprio tempo, pois implica estar aferrado a ele e, simultaneamente, dele distanciar-se.

[...] essa é aquela relação com o tempo que adere a ele através de uma defasagem e de um anacronismo. Aqueles que coincidem muito plenamente com a época, que encaixam-se ponto por ponto perfeitamente nela, não são contemporâneos porque, exatamente por isto, não chegam a vê-la, não conseguem manter o olhar fixo nela (AGAMBEN, 2008, p.1-2).

Assim, para dizer ser contemporâneo é preciso ter certo afastamento do próprio tempo para ver e perceber nele não o que está claro, mas as suas sombras, a sua obscuridade. Porém, tal distanciamento não equivale a colocar-se fora do seu tempo, ao contrário, é perceber na escuridão algo que também é seu e que interpela e convoca incessantemente: “Contemporâneo é aquele que recebe em pleno rosto o facho de treva que provém do seu tempo” (AGAMBEN, 2008, p. 3).

A contemporaneidade, além de introduzir no seu presente certa descontinuidade temporal entre um *não mais* (passado) e um *ainda não* (futuro), também mantém uma relação particular com esses *outros tempos*, especialmente com o passado. O contemporâneo se inscreve no presente através das marcas arcaicas daquilo que o originou e que nele continuam incessantemente a pulsar. Assim, Agamben refere:

Mas a origem não está situada apenas em um passado cronológico: ela é contemporânea ao devir histórico e não cessa de operar nele, como o embrião

continua a agir nos tecidos do organismo maduro e a criança na vida psíquica do adulto (AGAMBEN, 2008, p.5.)

Nessa perspectiva, o passado e o presente (o presente é o futuro atualizado) estão numa relação dinâmica e sobreposta, diferente da concepção das *grandes narrativas* das teorias evolucionárias da modernidade, na qual a história humana possui uma direção global e na qual somos seres tendo um passado definitivo e um futuro previsível.

O contemporâneo é o tempo da atualidade, mas como nominá-lo? Apesar dos inúmeros termos e posições teóricas a respeito da modernidade e da pós-modernidade, não tenho a intenção de adentrar em tais questões. Neste estudo, compartilho do pensamento de autores que compreendem ser a contemporaneidade um tempo de transição paradigmática no campo epistemológico e social, que comporta grandes turbulências e desregulações (BOAVENTURA, 1996) e no qual ainda vivem-se as consequências da modernidade (GIDDENS, 1991). A ideia de *fim da história*, da *pós-modernidade* ou da profunda transformação nos modos de convívio humano e nas condições sociais de vida atual mostra ser o efeito da nova modernidade na condição humana (BAUMAN, 2001). Entende-se existir aproximação entre as ideias dos autores mencionados, pois, nas suas visões, a sociedade na contemporaneidade, mesmo em transição, vive ainda a modernidade:

Chamo de modernidade um período histórico que começou na Europa Ocidental no século XVII com uma série de transformações socioestruturais e intelectual profundas e atingiu a maturidade primeiramente como projeto cultural, com o avanço do Iluminismo e depois como forma de vida socialmente consumada, com o desenvolvimento da sociedade industrial. Portanto, *modernidade*, da forma como emprego o termo, de modo algum é idêntica a *modernismo*. Este é uma tendência intelectual (filosófica, literária e artística) que – como precedente- alcançou sua forma integral no início deste século e que em retrospecto pode ser vista (por analogia ao Iluminismo) como um “projeto” da *pós-modernidade* ou um estágio preliminar da condição pré-moderna (BAUMAN, 1999, p.11).

Giddens refere estarmos alcançando um período em que as consequências da modernidade estão mais potencializadas e universalizadas do que outrora, trazendo uma nova e diferente ordem, a *pós-moderna*, que não é sinônimo de *pós-modernidade*.

Não vivemos ainda um universo social moderno, mas podemos ver mais do que uns poucos relances da emergência de modos de vida e formas de organização social que divergem daquelas criadas pelas instituições modernas (GIDDENS, 1991. p. 58)

A modernidade trouxe consigo extensas e intensas transformações nos modos de vida, desvencilhando *todos*<sup>64</sup> os tipos tradicionais de ordem social, de uma forma sem precedentes. Nesse processo, proliferaram redes de interconexão social por todo o globo, assim como modificaram os modos de existência humana em seus aspectos mais íntimos. Cabe ressaltar a globalização como sendo uma das consequências fundamentais da modernidade, produtora de efeitos nas formas de interdependência mundial e da subjetividade (GIDDENS, 1991; BAUMAN, 1999).

Segundo Giddens (1991), apesar de existir certa continuidade entre o tradicional e o moderno, nos últimos três ou quatro séculos ocorreram mudanças extremamente importantes e impactantes que separaram as ordens sociais tradicionais das instituições sociais modernas. Dentre as discontinuidades, o sociólogo evidencia o acelerado *ritmo de mudança* (em todas as esferas da civilização), o *escopo da mudança* (interconexão global produz transformação social que incide virtualmente por toda superfície da terra) e a *natureza intrínseca das instituições modernas* (modos de organização social que não existiam em períodos pré-modernos). Quanto à última, o autor aponta a especial significação do sistema capitalista e do sistema político do Estado-nação na sociedade moderna.

O autor ressalva a importância de considerar na análise da sociedade moderna o estatuto de Estado-nação como sendo um tipo de comunidade social totalmente distinto dos modos de organização pré-modernos. Na perspectiva de Boaventura (1996), a soberania dos Estados e a obrigação política vertical dos cidadãos constituíram um dos axiomas fundamentais da modernidade devido a sua significativa função na modulação da sociedade e da subjetividade dos sujeitos.

A meu ver, as posições teóricas mencionadas mostram existir uma relação entre as estruturas sociais e as formas de subjetivação, sendo tal tese trabalhada (com olhares distintos) por autores tanto do campo sociológico como do psicanalítico. Entende-se ser fundamental contextualizar o sujeito na sua cultura, pois, caso contrário, corre-se o risco de evocar uma subjetividade a-histórica e universal.

Freud, com visão pioneira, preocupou-se em discutir as incidências sociais da sua época na psique dos sujeitos. Através da reflexão sobre o processo civilizatório, teceu uma importante leitura a respeito da modernidade, inclusive porque foi nela que a civilização

---

<sup>64</sup> Termo ressaltado por Giddens (1999).

enquanto categoria surgiu<sup>65</sup>. Birman (2007) refere ser a problemática da civilização um tema central da filosofia e das ciências humanas nos séculos XVIII e XIX.

Assim é sempre a questão da modernidade que está em pauta para o discurso freudiano quando este toma a civilização como objeto de pesquisa e reflexão. A questão freudiana se resume, pois, aos efeitos da modernidade sobre o sujeito quando este se funda nas pulsões como um de seus polos (BIRMAN, 2007, p. 140).

Mais tarde, o sociólogo Norbert Elias<sup>66</sup> (1993;1994) analisa a civilização europeia ocidental ligada ao surgimento e à formação do Estado-nação moderno, contexto no qual emerge *A sociedade dos indivíduos*<sup>67</sup> (ELIAS, 1994). Cabe mencionar a *individualização* como sendo uma das características da modernidade e como decorrência do próprio processo de instauração da sociedade. No pensamento do sociólogo, indivíduo e sociedade não são opostos<sup>68</sup>, pois a sociedade dá forma à individualidade dos seus membros, ao passo que os indivíduos dão forma à sociedade a partir de suas ações na rede de interdependência social.

Bauman (2001) destaca a individualização dos membros da sociedade como sendo a marca registrada da sociedade moderna e entende que essa característica ganhou hoje um novo peso em relação àquele de cem anos atrás.

Pode-se dizer que, assim como Elias historicizou a teoria de Sigmund Freud do “indivíduo civilizado”, explorando a civilização como um evento na história (moderna), Beck historicizou a narrativa de Elias do nascimento do indivíduo ao rerepresentar esse nascimento como um aspecto perpétuo da contínua, compulsiva e obsessiva *modernização* (BAUMAN, 2001, p. 40).

Conforme Bauman (2001), para além da *individualização* moderna (expressão pleonástica), o indivíduo da atualidade precisa fabricar uma identidade para si, pois já não lhe

---

<sup>65</sup> Mais adiante será esclarecido o surgimento da *civilização* como um processo que se instaura ao final da Idade Média, conforme indica Elias (1994).

<sup>66</sup> Ao longo da tese utilizo a expressão *elisiana* para designar a teoria de Norbert Elias.

<sup>67</sup> *A sociedade dos indivíduos*, de Norbert Elias (1994), é uma obra que mantém estreita proximidade com os dados discutidos no *Processo civilizador* (1993; 1994), naquilo que concerne às relações entre indivíduo e sociedade.

<sup>68</sup> Essa é uma ideia muito forte na teoria elisiana, pois na medida em que aumenta a divisão das funções sociais, a rede de interdependência também se torna mais complexa devido ao maior grau de entrelaçamento dos indivíduos. Nesse processo, o autocontrole torna-se imprescindível para que as relações sociais sejam viáveis. Assim, o controle das pulsões permitiu aos indivíduos construir a sociedade e, ao mesmo tempo, essa socialização produz a *individualização*. Em outras palavras, o autocontrole, requisito necessário para vida social, é produtor de diferenças de comportamento, sentimentos e até mesmo de fisionomia. “[...] mais *individualizados* tornam-se os indivíduos. No curso desse processo, não só as pessoas se tornam de fato mais diferentes em sua composição como cada pessoa se conscientiza mais dessa diferença.” (ELIAS, 1994, p. 117).



é mais garantido o pertencimento a um lugar social sancionado, como ocorria por ocasião do início da modernidade:

Uma vez rompidas as rígidas molduras dos estamentos<sup>69</sup>, a tarefa de *autoidentificação* posta diante de homens e mulheres do princípio da era moderna se resumia ao viver “de acordo” [...], de conformar-se ativamente aos emergentes tipos sociais de classe e modelos de conduta, de imitar, seguir o padrão, “aculturar-se”, não sair da linha nem se desviar da forma (BAUMAN, 2001, p. 42).

Na sociedade contemporânea da *individualização*, os indivíduos encontram liberdade para escolher, porém tal liberdade por vezes é sentida como uma ausência de referências a serem seguidas. A *nova modernidade* trouxe consigo uma desregulamentação da ordem social tradicional vigente. Na *primeira modernidade*, o projeto iluminista tinha como base a universalidade, a racionalidade e as certezas. Não havia espaço para as ambivalências, pois a ordem tradicional regia a existência humana, conferindo aos sujeitos um apaziguamento (ilusão) quanto as suas angustias e incertezas. O *pós-moderno* (*segunda modernidade*) traz no seu bojo um desconforto, pois não há para os sujeitos mais certeza sobre as incertezas, nem existe apenas uma verdade (BAUMAN, 1999).

Segundo Birman (2007), a modernidade do social coloca novas exigências para a subjetividade, visto que as escolhas e opções não estão mais fixadas na tradição. Nesse sentido, a insegurança e a angústia emergem de modo mais contundente.

Importa colocar que a época moderna, com seu edifício de certezas, abrigou os sujeitos em relação à experiência de desamparo, mas também os fixou em ideários sociais, reprimindo os desejos particularizados e produzindo sofrimento. Birman (2007) entende que Freud foi um *cartógrafo* da modernidade, pois mapeou através da psicanálise a antinomia entre a pulsão e o social, discutindo assim os impasses do sujeito na civilização moderna.

Freud, na obra *O mal estar na civilização*, mostrou que, para ganhar algo, costumeiramente, precisamos perder algo. Segundo o psicanalista, a civilização foi construída a partir do recalque da pulsão, onde o princípio do prazer teve que ceder lugar ao princípio da realidade.

Ao retomar a ideia freudiana de o homem civilizado ter trocado parte de sua felicidade por uma cota de segurança, Bauman (1998) mostra ser a *ordem* a pedra angular da modernidade e também a fonte de mal estar. A renúncia forçada, ou supressão, teve como efeito a escassez de liberdade, gerando sofrimento nos sujeitos.

---

<sup>69</sup> No sentido de lugares.

Hoje, ao invés da compulsão à renúncia forçada, emerge a desregulamentação em prol da *liberdade* e do desejo individual a serviço do prazer. Segundo o autor, a antiga norma da modernidade continua valendo na atualidade, porém com ganhos e perdas em lugares diferentes: “os homens e as mulheres pós-modernos trocam um quinhão de suas possibilidades de segurança por um quinhão de felicidade”. (BAUMAN, 1998, p. 10).

Desse modo, deseja-se evidenciar que na transição da modernidade para a *pós-moderna*, algo da ordem do sujeito e do desejo se modificou. Birman (1999) entende existir uma oposição entre os modos de subjetivação da modernidade e da *pós-modernidade*<sup>70</sup>, pois na atualidade o *eu* ocupa lugar privilegiado em relação ao sujeito. Como mencionado antes, a sociedade contemporânea caracteriza-se pela exaltação das individualidades e, acrescento, das imagens.

Nessa perspectiva, as teorias contemporâneas a respeito de *A cultura do narcisismo* (LASCH, 1983), *A sociedade do espetáculo* (DEBORD, 1995) e *A sociedade do consumo* (BAUDRILLARD, 1991) denunciam a lógica do individualismo exacerbado e o fascínio desses indivíduos pela miragem e pelos objetos de consumo.

Segundo Baudrillard (1991), o consumo aparece na sociedade contemporânea como o modo ativo de relação do sujeito com os objetos e com o mundo. Tais objetos estão em cena em todos os ambientes da vida dos indivíduos e são permanentemente celebrados na mídia. Para o autor, o consumo surge como um novo mito tribal e rege o mundo contemporâneo. Na ótica psicanalítica, Chemama (2002), ao analisar a cena contemporânea, refere existir hoje uma crença de que toda a relação pode ser tomada como uma relação com o objeto, em que o sujeito coloca-se como objeto oferecido ao gozo do outro ou como um sujeito que goza do outro.

Por sua vez, o sociólogo francês Debord (1995) entende ser a imagem ou a performance o regulador dos laços sociais. O autor entende o espetáculo não como um conjunto de imagens, mas uma relação social entre as pessoas, mediatizada através das imagens. “O espetáculo, entendido em sua totalidade, é o resultado e o projeto do modo de produção existente. Não é um complemento do mundo real, uma decoração superposta a esse. É a medula do irrealismo da sociedade real” (DEBORD, 1995, p. 41).

No mundo contemporâneo, o artefato da mídia produz e reproduz imagens que veiculam fantasias e desejos dos sujeitos, mas que são capturadas por cada um de modo

---

<sup>70</sup> Apesar de Birman usar a expressão *pós-modernidade*, entendo que o autor não está se referindo a um novo período histórico, mas sim ao estágio atual da modernidade.

singular. O *espelho mágico* na era da comunicação midiática, ao mesmo tempo, reflete e convoca o sujeito a se apresentar como um ser sustentado no registro imaginário, em que os objetos, bens, beleza ou um modo de vida ganham centralidade na definição dos indivíduos frente aos demais.

Segundo Birman (1999), a sociedade *pós-moderna*, caracterizada pela exterioridade (sociedade do espetáculo) e pelo autocentramento (sociedade do narcisismo), criou um modelo de subjetividade onde o *eu* está no lugar antes ocupado pelo *sujeito desejante* da modernidade. Segundo o autor, essa é uma nova forma de subjetivação e dela decorrem vários desdobramentos.

O que justamente caracteriza a subjetividade na cultura do narcisismo é a impossibilidade de poder admirar o outro em sua diferença radical, já que não consegue se descentrar de si mesmo. Referindo sempre a seu próprio umbigo e sem poder enxergar um palmo além do seu nariz, o sujeito da cultura do espetáculo encara o outro apenas como um objeto para seu usufruto. Seria apenas no horizonte macabro de um corpo a ser infinitamente manipulado para o gozo que o outro se apresenta para o sujeito no horizonte da atualidade (BIRMAN, 1999, p. 25).

Mas como estas características da cultura atual têm atravessado a subjetividade das mulheres-mães em relação à sua posição no ato educativo?

Não tenho a intenção neste trabalho de focar as psicopatologias decorrentes das novas formas de subjetivação, contudo interessa refletir a respeito das repercussões da cultura na subjetividade das mães contemporâneas. Pode-se dizer que as mulheres-mães de hoje vivenciam, ao mesmo tempo, os vestígios deixados pela sociedade tradicional e os lampejos de um futuro ainda indefinido, carente de referências e certezas. Eis a modernidade, repleta de contradições e paradoxos, anunciando um novo tempo, que ainda não chegou.

Levando em conta os elementos apontados, conforme referidos na introdução, a contemporaneidade é tomada aqui como uma *dobradiça*. Nesse cenário, o sujeito contemporâneo, inserido numa rede de significantes, vivencia a aprendizagem de um discurso social carregado de mensagens ambíguas, que alimenta o estofado do seu desejo.

Sabe-se da fundamental importância da mãe desejar a sua criança, bem como realizar investimento narcísico no filho para que esse possa advir enquanto sujeito. Tendo em vista tais questões, pergunta-se como as mães da cultura do narcisismo, do espetáculo e do consumismo desejam e fazem esse investimento? Para a mãe da atualidade, o filho ocupa lugar de objeto ou sujeito? Quais são os destinos dos desejos das mulheres situadas na

*dobradiça* em relação aos filhos? Parafraseando a emblemática pergunta do pai da psicanálise a respeito de *o que quer uma mulher*, questiono nesta investigação, *o que quer uma mãe?*

#### 4.2 AMOR DE MÃE É INCONDICIONAL?

Lanço mão aqui de um recorte discursivo de uma das mulheres pesquisadas, designada Lúcia, Sujeito 2, sobre o tema *ser mãe* para dar visibilidade à forma como a maternidade está associada ao amor incondicional como algo *natural*, trazendo uma discussão sobre a construção dessa concepção no discurso social.

Ser mãe é esse cuidado, de estar junto, de estar perto, de... **Acho que ser mãe é amar incondicionalmente, acima de tudo e de qualquer coisa.** Quando tu geras, a grávida já é mãe. Bem diferente do pai, não é? E tu tens obrigação de zelar por aquilo ali. Ser mãe é... mesmo quando tu estás triste com certas atitudes tu consegues ser feliz. Superar qualquer coisa. É teu filho, mesmo que venha ter a vida dele, é teu filho e vai poder contar contigo o resto da vida. Das melhores coisas do mundo! Prazer extremo, se mexer, nascer, mamar. Aquilo te preenche, te dá segurança, alguém precisa de ti pra viver... Tu tens que estar bem para cuidar do filho... Está dando vida para a criança... **É pleno, não existe amor maior... tudo valeu a pena.**

Na cultura ocidental, a mãe é uma figura mítica. Espera-se dela uma atitude amorosa, acolhedora e devotada em relação ao filho. No imaginário social, a mãe é a encarnação do bem supremo, do amor incondicional e a maternidade é entendida como um atributo natural feminino. Será mesmo a maternidade um *dom*? A maternidade e amor estão inscritos desde sempre na mulher?

Algum tempo atrás foi noticiado o abandono de um bebê numa estrada da região metropolitana gaúcha. Apesar de ter sido deixado ao relento numa noite fria de outono, envolto apenas numa sacola plástica, a criança sobreviveu. Ao resgatar o bebê, o policial entrevistado diz que a mãe deve ter sido motivada por alguma situação *excepcional ou especial*, pois somente isso poderia justificar o seu ato. O abandono da criança pela mãe não é um fato qualquer, nem tampouco desejável. Todavia, é no enunciado do policial que reside o interesse, pois nele está posta a crença em torno do amor materno como algo instintivo, sendo que apenas uma *falha* muito importante poderia desviá-lo de seu destino, no caso, o filho.

Segundo Badinter (1980), o amor materno não é inato ou instintual, pois a mulher é um ser de desejo, inserida num campo simbólico e cultural. A relação da mulher com a

maternidade não pode ser explicada pela *voz do ventre* ou *natureza feminina*, mas por fatores psíquicos, sociais e históricos. A autora propõe a seguinte interrogação: se o amor materno é instintivo, por que a mãe do século XVIII era tão indiferente aos filhos, abandonando-os aos cuidados das amas de leite?

Destaca-se, aqui, a existência de variações nas atitudes das mães em relação aos cuidados dos filhos no decorrer da história. O amor materno não é uma prerrogativa instintiva, mas está associado ao discurso social de uma época, afirma a filósofa. Desse modo, percebe-se a necessidade de contextualizar historicamente a mãe e compreendê-la a partir de três abordagens: do pai, do filho e da sua própria condição de mulher. Ao considerar a mulher como um sujeito da cultura, entende-se ser importante examinar a maternidade relacionada aos sentimentos e valores dominantes acerca do homem-pai, mulher-mãe e a criança-filho no curso da história.

A história da família ocidental está marcada tanto pela autoridade do pai como pela autoridade do marido. A origem longínqua do patriarcado pode estar situada na Índia, visto que em textos antigos e sagrados<sup>71</sup> desse povo, a família aparece como um grupo religioso no qual o pai tem o poder absoluto sobre as mulheres e crianças. Durante toda a Antiguidade, o homem ocupou o papel central na família e os direitos das mulheres e crianças eram muito limitados.

A mensagem de Cristo trouxe a ideia de igualdade entre marido e mulher, inclusive em relação aos direitos e deveres com os filhos. Apesar das distorções nas interpretações dos apóstolos e teólogos em relação à palavra de Cristo, a Igreja Cristã possibilitou algumas modificações na condição da mulher e na aquisição de direitos, porém tais melhorias ficaram limitadas às classes superiores. Ainda hoje o discurso do cristianismo, motivado por suas raízes judaicas, privilegia a autoridade do pai e do marido sobre a mulher e os filhos. Para a teologia cristã<sup>72</sup>, o homem é representante da autoridade de Deus, portanto é divino, cabendo-lhe conduzir a família. Por sua vez, a mulher é associada ao pecado, à sexualidade e à fragilidade, devendo estar subordinada ao homem.

Além do discurso religioso, o discurso filosófico também fundamentou a autoridade masculina. Para Aristóteles, a autoridade do homem é legítima em função da desigualdade natural entre os seres humanos e como o homem é em essência a criatura mais semelhante a Deus, é divino.

---

<sup>71</sup> Vedas, Árias, Bramanas e Sutras (BADINTER, 1980).

<sup>72</sup> Teologia é o estudo sobre Deus. A teologia cristã refere-se às ideias ou crenças fundamentais do cristianismo.

Mais adiante, no século XVII, o poder do pai é fortalecido no intuito de associá-lo à autoridade do rei. Autoridade paterna, autoridade soberana e autoridade divina são equacionadas a fim de consolidar o poder monárquico no sistema absolutista. Na sociedade patriarcal, hierarquicamente estruturada, o sentimento predominante na célula familiar era o medo, sendo a obediência a primeira virtude da mulher e da criança.

Na medida em que se conhece a *mecânica evolucionária da história* (Elias, 1994, p.19), tornam-se mais claras as relações entre os modos de estrutura social e os processos psíquicos. Ao analisar documentos e obras de historiadores de costumes, Badinter (1980) convida a refletir sobre as mães do século XVIII que eram indiferentes aos filhos. Nessa época havia o costume das mulheres confiarem seus filhos às amas de leite, e devido à insuficiência nos cuidados, a taxa de mortalidade infantil era elevada, como pode-se perceber na seguinte passagem: “Graças a Marcel Lanchiver, os historiadores dos costumes conhecem bem o caso de Marie Bienvenue, ama negligente que deixou morrer trinta e uma crianças em cerca de catorze meses.” (BADINTER, 1980. p.12). Mesmo sabendo desses casos, as mães continuavam entregando seus filhos aos cuidados das amas. Assim, a autora mostra existir momentos históricos onde há *falhas* em relação ao exercício da maternidade, relacionando-as às aspirações e ideais vigentes naquela sociedade.

Embora esteja fundamentada em outra disciplina, a tese da filósofa sobre a maternidade *desnaturada* converge com os pressupostos da psicanálise, que considera o sujeito como um ser de linguagem, a saber, da cultura. Para a psicanálise o processo de subjetivação está sempre inscrito num contexto histórico e social, caracterizados por uma determinada disposição simbólica. A propósito disso, Kehl (2008) ressalta ser essa a posição da psicanálise: “Que não trabalhamos com um sujeito transcendental, mas com os sujeitos encarnados em suas circunstâncias e inseparáveis delas [...] isto já não está pelo menos previsto em Freud e explicitado por Lacan?” (KEHL, 2008, p.254). Com isso, destaca-se que as significações da maternidade e os modos como as mulheres a tomam estão em conexão com os discursos presentes no laço social de uma determinada época da civilização.

#### 4.2.1 Processo civilizador e subjetividade

Norbert Elias (1993;1994), na sua obra magna intitulada *O processo civilizador*, analisa as mudanças na conduta e sentimentos humanos ligando-as ao surgimento do *Estado*. Em outros termos, o sociólogo mostra as relações entre a formação do Estado moderno e as mudanças na estrutura da personalidade, a partir da internalização das regras sociais e dos modos de percepção do sujeito sobre si mesmo. Ao se debruçar sobre a história da civilização<sup>73</sup> europeia ocidental e analisar a história dos costumes, o autor propõe alguns questionamentos: Como os homens se tornaram educados? Como se civilizaram? Como surgiram as boas maneiras? Para respondê-los, realizou o estudo de documentos e obras de época a fim de compreender a longa e lenta evolução do processo da civilização. A etnografia histórica constituiu seu método de pesquisa e foi através dela que teceu um criterioso diálogo com a realidade, tendo como objetivo compreender como e por que mudam os padrões de comportamento na sociedade.

O interesse pela obra eliasiana<sup>74</sup> reside no fato dela mostrar a relação entre as estruturas de personalidade e as estruturas sociais e sublinhar o caráter móvel da subjetividade humana. Em outros termos, na obra do sociólogo o homem é apresentado como um ser em movimento, ou seja, como um sujeito em constante processo de construção da subjetividade.

Ao analisar as mudanças de comportamento e da vida afetiva dos povos ocidentais e evidenciar a complexa rede de significações e forças envolvidas nesse processo, Elias (1994) evoca a ideia de *condição humana*. Para o autor, não há uma natureza humana fixa ou uma forma definitiva de ser e existir. Assim como Hannah Arendt (2008), o autor entende que o homem se constrói e é construído na sua interação com o mundo, pois ao sobrepujar a natureza tornou-se o fabricante do próprio habitat. Ambos os autores entendem existir uma artificialidade no homem, pois é ele mesmo o construtor de si e do mundo onde vive. Elias (1994) destaca que a artificialidade do homem reside na instauração dos controles de sentimentos e condutas sobre si mesmo (o autocontrole) como resultado da complexidade de interdependência dos indivíduos na sociedade.

---

<sup>73</sup> Elias (1994) utiliza o termo alemão *Kultur* para designar civilização, sendo empregado para designar a autorrepresentação ou autoimagem de uma nação ocidental sobre si.

<sup>74</sup> Expressão que designa a teoria do sociólogo Norbert Elias.

Para o sociólogo os modos de estruturação social e os modos de estrutura da personalidade estão entrelaçados, sendo a sociogênese e a psicogênese dimensões inseparáveis no *processo civilizador*. Interessa chamar a atenção para a análise do autor sobre a realidade ser móvel e dinâmica tanto nos processos sociais como nos psíquicos. Tendo em vista a mobilidade dos comportamentos e sentimentos como a característica central da civilização, pode-se interrogar se há a emergência de uma nova subjetividade em cada era? Como muitos indivíduos se subjetivam de uma maneira comum ou singular numa sociedade? Como são as formas de subjetivação na nossa sociedade?

A noção de *indivíduo* e *sociedade* como sendo duas dimensões opostas, no sentido de *dentro e fora* ou de *casca e cerne*, é rejeitada pelo autor, pois vê nisso uma impossibilidade de separação. A imagem de *personalidade fechada* é substituída por *personalidade aberta* em função do necessário grau de relacionamento entre os indivíduos, isto é, a rede de interdependência. Essa rede de interdependência nada mais é do que os modos como os indivíduos estão ligados entre si, com maior ou menor grau de autonomia, formando o que o autor chama de configuração, ou seja, uma estrutura de pessoas mutuamente orientadas e dependentes. Ao desenvolver o conceito de configuração social, o sociólogo coloca em evidência a interdependência entre as pessoas e as forças atuantes nessa rede como o núcleo central para a compreensão do comportamento psíquico e social. Acentua a importância de visão a longo prazo em relação aos processos de transformação da civilização e confere aos fatos um sentido.

Em outros termos, há uma lógica e um sentido nos acontecimentos, porém o significado só pode ser conhecido *a posteriore*. Daí, Elias julga não existir uma linearidade na história ou uma evolução necessária para a humanidade, mas crê no avanço do processo civilizatório e na constante transformação estrutural da sociedade.

As mudanças nas interações cotidianas decorrem da instalação do controle, ou seja, da dinâmica entre a compulsão e a renúncia à satisfação dos impulsos. Nessa perspectiva, o comportamento sofre transformações conforme as novas proibições e exigências sociais são estabelecidas. Quero destacar aqui que *o processo civilizador* é erigido na medida em que o controle social torna-se autocontrole. Assim, Elias (1994) propõe que a civilização surge quando uma *parede invisível* é instalada entre um corpo humano e o outro.

Freud mostrou a importância do recalque da pulsão na estruturação da sociedade, pois sem a barra do recalque o laço social seria impossível. Nesse sentido, a psicanálise e a teoria eliasiana se aproximam, pois ambas acentuam a importância do controle da pulsão e do



adiamento da descarga motora na busca de satisfação imediata. Para essas disciplinas, a civilização ou humanização acontece quando a linguagem é instaurada no lugar do livre impulso e ação. Neste ponto, interessa enfatizar que o civilizar ocorre quando a dimensão simbólica da palavra atravessa as relações dos homens consigo e com os demais, o que produz transformações nas subjetividades e no laço social. Destaca-se a obra do sociólogo porque ela permite conhecer, através dos fatos históricos, *como e porque* ocorreram as mudanças nas exigências e proibições sociais, relacionando-as às alterações nos processos psíquicos.

Elias (1994) enuncia não existir um ponto na história onde a civilização inicia em contraposição ao *barbarismo*. O que ocorre é um período de transição entre o final do período medieval e a primeira fase moderna, no qual há uma clara mudança no padrão de comportamento. A expressão da classe alta secular da Idade Média, representada pelos círculos cortesões dos grandes senhores feudais, tornou-se o modelo de *bom comportamento* e servia como imagem para as demais classes, ditando os códigos específicos de conduta.

As mudanças em relação às maneiras à mesa, os modos com as funções corporais, o comportamento no quarto, as atitudes entre os sexos deflagram o surgimento dos sentimentos de vergonha e repugnância, antes inexistentes. Dito de outro modo, o aparecimento da *etiqueta* ou *costumes* assinala uma profunda transformação nos modos de interação das pessoas no cotidiano.

Segundo Elias (1994), o tratado de Erasmo, intitulado *Sobre civilidade nas crianças* (*De civilitate morum puerilium*) sintetiza o espírito da época, pois mostra o código cortesão como o modelo ideal de conduta. A publicação da obra coincide com o período em que ocorria o declínio da nobreza dos cavaleiros feudais e a formação da aristocracia da corte. Apesar de ser dedicado a um menino nobre, o tratado tem como objetivo ensinar como os adultos devem se comportar.

Na Idade Média, as exigências de controle e de comedimento em relação aos adultos eram muito menores do que nas etapas posteriores da história. Somente quando surgem novas proibições e exigências em relação às maneiras e ao comportamento é que ficam mais evidentes as diferenças entre o comportamento do adulto e da criança. Interessa ressaltar que essa diferenciação ocorre na medida em que os controles dos impulsos são instalados. Com base nisso, entende-se a *invenção da infância* (ARIÈS, 2006) como o resultado do processo de repressão dos impulsos instalado no tecido social medieval.

Mas exatamente por causa desse aumento da proibição social de muitos impulsos, pela sua “repressão” na superfície da vida social e na consciência do indivíduo,

necessariamente aumenta a distância entre a estrutura de personalidade e o comportamento de adultos e crianças (ELIAS, 1993, p. 147, v.1).

No curso da civilização, na medida em que o recalque se sobrepõe ao prazer, as gratificações são deslocadas para um universo mais secreto e privado. O medo e o nojo são os sentimentos moduladores do comportamento, pois surge no indivíduo o receio de apresentar atitudes inconvenientes e reprovadas pelos demais. Assim, a capacidade de controlar os impulsos torna-se uma *marca de distinção*, de refinamento social. O comportamento cortês torna-se o modelo de comportamento e a referência quanto às diferenças entre as classes sociais.

O tratado de Erasmo mostra essa tendência à privatização dos sentimentos, pois tudo o que causa repugnância, vergonha e embaraço deve ser retirado da cena social. Nesse cenário, a família surge como o espaço privado de relaxamento para o indivíduo face às exigências sociais. A despreocupação com o corpo e suas funções desaparece na medida em que surgem as preocupações com a nudez e as vestimentas. A partir do século XVI, a relação com o corpo fica mais *íntima* e a família torna-se o lugar onde as funções corporais ganham expressão.

Nos colóquios de Erasmo, as crianças aparecem de modo pouco diferenciado em relação aos adultos, pois são vestidas e participam dos assuntos tal como eles. No contexto da sociedade feudal, a sexualidade era tratada como algo natural, por isso as crianças tinham acesso aos saberes em relação ao sexo tanto quanto os adultos. Para exemplificar a naturalidade em relação à sexualidade, Elias (1990) remete à situação das prostitutas que, apesar do pouco valor social, tinham um lugar na cena pública e direitos tais como qualquer outra categoria profissional. Do mesmo modo, não havia vergonha ou embaraço em relação à nudez dos noivos por ocasião do casamento e do leito nupcial. Apenas no final da Idade Média é que o casal precisava da autorização para deitar vestidos. O patamar da vergonha em relação à sexualidade foi consolidado somente nos séculos XIX e XX, quando surge a necessidade de remover para o *fundo da cena* tudo o que fosse relativo à vida sexual, tanto para adultos como para crianças.

Na sociedade aristocrática de corte, com o aumento dos controles em relação à vida instintiva, a vida sexual foi sendo encaminhada à esfera privada. Apesar disso, ainda era comum nesse período, no século XVII, os adultos tratarem de questões relacionadas à sexualidade na presença de crianças. “É só quando cresce a distância entre adultos e crianças é que o ‘esclarecimento de questões sexuais’ se torna um problema agudo” (ELIAS, 1993, p. 179. v.1).

No curso do *processo civilizador*, a sexualidade vai sendo gradualmente retirada e ocultada da cena social. Ocorre um movimento em direção à privatização dos impulsos sexuais para dentro da família nuclear e, mesmo nela há uma *conspiração de silêncio* (ELIAS, 1993, p. 181. v.1) em torno dos assuntos relacionados à sexualidade, inclusive entre os adultos.

A educação sexual do século XIX instruía os pais a evitarem o contato das crianças com o tema da relação entre os sexos. Em verdade, esse novo comportamento de mistério e recato em torno da sexualidade diz respeito à elevação do patamar de vergonha e embaraço dos adultos, por isso a dificuldade deles em falar e educar as crianças quanto à atividade sexual. Com a gradual privatização dos impulsos, a família torna-se a maior responsável pela educação das crianças. Antes disso, a criança aprendia a vida no contato direto com os adultos, já que vivia misturada a eles na cena social, como indicam Elias (1993) e Ariès (2006). No curso civilizatório, fica evidente a progressiva divisão entre a esfera íntima (segredo) e a esfera pública. Nessa instalação do privado e da crescente importância da família, coube à mãe a tarefa de resguardar ou evitar o contato das crianças com os assuntos sexuais, inclusive frente à curiosidade infantil lançada pela ocasião de parto e de nascimento de um filho. O padrão de comportamento nesse século é o de recato em relação a esse campo da atividade humana. Assim, o modo de controle da vida instintiva mostra-se totalmente diferente do período medieval, onde as pulsões encontravam liberdade de expressão.

Tal diferença também se apresenta quando se foca o padrão de comportamento do guerreiro, classe governante secular da Idade Média. Durante os séculos X, XI e XII, a guerra e a espada eram os principais elementos da vida dos homens, e a expressão da agressividade através da violência física nas batalhas, fazia parte integrante da estrutura de sociedade e da estrutura de personalidade. Não temer a morte era essencial para a classe dos cavaleiros. A guerra, a pilhagem, a caça de homens e animais eram atividades normais da sociedade e motivos de prazer, porém tais ações não estavam circunscritas apenas aos guerreiros ou cavaleiros. A livre satisfação da vida instintiva se combinava com o prazer pela guerra e a destruição era uma característica da sociedade como um todo.

Durante a Idade Média, a mulher estava sob o domínio do homem e do seu desejo selvagem, pois era para ele um objeto sexual destinado à satisfação sem limite. Constantemente, as mulheres estavam sujeitas aos ímpetos dos homens, aos estupro e a outras formas de violência. Na estrutura social medieval, o homem encontrava glória na guerra ao passo que a mulher estava destinada ao espaço doméstico pouco valorizado: “Vá

para suas câmaras enfeitadas, senhora, nosso afazer é a guerra” (ELIAS, 1993, p. 77, v.2). Era o homem quem dominava as relações entre os sexos e esta submissão estava ligada à força física. Era comum um cavaleiro enraivecer e socar a esposa. Elias (1993) traz um exemplo: “O réu ouviu isso e a raiva coloriu-lhe o rosto; erguendo o punho, atingiu-a no nariz com tal força que tirou quatro gotas de sangue. E a senhora disse: ‘Meus mais humildes agradecimentos. Quando lhe aprouver, pode fazer isso novamente.’” (ELIAS, 1993, p. 76, v.2). Na sociedade medieval guerreira, o comportamento geral estava sob influência dos traços de dominação do homem, do universo masculino, a saber, da ação militar. A exclusão da mulher da principal atividade da época, a guerra, e o sua reclusão ao espaço doméstico conferia-lhe demérito e desprezo por parte dos homens. Até o século XVI, enquanto a classe alta é constituída pela aristocracia militar e agrária, a mulher tinha essa valoração social.

A maior igualdade entre os homens e mulheres ocorreu nas cortes absolutistas dos séculos XVII e XVIII, que será abordada ao longo da discussão. Por ora, cabe expor que nas cortes feudais do século XVII algumas senhoras feudais chegavam a ter poder econômico e político, configurando o primeiro movimento de emancipação feminina na história europeia ocidental, porém, mesmo assim, a superioridade masculina era marca do período secular medieval.

Ao final da Idade Média um grande número de cavaleiros sem terra e desfavorecidos foi atraído para as grandes cortes feudais em busca de novas oportunidades. O processo de transformação dos guerreiros em cortesãos tem início no século XI ou XII e é concluído apenas nos séculos XVII e XVIII, sendo essa uma das transições mais decisivas no *processo civilizador*. Ocorrem mudanças na rede de interdependência social e a sociedade passa a ter outra configuração, como o tipo de relação chamado de *Minnesang*. Este tipo de relação mostrou ser significativa alteração nas formas de interação, nos modos de controle dos impulsos, principalmente do cavaleiro com a senhora de linhagem e dona de terras.

O crescimento da população e a consolidação das relações de propriedade da terra, o excedente humano, a competitividade, o incremento do comércio e do uso da moeda foram alguns dos fatores que levaram à transição da sociedade guerreira para a de corte. A paisagem inicial do feudalismo, as tribos e as propriedades rurais, gradualmente foram sendo transformadas em feudos, e finalmente em Casas individuais e nas cortes. A interdependência nas cortes em função do maior agrupamento de pessoas cujas ações se entrelaçavam foi decisivo nas transformações da economia pulsional, especialmente dos guerreiros em relação à senhora da Casa.

Além da riqueza, os grandes senhores feudais também tinham interesse em adquirir prestígio, por isso traziam para os seus círculos poetas, historiadores, trovadores e os *Minnesängers*<sup>75</sup>, que eram contratados para enaltecer os atributos políticos e pessoais dos nobres feudais. Cantar e compor para um grande senhor e sua dama era uma saída para os indivíduos expulsos da terra, como era o caso dos cavaleiros. Um dos grupos sociais de origem do *Minnesäger* é o cavaleiro destituído de posses. A *Minnesang* e os sentimentos expressos através do canto e da poesia eram de natureza totalmente contrária à mentalidade cavaleiresca e ao comportamento brutal dos cavaleiros belicosos. Assim, Elias mostra como as mudanças subjetivas estão associadas às mudanças sociais, pois no lugar da violência emerge a arte, ou seja, a sublimação de impulsos indesejáveis para outros socialmente aceitos.

Além disso, nesse período começa a ser instalada uma lei, ainda que rudimentar, mas organizadora do laço social. Nas grandes cortes feudais, o fato da função militar ter diminuído e das pessoas estarem sob o olhar do senhor do território produziu um abrandamento da violência física. Como consequência da limitação no uso da força física, houve um aumento na importância social da mulher, pelo menos as de elite. A dominância masculina e o poder marital do senhor feudal permaneciam intactos, porém, nessa sociedade mais pacificada, as mulheres de alta classe são liberadas para as atividades intelectuais e nesse quesito superam os homens que ainda são educados para a função de cavaleiro e chefe militar. Mesmo sendo as mulheres mais refinadas, os homens mandavam.

De modo geral, as mulheres eram objetos de satisfação dos homens e na relação com elas não havia necessidade da contenção das pulsões. Na corte feudal, o convívio mais íntimo entre homens e mulheres de classes sociais distintas dá origem à poesia dos trovadores e dos *Minnesänger*. Elas expressam os sentimentos derivados de uma relação entre um homem de classe inferior e uma senhora de alta classe. A situação onde uma mulher é inacessível ou parcialmente acessível ao homem é determinante na instalação do controle das pulsões e da renúncia imediata do prazer, ou seja, é o surgimento do amor cortês. Tal ambiente emocional acaba por transformar daí em diante os modos de contatos entre homens e mulheres.

Os preceitos cortesões relacionados ao autocontrole estendiam-se a toda a sociedade, tanto a adultos como a crianças, porém o grau de controle e refinamento das cortes aristocráticas absolutistas dos séculos XVII e XVIII é bem maior.

---

<sup>75</sup> Artistas dedicados ao entretenimento da classe nobre medieval.

Para Elias (1993), o processo de civilização está associado ao avanço na interdependência devido à complexidade das funções sociais e divisão do trabalho, sob pressão da competitividade, em direção à formação de um aparelho governamental relativamente estável e centralizado, o *Estado*.

A progressiva divisão do trabalho e crescimento das cadeias de interdependência integra cada impulso e ação do indivíduo a de outro, tornando fundamental o autocontrole. Assim, os modos de interação social são a base da configuração da sociedade e das formas de subjetivar. Há na sociedade uma constante reconfiguração nas formas de interação econômica, política e sexual:

O que muda no curso do processo que denominamos de história são as relações mútuas, as configurações de pessoas e a modelação que o indivíduo sofre através delas. Mas, no exato momento em que essa historicidade fundamental do homem é vista claramente, percebemos também a regularidade, as características estruturais da existência humana, que permanecem constantes. Cada aspecto isolado da vida social apenas é compreensível no contexto desse movimento perpétuo (ELIAS, 1993, p.231, v.2).

A transição dos cavaleiros para cortesãos marcou a passagem do feudalismo para a corte aristocrática absolutista. Seria necessária uma grande digressão para discutir essa passagem, todavia não é esse o objetivo deste trabalho. Quero destacar com esse percurso as articulações entre as mudanças no campo social e as subjetividades na corte dos séculos XVII e XVIII, especialmente naquilo que concerne à posição da mulher e sua condição de mãe.

Cabe ressaltar o crescente papel da família ao longo do processo de transformação da sociedade feudal para a absolutista cortesã. Depois de muitas batalhas pela posse da terra, surgiram as Casas individuais, cujos governantes haviam ganhado predominância sobre os outros guerreiros. As Casas individuais, em torno das quais surgem as cortes, se fortalecem na medida em que agregam terras e poder militar até o momento em que uma única Casa passa a concentrar todo o poder. Nesse processo de fortalecimento da Casa mais rica, a Casa Real, a herança torna-se fator importante para a preservação das terras e é nesse movimento que a instituição da família começa a se consolidar. A importância da família nesse período esteve mais associada a fatores econômicos, tais como a terra e o poder, do que aos laços afetivos. Prover o sustento dos filhos era uma obrigação social, porém apenas as famílias mais abastadas podiam cumprir tal costume, por isso mesmo conceder propriedades aos filhos era uma maneira de ter prestígio. Assim, o *apanágio dos filhos* (ELIAS, 1993, p. 119. v.2) ou a dotação de posses era um mecanismo utilizado pelas Casas a fim de preservar o domínio e

ostentar status. Os laços consanguíneos são critério fundamental para a manutenção da posse de terra e a mulher torna-se moeda de troca das famílias, pois o casamento entre os parentes assegura a não distribuição das propriedades. De modo geral, o valor das mulheres no processo de consolidação do Estado monarquista ligava-se ao fato de serem herdeiras destinadas ao casamento.

Do mesmo modo, Ariès (1981), ao estudar a *História social da criança e da família*, descreve a família antes da modernidade como uma unidade cuja missão era preservar as posses, auxiliar os indivíduos a sobreviver e defender a honra e a vida. Somente a partir do final do século XVII e início do XVIII, quando ocorre o retraimento da família da vida pública para a vida privada é que surge um novo sentimento entre os membros da família, ou seja, o *sentimento de família* (2006, p.23), especialmente entre a mãe e a criança.

Na sociedade monarquista do século XVII, o pai era considerado uma figura poderosa, o representante de Deus e do rei na família, por isso era temido. Ocorre que, a partir desse século, a percepção dos adultos em relação às crianças começa a se modificar, o que vem a contribuir para as transformações da família na modernidade. Surge uma nova concepção de infância, o *sentimento da infância*, como retrata o trabalho de Ariès (1981), a partir do qual as crianças deixam de ser tomadas e criadas como miniadultos e passam a receber um outro cuidado e educação. O casal parental torna-se o principal responsável pela primeira educação das crianças, e nesse processo de privatização da família, estreitam-se os laços emocionais entre os adultos e os filhos. Aqui destaco o surgimento de um novo lugar da criança na economia libidinal dos pais e uma transformação nas relações entre os mesmos. As publicações dos educadores moralistas dos séculos século XVII e XVIII retratam bem as novas ideias a respeito do valor da criança e da família moderna fundada no amor materno.

No contexto de transição para a sociedade aristocrática absolutista, que deixa para trás o modo de vida dos cavaleiros sem rédeas, ocorrem mudanças nas relações de poder outrora restritas apenas aos governantes e governados. A ascensão social de novos grupos traz a necessidade de novas formas de controle emocional através das quais o indivíduo possa se relacionar com os demais. Nesse processo, há um fortalecimento da posição feminina, pois os homens precisaram limitar os seus impulsos em relação às mulheres, ao passo que as mulheres tiveram uma diminuição nas restrições.

#### 4.2.2 As mulheres e a maternidade

Elias (1993) afirma ser nas grandes cortes absolutistas dos séculos XVII e XVIII o lugar, na história europeia, onde ocorreu o maior grau de igualdade em termos de *status* ou poder social entre os homens e as mulheres. Nesse período ocorreu uma grande emancipação feminina, especialmente das aristocratas, *mulheres livres*, com recursos financeiros abundantes e sem o peso das imposições sociais. Apesar da estrutura social monarquista paternalista, a mulher aristocrata gozava de liberdade social, desfrutava de uma vida refinada e participava de círculos masculinos ligados à política, à cultura e à ciência. A aristocrata encarnava a imagem da mulher emancipada, elegante e intelectualizada e servia de modelo para todas as outras classes sociais. As mulheres abastadas nobres e burguesas, assim como as trabalhadoras e camponesas, tinham nessa mulher uma referência de comportamento. Esse fato pode ser explicado pela complexidade e interdependência das funções sociais presentes na corte absolutista, na qual os preceitos cortesões se estendem como padrão de comportamento para toda a teia social. O refinamento passa a ser a *marca de distinção*, por isso as mudanças de costume propagam-se entre toda a sociedade. As mulheres mais favorecidas, as aristocratas, foram as primeiras a praticar a *arte de viver sem os filhos* (BADINTER, 1980, p.85) a fim de desfrutar a vida mundana. Assim, as funções domésticas, a maternidade e a amamentação tornam-se atividades destituídas de refinamento e distinção.

Curiosamente, a emancipação feminina ocorre paralelamente à *descoberta da infância*. Anteriormente referi ser no século XVII e mais enfaticamente no século XVIII o período no qual a criança assume um novo valor aos olhos dos adultos. Pois é justamente nesse momento histórico que as mulheres recuam em relação aos cuidados com os filhos. Há nessa época o costume das mães deixarem seus filhos ao encargo das amas de leite, sendo tal prática extensiva a todas as classes sociais. Associada aos cuidados precários ou inexistentes das amas de leite em relação às necessidades vitais da criança estava a atitude de indiferença dos pais. Tal contexto resultava numa elevada taxa de mortalidade infantil, configurando uma prática *infanticida* generalizada em todas as classes sociais. Percebe-se que essa atitude de abandono e indiferença das mulheres francesas em relação aos filhos está associada à ideologia vigente da época. Nesse ponto, interessa destacar que, embora a filósofa não negue a existência do amor materno, o seu trabalho contribui para *desnaturalizar* a maternidade e demonstrar como as significações da mesma estão relacionadas à cultura.



Vários discursos foram produzidos ao longo dos séculos para fazer resistência à emancipação feminina e redirecionar a mulher a sua *verdadeira natureza* de esposa e mãe. A respeito disso, Kehl (2008) convida a pensar que a grande produção teórica entre os séculos XVIII e XIX e a preocupação dos autores quanto ao lugar e a natureza feminina denunciam a emergência na sociedade moderna de mudanças relativas às mulheres. Se a vocação natural da mulher é o casamento e a maternidade, por que tantos apelos para guiá-la?

A partir do final do século XVIII ocorre uma transformação ideológica e a onda de emancipação feminina sofre modificações. A nova moda é ser boa mãe e em torno dessa ideologia o mito do amor materno vai sendo construído para fortalecer a adesão das mulheres a essa condição. As burguesas, grupo social em ascensão, foram as primeiras a aderir às novas ideias referentes à configuração da família nuclear moderna.

Essa mudança está relacionada à estruturação da sociedade como monopólio público da moderna nação-Estado. O Estado, centro monopolista dos tributos e da força militar, consolida-se no espaço público como poder central sobrepujando a autoridade do espaço privado. Antes, o espaço privado do senhor feudal era o local privilegiado do poder, depois é o Estado através da figura do monarca quem domina a cena social.

Vemos aqui as articulações entre as mudanças no laço social e a produção da subjetividade. Desde o século XVIII, o *Estado* como espaço público torna-se mais forte do que o espaço privado onde o pai impera. Em outros termos, o poder paterno é enfraquecido na medida em que o Estado se solidifica como autoridade pública. Nesse processo de *humanização* do pai divino, a criança e a mãe ganham valor.

Aqui interessa retomar que o objetivo desse percurso histórico está em demonstrar como as significações da maternidade estão enredadas ao lugar ocupado pela mulher, pelo homem e pela criança no campo social. Cabe destacar que estamos nos referindo aqui aos papéis ou expectativas sociais em torno da maternidade e paternidade, e não às funções parentais<sup>76</sup>, embora os deslocamentos do feminino e do masculino possam trazer repercussões nos modos como os homens e mulheres se encarregam dessas funções. Além do mais, não se pode deixar de sublinhar os efeitos da valorização da infância nas formas como se concebe a parentalidade.

Ocorre que no regime do Estado existe o interesse de sanar a mortalidade infantil, visto que as crianças são fundamentais para a manutenção da nação. Na sociedade capitalista

---

<sup>76</sup> As funções materna e paterna como operações constitutivas da psique são discutidas ao longo da tese.

do final do século XVIII, o trabalho humano era indispensável para a produção de riqueza, assim como a população era garantia do poderio militar da máquina estatal. Nesse contexto, o amor das mães torna-se imprescindível para combater a mortalidade infantil, como analisa Badinter (1980).

Além disso, a filosofia iluminista reconfigura as relações entre os sexos e a motivação das mulheres em relação ao casamento e à maternidade. Há maior homogeneização entre marido, mulher e filhos devido às ideias sociais de igualdade e o surgimento do casamento por amor como expressão da liberdade individual. Desse modo, a família deixa de ser uma unidade econômica para se transformar numa unidade de afeto. A promessa de felicidade encontra lugar de realização para a mulher na família através da ocupação do seu papel de esposa e mãe.

Nesse cenário, a maternidade passa a ser vista como uma experiência natural da mulher que lhe confere prazer e afeto infinito. Embora no século XXI estejamos vivendo uma realidade bastante diferente daquela em que a maternidade era o único destino possível para a mulher, vemos como a representação do amor incondicional ainda atravessa a concepção da maternidade. O *ser mãe* como a maior fonte de felicidade, a realização da feminilidade, e o filho como objeto valioso e preenchedor da subjetividade continua comparecendo para as mulheres, como é possível observar nesse recorte discursivo de uma das mães pesquisadas. Diz Lurdes, Sujeito 3:

**Ser mãe é a realização da gente, não é?** Aí, tem um norte na vida, um porquê na vida. Nunca mais, não sente mais solidão, eu já senti solidão sozinha. Não tem mais solidão, não tem mais um porque sentir um vazio. Isso é ser mãe. Então tu trabalhas todas, tudo que tu pensa que tu vai fazer, vai realizar é em função disso, é pensando no filho. Ser mãe, então é a... essa é a minha forma de ver. É tudo que tem de belo, é uma coisa tão incondicional que tu faz tudo. É amor, carinho, dedicação e é tudo em função, função do filho, isso é ser mãe. Esquecendo da gente, bastante, não é? Às vezes a gente tem que dar uma parada, uma reciclada na gente porque a gente vive só em função, em função e pensa, muito, muito neles, o tempo inteiro. **Ser mãe é belo para a mãe, é a maior realização que tem para, para mãe, para mim foi.**

Retomando a nossa trajetória, no século XIX, a maternidade torna-se um sacerdócio e a mãe recebe o título de educadora por excelência, o *modelo vivo para o filho* (BADINTER, 1980, p. 216). Nessa premissa da mãe educadora guiada pelo instinto materno, espera-se dela um saber a ser transmitido ao filho, tanto em relação à instrução formal e aos valores morais, quanto à formação de um sujeito emancipado, autônomo. Com o surgimento da escola como um direito para todos no século XIX, a educação passa a ser responsabilidade do Estado e da mãe, que colocam um fim na autoridade suprema do pai. Desde então, a importância da figura

paterna liga-se mais ao papel de provedor econômico da família. Por sua vez, o Estado ao instituir representantes, a saber, educadores, assistentes sociais, juízes de menores, psiquiatras e psicólogos, busca suprir a suposta *carência paterna* na família e na sociedade.

Assim, a ideologia iluminista e o poder concentrado na moderna nação-Estado são fatores presentes no tecido social e produtores de transformações nas condutas sociais e nas formas de subjetivar dos sujeitos. Apesar do enfraquecimento do pai moderno, o declínio da imago paterna<sup>77</sup> deflagrada pelo processo histórico não coincide com o pai, no sentido de função paterna. Posteriormente, discutirei a função do pai como organizador fundamental da subjetividade e da cultura. Por ora, limitei-me à apresentação dos desdobramentos do declínio patriarcal, da valorização da criança e da mãe, bem como do Estado como autoridade central.

A família do século XIX e XX tem novos contornos, isto é, o modelo da família nuclear burguesa na qual a mulher é a *rainha do lar*. Nesse período, são abundantes as produções intelectuais e científicas relativas ao papel da mãe e da mulher. Ao final do século XIX, Freud com os *Estudos sobre a histeria* começa a desenvolver conceitos fundamentais e o método da psicanálise. Através da escuta de suas pacientes, o pai da psicanálise percebe o conflito entre os ideais tradicionais de feminilidade da época e os desejos dessas mulheres enquanto sujeitos. Ao longo de sua obra, Freud desenvolve sua teoria sobre a feminilidade e sexualidade feminina e suas relações com a maternidade, situado num contexto vitoriano e burguês. Posteriormente, outros pensadores emergiram e discutiram a importância da mãe na estruturação psíquica do sujeito.

A presença constante da mãe no seio familiar como garantia da felicidade da criança é um discurso evocado pelos moralistas do início do século XX a fim de justificar o demérito do trabalho feminino. Segundo eles, a mulher deve desejar ser mãe e trabalhar somente devido a um infortúnio da vida.

No curso da sociedade moderna, especialmente na segunda metade do século XX, ocorre uma nova onda de emancipação. Há uma ruptura em relação às posições sociais ocupadas anteriormente pela mulher e tal transformação está ligada, principalmente, aos efeitos das grandes Guerras. Surgem os anticoncepcionais e gradativamente o comportamento sexual e os costumes vão sendo modificados. O trabalho feminino é legitimado nos anos 70 e nesse período também acontece o ingresso maciço de jovens mulheres na universidade e a qualificação para o mercado de trabalho (CALLEGARI, 2000). Desde então, as mulheres,

---

<sup>77</sup> Imago paterna está relacionada ao lugar social do pai e difere do conceito de função paterna (operadora da lei simbólica no sujeito e na cultura).

cada vez mais, tornarem-se protagonistas no universo profissional, intelectual e acadêmico, dividindo espaços com o homem na esfera pública. Ocorre que essa ascensão da mulher à condição de igualdade com o homem, associada à derrocada do patriarcado, modificou a assimetria simbólica que normatizava as relações entre o masculino e o feminino, desestabilizando os lugares da mulher-mãe e do homem-pai definidos pela tradição.

No século XXI assistiu-se *família em desordem* em relação àquilo que era chamado de família nuclear burguesa, pois já não se sustentam as mesmas formas de relação outrora conhecidas.

De agora em diante esta não será mais vista apenas como uma estrutura de parentesco que restaura a autoridade derrotada do pai, ou sintetizando a passagem da natureza à cultura através dos interditos e das funções simbólicas, mas como um poder descentralizado e de múltiplas aparências (ROUDINESCO, 2003, p. 155).

No curso do *processo civilizador* da cultura europeia ocidental, da Idade Média até os dias atuais, encontram-se incontáveis modos de entrelaçamento dos indivíduos ou redes de interdependência que produziram configurações sociais e subjetividades diversas. Na família medieval havia um conjunto de pessoas, parentes ou não, convivendo em torno de uma *Casa*. Na modernidade, primeiro surgiu a família *tradicional* cuja missão era a transmissão do patrimônio. Comandada pela autoridade patriarcal, o pai nela encarnava a figura do suserano e da divindade. Em seguida, a família *moderna* fundada no amor romântico, sacralizado através do casamento, valorizando a divisão de trabalho entre marido e mulher e depositando no Estado a responsabilidade pela educação do filho. Por fim, desde 1960, emerge a família *contemporânea* ou *pós-moderna*, na qual há uma união de duração relativa entre indivíduos que buscam relações íntimas ou realização sexual. Sujeitas aos divórcios, separações e recomposições, na família atual a transmissão da autoridade é uma questão problemática (ROUDINESCO, 2003).

No tecido social contemporâneo, a emergência do feminino e do poder da mãe nas novas configurações familiares é algo a ser observado. As mulheres cada vez mais inseridas no mercado de trabalho galgam conquistas profissionais e financeiras, ao mesmo tempo em que exercem o papel de mãe em diversas situações conjugais ou mesmo sem um laço conjugal. Roudinesco (2003) lança uma interessante questão em relação ao possível nascimento de uma onipotência do *materno* no lugar do antigo poder do masculino e do *paterno*. Nessa perspectiva, objetiva-se refletir a respeito da condição da mulher no contexto familiar da contemporaneidade naquilo que concerne ao exercício da maternidade.

A atitude das damas dos séculos XVII e XVIII de entregarem seus filhos às amas de leite estava assentada na concepção de maternidade de sua época. O mesmo pode-se dizer da mãe sacrificial da modernidade que acreditava ter que estar completamente à disposição da família. E a mãe da cultura atual, como estará tomando a maternidade? A respeito disso, pode-se considerar, com Jerusalinsky (2011), que a mãe contemporânea, em meio a tantas mutações sociais, assumiu uma nova posição em relação aos filhos, aceitando muito menos os sacrifícios do que outrora.

Situada numa posição mais simétrica no governo da família, sua palavra, ora tão portadora de saber quanto a do homem, não mais precisa se oferecer ao martírio da submissão para amortecer o rigor de uma rígida lei patriarcal ameaçando se abater sobre os filhos. A mãe contemporânea parece mais uma parceira dos filhos do que a figura clássica de uma serviçal (JERUSALINSKY, 2011, p. 1).

Embora cada mulher-mãe esteja situada desde a sua estruturação fantasmática singular, não há como pensar na constituição dessa estrutura fora de um coletivo. Retomando o fio condutor do capítulo, cabe sublinhar que foi feito até aqui um apanhado de algumas referências históricas para a melhor compreensão do *objeto desta pesquisa*, considerando que, para a psicanálise, *o inconsciente é social*.

Não há uma linearidade no processo histórico, nem uma evolução necessária para a civilização. O que há é o entrelaçamento de múltiplos interesses e intenções individuais a partir do qual emerge algo não planejado, ainda que pré-determinado<sup>78</sup>. Apesar da imprevisibilidade do processo histórico, Elias (1993) diz existir um segredo para a compreensão das configurações sociais e da dinâmica das suas relações: “[...] o nível de regularidades imanentes aos relacionamentos sociais, o campo da dinâmica das relações” (p. 140).

Desse modo, na escuta das mulheres sem cônjuge com filho(s) parece importante destacar as *regularidades* nos discursos, como forma de entender a subjetividade da mãe contemporânea. Nessa perspectiva, busco escutar as significações conferidas pelos sujeitos-mães à maternidade e analisar os significantes que se repetiram nas formações discursivas.

---

<sup>78</sup> Mesmo sem existir uma previsibilidade da história, importa dizer que os acontecimentos sempre estão relacionados aos contextos que os geraram. Os fatos não se dão num vácuo.

### 4.2.3 Da mãe solteira a mãe só!

Depois de ter discorrido sobre as mudanças na cultura, posso, então, dizer que a família na contemporaneidade apresenta outros contornos. A família clássica da modernidade, organizada segundo o modelo patriarcal, na qual os papéis e funções estavam claramente distribuídos, cada vez mais tem dividido a cena com outras formas de organização familiar. Nesse processo de *democratização* da instituição *família*, deflagrado pelas alterações nas regras sociais e simbólicas que regiam as relações entre o masculino e o feminino, as mulheres passaram a ter maior autonomia, a assumir espaços que antes eram apenas dos homens, como governar famílias. Com o declínio da imagem do pai e a valorização da imagem mãe, as crenças sobre quem representa a autoridade foram desestabilizadas e nisso a mulher aparece cada vez mais ocupando o lugar de *guardiã* em diversas configurações familiares. Além do mais, o afrouxamento nas exigências da modernidade quanto à junção da conjugalidade com a parentalidade trouxe uma nova perspectiva sobre o que é uma família.

Esse ponto me levou a pensar sobre as representações do que é ser uma *mãe sozinha* hoje e o que significou há algumas décadas atrás. Antes, uma *mãe solteira* era estigmatizada pela sociedade por ter tido um filho fora do casamento, ao passo que, na sociedade contemporânea, uma mulher sem cônjuge com filho tem legitimidade. Além de ser considerada uma configuração familiar *possível*, mais livre da intolerância e do rechaço social, é legal<sup>79</sup> e conta com a proteção do Estado.

Essas transformações em relação ao olhar sobre a *mãe sozinha* tornam-se ainda mais evidentes quando se recorda o peso que as convenções morais tinham sobre o destino de mulheres e de suas crianças no início do século XX. Nesse período, com a criação das Santas Casas de Misericórdia, surge no Brasil a roda dos expostos, que consistia num artefato (roda giratória onde havia uma gaveta) acoplado ao muro da instituição, através do qual as crianças rejeitadas eram deixadas em sigilo, permanecendo as mães no anonimato. Geralmente, essas mulheres abandonavam os filhos em função de ter tido uma gravidez indesejada ou devido à pobreza (CAMARGO, 2006).

Aqui destaco que desde os tempos imemoriais existiram mulheres que pariram filhos fora do laço conjugal, mas, no passado, essas mães eram consideradas *transgressoras* por

---

<sup>79</sup> No Brasil, foi reconhecida como família pela Constituição em 1988.

estarem à margem daquilo que era culturalmente permitido. Ocorre que essa situação mudou e, hoje, a designação *mãe solteira* é vista com certa ressalva, pois traz consigo uma conotação moral negativa. Porém, ao fazer uma busca na internet, encontram-se vários blogs<sup>80</sup> de *mães solteiras*, autodenominadas de *mães sozinhas*, nos quais mulheres relatam ainda sofrer preconceito<sup>81</sup> em função do seu estado civil. Embora a análise desse material não seja o foco desta pesquisa, é interessante notar aí que o constrangimento está em geral relacionado à ausência do homem-pai na criação do filho. Se antes uma *gravidez e concepção fora do laço conjugal* era um acontecimento a ser mantido às *escondidas*, hoje as mulheres na condição de *avulsas*<sup>82</sup> anunciam nas redes sociais as dificuldades e as recompensas de viver uma *maternidade solitária*. A meu ver esse é um reflexo da transição paradigmática que se desenrola em nossa época, naquilo que concerne aos ideais de família. Vivemos um tempo onde há uma *desregulamentação* do paradigma tradicional de família, o casal com filhos, e uma proliferação de arranjos familiares diversos. Todas essas transformações contribuem para que a sociedade esteja mais permeável às variantes da família conjugal, ainda que essas permaneçam endividadas à estrutura nuclear. É como se houvesse uma *licença social* para aqueles que escolheram andar na *contramão* da tradição. Na contemporaneidade, uma mulher pode escolher engravidar e ter seu filho sem necessariamente estar vinculada a um casamento ou a um compromisso com um homem, porém essa escolha parece ter um preço.

Proponho refletir sobre essas questões através das experiências das mulheres pesquisadas, considerando tratar-se de *mães contemporâneas*, situadas na *dobradiça entre a contemporaneidade e a pós-modernidade*, como tão bem definiu Jerusalinsky (2012). Com essa referência explicitada, passarei, então, a designar os sujeitos desta pesquisa de *mães na dobradiça*.

Clarice, Sujeito 1, mulher solteira, tornou-se mãe de uma menina<sup>83</sup> aos trinta e três anos, após um relacionamento fortuito com um homem. Embora tenha enfrentado grandes dificuldades para bancar a maternidade sem nenhum apoio afetivo e financeiro do pai da

---

<sup>80</sup> Diz um desses blogs: “Este blog é destinado a todas mulheres que, assim como eu, engravidaram *sozinhas*. Consegui superar a gravidez e hoje sou mãe da Luna. Acredito que o vínculo entre um filho e sua mãe solteira é realmente especial. Somos lindas e corajosas! Valeu a pena superar minhas fraquezas. Todos os dias Luna me dá forças para encarar o mundo de cabeça erguida”. (Grávida, estado civil mãe (solteira)).

<sup>81</sup> “O que significa que sou mãe de um filho e que sou solteira, ou seja, sou mãe solteira? Isso me define? Não. Sou muito mais do que uma mãe solteira, mas por que ter preconceito contra a algo que define minha condição em ser mãe sem ter um casamento/marido/pai?” (S.O.S Mãe Solteira, 2012).

<sup>82</sup> Mário e Diana Corso (2011) denominam de *avulsos* os solteiros, viúvos e separados. Os psicanalistas discutem os motivos pelos quais a sociedade é hostil ou indiferente em relação àqueles que não vivem *pareados* ou *com seus descendentes* e concluem que a liberdade dos *avulsos* produz inveja nos *pareados*.

<sup>83</sup> Quando a pesquisa estava sendo realizada, a menina estava com doze anos.

criança e da sua própria família, afirma com convicção que “iria arranjar alguém para ganhar um neném”. O desejo de ser mãe que acalentava desde a infância se impôs para Clarice quando essa se deu conta da passagem do tempo e da ausência de um *relacionamento sólido* em sua vida. Apostou na empreitada da *maternidade sozinha*, já que o papel de mãe era algo que a convocava intensamente e o qual queria muito viver. Ainda que a maternidade preencha um grande espaço na sua vida, afirma experimentar ao longo da sua existência um *buraco* ou *vazio*. Ao perguntar-lhe como era esse *vazio* nos primeiros tempos de vida da filha, a mãe relata o sofrimento vivenciado pela frustração dos seus ideais de família:

Nossa senhora!!! (ênfase) Principalmente, porque eu tinha... Ah, uma coisa que eu esqueci, **a família perfeita americana** (ênfase), eu não contei? Da casa, do sonho americano de ser, construir uma família americana, **meu sonho de família era o sonho da família americana**, que era a casa, aquela mãe fazendo bolinho dentro de casa, o pai querido e amoroso chegando, Stuart Little<sup>84</sup>! (risadas). Era essa a minha família! Aí quando eu sai lá da minha casinha, do meu jota kazinho, lá no fundinho, eu pegava a (filha), ia para a pracinha, olhava a família e olhava, olhava, meu deus! (ênfase) O que é que eu fiz? E aí o *vazio* era muito (ênfase) grande, muito grande! Se for dizer, **tu curtiste a pequena quando era pequena? Não consegui. A família americana era tão grande, tão gigantesca que eu não consegui**. Foi difícil me dar conta que eu e ela éramos a tal da família. Ponto! Foi muito difícil!

Percebe-se aqui o discurso de uma mulher que se autorizou a produzir uma maternidade fora de um *casamento sólido*, como afirma ela. Por outro lado, essa mãe, percebendo-se *devedora* em relação ao modelo ideal, mostra ter dificuldades para reconhecer a si e à filha como uma família. Ao mesmo tempo que Clarice, profissional liberal de nível superior, responsável financeira pela unidade domiciliar, tem o perfil da mulher contemporânea, ela porta o sonho da família conjugal, o que acaba incidindo nos modos como vivencia a maternidade. Certamente a sua história de vida apresenta elementos que contribuíram na produção de uma *maternidade sozinha*, porém não me cabe adentrar por esse caminho. O que chama a atenção aqui são os rastros da cultura, que se evidenciam através dessa ambivalência, isto é, *entre* aquilo que é *licenciado* no laço social atual, ter um filho sem a companhia do homem-pai, e o que é *imaginado*, a família perfeita, tributária da modernidade. Essa contradição mostrou habitar o imaginário dessa mãe antes mesmo do seu bebê nascer. Indago-a sobre o que imaginava durante a gravidez, ao que Clarice, Sujeito 1, relata:

---

<sup>84</sup> Stuart Little, filme americano de 1999 (em português “O pequeno Stuart Little”), narra a história de um pequeno rato que vivia em um orfanato até ser adotado por uma família humana. Na casa dos Littles, Stuart é acolhido com amor pelos pais, mas se vê às voltas com o gato da família e com o irmão humano que, em princípio, não o aceita.



Na gravidez foi muito interessante. Eu, na verdade, eu sonhava, tudo de bom, tudo de bom! Se eu fosse te dizer: preferia um companheiro do lado? Óbvio! Queria, mas não era. **Então, metade eu sofria, porque eu não tinha aquilo que eu imaginava: a família ideal.** Mas, a outra metade não. Porque eu via ela crescendo, tinha aquela sensação, era muito bom, ao mesmo tempo, vinha o medo acompanhado daquela sensação de poder muito grande. Mas, imaginava do lado da menina, já sabia que era uma menina, uma companheira, muito legal, sabe.

Neste ponto, interessa destacar que nenhuma mulher efetivamente tem um filho sozinha, uma vez que não se trata de uma *autofundação*. Como sujeito da cultura, toda a mulher carrega consigo os ideais sociais do seu tempo, esteja ela consciente disso ou não. Mesmo que a maternidade se desenrole como um sonho particular, as expectativas depositadas na criança que está por vir sempre estarão marcadas pelas mensagens circulantes em uma coletividade. Até algum tempo atrás, a concretização dos anseios de uma mulher dependia do aval do homem. Daí, a ideia de que hoje uma representante do sexo feminino possa escolher livremente tornar-se mãe, sem estar submetida aos imperativos patriarcais de ter que gerar descendentes, ainda é uma realidade muito nova e pouco assimilada, assinala Corso, M. (2011).

Acostumados a pensar a mulher como tutelada diretamente por um homem, não vemos o quanto ela é um ser social e concebe mais do que uma mera criança, um novo cidadão, mesmo que o faça sozinha. Se houver um casal, um filho será explicitamente resultado da combinação das expectativas de duas pessoas. Porém, no caso de uma progenitora isolada, a reprodução sempre incluirá, também, desejos que transcendem os desígnios dessa mulher sozinha, através da maternidade ela tentará ideais e sonhos de sua família, de seu grupo social e de sua cultura. Portanto, uma mulher que concebe e cria sozinha de forma alguma está só em seu projeto, ela está inserida num contexto maior e seu filho nascerá e será criado imerso nesses sonhos coletivos que estão embutidos na mãe (CORSO, M. 2011).

Nessa perspectiva, o psicanalista chama a atenção para o fato de que as referências culturais internalizadas na mãe poderão funcionar como o *pai da criança* quando este estiver ausente fisicamente. Interessa justamente compreender como esse *caldo cultural* incide no exercício da maternidade monoparental na atualidade.

São múltiplas as situações que levam mulheres a viverem sem cônjuge com filhos, sendo que cada uma delas, sejam solteiras, separadas ou viúvas, carregam em sua história os caminhos trilhados até a *maternidade sozinha*. Lurdes, Sujeito 3, mulher divorciada, teve dois

filhos no casamento<sup>85</sup> e, mais tarde, aos quarenta e um anos, engravidou do namorado, um homem que conhecia há três meses. Vive apenas com a filha, uma menina de onze anos, com a qual tem tido muitos impasses, naquilo que concerne ao estabelecimento dos limites. Segundo ela, a maternidade é *bela*, mas difícil de ser bancada fora de um laço conjugal. Ainda que a sua posição de *fragilidade* seja resultante da sua história pessoal, das marcas de suas vivências com as figuras parentais, quero destacar no discurso de Lurdes, Sujeito 3, a importância conferida por ela à conjugalidade na parentalidade. Ao questionar-lhe como tem sido a experiência de cuidar da filha, a mãe diz:

Olha, eu não tenho como falar só da (filha) sem falar dos outros (filhos) também. Eu fiquei com eles, eu fui casada dez anos, então, com eles é diferente, agora. Eles foram criados em momentos diferentes, em situação diferentes, em tempos diferentes, numa outra realidade. Então era casada um tempo e foi bom, foi legal. Houve a separação, perante muitas dificuldades e depois eu **segui sozinha** com os dois também, criando os dois filhos. Eu tinha muita coragem, muita luta, muita fibra para criar os dois. Mas, mais tarde também foram com o pai. O que é a (filha) agora? **Eu não casei de novo**. O que é a (filha) agora? **Que é a diferença? Eu sinto muito mais dificuldade...** Eu não sei se eu fiquei muito vulnerável, se é os tempos, a gente fica mais fragilizada. Eu tive ela (filha) com uma, ãh (relação), sem haver um casamento, não é? Foi um namoro. Ficamos muito amigos e vivemos só em função da filha que aconteceu, não foi planejada. **Então, agora é diferente**. E ela tem, tenho todo o acompanhamento do pai, porém nada interferindo no nosso cotidiano diário. E eu sinto que eu tento acertar, mas eu tenho, estou muito vulnerável, estou frágil para criar ela agora, mas consigo conduzir bem, não é? Tentando acertar sempre e eu vejo que, não sei se são outros tempos. Então, a gente vai deixando um pedacinho de coração, um pedacinho de vida... a gente vai conquistando as coisas, então tudo a gente vai deixando um pedacinho aqui um pedacinho ali, então, isso me deixa um pouco frágil, não sei como dizer isso. Eu sinto que a (filha)... ah, eu não consigo sozinha impor muitos limites para ela. Eu estou tendo essa dificuldade com ela.

Uma questão que acompanhou a minha escuta dessa mulher em todas as entrevistas realizadas foi perceber em suas palavras e na sua voz uma certa melancolia. Esse traço de tristeza sempre pareceu relacionado a uma ferida narcísica, ou seja, a uma *decepção* nos seus anseios de construir com o pai da menina um laço conjugal. Essa questão levou-me a pensar que esse *desapontamento* está associado à irrealização de suas fantasias de ter uma *família completa*, fundada no amor. Embora não tenha tido sucesso no casamento quando era jovem, com afirma, pode-se observar que essa mulher confere à conjugalidade um papel importante na sua vida e na criação dos filhos. É como se houvesse nela uma vergonha e uma culpa pela família *desfalcada* do seu homem e do pai de carne e osso de sua filha. Para ilustrar esse mal

---

<sup>85</sup> Depois da separação do casal, na época em que os filhos estavam com as idades de 17 e 14 anos, esses optaram viver com o pai, em outro Estado do País.

estar em Lurdes, Sujeito 3, trago o excerto de uma entrevista na qual ela relata uma lembrança:

Parece que eu cantava a música para ela (filha). A minha mãe que cantava para ela, não é? Aquela música bate palminha bate, sabe? **E com aquilo eu tinha uma tristeza muito profunda no meu coração.** Eu pensava: tão linda, o que eu posso dar para ela, o que eu posso oferecer, como é que eu posso fazer com ela, o que eu vou dizer para ela, como eu explicar, como vou criar essa criança sem pai? Tudo. Se falam tantas coisas. Como vai ser isso? E a minha mãe cantava essa música e me dava uma, como se desse uma paulada em mim, sabe? Bate palminha bate, mamãe tá na... papai tá na roça e papai já vem, mamãe já vem, algo assim. **E papai não estava em lugar nenhum, só imaginava, ele não está na roça, ele não está trabalhando, não tem, não tem presença com o pai e aí...**

- A tua mãe cantava?

A minha mãe cantava (risada) e eu não. Eu cantava, mas eu inventava outra frase para substituir isso sabe? E aquilo me tocava bastante.

- Que frase?

Eu não me lembro que frase. Mamãe está na roça ou algo assim, ou eu falhava, eu não sei o que eu fazia, mas eu sei que a mãe cantava, **mas eu tentava driblar** (risada) essa parte aí, não é? E aí eu pensava: tão linda a menina, como é, o que eu vou fazer? Cantava, dançava muito com ela nos braços e graças a deus pude ficar com ela. Tivemos todas as dificuldades.

Lurdes, Sujeito 3, encarna os impasses vivenciados pelos sujeitos em um tempo em que as consequências da modernidade, como propõe Giddens (1991), estão vivas no presente. A marca da *mãe na dobradiça* é estar com um *pé* no passado, enlaçada aos cânones da tradição, e com outro na novidade, na *alta modernidade*<sup>86</sup>, ainda não consolidada, mas já pulsando na reinvenção dos múltiplos arranjos amorosos e familiares da atualidade. Nesse sentido, assinalo com Corso (2011), que “a família ainda guarda algum prestígio em nossos tempos incrédulos e sem esperança”, sendo o modelo nuclear ou conjugal aquele que persiste como o lugar certo para a “transmissão de valores e construção da personalidade”.

Conforme visto em capítulo anterior, no curso do *processo civilizador*, a família esteve organizada de diferentes modos, passando de unidade econômica à unidade afetiva. Num primeiro momento, o casamento visava à união entre duas famílias e à expansão de suas riquezas através das heranças. As trocas entre as linhagens eram o fator preponderante para a construção de uma aliança matrimonial entre um homem e uma mulher. Mais tarde, o casamento acontecia devido aos laços afetivos entre o casal, mas também selava a união definitiva entre duas famílias, suas histórias e suas posses. Nesse período, o casamento

---

<sup>86</sup> Definição de Giddens (1993).

conferia aos cônjuges e aos seus filhos um lugar legitimado e reconhecido socialmente, ao contrário da situação de demérito dos amantes, das mães solteiras e dos seus filhos bastardos.

Pode-se dizer que na contemporaneidade o casamento ainda vigora, pois as pessoas continuam formalizando suas uniões. No Brasil, foi registrado um aumento no número de casamentos civis entre os anos de 1999 a 2008, como mostra o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010). Segundo o mesmo Instituto, no ano de 2009 o arranjo familiar predominante com laços de parentesco residentes em domicílios particulares é o do casal com filhos (47,3%).

Essa realidade precisa ser considerada desde os novos códigos estruturadores do social, considerando-se aí a valorização do individualismo, do narcisismo e a liquidez nas relações dos sujeitos contemporâneos. A propósito disto, Kehl (2009) convida a pensar sobre a crise ética vivida pela sociedade contemporânea, associando-a em parte, à falta de reconhecimento da lei que funda a nossa condição de seres da cultura. Se antes as formações da cultura<sup>87</sup> serviam como sustentáculo imaginário na transmissão da lei simbólica de uma geração à outra, hoje, essas formações vem perdendo essa função, o que não é sem efeito no laço social. O individualismo como valor soberano da sociedade contemporânea, assim como a ancoragem do sujeito no narcisismo, levam o mesmo a ter dificuldade em reconhecer a dívida simbólica com aqueles que o precederam, bem como a se perceber compromissado com os seus pares.

Ora, as sociedades modernas têm na liberdade, na autonomia individual e na valorização narcísica do indivíduo seus grandes ideais, pilares de novos modos de alienação, orientados para o gozo e para o consumo. Cada geração se constitui pelo rompimento com o que ainda teria restado da *tradição* para as gerações anteriores. Cada indivíduo se crê pai de si mesmo, sem dívida nem compromisso com antepassados, incapaz de reconhecer o peso do laço com os semelhantes, vivos e mortos, na sustentação de sua posição subjetiva (KEHL, 2009, p. 13-14).

Um laço social assim estruturado é um terreno fértil para a produção de fragilidades nos empreendimentos coletivos, como também nos pactos entre os semelhantes, o que se faz notar, por exemplo, nas relações conjugais. Tomo a realidade brasileira para ilustrar esse panorama.

O Congresso Nacional aprovou em 14 de julho de 2010 a lei do divórcio direto no Brasil. Até então, o divórcio somente podia ser solicitado depois um ano de separação formal

---

<sup>87</sup> A autora situa a tradição, a educação e as religiões como formações da cultura, ao que acrescento o matrimônio.

(registro em cartório) ou até dois anos de vivência em residências diferentes. Desde então, a solicitação do divórcio tornou-se imediata e os interessados podem entrar com um novo pedido de casamento após o registro da sentença.

Se por um lado essa nova lei foi implementada para contemplar mais de 153 mil pessoas que se divorciam por ano no Brasil, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), por outro denuncia a fragilidade da instituição casamento na sociedade atual.

Embora a família conjugal seja a configuração familiar mais comum, o casamento tem hoje uma duração relativa e está sujeito às separações, oportunizando o surgimento de arranjos familiares recompostos (casais em segundas núpcias) e monoparentais (única pessoa com ou sem filhos), por exemplo.

Diferentemente do *casal tradicional* moderno, o casal atual está reduzido ao *par sexual* e é provisório. Assim, do mesmo modo como as pessoas casam também se separam, pois é possível hoje preparar um contrato de casamento e um contrato de divórcio, simultaneamente. Para Soler (2005), a união através do casamento, fundada hoje apenas nos laços amorosos do *par sexual* e sem o compromisso entre as famílias, fica sujeita às vicissitudes do amor, fato este que acaba gerando uniões transitórias e múltiplas, visto o grande número de separações.

Na medida em que as dissoluções aumentaram, o casamento, considerado um sacramento pelo direito canônico, perdeu muito do seu valor simbólico. A ideia de aliança matrimonial eterna entre marido e mulher, na qual os filhos são gerados e educados não tem mais o caráter de vínculo familiar indissolúvel:

De fato, foi cada vez mais assimilado a um rito festivo que acontecia não mais como ato fundador de uma célula familiar única e definitiva, mas como um contrato mais ou menos duradouro entre duas pessoas (ROUDINESCO, 2003, p.153).

O laço conjugal na cena contemporânea segue os caminhos dos discursos que regem o laço social, naquilo que concerne à concepção de família e às significações em torno do feminino e do masculino. Mais maleável do que nas sociedades tradicionais, o casamento deixou de ser o resultado da promessa recíproca de dois pais determinando o futuro dos seus filhos, e passou a ser uma escolha pessoal de um homem e de uma mulher, que independe do consentimento de suas famílias, como discute Julien (2000). A sustentação do casamento está

na erótica dos parceiros, e esses são livres para escolherem permanecer juntos ou não, assim como fundar uma nova família.

Utilizarei o discurso de Alice, Sujeito 4, mulher com trinta e um anos, mãe de um menino de oito anos, separada pela segunda vez, para ilustrar essas mudanças no estatuto do laço conjugal e nos papéis dos cônjuges no interior do casamento. A coexistência de ideais de um passado recente com as particularidades da cultura atual nas subjetividades contemporâneas pode fazer surgir impasses na relação conjugal. A propósito disso, Birman (2007) contribui com a ideia de que hoje o laço torna-se viável apenas se os parceiros preservarem a sua condição desejante na conjugalidade. No entanto, deve-se ter em conta que a condição desejante não se reduz ao exercício prazeroso do erotismo, pois essa implica também a possibilidade de que cada um dos parceiros possa oferecer ao outro a ampliação da sua capacidade de ser e existir. Nesse sentido, os impasses conjugais na vida de Alice parecem advir da impossibilidade de articulação desses dois registros do desejo. Há um *encontro faltoso* entre as suas expectativas e as de seu *companheiro*<sup>88</sup> sobre o laço conjugal, o que culmina em uma segunda separação para ela:

Cheguei à conclusão de que **eu não gosto de viver com ninguém...** porque esse outro companheiro acho que ele era mais tradicional, nessa coisa assim, quanto ao *papel do homem*, o *papel da mulher*, sabe, uma visão bem machista, assim, de que a mulher fica com todas as tarefas da vida doméstica e o homem tem a tarefa de, a tarefa pública do trabalhar, do lidar com a sociedade e tal. E aí isso é pesado demais. Eu não fui criada assim, sabe. Fui criada vendo meu pai e minha mãe dividindo as tarefas da casa, embora o meu pai trabalhasse fora e a minha mãe não trabalhasse fora, o meu pai assumia tarefas da casa. O meu pai não chegava largando o sapato na sala, sabe, esse tipo de coisa, querendo... Sabe aquela imagem do homem vendo tevê e tomando cerveja, enquanto a mulher se escabela para dar conta do resto da vida. Eu não me criei vendo isso, sabe. Eu me criei vendo as pessoas colaborando dentro de casa, cada um assumindo uma tarefa, um lavava a louça, o outro secava, sabe. Então, eu também não queria viver de outra forma. Eu queria viver com uma pessoa que assumisse as tarefas comigo. E aí não rolou, a gente começou a brigar muito, começou a... Eu comecei a me dar conta que **estava quase caindo nessa coisa tradicional**, da mulher que... daqui a pouco não tem tempo para estudar, não consegue dar conta do trabalho, não consegue dar conta... porque tem uma vida de *rainha do lar*... não me apeteceu, daí a gente se separou.

Mas, o que está na base da conjugalidade? Aqui destaco a ideia discutida por Julien (2000) sobre a necessidade de se romper com os vínculos familiares originários para que se possa estabelecer uma aliança conjugal. Dito de outro modo, é preciso abandonar o pai e a mãe para poder fazer um laço conjugal com um homem ou uma mulher de outra família. Ocorre que é a transmissão de uma falta veiculada pela própria família que possibilita aos

---

<sup>88</sup> Conforme denominação da entrevistada.

filhos poderem deixá-la. Assim, a conjugalidade vem da parentalidade. No entanto, o autor chama a atenção para o fato de que essa transmissão somente ocorre se existir uma *conjugalidade fundadora*<sup>89</sup> da parentalidade. Para ser um pouco mais clara, é a conjugalidade de um homem e de uma mulher, o desejo deles para além do filho, que funda a parentalidade. Daí, interessa sublinhar que é do campo parental que germinarão as referências e o modelo da conjugalidade na geração seguinte.

A narrativa de Alice, Sujeito 4, sobre o laço conjugal aparece ligada à história da conjugalidade dos seus pais, a partir da qual ela construiu determinadas significações e essas encontram-se atualizadas na sua própria experiência conjugal. Não cabe analisar aqui a fantasmática dessa mulher, porém quero destacar do seu discurso o *mito familiar*<sup>90</sup> sobre o *casamento ser uma merda*, como enuncia. Chama a atenção como Alice, ainda menina, toma a palavra do pai a respeito do casamento e os efeitos de sentido operados em sua vida amorosa. Afirma que o segundo casamento, terminado aos seus vinte e oito anos de idade, depois de mais ou menos, um ano e meio de convívio, foi a sua *última chance*, naquilo que concerne ao matrimônio.

- Última chance?

É, nunca mais quero casar, casar é muito chato! Falando sério, eu estou ficando convicta que casamento é uma coisa muito insuportável, não tem assim... eu não sei, ah... porque inventaram essa coisa (risadas). O problema assim da gente ter... Não sei se foi o meu pai que falou isso, mas eu me lembro de ter sempre presente uma **piadinha** de... quem **inventou o casamento foi padre e padre não casa!** (risadas). Não casa porque sabe que é fria, mas quer que os outros casem! Vai ele casar (risadas).

- Teu pai contava essa piada?

Não sei se era o meu pai ou se era outra pessoa, mas me lembro de ser novinha e já ouvi isso: Bah, aí era isso mesmo. E qual era a outra que a gente falava muito? **O amor está para o casamento como o vinho está para o vinagre** (risadas)! O vinagre é o vinho que azedou, que já não presta mais... E eu fiquei com isso e depois eu fui atrás de casamento... Não, porque eu faço terapia para me dar conta... Eu fui lá e catei pessoas que me fizeram de novo viver aquilo, que casamento era coisa aquela coisa ruim... Mas, era isso... então como isso é a minha... são coisas que eu reproduzo da minha família, não vou mais reproduzir, não caso mais, chega!

É interessante notar nesse recorte discursivo as mudanças nas significações do casamento na cultura. Alice trouxe um chiste, uma manifestação do inconsciente socialmente compartilhada, em que a conjugalidade está carregada de um sentido negativo, *azedo*. Quero

---

<sup>89</sup> Grifo do autor.

<sup>90</sup> Rodolfo (1990) refere ser o mito familiar o oxigênio da família.

destacar daí a articulação entre a sua subjetividade e os códigos da cultura atual sobre o valor do laço conjugal, a qual contribui na produção de uma *maternidade sozinha*. Outro ponto a ser assinalado é que, apesar de desqualificar a vida conjugal, a mesma buscou casar-se duas vezes. Será esse um indicio de uma posição de ambivalência em relação ao laço conjugal?

Alice, Sujeito 4, relata ter prazer em *viver sozinha* com o filho, sem a presença de uma figura masculina, afirmando ser essa uma condição aspirada por ela. Assim como para as demais mulheres pesquisadas, a monoparentalidade está bem *encaixada* na sua história singular. Embora sejam diversas as motivações que as levaram a essa configuração, penso que, no caso dos sujeitos da pesquisa, a *escolha* dessa disposição familiar aparece ligada à verdade inconsciente de cada uma delas, sendo que tais razões ocupam lugar de desconhecimento, da alienação.

No Brasil, em 2009, do total geral de arranjos familiares, 17,4% era composto por mulheres sem cônjuge e com filhos. Dentre os arranjos familiares nos quais a mulher é a pessoa de referência, o tipo monoparental mostrou ser o de maior proporção (IBGE, 2010). Em análise feita sobre *famílias uniparentais*<sup>91</sup>, Marin e Piccinini (2009) destacam o crescimento da proporção dessas famílias na cultura ocidental, incluindo aí o expressivo aumento no Brasil de mulheres como progenitora responsável pelo(s) filho(s) sem a presença de um laço conjugal, especialmente na última década.

Ainda que a atualidade caracterize-se por um significativo reordenamento nas formas de organização familiar e de enlace entre os sujeitos no ocidente, sublinha-se com Roudinesco (2003), a observação de que a família persiste como a instituição mais sólida da sociedade. Segundo a autora, o fenômeno familiar pode ser pensado através da abordagem antropológica, cuja visão horizontal concebe a família segundo as relações de aliança (casamento) e parentesco (filiação). Outra forma de abordagem é a sociológica, histórica ou psicanalítica, com uma perspectiva mais horizontal, que enfatiza o estudo das filiações e das gerações.

Cabe destacar o pensamento do antropólogo Lévi-Strauss (1982), cuja obra influenciou Lacan a trabalhar com a noção de família em termos de estruturas de parentesco e da universalidade de uma função simbólica. Segundo esse autor, a família elementar é um grupo presente em todos os tipos de sociedade, sendo constituída pelas relações de trocas (de mulheres) entre duas linhagens (de homens) em função da proibição do incesto.

---

<sup>91</sup> Sinônimo de monoparental. Nessa discussão, os autores focam as mães solteiras.



Em capítulo anterior, foi mostrado que a família nuclear, tal como a conhecida hoje, é um fenômeno recente na civilização ocidental. Ocorre que as mudanças em curso na cultura produziram uma *desordem* naquilo que concerne ao paradigma tradicional, o que tem gerado uma onda de discursos alarmistas a respeito da *crise na família*, bem como profecias sobre o seu fim. Em contraposição a essa tese, Roudinesco (2003) afirma que o *desejo de família*, não apenas está vivo, como, também, tornou-se uma *reivindicação* dos sujeitos da contemporaneidade. Nesse ponto, é interessante notar o movimento dos homossexuais para conquistar o direito civil de casar e adotar filhos, como os demais cidadãos.

A análise de Matos (2000) sobre as novas configurações dos vínculos amorosos, com enfoque nas culturas *alternativas de gênero* ou *experiências alternativas de conjugalidade*, contribui para esclarecer essa realidade na sociedade brasileira. Cabe notar aqui a observação da autora sobre o empenho dos grupos considerados *marginais*<sup>92</sup>, em especial dos homossexuais, para encontrar formas de estabilidade conjugal. Há uma reinvenção nos arranjos amorosos dos casais heterossexuais, ao passo que, os homossexuais têm mostrado uma tendência a reproduzir o modelo heterossexual de relação estável, afirma a mesma.

Essa valorização das referências tradicionais também aparece no grupo de mulheres chefes de famílias monoparentais, pesquisadas por Grzybowski (2003). Segundo a autora, apesar da emancipação feminina e das mudanças nos papéis sociais, essas mulheres apresentam insatisfação quanto à condição de separadas. Tal insatisfação deriva de vários aspectos, especialmente no que concerne aos relacionamentos fora de casa, como os profissionais, afetivos, familiares ou de amizades, o que acarreta uma forte tendência ao retraimento na díade mãe-filho. Além disso, mostram-se conservadoras em relação à vida afetivo-sexual e têm o *desejo de casar novamente*. A autora entende que os ideais românticos da modernidade não são abandonados pelas mulheres, a despeito da ruptura do modelo familiar tradicional e do novo cenário social contemporâneo.

Mesmo frágil e rechaçado por muitos, o casamento ou a aliança matrimonial, independente da sua configuração, parece ser algo ainda desejado. A falta do objeto é constitutiva e impulsiona o sujeito desejante ao encontro (ou de encontro) do seu duplo ou outro semelhante. Essa falta, afirma Lacan (1994), é o centro da relação do sujeito com o mundo, o que leva a dizer que o movimento do sujeito em busca do objeto amoroso ou do par complementar é próprio da economia pulsional do falasser. Nesse sentido, Corso (2011)

---

<sup>92</sup> A expressão refere-se aos tipos de vínculos amorosos diferentes do modelo heterossexual tradicional.

acrescenta que, assim como desejamos o olhar dos outros no reconhecimento da nossa existência, também almejamos a aprovação dos demais nas nossas relações amorosas, por isso a subsistência da formalizações dos laços conjugais.

Como visto anteriormente, o casamento não está fora de moda e seu valor simbólico ainda resiste, porém, é reduzido, em geral, a uniões efêmeras. Não é mais preciso para o casal esperar *até que a morte os separe*, pois nem sempre a vida chega a mantê-los unidos. Quando o *casal tradicional* da modernidade unia-se para toda vida, outros interesses além do amor sustentavam a relação. Dispensados dessa obrigação, o *casal provisório*, usando a expressão de Soler (2005), está à mercê da *não relação sexual*, ou seja, da impossível complementaridade entre um homem e uma mulher. A propósito desta pesquisa, cabe interrogar o que há no desejo feminino como tal que sustenta a instituição do casamento?

Em nossa época, a despeito da emancipação feminina e dos avanços conquistados pelas mulheres nos diferentes campos sociais, *todas* ainda querem encontrar o *seu homem*, afirma Soler (2005). Todavia, o desejo feminino por um par amoroso não implica que as mulheres em sua totalidade desejem casar ou estar em companhia de um parceiro no cotidiano. Por vezes, desejam dividir a vida cotidiana com outros ou apenas com os filhos, como discutirei a seguir.

Destaco aqui algumas observações de Fonseca (2000) em relação aos grupos populares naquilo que concerne às mulheres sozinhas. Segundo a autora, muitas vivem bem, mas tanto as solteiras como as separadas aspiram se casar devido o status respeitável conferido pelo casamento.

Imagina-se sempre que uma mulher está só porque não consegue arranjar um homem. Ademais, a mulher sem marido perturba a paz da comunidade; ela desafia a virilidade dos homens e atíça o ciúme das mulheres. A presença de um marido como tutor da sexualidade feminina resolve o problema (FONSECA, 2000, p. 32).

No caso das mulheres-mães pesquisadas, os seus discursos me levam a pensar que o fato de não viverem com um homem incide para elas como um prejuízo na imagem da família ideal. Embora a configuração familiar e parentalidade não estejam diretamente relacionadas, cabe notar que esse endividamento com o modelo nuclear acarreta uma sobrecarga no desempenho do papel materno. A distância entre a visão imaginária da *família-ideal-estruturada* e a *família-possível-desestruturada* na contemporaneidade é experimentada como

um impasse. Desse modo, o preço a ser pago pela *mãe na dobradiça* parece ser o de tornar-se uma *mãe eficientemente boa*<sup>93</sup>, como relata Alice, Sujeito 4:

Embora, embora, viva sozinha... embora!!! Eu acho que eu reproduzo um pouco também... Toda essa visão preconceituosa de que: “**O que é uma família estruturada?**” Ah, uma família estruturada é pai, mãe e filhos! A gente escuta com muita frequência a ideia de *famílias desestruturadas*! Um peso assim, que parece que já está julgando a tua formação familiar por não ser aquela que o padre disse que é a única correta. Então parece que cria mais um peso de que, bom, **tu tem que ser uma boa mãe em uma família desestruturada!** Porque a minha “família é desestruturada”! Então, está. Então cria mais uma responsabilidade e qualquer coisa que não dê certo, a tua família vai cair de pau e dizer: “Viu, tu não devia ter te separado e desestruturado a tua família!” Então tem, além do peso de educar uma pessoa, que é uma responsabilidade forte, a gente pode educar para a pessoa ser feliz e ser uma pessoa que tem uma autoestima bacana e encarar os desafios da vida ou a gente pode educar com traumas que vão prejudicar aquela pessoa para o resto da vida. Então, além de saber da responsabilidade disso, tu ainda tens a responsabilidade de mostrar para os teus familiares e para, enfim, para quem reproduz essa ideia de que a família estruturada tem que ter um homem dentro de casa...

A *mulher sozinha* com filho(s) aparece na cena contemporânea como sendo um personagem com atribuições importantes, pois governa a família e educa o(s) filho(s). Daí a importância de estudar as significações da maternidade, ou seja, a posição subjetiva dessas mulheres, constituídas no laço social, diante da tarefa de ser mãe, uma vez que a concepção da maternidade repercute nos modos como ocupam esse lugar.

#### 4.2.4 A *mãe sozinha*: desamparo versus empoderamento

Durante a exposição, além de me referir aos sujeitos da pesquisa como mulheres sem cônjuge, com filhos, em consonância com os termos adotados pelo IBGE (2010), utilizo a denominação *mulheres sozinhas*<sup>94</sup>. Ainda que a expressão *mulher sozinha* possa trazer vários questionamentos sobre o seu emprego na designação de uma mulher sem cônjuge, concedo-me uma licença para trabalhar com a mesma, visto que carrega muitos sentidos no universo estudado. Mas quero destacar que é principalmente por se tratar do modo como essas mães se autodenominam. Além do mais, é um termo utilizado de forma corrente no discurso social, sendo de fácil compreensão aos vários públicos, naquilo que concerne ao tipo de arranjo

<sup>93</sup> Em referência à expressão *mãe suficientemente boa*, cunhada por Winnicott.

<sup>94</sup> Neste estudo, indica o sujeito do sexo feminino sem um laço conjugal envolvendo coabitação e com filho(s).

familiar. Ponderando tais questões, sustento aqui o seu uso, destacando alguns dos sentidos conferidos ao significante *sozinha* pelas participantes.

Não deixei de observar as ideias do pai da psicanálise sobre o inexorável desamparo<sup>95</sup> da condição humana, nem pretendo afirmar que uma mulher-mãe sem cônjuge é um sujeito solitário ou que a presença do mesmo lhe garanta companhia. Por vezes, a ausência ou presença de outros personagens é mais significativa na vida dessa mulher do que a figura masculina, como encontra-se nos relatos. A propósito, trago um fragmento discursivo de uma das mães pesquisadas, denominada Janete, Sujeito 5, sobre sua experiência na maternidade para dar visibilidade a uma das múltiplas significações construídas em torno desse significante:

Engravidei depois dela falecer (a mãe). E foi tranquilo, assim. Porque no início **eu era casada**, como te disse, e mesmo **eu não tinha mãe**, era bem difícil, assim, porque **meu marido também não tinha mãe**, então, assim, **eu tive filha sozinha mesmo**, sabe. E eu sempre fui muito independente, então, assim... Eu quis ter filho, tipo... Uma coisa que hoje eu não faria assim, por exemplo, eu fiz todo pré-natal, aquela coisa, eu fiz tudo sozinha, nem com ele eu não ia. Porque eu sou assim, entendeu. Eu achava que aquilo não precisava e eu não me dava conta que era importante de repente ele estar comigo, sabe. Mas, eu sempre tomei assim a frente de... Eu sempre me acostumei a fazer as coisas meio sozinha, assim sabe. Nunca teve ninguém para me dizer, ah, é assim ou assado, tipo aquelas coisas quando tu és mãe de... A minha filha foi prematura, nasceu bem antes, ficou um mês na UTI. E eu fiz tudo **sozinha**, assim. Tudo bem tranquilo. [...]. Não era nem porque ele fosse uma pessoa relapsa, é porque eu sempre fui assim, sabe. [...].

Embora estivesse casada, vive a maternidade de forma *solitária* em decorrência da falta da figura materna. Percebe-se aqui a dispensa da companhia do marido, já que esse empreendimento é para ela uma atribuição feminina, especialmente materna. Essa crença está sintetizada na seguinte afirmação: *Sempre, tudo é a mãe, não adianta!* Nesse ponto, cabe destacar que Freud considera o *tornar-se mãe* ligado à vivência da menina com a sua própria mãe, como pude encontrar nas falas das entrevistadas. No caso de Janete, Sujeito 5, a maternidade como responsabilidade exclusiva da mulher atravessa toda a sua narrativa sobre o tema, o que nos leva a compreender a razão pela qual ela se percebe sozinha (e sobrecarregada) nessa tarefa, seja no casamento ou após a separação do casal. Também pode-se vislumbrar o vestígio da *solidão* no laço conjugal, naquilo que concerne à maternidade, na passagem em que Lúcia, Sujeito 2, refere o *abandono* do ex-marido:

---

<sup>95</sup> Hilflösigkeit.

Mesmo convivendo, morando com o pai dele, ele sempre trabalhando, sempre fora, ou no (local de trabalho) ou fazendo bico, então eu estava muito **sozinha**, há muito tempo **sozinha com ele** (filho).

Ocorre que ambas as mulheres mostram, em suas histórias, dificuldades em permitir que uma alteridade seja instalada na relação delas com os filhos. Nesse sentido, a ausência ou participação do homem-pai, ainda que seja uma queixa de Janete, Sujeito 5, e Lúcia, Sujeito 2, aparece como um efeito do desejo inconsciente dessas mulheres de não quererem compartilhar a criança. Daí, cabe interrogar se a *mãe sozinha é só* porque é autossuficiente em seu ideal? Por outro lado, cumpre notar a regularidade nos discursos das mães pesquisadas sobre a *solidão dos filhos*. Essa ideia decorre do fato dessas crianças e/ou adolescentes, como membros de uma família monoparental, terem a incumbência, desde cedo, de cuidarem de si mesmos sozinhos, enquanto as mães trabalham fora. Para as mulheres, essa experiência é bastante penosa, sendo desencadeadora de um processo de culpa e reparação, o que culmina na dificuldade de sustentarem a castração para os filhos. Essa questão é recorrente em todos os sujeitos de pesquisa, mas aqui destaco o discurso de Lurdes, Sujeito 3, a fim de evidenciá-la:

A gente deveria ser mais dura quanto a dar as coisas para ela. Eu estou deixando a vida, eu me sacrifico muito em prol dela, eu dou muito as coisas para ela. Por quê? **Porque ela é uma menina que tem que viver muito sozinha**. Então, eu tento compensá-la de uma forma, não é... Ah, dando as coisas para ela, dando demais para ela, facilitando as coisas para ela demais. Então eu dou demais, eu não digo não o suficiente.

No entanto, seria interessante questionar o que está na origem inconsciente desse sentimento de culpa da mãe. Qual a relação da culpa com o campo do desejo materno? Outro receio dessa ordem diz respeito ao futuro dos *filhos sozinhos*, pois sendo a família resumida à mãe e a outros poucos parentes, elas temem pelo desamparo dos mesmos, como relata Clarice, Sujeito 1:

Hoje eu até agradei pela mana (meia irmã da filha), porque é mais uma pessoa, não tem primo, não tem parente. Da minha parte da minha irmã, da parte da irmã dele, então vai ficar muito **sozinha** (a filha), que bom que tem a mana agora.

Será temor pelo desamparo dos filhos como únicos descendentes ou culpa pelos mesmos terem no futuro o encargo de carregarem sozinhos as mães?

Para as participantes, o *tornar-se mãe sozinha* ora indica ser uma condição de sofrimento relacionada ao desamparo, ora denota ser uma condição de prazer associada ao

empoderamento. Trata-se de uma posição em que a mulher tem que lidar com a sua incompletude e suportar a privação, devido à real falta de ajuda ou carência do outro, e, de outro lado, operar com sua onipotência, já que é a detentora do poder na família. No entanto, as mães pesquisadas me levaram a pensar que há nelas um reconhecimento de que não têm tudo e nem são possuidoras de todos os significantes. Essa insuficiência está marcada no apelo ao Outro, como indica Lúcia, Sujeito 2:

Mas eu não imaginei que fosse tão difícil! Eu não sei se para mim ou para tantas é difícil porque se é **sozinha** para criar e tu não podes contar com outra pessoa para te ajudar, para ampliar, para te dizer. Para te dar um apoio quando aparecem as situações difíceis. Se o pai dele estivesse morando comigo, talvez eu não estivesse te dizendo que é difícil. Mas, é muito difícil, eu não imaginava que fosse assim!

Por outro lado, pode-se observar que falam em nome próprio diante o fato de serem a principal responsável pelos cuidados e educação da prole. Essa posição leva a mulher a um empoderamento, isto é, a ocupar um lugar de saber, o que lhe possibilita bancar as responsabilidades da *maternidade sozinha*. Aqui destaco a monoparentalidade como uma encruzilhada, pois o empoderamento materno é um terreno fértil para o avassalamento da subjetividade do filho. No entanto, a dialetização entre o empoderamento e o desamparo, pela inscrição da função paterna na mãe, permite a relativização da posição da mãe toda. Essa questão emerge no excerto abaixo da fala de Clarice, Sujeito 1:

**Sozinha.** Difícil! Algumas coisas é legal, às vezes eu penso assim: não tem ninguém dando opinião, é só a minha que vale (risadas)! Não tenho que discutir nada com ninguém (risadas)! Mas, assim porque que **eu me autorizo** também isso e, não sou tão insegura nas tomadas de decisões que eu tinha que fazer e que muitas decisões completamente **sozinha** com ela (a filha), doenças, por várias escolhas que eu tive que fazer e graças a Deus todas davam realmente certo. É porque muito terapia na cabeça, porque, se não é, difícil.

A escuta dessas mulheres, sujeitos de um tempo repleto de ambivalências e incertezas, me levou a pensar que o desafio dessas mães na família monoparental é de sustentarem a função educativa reservada à família, ou seja, a transmissão da cultura, sem a presença de um terceiro. As palavras de Alice, Sujeito 4, indicam bem essa encruzilhada.

Difícil por não ter com quem dividir as tarefas, o supermercado, o sustento da casa, tarefa de levar a criança para o colégio. Mas, por outro lado, **sou eu quem decido, sou eu quem decido, tenho o controle da educação dele** (filho), eu não tenho que ficar negociando com outra pessoa ou se estou mimando meu filho ou não, se eu tenho que criar de um jeito ou de outro. Sou eu que decido tudo. **Então, nesse ponto é muito menos trabalhoso do que estar tendo que negociar a educação dele com outra pessoa, mesmo que seja o pai dele.**

Que educação seria essa referida pela mãe? Passo agora a trabalhar o tema educação, considerando a centralidade desta questão nas falas das entrevistadas.

## 5 A MÃE EDUCADORA

### 5.1 O PROCESSO CIVILIZADOR E A EDUCAÇÃO

No discurso das mulheres pesquisadas, os sentidos atribuídos ao ser mãe estão fortemente associados ao cuidar e educar os filhos. Para essas mulheres, o trabalho materno implica os cuidados em relação às necessidades físicas e afetivas das crianças, assim como a educação das crianças para se tornarem sujeitos com princípios morais.

Apesar da distinção dos termos cuidar<sup>96</sup> e educar, pode-se perceber em ambas as palavras uma conotação de ação ou intervenção na relação de um sujeito com outro. A palavra *educar* se origina do latim *educare*, que, por sua vez, ligado a *educere*, verbo composto do prefixo *ex* (fora) e adicionado a *ducere* (conduzir, levar), produz o significado de conduzir para fora, isto é, preparar o indivíduo para o mundo (SCHÜTZ, 2012).

Percebe-se no termo educação a produção de uma forma de enlace entre sujeitos, cujo resultado produz uma transformação. Escolhi tal viés para falar da educação porque se encontra aí uma coincidência com a ideia de civilização de Nobeit Elias (1993; 1994). O percorrido na obra do sociólogo demonstra o surgimento da civilização ocidental e as mudanças no comportamento dos sujeitos relacionados à história dos costumes ou etiqueta e à formação do Estado moderno. Como visto em capítulo anterior, a polidez e a civilidade resultam do autocontrole, isto é, da internalização no sujeito dos controles sociais externos. Esta noção coincide com a ideia psicanalítica acerca do surgimento do superego na estruturação psíquica do sujeito, pressuposto desenvolvido por Freud em 1923 na segunda tópica.

Nobeit Elias (1993; 1994) demonstra as mudanças do sujeito na sua relação com a realidade ao longo do curso da história. O processo civilizador configura uma transformação de comportamentos pela instalação de normas e regras sociais que passaram a organizar e a limitar os sujeitos, tornando-os capazes de fazer laço social. Em outros termos, a introdução

---

<sup>96</sup> No dicionário da língua portuguesa, a palavra cuidar tem o sentido de ter cuidado, tratar de algo ou alguém, assistir. Em psicanálise, o termo *Hilflosigkeit* foi utilizado por Freud para designar o estado de desamparo do recém-nascido humano devido à sua prematuridade biológica e a dependência total dos cuidados de um outro (Outro primordial) para a satisfação das suas necessidades. Esse estado de desamparo original torna-se no adulto o protótipo da situação traumática produtora de angústia. (LAPLANCHE e PONTALIS, 1983).



de uma lei da cultura modifica as formas de interação entre os sujeitos, promovendo, assim, um convívio mais pacificado entre as pessoas. Nesse sentido, tomo a civilização e a educação como processos equivalentes, pois ambos implicam uma operação de recalque e a internalização da autoridade<sup>97</sup>.

Em capítulo anterior mencionei que nos séculos XIX e XX ocorreu um progressivo deslocamento da vida íntima para o espaço privado familiar. Com o advento da família nuclear, a educação<sup>98</sup> das crianças, que antes era compartilhada por vários adultos no espaço social, torna-se um encargo dos pais, principalmente da mãe, e da escola. Na nação do século XIX e XX, a maternidade adquire um sentido altamente valorizado, pois do trabalho materno depende a formação dos novos cidadãos.

Desde aquela época, ocorreram mudanças no discurso social sobre o papel da mulher e da mãe tanto no espaço social como no privado, mas ainda hoje o cuidado e a educação das crianças parece ser uma tarefa eminentemente feminina. Para as mulheres pesquisadas, a educação das crianças na sociedade atual é um grande desafio. Na condição de agentes da função materna, compreendem ser a educação uma questão fundamental no desenvolvimento das crianças. Por isso, tomo esse ponto, a **função educativa materna**, para pensar a vivência da maternidade na família monoparental. De imediato, pergunto: Qual o sentido da educação para elas? O que esperam as mães da educação dos filhos? O que querem lhes transmitir? Para ilustrar a associação entre maternidade e função educativa, tomo o discurso de Alice, Sujeito 4, sobre o que considera *ser mãe*:

[...] e como **tem essa coisa de viver sozinha com ele, eu acabo tendo muito essa ideia de que o compromisso é de ser carinhosa, é de brincar, é de estar do lado, mas também de ensinar o que é certo, de ensinar questões de, enfim, de atitude, de regra, de não ser só aquela coisa...** Enfim, de ser a pessoa que impõe limite, para que não seja uma criança mimada, para que não seja uma criança cheia de... Que não seja a criança que mande na casa, sabe, aquela ideia de que é o *homem da casa*, como às vezes eu escuto, assim, que o (menino) é o *homem da casa*. Como assim? Eu sou a adulta da casa, ele é uma criança, nem eu quero que ele tenha, sinta esse peso de: Ai, ser o *homem da casa*.

Deste fragmento discursivo, interessa ressaltar de que forma a maternidade é concebida e qual a aposta materna em relação ao filho, já que é possível encontrar em suas palavras as marcas do mundo sensível e das regras da cultura, o que em Freud significa o

<sup>97</sup> Calligaris (1997) lança mão do estudo de Nobeit Elias para discutir a problemática do indivíduo/sociedade, considerando aí o sujeito como um efeito da cultura que o produz.

<sup>98</sup> Folberg (1986) concebe a educação como a transmissão de regras culturais de uma geração a outra por intermédio de mensagens abertas e/ou subjacentes. Segundo a autora, a educação colabora na repressão das pulsões e na sublimação das mesmas, possibilitando ao sujeito a participação no seu grupo cultural.

feminino e o masculino, respectivamente. Calligaris (2010) afirma que a esperança comum aos pais na educação dos filhos é a transmissão de uma cidadania possível. A partir dessa observação, o psicanalista afirma existir uma certa correspondência entre a educação e a castração, pois através desses processos o sujeito poderia vir a ter um lugar possível na sociedade dos adultos.

Tornar-se um sujeito e cidadão não é uma tarefa simples, nem coincide com o registro da certidão de nascimento por ocasião da chegada da criança ao mundo. Esse é um longo processo decorrente de uma série de operações educativas cujas responsabilidades são, em grande medida, imputadas à mãe. Lúcia, Sujeito 2, mãe de um pré-adolescente, depara-se com a entrada do mundo externo na relação dela com o filho, percebido como uma presença terceira, potência ameaçadora, capaz de fazer fracassar a criança idealizada por ela. Diz ela:

**Ser mãe** hoje é cada vez mais complicado.

- O que tu acha que está complicado hoje em dia?

Eu digo o educar, porque o criar, dar roupa... aperta de um lado, aperta de outro, mas está sempre dando. **Eu digo na educação**, ah, fora a parte do colégio, para formar um homem, um homem de caráter, uma pessoa boa, sabe, de princípios... é complicado. Eles têm muita informação de televisão, de vídeo game, de computador, de colegas. E a gente tenta passar uma coisa e a rua oferece outra. Então é muito complicado tu combater isso, bater de frente com isso, porque eles veem uma coisa, tu tentas mostrar outra. Aí é aquele choque de informação e eu não consigo explicar para eles que não, porque sim.

### 5.1.1 A primeira educação e a cidadania

Na modernidade, além da função de procriação e lactação, a mãe torna-se a principal responsável pela educação dos filhos, especialmente a transmissão dos valores morais. No discurso dos moralistas do século XX, o trabalho materno é enaltecido e comparado a uma missão divina com potencial de criação, tal como o de um artista, como se pode ver aqui: “Melhor ainda, governando a criança, a mãe governa o mundo. Sua influência estende-se da família à sociedade, e todos repetem que os homens são o que as mulheres fazem deles” (BADINTER, 1985, P. 258). Com isso, a moralidade da mulher torna-se o pré-requisito da moralidade dos filhos. Como mentora dos futuros homens e mulheres da sociedade, entende-se que a mulher deve receber uma educação intelectual, garantia de sua moralidade, pois, se

educada desde a infância, manterá o gosto pelas ocupações sérias. Contudo, o objetivo da educação intelectual da mãe não tem como fim a mulher em si mesma, mas o desenvolvimento de suas capacidades para o casamento e sobretudo para a maternidade. Uma mãe instruída torna-se uma educadora melhor. As exigências de educação para as crianças acabam por despertar em muitas mulheres o desejo de serem professoras, sendo então criadas escolas com o intuito de auxiliar a qualificação dessas mulheres, bem como de mães menos instruídas. Desde aí, a mulher, a maternidade e a educação tornam-se praticamente sinônimos.

No Brasil, em meados do século XIX, circulava um discurso oficial sobre a importância da educação na modernização do país, visto que a república ainda trazia uma imagem de nação colonial. Aos poucos surgem algumas escolas onde meninos e meninas são educados, mas não de forma igual. No que concerne às mulheres, resguardadas as diferenças entre os grupos sociais e suas concepções de educação, há no contexto da época um discurso hegemônico sobre a importância da mulher ter que ser mais educada do que instruída. A educação feminina deveria ser voltada para a formação moral das mulheres em virtude de sua função social de educadora dos filhos ou, na visão do Estado, formadora dos futuros cidadãos. Assim, a educação das mulheres na república do final do século XIX encontra justificativa no destino primordial feminino de ser mãe.

Por sua vez, a realidade da mulher, mãe e pobre mostra ser distinta daquela da elite brasileira, afirma Fonseca (2006). Enquanto a burguesa está resguardada em casa, cuidando e educando os filhos, as mulheres pobres, muitas vezes sem marido, precisam trabalhar para o sustento da casa, ficando, assim, sujeitas aos preconceitos.

O trabalho feminino, fora do ambiente doméstico e dos afazeres da casa, ao contrário do trabalho masculino, servia como motivo para prejudicar a moral da mulher e imputar-lhe a acusação de ser uma mãe relapsa e por isso não ser uma boa educadora. Mesmo sendo o trabalho fora de casa uma constante na realidade da população feminina pobre do Rio Grande do Sul e uma contribuição fundamental para o sustento da família, a atividade no espaço da rua aparece como fator negativo na avaliação social da mãe. Esse quadro resulta de um estereótipo dos valores da elite colonial que servia como instrumento ideológico para sublinhar as diferenças entre as burguesas e as pobres, afirma Fonseca (2006).

Conforme já visto, a família conjugal moderna não é uma unidade natural ou universal, mas uma construção histórica. No caso da família brasileira do passado, pode-se encontrar uma pluralidade nos padrões de organização e dinâmicas familiares, como demonstram as camadas populares urbanas. Além do mais, a representação do casamento, a

bastardia, as uniões esporádicas e a concubinação refletem bem a distância entre os modos de vida dos grupos populares da época e os do modelo burguês vigente. Em meio às diversas práticas familiares, Fonseca (2006) chama atenção para o grande número<sup>99</sup> de mulheres chefes de família no tecido social brasileiro da época. Quanto aos casais, a autora considera ser impossível chegar a um retrato fiel dos tipos de arranjos familiares, pois, nas camadas pobres, os laços conjugais, os nascimentos e os divórcios costumavam ocorrer sem registros legais.

A ideologia burguesa, por ser uma força importante no panorama moral da época, penetra no universo dos grupos populares, influenciando as práticas de criação e educação das mulheres, principalmente naquilo que concerne ao controle da sexualidade, sob a forma de vigilância das condutas sexuais. Porém, ainda assim persiste um descompasso entre a moralidade oficial e os modos de vida das camadas populares. Em situações de conflitos sociais ou nas disputas pela guarda dos filhos, os homens valem-se da ideia da mãe *sem moral*<sup>100</sup> relacionando a moralidade feminina ao comportamento sexual. Na ausência de critérios definidos de o que consiste ser a moral das mães pobres, todos os tipos de argumentos são utilizados contra a capacidade da mulher se responsabilizar pelos filhos.

Repete-se em quase metade dos processos contra mães a acusação de que elas *não têm idoneidade* para ter um filho na sua guarda. Essa frase, que aparece constantemente, não se refere à honestidade, nem a capacidade de ensinar um ofício, nem aos bons ou maus-tratos que a mulher é capaz de cometer. Diz respeito pura e simplesmente ao comportamento sexual da mulher (FONSECA, 2006, p. 531).

Percebe-se aqui como o julgamento moral sobre a sexualidade da mulher tem o poder de eclipsar a sua habilitação social para o papel de mãe. A mulher-mãe, na condição de transmissora da moralidade, a guardiã dos futuros cidadãos, deve apresentar uma sexualidade inatacável. Cabe interrogar, por que a sexualidade da mulher é percebida como ameaça à ordem familiar e social? Por que na imaginação coletiva a expressão da feminilidade representa um perigo ao exercício materno?

---

<sup>99</sup> Segundo a autora, os censos do século XX (os anos em que foram realizadas as contagens da população não são especificados pela historiadora) mostram o impressionante percentual de 40% de mulheres chefes de família.

<sup>100</sup> Grifo de Fonseca (2006).

### 5.1.2 Educação das mulheres: garantia de cidadania dos filhos?

No processo civilizador, os sentidos atribuídos ao feminino e ao masculino estão em constante movimento. Com o auxílio da obra elisiana, foram mostradas as mudanças nas relações entre os sexos como efeito da internalização dos controles sociais e da regulamentação das pulsões. O mundo civilizado torna-se um mundo de artifícios.

Elias (1994) recorre à obra do educador Von Raumer, intitulada *A Educação das Meninas*, publicada em 1857, para exemplificar o padrão de comportamento daquela época. Chama a atenção o fato de Von Raumer, ao oferecer um modelo de conduta destinada aos adultos na educação sexual tanto de meninos como de meninas, eleger as crianças do sexo feminino para mostrar como as manifestações da sexualidade devem ser mantidas ocultas. Elias (1994) cogita ser a preservação da pureza espiritual da menina um dos motivos para os adultos não mencionarem as relações entre os sexos. Além disso, pode-se observar no discurso do educador, o desenho de uma mãe que deve colaborar na repressão das pulsões sexuais das crianças, especialmente nas meninas, e ao mesmo tempo, encobrir a sua própria sexualidade. A origem sexual do bebê, colocada em questão pela curiosidade infantil por ocasião do parto e do nascimento de irmãos, precisa ser despistada em artifícios utilizados pela figura materna.

A preocupação com a sexualidade e a educação nessa esfera refere-se à necessidade de gerar na criança um comportamento de recato, ou seja, sentimentos de vergonha, embaraço e culpa em relação ao assunto, como visto aqui: “[...] o único conselho que o educador tem para dar às mães é evitar contato em todos os casos possíveis com essas coisas” (ELIAS, 1994, p. 180). Nesse aspecto, a mãe do século XIX, em sua função educativa, coopera na transmissão do padrão de feminilidade da época ao veicular às filhas a sua própria vergonha ou, em termos psicanalíticos, o seu próprio superego.

A educação, veículo de transmissão de mensagens sociais, perpetua as formas de subjetivar em uma determinada sociedade. A aprendizagem social, concebida aqui como um processo consciente e inconsciente, está no cerne do desenvolvimento da civilização e da estruturação dos comportamentos. Recorro neste estudo ao diálogo com a obra de Elias para situar as constantes modificações nos modos dos sujeitos fazerem laço social. Apesar das críticas de outros autores em relação à posição ambientalista de Nobeit Elias, acredito não ser essa uma visão behaviorista de homem determinado pelo meio. O autor apresenta o processo

civilizador como uma progressiva transformação de homens e mulheres a partir da indissolúvel influência mútua entre sujeito e sociedade, ou seja, da constante dialética interação e diferenciação. Como seres de história, o ser humano se encontra constantemente reinventando o mundo e a si mesmo.

Por outro lado, apesar das coincidências entre o pensamento elisiano e freudiano revelarem-se múltiplas, não se deve esquecer de assinalar as discontinuidades entre essas áreas de conhecimento, especificamente às descobertas do pai da psicanálise sobre as relações do sujeito com a cultura. No decorrer das obras, o psicanalista vienense rompe com a sua ideia inicial de existir um espelhamento direto entre o âmbito social e a esfera da psique. Adiante retomarei esse ponto de vista.

Por ora, gostaria de retomar a discussão a respeito dos discursos que circularam na modernidade sobre a mulher e a maternidade. Em capítulo anterior demonstrou-se existir na cultura europeia do século XVII ao XIX uma imensa profusão de discursos teóricos, provenientes de diferentes campos do saber, com o objetivo de adequar as mulheres à noção de feminilidade da época. A partir deles, o papel de esposa e de mãe é consolidado como sendo a verdadeira vocação da mulher e a feminilidade torna-se o sinônimo de recato, docilidade e passividade.

Interessa chamar a atenção para a noção de *natureza* da mulher contida nesses discursos e a vinculação dessa à desordem cultural. Kehl (2008) leva a refletir sobre a aparente contradição presente na forma de os educadores conceberem e produzirem o lugar do feminino no tecido social. Se, por um lado, a natureza feminina está relacionada ao corpo real e à capacidade de procriação da mulher, o que justificaria sua predestinação ao lar e à maternidade, por outro, aparece como algo a ser domado pela sociedade e pela educação. Há nas mensagens dos educadores uma dialética entre o que é natural e o que deve ser cultivado nas mulheres, tendo em vista assegurar os ideais de feminilidade, afirma a autora. Vê-se que o aparato fisiológico da mulher, a sua diferença anatômica em relação ao homem, é o ponto de partida da posição feminina na espécie, porém as significações construídas em torno disso são de ordem cultural.

Segundo Kehl (2008), é recorrente em autores da modernidade o desejo de educar as mulheres de modo a reconduzi-las ao seu verdadeiro lugar ou *estado de natureza*<sup>101</sup>, isto é, ao

---

<sup>101</sup> Grifo de Kehl (2008) em referência à ideia de Rousseau, o mais influente educador da modernidade, desenvolvida na obra *Émile* em 1762. O estado da natureza refere-se à diferença sexual na constituição de homens e mulheres, bem como à construção dos ideais de gênero feminino e masculino de uma sociedade.

espaço da casa e a maternidade, onde são as responsáveis pelo cuidado e pela primeira educação dos homens, inserindo-os nos costumes. A educação torna-se o veículo para se alcançar a harmonização da natureza da mulher com os anseios da sociedade e, por conseguinte, a preservação da organização social, masculina e patriarcal.

Há uma preocupação da educação como forma de contenção dos excessos próprios da natureza das mulheres e do seu insaciável apetite sexual, cuja potência seria capaz de produzir rompimentos no laço social. A educação das mulheres objetiva desenvolver uma postura de fragilidade e submissão de forma a sustentar nos homens a virilidade necessária para a formação e proteção da família, afirma a autora.

Em outras palavras, os ideais de feminilidade para a mulher na modernidade são requisitos imprescindíveis para a perpetuação da família nos moldes burgueses. A mulher deslocada da cena pública e fixada na privacidade do lar, aceita sem fortes resistências a sujeição aos preceitos da ordem burguesa, bem como a responsabilidade de tornar-se a guardiã da moralidade em uma sociedade predominantemente masculina. De certo, o lugar de rainha do lar e mãe virtuosa confere ganhos à mulher. Porém, antes de seguir adiante, cabe refletir sobre as relações estabelecidas entre a mulher e a feminilidade no campo da cultura, desde uma perspectiva psicanalítica, a fim de melhor entender as razões para a vigilância da mulher e a submissão do feminino.

Embora todos nasçam em um corpo de homem ou mulher, a posição de cada um em relação ao sexo depende de um longo processo psíquico. Tornar-se homem ou mulher implica a identificação do sujeito aos padrões e ideais considerados próprios a um dos gêneros. Por enquanto, gostaria apenas de indicar não haver para a mulher um significante específico que a defina. Devido à condição de castrada, ou seja, de não ser toda submetida à ordem fálica, não existe para a mulher um universal do feminino. Talvez por isso elas sejam representadas de forma tão emblemática na cultura.

Ao longo dos tempos, circulam mitos sobre as mulheres onde são associadas às bruxas ou feiticeiras, cujas práticas incorporavam ritos demoníacos, antropofágicos e eróticos. Na época da Inquisição medieval, em uma sociedade regida pela Igreja e por um clima de suspeita e medo, pesavam sobre as mulheres acusações de possessão demoníaca, uma vez que os atributos femininos e a sua erótica foram considerados diabólicos e ameaçadores. Daí, a caça às bruxas ter sido predominantemente voltada ao sexo feminino, como afirma Anchieta (2011).

O imaginário da bruxaria é uma construção social que evidencia a transmissão inconsciente de mitos e crenças referentes à mulher e as marcas do seu desejo sexual. Percebe-se na dualidade das bruxas, ora enganadas pelo diabo, ora como protagonistas do mal, uma coincidência com a ambiguidade da personagem Eva, discute Anchieta (2011). Na cena bíblica, Eva é tanto seduzida pela serpente quanto agente da sedução do marido Adão ao pecado original. Daí, pode-se observar existir na posição feminina uma opacidade na definição da sua posição em relação ao Outro, o que coloca um enigma sobre o desejo feminino. Afinal, *o que quer uma mulher*<sup>102</sup>? Será ela vítima ou protagonista dos acontecimentos? De todo modo, as representações de Eva e das bruxas medievais dizem algo sobre uma ameaça potencial causada pelo desejo da mulher e da sua posição em relação à lei (divina).

Na visão do Santo Ofício, as descendentes de Eva seriam mais predispostas às falhas de caráter. A ligação com a víbora na passagem bíblica foi habitualmente associada à perfídia, falha de caráter mais comum nas mulheres do que nos homens, como atesta o manual de caça às bruxas. Por sua vez, as bruxas são com frequência associadas aos animais peçonhentos ou noturnos, personificando, assim, o demônio e o pecado. Pode-se considerar o temor às bruxas como um reflexo do medo original em relação à Eva, cuja ambição e curiosidade se propagam no comportamento de suas descendentes. Sobre o poder hipnótico e traiçoeiro feminino, herança da proximidade da mulher com o mundo reptiliano, a autora apresenta as advertências dos inquisidores medievais: “Os homens são capturados quando veem e ouvem as mulheres. Como diz São Bernardo, ‘seu rosto é um vento quente, a voz, um apito de serpentes’” (ANCHIETA, 2011, p. 58).

Trouxe a ilustração do mito judaico-cristão de Eva e a referência às histórias populares das feiticeiras libertinas da época medieval a fim de indicar algumas imagens representativas da mulher na cultura ocidental, a partir das quais se consolidaram significações do feminino. Além de pecadoras e demoníacas, as mulheres são associadas à inocência, virgindade e pureza, isto é, a imagos de seres desprovidos de desejo sexual. Por ora, interessa assinalar a contradição existente entre a representação social da mulher como ser de caráter moral duvidoso e a da mãe-educadora do Estado moderno como bastião da moralidade.

Talvez por serem a sexualidade e o desejo feminino considerados uma força ilimitada, a cultura busca anulá-la, transformando, por exemplo, o recato e a vergonha em um traço

---

<sup>102</sup> Meu grifo. Pergunta freudiana sobre o enigmático continente negro, a mulher.



feminino por excelência. Em contrapartida, a maternidade passa a ser supervalorizada, tornando-se a única fonte de gratificação possível para a mulher. No discurso do Outro social, representado pelos educadores da modernidade, as mulheres são convocadas a substituir a sexualidade pelas virtudes da maternidade assexuada.

Embora alienadas ao desejo do Outro, o estabelecimento de um lugar próprio do feminino confere à mulher uma ilusão de plenitude, isto é, de ser mulher, *toda*. Em outros termos, o lugar de mãe e esposa como um lugar designado socialmente como feminino fabrica a convicção de existir para as mulheres um significante universal do feminino. Além do mais, não se deve esquecer do falicismo na experiência da maternidade, isto é, do poder e da completude gerados na mulher. Vamos nos valer aqui de um recorte da fala de Clarice, Sujeito 1, associado ao *ser mãe* para visualizar os modos de uma mulher da atualidade significar a maternidade:

**Ser mãe, ser mãe, ser mãe!** Enfim, no primeiro momento, sentir esse bebê dentro de ti, como foi gerado em mim, enfim, a sensação primeira de ter um bebê dentro de ti, é uma sensação **muito prazerosa**. Muito, muito, muito. Ah, digamos, assim, o próprio parto assim era uma vivência que eu queria ter, eu não queria passar nessa existência pelo menos sem ter a experiência de ter tido uma filha, filho, enfim. **E de ter parido, porque essa sensação dá um poder muito grande, toma conta da gente mesmo.**

Percebe-se aqui como a maternidade continua a ser objeto de desejo e gozo. Pode-se dizer que, no passado, a posição feminina reservada à mulher no social era um lugar de gozo, pois o casamento e a maternidade lhes conferiram uma grande importância na felicidade da família e no governo dos filhos, o que representou um destino imensamente desejado para a maioria das mulheres do século XIX e, ainda hoje, alerta Kehl (2008).

É interessante observar que, o quadro cultural, ao mesmo tempo em que fomentou a submissão feminina com o objetivo de eliminar a ameaça à ordem social, induziu as mulheres à maternidade fálica, isto é, a realizar um investimento maciço nos filhos, o que, é sabido, não é nada salutar. Daí, quero destacar que uma determinada forma<sup>103</sup> de ocupar e investir um

---

<sup>103</sup> Em outro contexto, é possível a exemplaridade da maternidade em grupos populares no Brasil, discutida por Fonseca (2006). Neles, a maternidade inclui a figura das avós, das criadeiras e das mães de criação. O casal parental não é o único a tomar decisões em relação às crianças, ao contrário, existe uma coletivização das responsabilidades. Os avós têm um papel importante e, mesmo existindo outras redes de apoio, a parentela consanguínea ocupa lugar central nas redes de ajuda mútua. A educação das crianças não está ao encargo exclusivo da mãe biológica e a função materna pode ser desempenhada por diversas pessoas. Daí, pode-se concluir que, quando se fala de maternidade, de suas práticas de criação e educação, é preciso ter o cuidado de contextualizá-la em um determinado universo simbólico. Ser mãe sem a presença de um cônjuge na classe média tem outras conotações do que nas camadas populares, afirma a autora. “Por exemplo, é bem possível que o recente aumento do número de famílias chefiadas por mulheres esteja ligado, entre as camadas médias, ao

lugar no grupo familiar tem relações com as significações que circulam na cultura sobre a parentalidade e a filiação.

Nesse ponto, cabe mencionar que a noção de parentalidade na abordagem psicanalítica refere-se às funções parentais, distinguindo-se da conceituação sociológica de maternidade e paternidade, ou seja, do papel social da mãe e do pai. Embora esse diálogo entre as disciplinas seja profícuo, importa sublinhar que, para a psicanálise, as funções materna e paterna referem-se a uma operação simbólica. Trata-se de lugares que têm função de *lei* e que organizam a estruturação da subjetividade de cada sujeito. Pode-se dizer que as funções operam com eficácia na medida que demarcam as diferenças dos lugares simbólicos entre as gerações. Ainda sobre parentalidade, esses lugares podem vir a ser ocupados por um ou compartilhados por vários agentes, coincidindo ou não com os pais biológicos da criança. Ocorre que os agentes encarregados dessas funções, mulheres e homens, sejam os pais ou outros, estão inseridos em um determinado laço social e, por conseguinte *sofrem* os efeitos do seu tempo. Viu-se não ser possível pensar em uma subjetividade *desencarnada*, o que leva a concluir que nenhum agente no exercício das funções parentais está incólume às representações de sua época sobre o que é ser mãe ou ser pai, assim como aos sentidos atribuídos às crianças e adolescentes.

O percurso feito até aqui foi para esboçar as relações entre as representações do feminino no social e o papel que teve a educação das mulheres na manutenção da ordem social tradicional. Procurei mostrar como os discursos sociais da modernidade ajudaram a construir uma determinada representação de família e prescrever como deve ser e agir uma mãe. Avançarei nessa discussão naquilo que concerne às expectativas sobre a maternidade no tempo atual.

## 5.2 A IMAGEM DA BOA MÃE

O discurso de Lurdes, Sujeito 3, associado aos impasses vivenciados na educação da filha pré adolescente, contém pistas importantes que podem auxiliar na reflexão sobre a

---

movimento feminista e à nova autonomia da mulher. Projetar essa mesma explicação sobre grupos pobres, cuja alta taxa de mulheres chefe de família tem sido historicamente ligada à pobreza, seria um engano [...]" (FONSECA, 2006, p.546).

concepção de mãe vigente na atualidade. Interessa apontar aqui a intrínseca relação dessas significações com a posição ocupada pela mulher na função educativa na família monoparental.

A gente foi por um caminho que... Fui sendo permissiva demais que ela, vão tomando conta. Depois quando tu vê está instalada a situação, a guerra e tudo, e aí tu tens que remediar, tu tens que tomar o que não está bem, tu estás vendo o resultado disso tudo e não está legal, não está bem. Eu sei que eu preciso contornar um pouco isso, isso está me preocupando um pouco, no momento. Eu não sei se a gente se cobra demais, me cobro demais, **por não ter sido mais perfeita com ela ou eu gostaria que ela fosse um modelo**, alguma coisa que eu não consegui dar de educação, não é. Tu dás, mas não sabes, tu tentas implantar as coisas boas, princípios, índole e tudo, mas... Estão aparecendo algumas coisas, vindo à tona, muita teimosia. Ela me enfrenta demais e aí eu fico, eu não estou conseguindo reagir, fico paralisada diante disso, tenho que achar forças para enfrentar, para mudar isso com coragem. Não conversei com o pai dela ainda, que não convive com a gente, nem com ela, e não faz parte desse lado aí, mas, eu me cobro que as atitudes dela, que ela tem para com os outros e com tudo. Ela é o resultado da minha educação, da nossa convivência. Está me preocupando um pouco.

Segundo Badinter (2006), existe em cada cultura um modelo ideal a partir do qual as mulheres situam-se em relação à maternidade. Na contemporaneidade, espera-se que toda mulher seja mãe e, mais ainda, uma mãe perfeita. Segundo a filósofa francesa, depois de muitas conquistas dos direitos femininos e da diversidade nos modos de vida das mulheres, assiste-se hoje o ressurgimento do discurso naturalista sobre a maternidade que apregoa um retorno ao modelo tradicional. A ideia de instinto materno<sup>104</sup> ganha novamente espaço no discurso social e reacende a visão de ser a maternidade o centro do destino feminino.

Tal ideologia emerge a partir de discursos de três diferentes campos de saber, isto é, da ecologia, das ciências do comportamento apoiadas na etologia e de um novo feminismo essencialista, os quais veiculam, cada um ao seu modo, a volta à natureza e um modelo único de mãe. Conforme a autora, além de refutar os avanços básicos da industrialização naquilo que concerne às cesarianas e ao uso da anestesia no parto, essa tendência demoniza o uso de mamadeiras e das fraldas descartáveis. Por sua vez, a *boa mãe sacrificial*, regida pelo instinto, encontra beleza no sofrimento e busca suprir incondicionalmente as necessidades de sua criança. As exigências vigentes na atualidade, na visão da filósofa, servem apenas para gerar frustração e culpa nas mulheres, levando muitas à recusa diante da possibilidade da maternidade.

---

<sup>104</sup> No lugar de instinto materno, atualmente usa-se a expressão *fibra materna*, afirma a autora.

Quero ressaltar daí um aspecto relacionado às mudanças no estatuto da parentalidade no decurso da modernidade, uma vez que a postura da mulher em relação à maternidade passa a ser influenciada pelo discurso de um terceiro social, o qual supostamente detém o saber sobre como cuidar e educar as crianças. Um exemplo dessa conjuntura na contemporaneidade é a vasta produção de materiais, provenientes de diferentes áreas de conhecimento, alocados nas diversas mídias, destinados a ensinar às mulheres a tornarem-se *mães de sucesso*. Mas, isso não seria algo da competência da mulher? Por que um outro social ganha espaço nesse território?

Talvez seja possível encontrar resposta para essas questões se as examinarmos a partir da concepção do parental e de sua *jurisprudência* num determinado laço social. Ocorre que esse tema está entremeado às mudanças ocorridas nos domínios das esferas pública e privada, um assunto bem discutido pela filósofa alemã Hannah Arendt em *A Condição Humana* (2008). Segundo a autora, na Grécia antiga, existia uma clara separação dessas esferas, isto é, uma clivagem entre a *polis* (lugar do político) e o *oikos* (lugar da família). Nesse contexto, a **cidadania**<sup>105</sup> estava relacionada à possibilidade do homem participar do espaço público, por meio da ação e do discurso, sendo essa uma atividade considerada elevada. Em contraposição, o espaço privado, associado à vida em família, lugar em que reinavam as atividades ligadas à manutenção da vida (*labor*), era percebido com menosprezo. Embora tivesse o domínio absoluto no mundo privado, o chefe de família não era considerado livre. Na antiguidade, a liberdade consistia em um homem não estar assujeitado, nem ao *labor*, uma tarefa considerada animalésca, nem ao trabalho, pois mesmo o *homo faber*, o fabricante de coisas, tem como objetivo o seu ofício e não o mundo público. A liberdade estava estritamente vinculada à esfera pública, sendo a *polis* o único lugar em que um homem poderia ser reconhecido pelos seus pares como cidadão.

Ocorre que mais tarde, com o advento da modernidade, surge uma terceira esfera, denominada social, a qual vem dissolver as fronteiras entre o mundo público (*polis*) e o privado (família), modificando profundamente o significado desses dois termos, bem como a relação entre os mesmos. Segundo a autora, a ascensão e consolidação da sociedade trouxe consequências tanto para a esfera pública, que se tornou menos política e mais social, como

---

<sup>105</sup> Trata-se de um conceito que utilizaremos ao longo do trabalho. Interessa destacar que a definição da autora sobre a cidadania alinha-se bem ao que a psicanálise indica ser a capacidade do sujeito de fazer laço social. Assim, neste estudo, tomei a cidadania no sentido de possibilidade de habitar e compartilhar o social.

para a esfera privada<sup>106</sup>, que uma vez subvertida<sup>107</sup>, deixou de ter um sentido negativo e passou a ser enaltecida. Percebe-se aqui uma verdadeira transformação daquilo que era considerado pelos antigos como *bem viver*, ou seja, o compartilhamento dos homens em um mundo comum. Na modernidade, ocorre o enriquecimento da *privatividade*<sup>108</sup> (ARENDDT, 2008, p.48) e essa tem como função maior resguardar aquilo que é íntimo da esfera social.

Quero sublinhar aqui os efeitos da invasão desse social moderno nas duas esferas, naquilo que concerne ao parental. Se, por um lado, a conjugalidade tornou-se um assunto de fórum íntimo, que deve ser mantido no domínio da privacidade de um homem e uma mulher, por outro, a parentalidade transforma-se em um *problema público*, afirma Julien (2000). Na moderna nação do século XX, a relação entre pais e filhos deixa de ser da alçada exclusiva do casal parental e passa a ser intermediada pelos representantes da sociedade, cuja missão é assegurar o bem estar das crianças e dos adolescentes. Nesse sentido, pode-se dizer que a parentalidade na modernidade encontra-se *sub judice*<sup>109</sup>, já que o olhar de um terceiro social, como designa Julien (2000), encarnado pela figura dos diversos especialistas, é instalado no território familiar. O pediatra, o juiz, o psicólogo e o professor cumprem a função de intervir no âmbito privado e resolver as dificuldades de ordem familiar, sendo essa interferência ou legitimada pelo suposto saber que carregam a respeito do que é ou não adequado para os pais e os filhos. Desse modo, o cuidado e a educação deixam de ser do domínio exclusivo dos pais e tornam-se uma tarefa compartilhada com outros sociais investidos de autoridade. Então, um ponto importante sobre o parental na cultura atual refere-se ao lugar de saber. Que efeitos nos pais pode produzir este deslocamento do lugar do saber?

Um aspecto a ser considerado nessa discussão é a do saber hoje estar colocado do lado da ciência e da sua verdade. Ocorre que a ciência tem como propósito alcançar a verdade absoluta dos objetos estudados de modo a exaurir os seus entendimentos. Para isso, prima pela objetividade, generalização e universalização, buscando apagar todos os vestígios da

---

<sup>106</sup> Assim como Elias, a autora discute a progressiva privatização da vida na modernidade e a instalação do reinado da intimidade do lar, o único refúgio seguro contra o mundo público comum: “Somente a era moderna, em sua rebelião contra a sociedade, descobriu quão rica e variegada pode ser a esfera do oculto nas condições da intimidade [...]” (ARENDDT, 2008, p.82)

<sup>107</sup> Sobre a subversão na avaliação dessa esfera por ocasião do surgimento da sociedade, a autora diz: “A esfera privada da família era o plano no qual as necessidades da vida, da sobrevivência individual e da continuidade da espécie eram atendidas e garantidas. Uma das características da privatividade, antes da descoberta da intimidade, era que o homem existia nessa esfera não como ser verdadeiramente humano, mas somente como exemplar da espécie animal humana” (ARENDDT, 2008, p. 55)

<sup>108</sup> Efeito do individualismo moderno (ARENDDT, 2008).

<sup>109</sup> Designa que algo ainda está sob apreciação judicial. Embora essa expressão seja da área jurídica, utilizei-a aqui em um sentido figurado.

subjetividade. Nessa perspectiva, a ciência nada quer saber da particularidade ou singularidade, pois expulsa o sujeito (inconsciente) como agente produtor da verdade (inconsciente), afirma Lacan (1998) em *Ciência e Verdade* (1966). Não tenho a pretensão de aprofundar aqui o tema do discurso da ciência no laço social, mas quero apontar, com Fleig (2009), que esse discurso se autentica na pura racionalidade do encadeamento de enunciados sem sujeito e que os efeitos dessa linguagem científica tendem a se alastrar no mundo vivido.

Quando consideramos os efeitos sociais e psíquicos da ciência moderna, passamos do campo da epistemologia das ciências para o âmbito do laço social e da vida cotidiana, no que então denominamos, seguindo Saussure e Lacan, de discurso. Discurso, neste sentido específico, se refere àquilo que constitui laço com o outro, ou seja, o que permite estabelecer relação com o semelhante e permite inscrever subjetiva e socialmente as interdições e as impossibilidades. A linguagem da ciência é imprópria para tal função, visto que de saída, especialmente a linguagem da ciência moderna, requer a forclusão do sujeito da enunciação, buscando-se então o encadeamento de enunciados acéfalos e rigorosamente justificados. A ciência moderna, com base na invenção do genérico realizada por Sócrates, se ancora na redução da totalidade dos entes diversos ao objeto unificado como res extensa, que assim se torna apto para que seja feita a matematização da natureza. A mensuração do ente dispensa, de saída, o lugar e a função do sujeito implicado em cada enunciado. (FLEIG, 2009, p. 1).

Antes, foi evidenciada a valorização dos especialistas na avaliação do desempenho parental. Esses atores sociais, autoridades sustentadas pelo discurso científico, enunciam, por exemplo, como deve ocorrer o aleitamento de um recém-nascido, guiados por *verdades* absolutas, que desconsideram as peculiaridades da relação de cada mulher com seu bebê. Interessa sublinhar que esses discursos podem fornecer pistas sobre a concepção ideal de maternidade do nosso tempo. Trago um fragmento discursivo de Janete, Sujeito 5, associado ao ideário que emerge do lugar ocupado pelo especialista, para jogar luz sobre as exigências que pairam hoje sobre as mulheres em relação à maternidade:

Aí o **médico** me disse assim: “Enquanto essa guria não mamar, ela não sai (do hospital)!” Porque eles achavam que ela tinha que mamar, aquelas coisas todas. E eu... Aí chegou um dia que eu disse para o médico: “Olha, sinceramente, ou tu dá alta para ela ou eu vou roubar”. Eu mexi com ele, sabe. Porque se não mamou até agora, não vai mais mamar! E com essa pressão de ter que mamar, aí mesmo que... E realmente, ela saiu do hospital, eu levei para casa, ela começou a mamar... Acho que era aquela coisa, sabe, de ficar aquela pressão, aquela montureira de médico e gente, aí, se ganhou peso, se não ganhou, não sei o que, sabe... Aí, está, deu tudo certo... saiu do hospital e foi tranquilo, assim.

Uma mãe não oferece seus objetos conforme uma lógica padronizada, pois não se trata da transmissão de um Real, mas de um dom, afirma Jerusalinsky (2010). Cumpre notar que o imperativo endereçado à Janete, Sujeito 5, situa-a no suposto de um instinto materno, o qual a

convoca a responder às necessidades da criança de forma estandardizada, guiada por um saber de ordem natural. Segundo essa vertente do discurso social, uma boa mãe segue a cartilha dos especialistas desde a gestação. O parto deve ocorrer da forma mais natural possível (não é o que acontece no Brasil<sup>110</sup>), a amamentação é vista como um ato quase obrigatório, as fraldas descartáveis devem ser evitadas e tudo mais que for necessário para o encontro com a *mãe natureza*, afirma Badinter (2006).

Sobre a ditadura do aleitamento, pode-se dizer que esta glorifica o objeto *seio*, construindo uma representação de que a mãe tem essa dívida com o filho. Todavia, é possível ponderar que a relação da mãe-filho não depende tanto do objeto *seio* em si, mas do modo como a figura materna oferece o alimento à criança. Para Janete, Sujeito 5, a injunção do aleitamento *perfeito* parece ter adquirido um significado de dever e desprazer, o que repercutiu nas trocas com o seu bebê. Sobre isto, diz ela:

Sinceramente, acho um saco, um saco, ainda mais que a (menina) era do inverno. Então como tinha essa história dela mamar muito devagar, era inverno, ela mamava uma hora por peito... Eu passava o dia inteiro... amamentando. Era só o que eu fazia, então cansava, bah, sabe. Mas aí ficava uma hora em um peito, uma hora no outro, aí até arrotar, daí troca, mas tinha que mamar de três em três horas porque tinha que ganhar peso. Quando eu via já estava no hora de amamentar de novo... Então foi uma fase que eu só amamentava, **então não tinha como ser uma coisa prazerosa**, porque era o dia inteiro fazendo aquilo, porque... Hoje eu me dou conta que eu deveria ter tirado essa história de deixar o tempo todo mamar, porque acho que se o leite não saía, não adiantava ficar uma hora, porque... Mas, enfim, como eu tinha muito medo que ela não ganhasse o tal do peso, então, eu ficava ali forçando aquilo... aí ...acabei acostumando ela mal, porque daí ela estava sempre... Ao invés de eu deixar ela sentir fome para mamar, não, eu forçava, até a hora que eu comecei a me dar conta, lá pelo terceiro, quarto mês: “Não, só um pouquinho!” Daí, eu comecei a deixar e aí ela começou a dormir de noite sabe e aí ficou bem mais tranquilo... Mas, o primeiro e o segundo mês, meu deus! Deus o livre, era um frio do cão e eu passava o dia inteiro ali dando mama, era só o que eu fazia.

Em meio a tantas preocupações com o meio ambiente no planeta, uma doutrina naturalista que relaciona os indivíduos à natureza e às suas leis alcança imensa profusão. O advento de uma proposta de reconciliação com a natureza em contraposição às duras exigências do mundo capitalista interpela de modo competente as atenções. Por outro lado, o imaginário social da mãe perfeita cria empecilhos para que cada mulher possa exercer a maternidade a sua maneira. Sobre essa tentativa de uniformização da relação da mãe-filho, Jerusalinsky (2010) afirma:

---

<sup>110</sup> Segundo dados do Ministério da Saúde, em 2010, o Brasil registrou mais cesarianas do que partos normais. Em 2009, a proporção era de 50% de partos cesáreos, ao passo que em 2010, a taxa subiu para 52%. A Organização Mundial de Saúde entende que essa taxa deva ser em torno de 15%. Na rede privada, o índice de cesarianas chega a 82% e na rede pública, 37%.

Uma mãe, encarregada por esta sociedade de transmitir este puro real, alicerçada no seu instinto, inevitável e afortunadamente, fracassa. Fracassa porque seu instinto, como para todo o humano, não lhe é suficiente para saber coisa alguma. Esta mãe, acerca do seu filho nada sabe e terá que consultar o que na ordem da linguagem se armazena acerca da maternidade e da filiação, como saber inconsciente (JERUSALINSKY, 2010, p. 18).

Hoje a maternidade deixou de ser um destino necessário, visto que *ser mãe* não é mais a única forma de legitimação social e subjetiva da existência de uma mulher, e tornou-se uma questão de decisão, cujo sentido está relacionado à realização pessoal. Ocorre que essa liberdade de escolha fez com que as mulheres passassem a estar fortemente implicadas nas consequências de suas decisões. As *mães na dobradiça*, mais livres para arbitrar sobre os seus destinos, têm o ônus da escolha da maternidade no incremento das responsabilidades com os cuidados e à educação das crianças. A boa mãe prioriza as necessidades do filho acima de tudo e para elas deve estar permanentemente disponível. A concepção de maternidade ideal na cultura atual impõe para as mulheres uma verdadeira tirania dos deveres maternos, o que pode ser sintetizado pelo categórico imperativo: *Mães, vocês lhes devem tudo!* (BADINTER, 2006, p. 119).

Pode-se considerar ainda essa injunção como um efeito da crescente valorização social da criança conjuntamente com o progressivo declínio da imago paterna na modernidade. O deslocamento do pai e a fixação da criança no centro do grupo familiar contribuiu para torná-la a figura mais poderosa e soberana da família. Nesse contexto cultural, as relações dos adultos com a crianças deixaram de ser norteadas pela transmissão dos deveres e passaram a ser orientadas pela promessa de gozo. Tudo o que os pais da atualidade querem é que seus filhos possam gozar como eles próprios não puderam, indica Calligaris (2010). Pode-se pensar que, se as figuras parentais estão dedicadas a apagar a castração (e, por conseguinte, as vias do desejo) das suas crianças em nome da felicidade das mesmas, então, realmente, estas figuras estão coladas a uma posição de suplência daquilo que falta.

Sabe-se que a aposta narcísica dos pais, ou seja, o voto de perfeição endereçado aos filhos é fundamental na estruturação psíquica no início da vida, como ensina Freud<sup>111</sup> (1914). Acontece que essa exigência de perfeição resulta hoje da posição de perfeição ocupada pelos pais, os quais propõem-se a evitar os erros das gerações precedentes, negando a herança dos seus ancestrais. Desse modo, as crianças vivem numa atmosfera de permissividade e

---

<sup>111</sup> No capítulo sobre o narcisismo, desenvolvo essa ideia.



compreensão, em que tudo podem e nada lhes é escondido, sem diferenciação dos adultos, já que os mesmos abstêm-se de colocarem as interdições. Na ausência de intervenções educativas, os pais deixam de apontar para os filhos ideais a partir dos quais os mesmos possam vir a se situarem no mundo. Esse fenômeno de ocultação sistemática do desejo parental, um sintoma social do nosso tempo, Corso (1997) chama de *parentalidade envergonhada*. Segundo a psicanalista, por detrás da tão alarmada preocupação com desejo dos pequenos, da não interferência nas suas escolhas e nos seus destinos, está de fato a sintomatização da função parental na contemporaneidade, isto é, a omissão do desejo dos pais.

Antes foi visto que na contemporaneidade o *savoir faire* parental, além de estar atravessado pelo saber dos especialistas, segue a lógica da supremacia do gozo. No caso das famílias monoparentais femininas, *as mães na dobradiça*, percebendo-se devedoras em relação a um modelo ideal de família e de maternidade, encontram dificuldades para colocarem os limites. Por outro lado, pode-se pensar nessa negação do ato educativo como uma tentativa de preservar a imagem de filho perfeito e, por conseguinte, a imagem da mãe sem falhas, o que se faz notar na transferência da responsabilidade de educar a terceiros. Sobre os impasses da filha na escola, Janete, Sujeito 5, relata:

A (menina) discutiu com o colega, (menina) não respeitou as regras da professora, (menina) não participou da aula disso. Está rebelde assim, sabe... Mas, eu não sei até que ponto isso é... tão, sabe ... ou se é... muito coisinha do colégio, sabe ... Não que eu ache que ela é santa, porque eu não acho, **mas eu acho que é coisa que eles têm que administrar no colégio**, entendeu, assim. Todo dia uma... E aí, já cheguei e disse para a professora: Oh, entendo, eu quero saber, eu participo, eu venho aqui, eu faço reunião, mas, acho que tem coisas que vocês têm que administrar entre vocês... No meu tempo não era assim de qualquer coisinha, põe no bilhete... **Professoras resolvem e pronto, sabe!** São problemas que ela (a professora) que tem que impor respeito, ela que tem que... não consigo, sabe...

Por sua vez, a escola, através de seus representantes, presa ao modelo de família tradicional e nostálgica dos lugares e funções parentais claramente definidos, credita as falhas na educação da criança à ausência concreta do pai no cotidiano, colocando na conta da mãe a culpa pela família desfalcada. Nesse sentido, a maternidade *solo* requer que a mulher fale em nome próprio para negociar entre a sua condição e a pressão social por uma família nuclear padrão. Esse impasse se apresentará em todos os lugares públicos, seja na escola, em comemorações ou grupos sociais, demandando que a mãe possa bancar o seu papel num contexto onde será olhada como incompleta ou insuficiente, afirma Corso (2011). A propósito disto, Janete, Sujeito 5, apresenta sua defesa frente ao parecer culposos da escola:

- Já conversou com a psicóloga?

Já... foi normal...tipo assim, ela (psicóloga) me falou o que eles acham dela (menina), que é realmente uma criança muito difícil, porque ela tem muita personalidade, ela fala o que quer, ela, tipo, não se mixa, sabe. E aí, claro, acaba dando problema, porque ela enfrenta... ela não está nem aí, sabe. E elas acham que ela é muito impulsiva, que isso é muito a ausência do pai, que ela quer chamar a atenção... essas coisas todas, sabe. Eu disse: **Olha, eu faço o que posso, mas eu não tenho como suprir essa ausência.**

Outro ponto importante refere-se aos conflitos entre a vida profissional e a maternidade. Embora a mulher ocupe espaços na esfera pública, as tarefas domésticas e a educação das crianças continuam a ser uma ocupação eminentemente feminina, inclusive no caso das mais diplomadas. Em relação aos casais, a maternidade, em geral, aumenta a desigualdade dos cônjuges, naquilo que concerne à divisão de tarefas, gerando uma sobrecarga para a mulher. Embora hoje seja possível a conciliação da maternidade com outros interesses, o grau de investimento das mulheres em relação à família e a vida profissional é heterogêneo. No século XXI, há mulheres plenamente realizadas com a educação dos filhos e a administração da casa, assim como outras decididas a não terem filhos e investirem exclusivamente na carreira profissional. Há também aquelas que desejam combinar o trabalho e família e que priorizam mais um ou outro lado, afirma Badinter (2006). De todo modo, *a boa mãe*<sup>112</sup> contemporânea parece estar sempre acompanhada de uma parcela de angústia, decorrente da combinação entre dois trabalhos: o materno e o profissional. A propósito disto, Jerusalinsky (2011) indica não serem todas as mulheres portadoras de recursos concretos e subjetivos para arcar com essa tarefa, sendo frequente a sensação de injustiça e vitimização da mulher no exercício da maternidade, uma vez que essa situação pode vir a ser tomada por ela como uma dupla imposição e não como fruto de sua própria escolha.

Se na família conjugal a sobrecarga pesa mais sobre as mulheres, na configuração monoparental, a mãe é a principal (ou única) responsável pela casa e pelo(s) filho(s). Para as mulheres desta pesquisa, o trabalho, além de ser uma realização importante, constitui-se na fonte de sobrevivência. Ainda que a monoparentalidade traga pesadas exigências para a vida prática da mulher, a ausência de um terceiro no convívio colabora na sustentação da imagem de boa mãe, na medida em que a mulher não se sente interpelada pelo outro (e Outro), naquilo que concerne à diferença sexual. Sem uma alteridade que possa vir a interrogá-la sobre a castração, a mãe preserva o imaginário da completude do amor narcísico no laço mãe-filho, o que confere à mulher uma sensação de empoderamento.

---

<sup>112</sup> Meu grifo.

Trago um fragmento da fala de Alice, Sujeito 4, associado à imagem da boa mãe, sinônimo de boa educadora, através da qual sustenta a imagem do filho ideal, portador das características que ela mesma gostaria de ter.

E era muito maçante isso, isso foi uma das coisas que a nossa relação foi se desgastando. De que a gente não concordava com essas coisas. Todas essas coisinhas pequenas assim, do cuidado com a criança... E eu achava um saco ter que ficar negociando essas coisas. E ficava sempre com aquele peso: **Ah, se eu estava sendo uma boa mãe ou não, tu entende?** E sem outra pessoa em casa eu não tenho esse feedback, sabe, sou eu quem avalio se eu estou sendo uma boa mãe ou não. De colocar em cheque se eu estava sendo uma boa, **uma boa educadora** [...] Também era uma pessoa jovem, que não tinha experiência **de ser mãe**, de ser cuidadora de uma criança, eu tinha muita insegurança, de então quando a pessoa me diz: “Oh, tu não estás fazendo direito”. Eu já ficava toda atrapalhada, **porque eu queria ser uma boa mãe para o meu filho...** Aí, depois que eu comecei viver sozinha com ele, passou aquela neurose, aquela pressão e aí eu comecei a me dar conta: **Não, eu sou uma boa mãe!** Olha como a criança está sobrevivendo (risadas), olha como está bem, está saudável, está feliz e ele é guri muito bem humorado, muito comunicativo. Tá, para aí, não precisa viver nessa tensão constante e com essa crítica constante.

Assim como o casamento e a maternidade foram uma sujeição consentida em outra época histórico-social, a subordinação da mãe contemporânea à tirania do gozo da criança mostra ser uma posição narcisista e infantilizada, pois sendo o filho a extensão do narcisismo parental, a satisfação ilimitada dos seus desejos representa para a mulher a sua própria gratificação. A mãe perfeita é o brasão da mãe não castrada, toda. Tendo em vista esse quadro, é possível perguntar: Uma mãe que deve tudo aos filhos, educa? Quanto custa para a mãe sustentar uma posição onde nada pode faltar? Estará essa mãe educando os filhos para a cidadania? Estará permitindo à criança *sair da barra da saia da mãe*<sup>113</sup>?

### 5.2.1 A mãe educa?

**Ser mãe é padecer no paraíso!** Porque a gente padece! **Filho hoje em dia é uma loteria.** Mas, sabe que me lembrei de ti esses dias [...] de uma reportagem de muito tempo atrás de **mães más**<sup>114</sup>... Ah! É uma coisa linda, linda que fala sobre isso, sobre mães que dizem “não” para o filho. [...] Que hoje em dia falta, o que falta no mundo é muito as mães más, que digam não e mantenham a palavra não. Hoje em dia, por a gente não... a mãe trabalha muito tempo fora, fica muito tempo longe do filho, acho que tem mais o sim do que o não. Eu procuro

<sup>113</sup> Expressão popular que designa o afastamento de um filho do domínio materno.

<sup>114</sup> Meu grifo. Adiante retomo essa expressão na discussão.

muito dizer não, mas me sinto culpada cada vez que eu digo um não, tu não tem ideia! (Lúcia, Sujeito 2).

Como visto anteriormente, o modelo de maternidade ideal é uma construção da cultura que pode variar conforme as épocas. Esse ideal social rege as expectativas sobre a maternidade e funciona como um guia a partir do qual os sujeitos de um determinado tempo histórico e social organizam as suas percepções e comportamentos a respeito do tema. As formas dos adultos educarem e as suas esperanças em relação às crianças situam-se desde esse ideal. Na passagem do feudalismo à modernidade, o padrão cortês de conduta serviu como guia para a educação dos adultos e das novas gerações. Comer com talheres e não com as mãos, assoar o nariz em lenços, não escarrar ou soltar gases em público, urinar<sup>115</sup> ou defecar apenas em lugares íntimos e outros hábitos norteiam as práticas educacionais, visto que ser um sujeito distinto<sup>116</sup> tornou-se imperativo social naquele tempo.

Desde o século XVIII, ocorreram intensas transformações em todos os âmbitos da estrutura social, sendo o caldo cultural de hoje outro. Daí o lugar desde onde o adulto endereça a sua mensagem à criança apresenta características próprias da cultura contemporânea. O individualismo e o narcisismo acentuados convergem na formação de um ideal de parentalidade hedonista, o qual leva os pais a buscarem o prazer e evitarem o sofrimento na educação das crianças. No recorte discursivo acima explicitado é possível encontrar os rastros dessa cultura na posição assumida pela mãe na função educativa. Pode-se pensar que a escolha do significante *loteria* na representação do que é o *filho* na atualidade esclarece de forma muito produtiva a questão aí implicada. Trata-se da renúncia do ato educativo pelo parental, visto que essa mãe não se crê a principal responsável pelo destino do filho, percebendo-se impotente diante dessa empreitada. Na falta de *mães más* que possam sustentar as interdições, os filhos são lançados à própria sorte, enquanto os pais, nostálgicos de uma autoridade mítica, sofrem por conta da sua impotência.

Ocorre que uma das consequências para pais e filhos capturados em um enlace narcisista é a produção de um duplo desamparo. De um lado, os pais permanecem à mercê de filhos imperiosos e de suas solicitações, mostrando-se impotentes para oferecer interdições às reivindicações e, por outro, os filhos ficam destituídos de recursos internos para lidar com as

---

<sup>115</sup> É interessante observar ainda hoje como essas condutas servem para medir o grau de civilidade ou educação das pessoas. No início do ano de 2012, no Brasil, foi realizada uma campanha nacional com o objetivo de conscientizar a população a não urinar na rua.

<sup>116</sup> Ser um homem ou uma mulher *distinta* significava ser de uma classe social superior. Além do mais, os hábitos ou costumes de um sujeito medem sua distância em relação à selvageria.

exigências pulsionais e com as vicissitudes próprias da vida. Em ambos os lados, emerge um sofrimento psíquico decorrente das dificuldades dos adultos de colocarem os limites. A dialética de oferecer-se e recusar-se, fundamental na constituição do psiquismo, tem sido na cultura atual uma questão problemática. Nesta perspectiva, Bangel (2009) afirma que nas escolas de educação infantil a interrogação mais comum dos pais dirigida ao especialista da área de psicologia diz respeito aos limites, pois estes não sabem de que forma podem introduzi-los. Essa indagação traz com precisão o desamparo do parental frente às exigências do filho, ao seu próprio narcisismo e ao narcisismo acentuado na cultura.

Trago um fragmento da entrevista de Lurdes, Sujeito 3, mulher de cinquenta e três anos, mãe de três filhos, referente à educação da filha pré-adolescente, com quem vive, para dar visibilidade aos seus impasses na função educativa. Embora a paralisia de Lurdes diante de situações que lhe despertam agressividade esteja relacionada à violência física infringida pelo seu pai na sua infância, não cabe analisar aqui as vias da estruturação subjetiva dessa mulher, mas destacar o seu desamparo perante a filha. Entretanto, pode-se pensar a posição dessa mãe como resultado da articulação entre seu fantasma e os ideais sociais vigentes na cultura da *boa mãe*, que tudo faz pela felicidade dos filhos.

A gente com o passar dos anos a gente adquire experiência, maturidade e uma bagagem com certeza melhor, eu melhorei como ser humano em todos os sentidos, tento me corrigir, melhorar a cada dia, **mas tem alguma coisa na educação** que não está, que eu não estou conseguindo conduzir, sabe. Não estou conseguindo ser firme! **Eu sei que é falha minha, covardia minha, por não dificultar as coisas para mim, tornar mais fácil...** Para mim, o que acontece? Entrar numa briga com ela (menina), numa discussão, para mim faz tão mal, é tão ruim para mim que eu... Me pede uma vez, eu posso dizer não. Me pede duas, eu posso dizer não. Mas, na terceira, eu permito isso aí. Não é legal. Ela, a criança, pega o ponto frágil da gente, a gente fica muito permissiva... É isso que tem acontecido, de eu ficar assim frágil. Fragilizada nesse sentido, eu também estou muito acomodada. **Não sei se é por expor, ah, conduzir por tanto tempo a minha vida sozinha.** [...] É a forma como me defendo, como eu me protejo... Não bato boca, não discuto. Então a gente vai ficando frágil, permissiva demais e isso fica no decorrer dos anos e com a criação dela agora. Não sei o que tu podes me dizer sobre isso, se é a idade, se é o avançar da idade... Eu vejo as pessoas jovens, eu era assim: muito mais corajosas, exigentes e dizer sim é sim, não é não. Então, a gente não, **a gente acaba fazendo um pouco de mal para a educação, eu acho que sim.**

Em outro momento, Lurdes, Sujeito 3, reproduz a sua argumentação com a filha, demonstrando o quão difícil é para ela dizer *não* para a menina:

Filha, você tem tudo, te dou tudo, faço tantas coisas, você quer isso a gente negocia, você ganha, você tem. Mas, é tão difícil atender as coisas mais simples, a um pedido da gente, a um pedido meu, eu te peço tão pouco. E aí para pedir colaboração dentro de casa. Então isso é um pedido.

Esse situação ilustra a complexidade da *função* educativa da família de transformar seus pequenos selvagens em sujeitos civilizados, o que significa renunciar ao desejo parental complacente de tudo poderem as crianças e lhes transmitir as leis que regem a vida em sociedade. Em discussão sobre o desaparecimento da família tradicional e os impasses das novas configurações familiares, especialmente para aquele (a) que irá ocupar o lugar de mãe, Fleig (2011) chama a atenção para a diferença entre *papel* e *função* de mãe na abordagem psicanalítica freudiana e lacaniana, com as seguintes palavras:

Além disso, em seu texto de 1895, denominado *Projeto de Psicologia*, Freud dá muita importância para a função que denomina de *ajuda alheia*, que a mãe oferece ao seu bebê em estado de desamparo. Lacan, de modo mais específico, irá caracterizar o tornar-se mãe como a operação de uma função, e não apenas um papel, a função de ser o primeiro outro para o bebê. Ele entende *função* em seu sentido lógico-matemático, com um lugar vazio que somente pode ser operado ao ser preenchido com um valor adequado (FLEIG, 2011, p. 1).

O que pretendo destacar aqui é o difícil movimento psíquico que as figuras parentais precisam realizar na educação. Essa operação exige bancar o desejo narcísico pelo *filho-falo* como requisito inicial da constituição psíquica, corresponder de algum modo ao ideal social parental da época e, ao mesmo tempo, transmitir as obrigações referentes ao convívio social. Portanto, trata-se de realizar a sustentação da criança perfeita do ideal parental e simultaneamente do seu soterramento. A esse propósito, Jerusalinsky (2010) escreve de uma forma muito precisa a questão aí implicada: “A educação se faz através do desejo, mas apesar dele. Ela é, então, uma operação de recalque” (p. 19).

No caso das famílias monoparentais femininas, a mãe, na condição de única figura adulta no cotidiano, detém o poder de fazer valer as suas regras na família, como demonstram as mulheres pesquisadas. A narrativa de Alice, Sujeito 4, sobre a educação do seu filho, ilustra bem esse empoderamento:

Mas, por outro lado, sou eu que decido, sou eu que decido, **tenho o controle da educação dele** (menino), eu não tenho que ficar negociando com outras pessoas ou se estou mimando meu filho ou não, se eu tenho que criar de um jeito ou de outro. **Sou eu que decido tudo!** Então, nesse ponto é muito menos trabalhoso do que estar tendo que negociar a educação dele com outra pessoa, **mesmo que seja o pai dele.**

De fato, as mulheres almejam educar as suas crianças, mas cabe interrogar o que essas mães esperam transmitir aos filhos. Será a promessa de um gozo ilimitado ou a esperança de

transmissão de uma cidadania? A *boa mãe* educa? Educa sozinha? Embora Alice relate possuir autonomia para legislar sobre os rumos da educação do menino, percebe-se que seu discurso, associado ao tema *ser mãe*, está carregado de marcas reguladoras da cultura. Pode-se considerar que a mãe, na posição de *mãe má*, interdita a imediata satisfação das pulsões do filho e responsabiliza-se pela sua educação. Nessa família monoparental, a *boa mãe-má* diferencia-se do filho e assinala os lugares das gerações, como lê-se no discurso de Alice, Sujeito 4:

[...] **eu fui construindo uma imagem de que ser mãe** era isso, sabe, uma imagem daquela pessoa assim que está ali como um porto seguro mesmo para o filho ficar a vontade para dizer alguma coisa que... está incomodando, inquietando, medo... Alguém que está sempre ali e tem a capacidade de não se descontrolar emocionalmente diante dos problemas, sabe. Eu acho que isso me marcou muito e eu tento sempre fazer isso com ele (filho)... **E tem essa coisa de viver sozinha com ele**, eu acabo tendo muito essa ideia de que o compromisso é o de ser carinhosa, é de brincar, é de estar do lado, mas também de **ensinar o que é certo, de ensinar as questões de, enfim, de atitude, de regra, de não ser só aquela coisa, enfim**. De ser a pessoa que impõe limites para que não seja uma criança mimada, para que não seja uma criança cheia de... que não seja a criança que mande na casa, sabe, aquela ideia de que é o *homem da casa* como às vezes eu escuto, assim, que o (menino) é o homem da casa. Não! Como assim? Eu sou a adulta da casa, ele é a criança, nem eu quero que ele tenha, sinta esse peso de aí ser o homem da casa.

É possível vislumbrar aqui a duplicidade de funções operadas pela mãe, pois, ela desempenha, ao mesmo tempo, a função materna, auxiliando o filho na tarefa de simbolização através das brincadeiras, e a função paterna, transmitindo-lhe as regras culturais.

Lacan (2008) considera a família uma instituição humana e identifica nesta uma estrutura hierárquica, uma vez que é um órgão privilegiado de coação do adulto sobre a criança, sendo esta coação a fonte de origem das bases arcaicas da formação moral do homem. Nestes termos, a família é o primeiro e mais importante agente de socialização no processo de constituição psíquica e, embora possa estar comumente vinculada, não se confunde com outra instituição humana, o casamento.

Entre todos os grupos humanos, a família desempenha um papel primordial na transmissão da cultura. Se as tradições espirituais, a manutenção dos ritos e dos costumes, a conservação das técnicas e do patrimônio são com elas disputas por outros grupos sociais, a família prevalece na primeira educação, na repressão dos instintos, na aquisição da língua acertadamente chamada de materna (LACAN, 2008, p.9).

Do nascimento do bebê até a sua transformação em um cidadão capaz de amar e trabalhar há um longo caminho. Essa aprendizagem depende fundamentalmente da ação

educativa dos adultos na modificação pulsional da criança. Apesar de não ter dedicado propriamente uma teoria ao campo da educação, Freud ocupou-se do tema através da abordagem das relações dos indivíduos com a cultura. Ao longo da sua obra, o pai da psicanálise modifica o seu ponto de vista acerca do papel da moral social na repressão da sexualidade e na etiologia das neuroses e passa a conceber o mal estar do homem civilizado como sendo intrinsecamente relacionado à complexidade da própria estrutura psíquica.

Em artigos inaugurais como *A sexualidade na etiologia sexual das neuroses* (1898) e *Moral sexual civilizada e doença nervosa moderna* (1908), Freud estabelece uma correlação direta entre a moralidade e os distúrbios psíquicos. Segundo o autor, em sua época, a rígida moral da sociedade vitoriana atuava de modo repressivo sobre a vida sexual dos indivíduos, fazendo-os adoecerem. Nesse momento teórico, acredita que a origem do recalque está no conflito entre os polos indivíduo e moralidade e, por conseguinte, atribui à educação, veículo de transmissão da moral social, a responsabilidade pela produção das neuroses e das perversões. Daí, entende que uma educação moral menos repressora seria uma mediada profilática contra o sofrimento psíquico. Porém, no avanço das suas descobertas, tal esperança torna-se inoperante na medida em que compreende o recalque não mais como puro resultado da pressão externa da civilização, mas profundamente ligado a algo interno.

O recalque<sup>117</sup> passa a ser concebido na teoria freudiana como uma operação psíquica intrínseca ao aparelho mental que atua contra o desprazer gerado pela sexualidade proibida ou perigosa. Com isso, retoma seu ponto de vista e discute a moralidade não mais como um agente contrário aos interesses do indivíduo, mas como uma força atuante a seu favor, isto é, como uma defesa contra o desprazer do campo sexual. Essa é uma ideia original, afirma Kupfer (2005), e mostra o quão irremediável é a ação do recalque na condição humana. Além do mais, o recalque é necessário à preservação do indivíduo e do grupo, pois uma existência sob o total domínio dos impulsos tornar-se-ia impossível e mortífera, complementa a autora.

Apesar da ideia de uma repressão orgânica já estar esboçada em *Três ensaios sobre a sexualidade* (1905), foi na obra *O mal estar na civilização* (1930) que Freud desenvolve uma especulação teórica para justificar os fatores originários dessa repressão. Segundo o autor, em uma época remota da civilização, ocorreu uma perda de prazer na região genital e anal em decorrência da adoção da postura ereta pelo homem e da depreciação do sentido olfativo. Essa

---

<sup>117</sup> *Verdrängung* é a expressão em alemão utilizada para o recalque. Segundo Hanns (1996), o verbo tem o significado de *empurrar para o lado, desalojar*. Também se refere à ação de deslocamento. De modo geral, o termo recalque é utilizado em psicanálise para designar uma ação de afastamento da consciência de algo que geraria desprazer.



mudança no ancestral primitivo configurou um recalque primeiro, isto é, a instalação de uma interdição nas zonas sexuais e no prazer a elas associado, cujo objetivo teria sido impedir o retrocesso do homem à condição de quadrúpede.

Nessa direção, Freud procura demonstrar os motivos do desprazer e concluiu existir algo na estrutura do indivíduo que nega a satisfação pulsional completa, sendo que atribui essa perda ao processo civilizatório, ou seja, a transformação da espécie em seres de linguagem. Adiante, retoma a questão do desprazer e o situa a partir do embate entre a pulsão de vida e a pulsão de morte, ou seja, de forças opostas e concomitantes, atuantes no processo civilizador. Contrariamente aos ideais sociais cristãos, como o do amor ao próximo, Freud afirma existir em todo o ser humano uma tendência para a agressividade, um impulso para a destruição, o que constitui uma ameaça de desintegração da sociedade: “Se a civilização impõe sacrifícios tão grandes, não apenas à sexualidade do homem, mas também à sua agressividade, podemos compreender melhor porque lhe é difícil ser feliz nessa civilização” (FREUD, 1930, p. 137).

A introdução do conceito de pulsão de morte na análise freudiana da civilização, além de modificar as suas perspectivas iniciais sobre a educação profilática, adiciona um tom de pessimismo às ilusões de se chegar a uma harmonia social através do campo educacional. Essa ideia refere-se ao fato de existir uma força inconsciente e repetitiva no ser vivo, de caráter mortal, cuja finalidade é o seu retorno ao estado inorgânico. Dito de outro modo, no interior da vida psíquica ocorre uma constante luta entre as pulsões de vida (Eros), forças dirigidas à preservação da vida e à renovação da espécie, e as pulsões de morte (Morte), forças direcionadas a um estado de inércia ou morte, e tais forças atuam à revelia do indivíduo. Desse modo, a noção de inconsciente e de pulsão de morte vão de encontro às pretensões educacionais de bem-estar e felicidade, sublinha Kupfer (2005).

Freud (1930), em *O mal estar na civilização*, retoma a temática do conflito do homem com a civilização, porém sem concebê-la como uma relação direta ou especular, tal como ocorria em suas articulações iniciais sobre o assunto. Persiste a ideia do antagonismo entre as exigências da pulsão e as restrições da civilização, no entanto elas são tomadas de uma forma mais complexa. O desprazer passa a ser visto como o inevitável efeito da humanização, sendo relacionado à sexualidade e à pulsão de morte. Segundo o pai da psicanálise, a civilização impõe aos seus membros uma cota de sacrifício na renúncia da satisfação pulsional direta em troca de vantagens: “O homem civilizado trocou uma parcela de suas possibilidades de felicidade por uma de segurança” (FREUD, 1930, p.137). Um passo decisivo da civilização

foi a troca do domínio do poder do indivíduo pelo poder do coletivo, onde estão os homens estão identificados uns com os outros e regulados por uma lei que lhes garanta segurança.

Desse modo, a civilização refere-se aos modos que os homens adquiriram para dominar a natureza e produzir bens para suprir suas necessidades. Com a finalidade de lidar com o sentimento originário de desamparo infantil<sup>118</sup>, constroem organizações que regulam os relacionamentos e os bens entre os seus membros.

Mais uma vez, portanto, nos contentaremos em dizer que a palavra *civilização* descreve a soma integral das realizações e regulamentos que distinguem nossas vidas das realizações de nossos antepassados animais, e que servem a dois intuitos, a saber: o de proteger os homens contra a natureza e o de ajustar os seus relacionamentos mútuos (FREUD, 1930, p.109).

A restrição da satisfação permite ao homem se distanciar do estado animal em função das modificações instituais e conviver em um grupo cultural como membro de uma família e de um Estado. A família é uma das grandes coletividades da civilização, na qual se destaca a primazia da lei do pai sobre a natureza. Porém, antes da família alcançar o estatuto de grupo civilizado, o homem primitivo esteve unido em função da necessidade externa, pelo trabalho.

Freud (1930) supõe ser a formação da família primitiva uma decorrência da necessidade de homens e mulheres manterem-se próximos daqueles com quem irão partilhar a satisfação sexual. Segundo o autor, a motivação do macho reside em ter a fêmea ao seu lado em vista de sua satisfação sexual e, por outro lado, a fêmea, sem querer separar-se dos filhos e agindo no interesse deles, manteve-se ao lado do macho mais forte. No entanto, a essa família primitiva estaria faltando a lei primordial, o requisito essencial para ser considerada como parte da cultura. Freud destaca que antes da família fundada em alianças fraternas e na lei simbólica<sup>119</sup>, os primórdios da vida em comum configurou-se em torno do trabalho e do amor<sup>120</sup>, de Eros e Ananke, os geradores da civilização.

---

<sup>118</sup> Segundo Freud (1930), a ideia da necessidade pela religião deriva da permanência na vida adulta do desamparo infantil e do desejo por um pai forte. O sentimento oceânico, isto é, o sentimento de eternidade ou plenitude experimentada por algumas pessoas, remonta a um estado primitivo de formação do ego, em que o narcisismo era ilimitado. A religiosidade seria uma consolação para o desamparo e uma busca pela restauração do sentimento oceânico.

<sup>119</sup> Nesse ponto, Freud faz alusão ao texto *Totem e Tabu* (1912-1913) onde discute o mito da horda primeva para conceituar a origem da civilização. A família primitiva referida por Freud (1930) em *O mal estar na civilização* precede à família da cultura totêmica.

<sup>120</sup> Amor sexual (genital). O homem descobre um protótipo de felicidade na satisfação sexual genital com seu objeto amoroso.

A vida comunitária dos seres teve, portanto, um fundamento duplo: a compulsão para o trabalho, criada pela necessidade externa, e o poder do amor, que fez o homem relutar em privar-se de seu objeto sexual – a mulher – e a mulher, em privar-se daquela parte de si própria que dela fora separada – seu filho. Eros e Ananke [Amor e Necessidade] se tornaram os pais também da civilização humana (FREUD, 1930, p. 121).

Cumprir notar que o psicanalista atribui ao amor um importante papel na fundação da civilização, pois esse sentimento promove os laços libidinais entre os sujeitos na realização de um objetivo em comum. Por outro lado, entende que o amor é um obstáculo aos interesses da civilização. Freud assinala existir uma diferença entre o amor e a civilização<sup>121</sup>, o que se expressa no conflito entre a família e a comunidade. Pode-se extrair dessa afirmação a ideia de que a intensa ligação entre os membros de uma família dificulta a sua separação e inserção no social. Ocorre que Freud associa o amor às mulheres, as representantes da família, cuja influência pode vir a retardar ou inibir o desligamento dos indivíduos do núcleo familiar e a sua socialização. Por outro lado, relaciona os homens à civilização e às suas exigências, considerando-os assim mais capazes de realizarem a sublimação dos instintos. Com essas referências, o autor postula que as mulheres, relegadas aos assuntos familiares, demonstram ter uma atitude hostil com a civilização. Contudo, é preciso ter em vista que tais ideias foram construídas em um tempo onde as mulheres tinham uma participação social muito limitada e, por conseguinte, poucas condições de exercerem a sua capacidade sublimatória. Além do mais, a suposição freudiana da mulher como produtora de obstáculo à socialização da família talvez seja um reflexo da condição da mãe burguesa de sua época, cujo interesse residia fortemente nos filhos, uma vez que daí advinha seu reconhecimento social.

Embora tenha alterado sua perspectiva sobre os impasses do indivíduo com a civilização, a psicanálise freudiana nunca deixou de apostar em uma educação menos repressora e concretizada por educadores mais esclarecidos. Além do mais, trabalha com o pressuposto de que a educação é uma operação essencial na contenção dos instintos e na assimilação da cultura. A propósito disto, Freud (1933) destaca o predomínio da família como a célula da cultura mais importante no processo de modificação do instinto, ou seja, de humanização. Segundo o mestre vienense, a tarefa da primeira educação é ensinar a criança a tornar-se civilizada:

---

<sup>121</sup> Em *Moisés e o Monoteísmo*, Freud (1939) relaciona a mãe ao mundo sensível (aos instintos) e o pai à espiritualidade (ao progresso da civilização), considerando a transição do predomínio da mãe para a referência ao pai uma vitória da intelectualidade sobre a sensualidade: “[...] – isto é, para um avanço em civilização, já que a maternidade é provada pela evidência dos sentidos, ao passo que a paternidade é uma hipótese, baseada numa inferência e numa premissa” (FREUD, 1939, p. 136).

Vamos tornar claro para nós mesmos qual a tarefa da primeira educação. A criança deve aprender a controlar os seus instintos. É impossível conceder-lhe liberdade de pôr em prática todos os seus impulsos sem restrição. Fazê-lo seria um experimento muito instrutivo para os psicólogos de crianças; mas a vida seria impossível para os pais, e as próprias crianças sofreriam grave prejuízo, que se exteriorizaria em parte, imediatamente, e, em parte, nos anos subsequentes. Por conseguinte, a educação deve inibir, proibir e suprimir, e isto ela procura fazer em todos os períodos da história (FREUD, 1933, p. 182).

Desde o advento da família nuclear no século XVIII, a figura materna tornou-se a principal responsável pela educação dos filhos e, ainda hoje, a tarefa educativa compete às mulheres. Mas, seria prudente perguntar: *A mãe na dobradiça educa?*

### 5.2.2 A educação como transmissão das marcas do desejo

Eu acho que ser mãe é... fazer... **ser educadora, ser educadora, ser amiga...** Acho que tem um conjunto de coisas, assim. Na minha vida significa muito esse cuidado de... dar carinho, de estar atenta ao que o meu filho diz, ao que ele demonstra sentir e ao mesmo tempo ensinar o que é certo, o que é bacana. **Um pouco como interpretar esse mundo**, maluco que tem tanta informação, tanta coisa circulando... Acho que é isso, ser mãe... é um pouco isso. É o que eu venho tentando fazer no meu dia a dia. (Alice, Sujeito 4).

Início essa seção com as palavras de Alice, Sujeito 4, pois elas expressam de forma precisa a concepção de maternidade que atravessa os discursos de todas as demais mulheres pesquisadas. Daí depreende-se que as significações da maternidade estão diretamente associadas ao exercício da função educativa, uma vez que o sentido de *ser mãe* aparece vinculado ao *ser educadora*, como se pode observar no excerto acima. As mães referem querer transmitir aos filhos códigos culturais que os auxiliem a conquistarem um lugar no mundo. Neste momento, é importante destacar que para a psicanálise, a educação está ligada à transmissão de saberes, pressupondo aí a dimensão do desejo inconsciente.

Toma-se aqui a primeira educação como o pilar da construção da cidadania, em que a mãe, na condição de Outro tutelar<sup>122</sup>, é a agente a partir do qual esse estatuto é arquitetado. Se

---

<sup>122</sup> Antes referi que o Outro, escrito em letra maiúscula, designa um lugar simbólico e não uma entidade. Segundo Vallejo e Magalhães (1981), o termo *lugar* designa uma ordem de elementos significantes que são os que articulam o inconsciente e marcam a posição simbólica do sujeito. O *discurso do Outro* constitui o sistema de convenções significantes que compõe a mítica do inconsciente e que determina o lugar do sujeito desde o seu nascimento. O Outro está numa relação de *exterioridade* com o sujeito, como outra *cena*, lugar terceiro que escapa à consciência. O outro, escrito com minúscula, diz respeito ao semelhante, ao próximo, isto é, àquele que

as mulheres pesquisadas compreendem que são as responsáveis pela transmissão dos princípios morais aos filhos, pode-se supor que elas próprias sejam atravessadas pela lei da cultura. Cabe notar que a consciência moral na psicanálise adquire uma definição distinta da noção clássica da filosofia por incluir o nível do inconsciente. Daí interessa refletir neste capítulo como essas mães conseguem transmitir as mensagens culturais através do desejo inconsciente. Considerando a educação como a transmissão de marcas do desejo, conforme propõe Kupfer (1999), pode-se dizer, então, que a função educativa materna está relacionada à experiência edípica da própria mulher, à sua relação com a lei simbólica.

Segundo o pai da psicanálise, o superego<sup>123</sup> feminino seria menos implacável ou severo do que o masculino. Freud (1933), na *Conferência XXXIII*, ao discutir a feminilidade da mulher na vida adulta, demonstra existir diferenças na vivência do complexo de Édipo na menina e no menino. Ao contrário do que ocorre com o sexo masculino, o complexo de castração para a menina é a porta de entrada da vivência edípica. Considerando as diferenças anatômicas entre os sexos e as representações psíquicas da diferença sexual, a ausência do temor de castração na menina faz com que nela ocorra uma dissolução apenas parcial do complexo de Édipo. Daí o autor atribuir um prejuízo na formação do superego da mulher, o que produziria efeitos sobre o caráter feminino em geral. Essa noção freudiana de um superego frágil encontra ressonância nas representações diabólicas ou perversas da figura feminina na cultura, mas contrasta com o fato das mulheres serem tradicionalmente consideradas educadoras, tanto no espaço doméstico como nos ambientes escolares, como já visto. Silva e Folberg (2008) esclarecem não se tratar aí de uma insubordinação da menina à lei simbólica, mas da impossibilidade de a mulher estar totalmente inscrita na ordem fálica, como argumenta a teoria lacaniana. Nesse sentido, sem estar limitada ao gozo fálico como o homem, a mulher está mais livre para buscar em diferentes lugares um objeto que represente o falo. Embora muitos caminhos de realização fálica sejam possíveis para as mulheres da atualidade, ainda hoje a criança ocupa no imaginário da mãe esse lugar de objeto do seu desejo. Porém, a mãe marcada por uma falta, por ser uma mulher incompleta, pode desejar e investir o filho, contudo sem retê-lo para si.

---

temos à frente de nós, o outro da fascinação especular, primordialmente, a Mãe. Como referido na introdução deste trabalho, o Outro tutelar ou primordial indica o agente da função materna, isto é, dá suporte ao primeiro grande Outro.

<sup>123</sup> O superego se origina na criança com a resolução edípica, em que sucumbe à proibição dos desejos incestuosos e por identificação incorpora a autoridade parental. O superego é o herdeiro do complexo de Édipo, afirma Freud.

Na ótica da psicanálise, a mãe educadora é aquela que transmite ao filho um saber e uma falta inscrita no campo do Outro. Esta falha no Outro inaugura a relação do ser com o significante e o introduz no mundo da linguagem. Quero destacar aqui o fato da educação começar nas vivências precoces da criança com a mãe, pois daí surgem as primeiras inscrições simbólicas no seu inconsciente. Como escreveu precisamente Jerusalinsky (2010, p. 18): “Por isso dizemos que transformar um Real<sup>124</sup> num dom é uma operação educativa fundamental que não tem a ver com uma aprendizagem, não tem a ver com nenhuma operação pedagógica”. Trata-se somente de uma mãe em posição de escuta do grito de seu filho, interpretando-lhe o mundo, acrescenta o autor. Porém, é a ação da função paterna<sup>125</sup> na mãe que permite à criança a passagem de objeto fálico materno à condição de sujeito pertencente a uma sociedade. Nesse sentido, pode-se dizer que a educação está relacionada à lei, a algo que vem aparelhar o sujeito, sendo responsável pela imersão da criança na linguagem, tornando-a capaz de fazer laço social. Sobre a educação, as autoras afirmam:

Sabemos o quanto a educação tem como efeito o deslocamento do corpo da mãe para o corpo social, com a conseqüente possibilidade de habitar um coletivo e compartilhar valores preconizados numa determinada época e cultura, deslocamento este que se produz por obra daquele que encarna a função paterna (RICKS; STOLZMAN, 1999, p. 45).

De modo geral, as mães pesquisadas possuem uma relação amorosa intensa com os filhos, uma *paixão materna*, utilizando aqui uma expressão de Soler (2005). Vamos nos valer da exemplaridade do discurso de Lúcia, Sujeito 2, associado ao tema *ser mãe* para ressaltar o *Desejo de Mãe*<sup>126</sup>, conceito empregado na obra de Lacan, relacionado ao anseio da mulher de reter o filho como seu objeto fálico e, de outro lado, para indicar a inscrição de uma falta em sua subjetividade. Essa mãe refere que seu filho (um pré-adolescente) para ela é *tudo*, não

---

<sup>124</sup> O Real, Imaginário e Simbólico constituem os três registros essenciais do campo psicanalítico, conforme indicam Laplanche e Pontalis (1983). Na teoria lacaniana, o Real é aquele que escapa à simbolização e se situa fora da linguagem, sendo apreendido apenas por intermédio da ordem simbólica. Por sua vez, o registro (ou ordem) Imaginário caracteriza-se pelo predomínio da relação com a imagem do semelhante. Seu surgimento está vinculado ao estádio do espelho, isto é, à experiência em que a criança estabelece uma relação com a mãe através da qual ela adquire uma imagem de si. Essa relação de caráter dual, onde a criança se identifica com a imagem do outro e na qual se aliena, caracteriza o imaginário. Embora esse registro seja o primeiro efeito de estruturação do sujeito, será o acesso à ordem Simbólica, à lei da cultura, que permitirá ao sujeito tornar-se um “sujeito humano”. Nesse sentido, a vivência do complexo de Édipo marca a passagem do Imaginário ao Simbólico, o que corresponde à constituição do inconsciente, afirma Garcia-Roza (2008). É importante ressaltar que os três registros são “amarrados”, sendo que a desarticulação de um deles produz efeitos nos dois outros. Na obra de Lacan, o Real, Imaginário e Simbólico são ilustrados através do nó borromeano.

<sup>125</sup> Adiante aprofundarei o assunto.

<sup>126</sup> No escrito *De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose* (1955-56), Lacan (1998) discute o Édipo e sua ligação com o complexo de castração, mostrando que o significante paterno, o Nome do Pai, ao substituir o Desejo de Mãe, introduz o símbolo e a falta para a criança.

podendo imaginar-se *sem ele*, colocando-o *em primeiro lugar na sua vida*. Embora a narrativa dessa mulher gire em torno da fantasia de que o filho a completa, emerge em seu discurso o apelo ao Outro, através do pedido de ajuda endereçado ao pai de carne e osso do menino, aquele que dá suporte à lei, o que vem apontar sua incompletude:

Pois eu acho assim, oh, **eu não tenho que fazer o papel de mãe e de pai**. Eu sou mãe! Independente do pai dele (filho) participar ou não da educação dele, eu sou a mãe, eu não posso fazer o papel de pai! A gente tenta, mas não dá. Então, já que ele tem pai e o pai quer participar, o pai quer fazer parte da vida dele, então vamos participar... de me ajudar a criar. O dia que eu precisar eu vou te chamar e ele (pai do menino) vai.

- Tu disseste que não podes ser mãe e pai. Tu és a mãe. O que é para ti ser mãe?

Eu não sou a mais doce... o pai. Eu cobro mais, eu sou mais, mas... Acho que o pai impõe mais limites, acho que aquela figura paterna, aquela figura masculina, eu acho dá uma freada, acho que o pai impõe mais limites. O pai dele só no falar uma vez ele escuta. Eu posso falar dez vezes, onze, doze, cem vezes que entra por um ouvido e sai pelo outro. E eu apesar de cobrar muito, de exigir mais dele, ao mesmo tempo em que eu exijo mais, cobro muito mais do que o pai, eu passo a mão por cima. Mãe, eu acho, sei lá, que... é tão complicado definir a palavra mãe... **Acho que mãe e pai, eu não consigo ser**. Porque acho que aquela figura do pai, acho que eu jamais conseguiria passar para ele, mesmo que o pai dele fosse ausente, que nunca procurasse, acho que aquela figura do pai, eu não iria ser para ele. Agora, mãe... é tão difícil de dizer o que é ser mãe...

Percebe-se aqui a marca da função paterna na mãe, uma vez que há uma falha no seu saber. Lúcia mostra não possuir o significante paterno e, para apresentar esse significante ao filho, remete-o a outro, no caso, ao pai. Aqui, destaco a educação como uma operação de corte agenciada pelo (a) representante do pai simbólico, o que leva a pensar no ato educativo como sendo uma missão de pai. Nessa perspectiva, a educação e a castração são vistos como sinônimos, pois ambos referem-se a processos que possibilitam ao sujeito vir a construir um lugar para si no campo social. Assim, a ruptura na dualidade mãe-filho em consequência da intervenção paterna na experiência edípica, libera a criança do aprisionamento materno e permite ao pequeno tornar-se um sujeito desejante, fora do corpo materno<sup>127</sup>, como lembram Ricks e Stolzman (1999).

Retomando o fio condutor do capítulo, pode-se considerar então o desejo materno o motor da primeira educação, uma vez que a mãe, ao tomar a criança como objeto do seu desejo e investi-la narcisicamente, sustenta para ela um discurso doador de sentidos.

---

<sup>127</sup> Expressão utilizada pelas psicanalistas com a finalidade de indicar os efeitos do complexo de Édipo naquilo que concerne à conquista de independência da criança em relação à completude antes vivenciada com a mãe, bem como a instauração de uma dívida do sujeito com os significantes paternos constituintes.

Paradoxalmente, é a falta de um saber absoluto na mãe que provoca enigma e impulsiona a criança a buscar novos sentidos. Ao contrário da mãe interrogativa que gera no filho a suposição de ser faltosa, a mãe assertiva tudo sabe, demonstrando ser incompetente para introduzir o simbólico. A propósito disso, Bergès (2008) assinala que a função essencial de suplência da mãe, a partir da qual todas as outras se ordenam, é o verbo. Suas suposições, hipóteses, silêncios e enigmas são estruturantes do psiquismo.

Portanto, a função materna inaugura a entrada da criança na linguagem, abrindo caminho para o mundo dos símbolos e à transformação do instinto em desejo. Mais tarde, o significante paterno deverá substituir o materno ou tudo isso terá sido em vão. Pode-se dizer, então, que a linguagem precede o sujeito, porém o seu encontro com o símbolo ocorre somente através dos operadores das funções parentais. Nesse sentido, Folberg (1986) considera a relação de criação de filhos no contexto familiar sempre uma relação educativa, em que se dá a transmissão de regras culturais de uma determinada sociedade, de uma geração a outra. Educar implica um laço entre sujeitos e tal laço ocorre através do discurso em que significantes produzem sentidos para além do texto manifesto. Logo, a educação depende primordialmente do exercício do desejo parental, questão para a qual a autora chama atenção, e sublinho igualmente:

No momento em que se dá a introdução na cultura, organiza-se o homem como desejo, isto é, surge o sujeito; será através das marcas da herança cultural que se torna o homem um ser educado, sujeito em poder da educação. Então pode-se considerar que a constituição do sujeito implica educabilidade como uma carência de ser estruturado pelo desejo. A relação intersubjetiva de pais e filhos justamente se dá então como uma captação do outro como estrutura do desejo, em que o significante é a representação do próprio sujeito desejante frente ao outro (FOLBERG, 1986, p. 25).

A mãe, no exercício da função educativa, apresenta o mundo para a criança através do seu olhar. A respeito disso, Jerusalinsky (2011) assinala que, se hoje as crianças são mais inteligentes e sábias e aprendem muito rapidamente, é preciso levar em conta que as *mães na dobradiça*<sup>128</sup> possuem muito mais objetivos que capturam o seu olhar do que as mães do passado. Segundo o psicanalista, a multiplicidade de interesses na vida das mulheres contemporâneas instiga a curiosidade dos seus pequenos para as variedades de objeto apresentadas pelo mundo, residindo aí a causa da precocidade da posição infantil. Ocorre que filhos mais espertos, mais valorizados socialmente e mais revestidos de ideais parentais

---

<sup>128</sup> O autor usa a expressão *mulheres na dobradiça*.



reforçam as expectativas das próprias mães sobre o exercício da maternidade (ideal). Assim, constitui-se uma dialética de ensinar e aprender entre mãe-filho, o que leva a pensar que a educação também opera na mãe, como se pode visualizar no discurso de Alice, Sujeito 4, abaixo explicitado:

E depois, eu acho que conforme o (menino) foi crescendo, aí foi vindo para mim a sensação de precisar pensar mais no que eu tinha para ensinar para ele, sabe. Isso não era tão forte quando ele era pequenininho, assim, isso foi vindo, sabe, tipo, foi amadurecendo algumas coisas na minha cabeça, assim, do meu papel, sabe. Então, dessa ideia assim de que eu preciso também conversar com ele sobre o mundo, conversar com ele sobre os valores, sobre o que é certo, o que é errado, sabe, enfim, questões de comportamento e tal, de como reagir a determinadas situações ... na escola... com os amigos. E aí... e isso acho que veio vindo, assim... Não sei se eu estou sendo clara, assim, sabe, de que determinadas atribuições do meu papel de mãe foram se criando na minha cabeça, assim, não foi um impacto, assim, da hora do parto, sabe: “Tudo mudou naquela hora!” E aí eu acho que foi mudando na minha vida um pouco essa noção assim de, dos meus próprios valores, sabe. **De que para eu mudar, o de que ensinar ele, o que é certo, o que é errado, eu preciso também ter bastante clareza da minha conduta, do meu exemplo, sabe.** E aí, eu acho que isso foi uma mudança bem significativa... assim, que... Eu comecei a me tornar mais atenta para a minha vida, para o meu jeito de reagir às coisas, eu fui me reeducando, eu acho, sabe, nesse sentido, assim.

A mãe educa com seu saber inconsciente, sustentada pelo seu desejo pela criança e, na falta de um saber instintual, precisa reinventar-se como mãe na medida em que as novas demandas do pequeno vão surgindo, como refere Lúcia, Sujeito 2: “Porque eles não vêm com manual. Então, cada dia uma novidade, cada dia uma coisa nova, cada dia eles aparecem com uma coisa que tu ficas sem ação, sem ação na frente dele (menino)”. Nesse sentido, a maternidade implica uma aprendizagem em que a mãe, no tempo adequado, deverá saber recusar fazer de seu filho o seu objeto e autorizá-lo a crescer. Isso emerge como um ponto de impasse para as mulheres-mães pesquisadas, pois o crescimento de suas crianças implica para elas mudança no status materno, já que são convocadas a abdicar da posição de mãe toda<sup>129</sup> do início da vida da criança.

[...]. Não sei se é ele, que está crescendo e se transformando ou **se sou eu que estou criando uma nova consciência...**

- Tu falaste que agora começa a ter uma outra consciência, do teu lugar de mãe. O que tu quiseste dizer?

Lugar de mãe assim em relação à idade dele. Porque tu... tu trata de uma forma quando bebê, quando é nenê, quando ãh... é mais criança assim com quatro, cinco anos, seis anos. E vai crescendo e tu vais mudando a tua maneira de lidar. E eu não... E eu... eu parei no tempo. Eu

<sup>129</sup> Mãe fálica. No capítulo sobre a feminilidade, discuto esse tema.

continuei tratando ele como uma criança de quatro, cinco anos, fazendo as coisas para ele, entregando as coisas na mão dele, até vestir ele, vestindo para ele ir para o colégio também assim. **E agora não, eu estou tentando me colocar assim como mãe de um pré-adolescente**, de um guri de onze anos. Que eu tenho que respeitar o espaço dele, ele tem que respeitar o meu espaço. Que eu tenho que lidar com ele como homenzinho, como um adolescente, não como um bebê. De deixar ele sabe, fazer as coisas por ele próprio, deixar ele ter o espaço dele e respeitar isso e eu não estava respeitando.

- E como tu estás te sentindo?

Ah, um pouco excluída.

Retomando o entendimento de que a função educativa da mãe consiste na transmissão das marcas do desejo, quero destacar que a alienação primordial do infante ao campo materno é o ponto de partida da constituição da subjetividade. Antes de ser sujeito, a criança foi objeto do desejo materno, ocupando a posição daquele que sacia o desejo de completude da mãe em relação à sua falta. Por outro lado, a mãe com seu *golpe de força*<sup>130</sup>, expressão concebida por Bergès (1998, p. 168), *constrange* o pequeno a simbolizar através do seu desejo. Considerando o papel fundamental da vivência fusional da mãe-filho do início da vida, Folberg (1986, p. 31) escreve com precisão: “Ser um corpo distinto, reconhecível como tal, implica uma relação a dois partida. Ser UM<sup>131</sup> com a mãe, antecede ao ser UM sem a mãe”. Ou seja, como matriz simbólica, a figura materna está para a criança bem antes de qualquer identificação que o eu possa vir a fazer com o outro. Então pode-se dizer que no percurso inaugural, a mãe supõe ser tudo para o filho e esse supõe ser tudo para ela, pois nessa experiência especular existe uma relação de amor que satisfaz e preenche ambos. Em essência, o amor materno comporta uma fantasia de completude amorosa, em que o filho está para a mãe como objeto fetiche.

O discurso de Lúcia, Sujeito 2, acima explicitado, indica com clareza o capricho do *desejo de mãe*, ou seja, a vontade de onipotência materna e a contrariedade de ter que ceder da

---

<sup>130</sup> Bergès (2008) utiliza *golpe de força* para designar a imposição do desejo materno sobre o corpo biológico da criança. Segundo o autor, a mãe do transitivismo exerce uma *forçagem* no sentido de introduzir a criança na linguagem. Por outro lado, caso o filho seja para ela um corpo real impossível de ser nominado, fora da cadeia de significantes, permanecerá no estado de coisa.

<sup>131</sup> Lacan retira esse termo da teoria dos conjuntos, onde é utilizado para indicar a junção de elementos sem nenhuma relação entre si. No seminário *Mais Ainda*, proferido em 1972-1973, Lacan (1981) emprega o Um para discutir a questão do amor como algo que vem dar sentido ao sem sentido da relação sexual. Diferencia os polos amor e gozo, considerando que, ao contrário do amor, o gozo não produz nenhum sentido, situando-se fora do campo simbólico, da linguagem. A propósito da fantasia de completude do amor, Lacan (1981, p. 64) enuncia: “Nós dois somos um só. Todo mundo sabe, com certeza, que jamais aconteceu, entre dois, que eles sejam um só, mas, enfim, nós dois somos um só. É verdadeiramente a maneira mais grosseira de dar à relação sexual, a esse termo que manifestadamente escapa, o seu significado”.

posição de mãe fálica, dada a irrupção da pré-adolescência do menino e a revivência da experiência edípica, o que a confronta outra vez com a problemática da separação.

Por ora, quero ressaltar que a separação entre a mãe e a criança ocorre através da introdução de uma alteridade e essa alteridade está relacionada à cultura e os seus ideais. Trata-se aí da introdução pela mãe da função paterna, uma vez que o ato educativo está associado a essa ruptura no desejo materno, como reforça Jerusalinsky (2010, p. 19): “Assim é que uma mãe educa: apesar de seu desejo de fazer de seu filho o seu falo”. Através dos discursos das mães pesquisadas percebe-se que estão submetidas à lei e desejam transmitir aos filhos as regras da cultura, porém os questionamentos aqui se referem aos caminhos percorridos por essas mães para introduzirem a função paterna, ou seja, a qual saber elas apelam? Antes referi e agora quero ressaltar que o pai biológico adquire diferença no discurso das mulheres entrevistados, dando suporte à lei. Interessa nesse momento ressaltar que as mães em geral recorrem à figura do pai real para indicarem aos filhos uma alteridade. Mas, como isso ocorre? Uma regularidade chama a atenção no discurso das entrevistadas e parece ser uma via através da qual as mães apresentam o significante paterno às suas crianças. Trata-se da captura de um traço do pai concreto ou real, relacionado à sua aparência física, a uma característica hereditária, como tendência à obesidade ou à hiperatividade, ou à sua personalidade e caráter. Esse traço do pai destacado pela mãe é então atribuído à criança, seja a sua aparência física ou comportamento, e marca a presença paterna na família. Recorro à exemplaridade de um recorte da entrevista de Clarice, Sujeito 1, para evidenciar como essa mãe aponta para a filha uma alteridade através de um traço do pai. No relato dessa mulher, o pai real teve muitas dificuldades para assumir a paternidade, mostrando-se reticente em relação à filha. Por sua vez, Clarice toma o *déficit de atenção* como uma marca paterna (hereditária) e a procura desde cedo na filha, mesmo sem a pequena apresentar qualquer sinal de prejuízo nessa área, o que leva a pensar que essa mãe encontra aí um modo de introduzir uma instância terceira na relação das duas:

**O pai dela com déficit de atenção, hiperativo, e isso era uma coisa que eu estava sempre assim (gesticula que estava de olhos bem abertos) para ver como iria ser com a (menina).** E desde pequenina eu cuidava, pedia na escola e pela minha intuição, apesar dela gostar muito no início de estudar na primeira série, mesmo na creche, eu falava. Eu só olhava assim: “Mas, tem alguma coisa errada, eu sei que ela gosta de estudar, está indo, mas tem alguma coisa, porque a minha intuição”... Fui, foi, na segunda, tudo bem. O tempo da criança! Ok, é o tempo da criança! Aí na segunda série: Ah-ãh, ela pode dar mais. Aí por conta e risco eu falei: bom, vamos dar uma olhada nisso.

Além disso, pode-se notar outra regularidade no discurso das mães, naquilo que concerne aos caminhos pelos quais ocorrem rupturas ou *frestas* na relação mãe-criança. Encontram-se nos relatos diversas situações em que representantes da área escolar, médica e jurídica são de algum modo convocados pelas mães a intercederem na ligação delas com os filhos. Parece haver aí um pedido endereçado a terceiros sociais para serem lembradas de que não podem prescindir do pai e filiarem sozinhas. O excerto da entrevista de Lúcia, Sujeito 2, apresentado a seguir, coloca em evidência essa questão:

**Ser mãe...** O que foi a separação (casal parental), como fiquei... a consciência de que eu estava protegendo demais. Acho que agora está indo... Até porque as próprias **professoras** me chamaram a atenção: **Mãe, tu tem que deixar o (menino) crescer, ele é um bebê! Ele é um bebê com nove anos!**... Tu tens que pensar mais em ti! [...] Onde eu errei? Acho que eu não estou errada. Acho que eu protegi demais, acho que toda mãe faz isso, não é? Só que eu estava cumprindo o de mãe. [...].

- E como tu percebeste que estava protegendo demais?

A **professora** me chamou atenção para isso. Ela disse: “Mãe o (menino), uma criança de nove anos, um guri, um menino de nove anos que é um bebê, ele é um bebê, é um bebezão! [...] Ela disse: Ele não tem maturidade para o colégio militar [...] E foi onde eu vi que eu estava errando literalmente, eu vi que eu não estava dando espaço para ele, protegendo demais.

- Esse período foi posterior a tua separação. Como tu te sentiste?

Eu não preciso de ninguém, só eu. Tanto é que numa das conversas com a **psicóloga** na escola [...] ela me disse: **Tu és muito mais dependente dele (filho), do que ele de ti!** Porque, o (ex-marido) saiu de casa num dia, no outro ele (o menino) foi para minha cama. Passou três anos dormindo comigo. Agora ele foi para o quarto dele. Dois anos para cá ele foi para o quarto dele [...]. **A psicóloga disse: “Tira da tua cama! Bota uma cama de solteiro! Bota uma cama de solteiro para ti!”** E eu nunca fiz. E ele terminou o tratamento dele na cama comigo. Eu dava banho nele. Eu não queria que ele crescesse, para mim ele era um gurizinho... Depois, outro rumo. E agora, de um ano para cá que tentei enxergar outras coisas, ver ele como um guri, um homenzinho.

Levando em conta as considerações expostas no decorrer desta seção, naquilo que concerne ao imperativo do gozo na cultura e a problemática de cada mulher na separação do filho(a), as mães pesquisadas parecem realizar a função educativa já que emerge nos seus discurso uma falta e essa falta, inscrita no grande Outro, é transmitida aos filhos. Nesse sentido, pode-se considerar estarem essas mulheres construindo para os filhos uma possibilidade de habitarem o mundo fora delas, ou seja, têm transmitido os fundamentos para uma cidadania, com maior ou menor dificuldade. Considerando os elementos trabalhados, especialmente do enlace amoroso entre mãe-filho, desenvolverei a seguir a temática do narcisismo, buscando destacar o lugar ocupado pelo filho no desejo da mãe.

## 6 O LUGAR DO FILHO PARA A MÃE

### 6.1 O FILHO NO NARCISISMO PARENTAL

A família, concebida como um grupo social, além de acolher e proteger os membros familiares, tem como função a transmissão de regras e normas da cultura através da inscrição da lei simbólica no inconsciente dos sujeitos. A inscrição da Lei e a nomeação permite ao sujeito ocupar um lugar simbólico em uma linhagem, encontrar uma filiação. Com a diferenciação entre as gerações estabelecida, cada um dos membros tem a possibilidade de ter uma identidade.

Freud e Lacan evidenciam a influência da família nos processos de estruturação psíquica do sujeito, considerando-a como uma estrutura pertencente à ordem da cultura. Por ser um grupo cultural e não natural, a família denota ser regida pelos discursos sociais vigentes em uma época, o que leva a tomar a parentalidade como uma construção histórica e cultural. No decorrer de sua obra, Freud aponta o lugar de relação com o pai como determinante na produção dos sintomas do homem moderno. Por sua vez, Lacan busca examinar as consequências da decadência da imagem de um pai forte e onipotente, resultado do enfraquecimento do sistema patriarcal, na estruturação das subjetividades na sociedade moderna. Em um dos seus primeiros escritos, publicado em 1938, os *Complexos familiares*, Lacan (2008), sem se afligir com o *pretense afrouxamento do liame familiar* (p.58), relaciona os impasses na estruturação subjetiva do sujeito ao tipo de grupo familiar, naquilo que concerne à sua composição, inserção social e ao valor concedido ao pai. Ao longo desta pesquisa, aponto as mudanças na família moderna, assim como a existência de um grande número de grupos familiares na atualidade com uma única figura parental, como no caso das *mães sozinhas*. Passo, então, a refletir sobre a tarefa dessas mulheres nesse contexto, cabendo também examinar aqui os pilares da construção da parentalidade, o que implica discutir a representação da criança no psiquismo materno.

Neste momento, quero assinalar que os modos de relação entre mãe e filho são influenciadas pela biografia infantil da mulher e pelo modelo de relação amorosa internalizada por ela no decurso da sua própria história familiar.

No escrito acima mencionado, o psicanalista francês relaciona a família aos complexos e não aos instintos. Segundo Lacan (2008), os complexos referem-se aos conteúdos representativos de um objeto e tais conteúdos, apesar de serem em parte conscientes, são predominantemente inconscientes. Este autor refere existir um elemento fundamental do complexo, ou seja, uma representação inconsciente a qual nomeia de imago. Os complexos<sup>132</sup>, organizadores do desenvolvimento psíquico, são definidos como uma sequência estrutural de experiências vivenciadas pela criança, relacionados às imagos ou representações inconscientes da figura materna e paterna da história infantil de cada indivíduo. A propósito disto, Roudinesco e Plon (1998) assinalam que Lacan, ao tomar o conceito do complexo, cujo elemento primordial é a imago, na compreensão da estrutura de um grupo familiar, postula a família como uma instituição determinada pela dimensão cultural e pelos laços imaginários que a organizam.

Laplanche e Pontalis (1983) sugerem existir uma proximidade entre as noções de imago e complexo, uma vez que ambas abordam as relações da criança no laço familiar e social. Todavia, os autores referem ser o complexo o efeito global das relações interpessoais sobre o indivíduo, ao passo que a imago indica a presença de resíduos imaginários decorrentes da situação vivenciada. Desse modo, a imago definida como representação inconsciente precisa ser compreendida no sentido de um esquema imaginário adquirido, isto é, um protótipo inconsciente de personagens que rege o modo de apreensão do outro pelo sujeito, sendo elaborado a partir das primeiras relações reais e fantasmáticas na família.

Esse é uma argumentação produtora para o presente estudo, pois, ao *tornar-se mãe*, a mulher depara-se com antigas representações da sua própria experiência como filha. Pode-se então considerar que a maternidade implica um encontro com a imago materna habitante da sua subjetividade. Nesse sentido, a psicanálise ensina a existir na parentalidade pelo menos três gerações implicadas. Da mãe à filha, na trama intergeracional são transmitidos os sentidos do ser mulher e do ser mãe. Mas, o enigma da feminilidade e da maternidade persiste e cada mulher precisa aprender encenando o vir a ser. De certo modo, a menina começa o *tornar-se mãe* pelo mundo lúdico, as fantasias e as brincadeiras, onde ela imagina ter um bebê. Nas entrevistas realizadas, encontrei nos discursos das mulheres os rastros dessa fantasia na história remota da menina, como demonstra Clarice, Sujeito 1. Em seu relato sobre o seu desejo de *ser mãe*, deixa claro as fantasias acalentadas desde a infância, nas quais se encontra

---

<sup>132</sup> O complexo de desmame, de intrusão e de Édipo.

a representação do filho como objeto imaginário de satisfação do desejo. Na vida adulta, esse desejo pela maternidade persiste:

**Nos meus sonhos de infância eu sempre estava grávida, sempre, sempre.** Eu sempre me imaginava, eu até me imaginava casando, mas gravidez, eu sempre tinha cinquenta filhos, as minhas bonequinhas, assim, eu sempre brincava de mãe, de mãe, de filha, de mãe, de mãe, de mãe, de mãe. Então é uma coisa para mim: normal! Esperei demais... (risadas!)

- Tu sonhavas isso quando criança?

**Sonhava, imaginava e brincava muito de mãe!** Outros papéis até acho que eu nem fazia muito. Eu era professora, às vezes médica, mas mãe com certeza! Esse eu brincava... muito, eu queria ter filho.

Adiante retomo a temática da gravidez associada à feminilidade, mas neste momento quero assinalar a ideia de Benhaïm (2007) de ser esse um período onde o princípio de prazer se sobrepõe ao princípio de realidade em função de um encantamento da mulher, relacionado ao seu desejo, com o bebê que espera. Posteriormente, esse encantamento rompe-se na medida em que a criança, na condição de objeto real<sup>133</sup>, chega ao mundo e impõe novas exigências. De todo modo, a criança esperada e desejada pelos pais é sempre uma *criança maravilhosa* ou uma *criança-rei*<sup>134</sup>, isto é, constitui a representação da criança do narcisismo parental. Nesse sentido, as representações de um filho ideal no imaginário dos pais precisam sofrer rupturas narcísicas de modo que esses possam acolher o filho real nascido, lembra a autora.

Por outro lado, as fantasias construídas na espera de um filho constituem um primeiro movimento para integrá-lo ao universo da cultura, ao mundo simbólico de significações que orientam os comportamentos de seus membros. Porém, essas referências culturais somente vão adquirir sentidos para os sujeitos na família, o núcleo elementar da estrutura social. No interior do grupo familiar, a identidade é tramada nas relações com os outros parentais e ainda que sejam os mesmos pais, construirão um mito específico para cada um dos filhos. Quero ressaltar as expectativas dos pais atuando como uma rede de significados dispostos em torno da criança, algo como um berço simbólico. Nesse sentido, Cavalcanti (2011) utiliza a metáfora do berço simbólico para designar o espaço psíquico criado pelo discurso familiar, onde se coloca tudo o que é mais importante para uma família:

---

<sup>133</sup> Registro Real.

<sup>134</sup> Grifo de Benhaïm (2007).

Ou seja, palavras, em suas entonações e em seus silêncios entrecortados, que são veículos do desejo por carregar de modo intrínseco os sentidos, as histórias e as representações importantes àquele meio social particular (CAVALCANTI, 2011. p. 9-10).

Assim, o imaginário que povoa o ideal de criança dos pais se apresenta como uma constelação de sentidos que permite ao pequeno encontrar um lugar no universo simbólico a partir do qual é identificado e nomeado como um ser pertencente ao mundo humano. Para isso ocorrer, os pais precisam investir libidinalmente em seu bebê, tomando-o como algo precioso e único, isto é, revestido de valor fálico. A autora ainda acrescenta ser a criança para os pais a representante sexual daquilo que os completa, a extensão do próprio corpo e, por conseguinte, um objeto de sua posse.

Se de um lado as expectativas endereçadas aos filhos possibilitam-lhes aferrar-se a significantes que os representem, de outro lado, para os pais, os filhos representam uma aposta na imortalidade e na superação das mazelas da vida. A perpetuação de si mesmo através da descendência, a satisfação de sonhos não realizados e o desejo de gozar de uma vida sem privações e sofrimentos são esperanças que habitam o desejo parental. Nessa perspectiva, pode-se dizer que o amor dos pais é sustentado pela ilusão narcísica de ser o filho aquele que trará tudo o que lhes falta.

Trago um recorte da entrevista de Janete, Sujeito 5, sobre o tema *ser mãe* para evidenciar associação da maternidade à aposta narcísica, isto é, a esperança de ser a criança uma continuidade da imagem de si. Para essa mãe, o desejo por um filho é articulado desde uma posição de alienação, uma vez que enuncia a escolha pela maternidade como algo pertencente à ordem do instinto. Pode-se considerar essa alienação um efeito da divisão do sujeito, pois sabe-se que a gravidez e o nascimento de uma criança são a manifestação do desejo inconsciente da mulher. Embora a criança surja no discurso de Janete como produto da sexualidade do casal parental, a entrevistada relaciona a perpetuação das gerações às figuras femininas, excluindo daí o masculino, sendo essa uma questão recorrente em seu discurso sobre a maternidade. Interessa sublinhar nesse fragmento discursivo associado ao *ser mãe* à expectativa narcísica materna de complementaridade através do filho, assim como a de transmissão de uma filiação.

- Para ti o que é *ser mãe*?

Bom, para mim eu acho que **o principal de ser mãe é tu saberes que tu tens um filho**, que, enfim, se produziu numa relação e tu podes dar continuidade, criar essa criança, tu poder dar amor, ensinar o que tu sabes e criar, sei lá, passar os teus valores para o filho e, sei lá, que dê



certo... Para mim, é basicamente isso. Tu poder ter aquela continuidade da tua vida, assim como... eu tenho minha mãe, eu tenho minha filha e... sei lá, para mim é um complemento da minha vida também.

- Complemento?

Ah, eu acho que, tipo, não sei, **uma coisa de instinto**, de todo mundo querer ter um filho e querer poder dar esse amor e receber amor de uma criança. Acho que não consigo me imaginar ser mulher e não ser mãe... têm muitas mulheres que não querem um filho, mas eu acho que é uma coisa...

O encontro entre o narcisismo do bebê e do adulto é o pilar da parentalidade, lembra Gutfreind (2010). Mesmo antes da criança nascer, os pais criam representações mentais acerca dos filhos desejados e tais representações são construídas a partir dos seus próprios ideais narcísicos. Este autor evoca a expressão *cenários narcísicos*<sup>135</sup> para falar de situações clínicas compostas por cenas deslocadas do narcisismo dos pais para os sintomas dos filhos. Esses quadros sintomáticos originam-se a partir de projeções parentais na criança, como ocorre, por exemplo, na projeção de uma representação do ideal de si mesmo, isto é, da imagem do filho ideal que gostaria de ter sido. Outra forma é a projeção de uma imagem interna de algum objeto, como um luto não elaborado dos pais em relação aos próprios pais. Na escuta das mulheres pesquisadas, foi possível perceber a atribuição de traços de personalidade e habilidades desejadas pelas mães aos filhos, assim como o deslocamento de alguns dos seus temores. Um exemplo é o de Clarice, Sujeito 1, cujo medo é de que a filha possa vir a ser abusada sexualmente pelos homens, como refere ter sido na sua infância, pois concebe ser a menina tão indefesa como ela própria já foi um dia: “[...] o meu pânico com a (filha), porque eu, ela é muito parecida comigo, eu não falava, eu não gritava, eu não dizia para ninguém [...]. Por essa maneira dela (filha) de não se posicionar [...]”. Pode-se notar no discurso dessa mãe uma certa colagem entre a sua própria imagem e a da menina, assim como o suposto da filha reproduzir as suas experiências na condição de *objeto* do outro. Esse é um aspecto significativo do imaginário de Clarice, porém não temos como antecipar os efeitos desse discurso sobre a menina. Os impasses subjetivos surgem nos filhos na medida em que as representações projetadas são por eles assimiladas através da identificação.

Mesmo nas famílias estruturadas de forma mais livre das patologias, assinala-se com Melman (2010), as crianças constituem-se a verdade da família, pois o que os outros parentais lhes transmitem é o seu próprio inconsciente. Daí, considerar as representações da criança no

---

<sup>135</sup> Grifo do autor.

discurso da mãe é uma forma de apreender questões relacionadas à dinâmica subjetiva materna e, mais amplamente, do grupo familiar.

O discurso de Janete, Sujeito 5, relacionado à filha, hoje uma menina de oito anos, também fornece um exemplo de projeção parental, pois atribui à criança um destino idêntico ao vivenciado por ela em sua infância com a sua própria mãe. A menina representa para Janete uma extensão de si mesma e talvez seja essa a sua dificuldade para limitar o gozo da pequena, encarnação do seu duplo, uma vez que cercear as vontades da filha implica também uma privação para ela. Logo, a figura parental ao tomar a criança como objeto narcísico, encontra dificuldade para exercer a função educativa, pois aí não se faz presente uma diferenciação de lugares. Sobre a dieta alimentar da filha, uma menina que me pareceu estar com peso *normal* para sua idade, Janete refere:

Trato ela como criança. Tem coisas que eu faço que não vejo, sinceramente, porque... **Eu sei porque passei por isso quando eu era criança** e é realmente muito complicado... Eu não consigo enxergar que uma criança tenha consciência quando pequena do que é, sabe. Então, não adianta, tudo tem a hora.

- O que tu passaste quando era pequena?

**Eu sempre fui gordinha também**, então, eu sei o que ela passa, o que ela vai passar ainda, sabe. Então, não adianta. A minha mãe também falava tudo isso para mim isso e não adiantava, entrava por aqui e saía por aqui. Até o dia que eu quis tomar jeito e fazer alguma coisa.

- A tua mãe falava?

Sim, claro. Só que não adianta, criança, sei lá.

- Tu falaste que acha que a (menina) vai passar...

**Com certeza**, porque ela vai ser uma adolescente que vai ter problema com isso, com certeza, não tenho dúvida. Só que eu faço o que posso.

- Como assim?

Porque ela tem tendência... Porque talvez eu não saiba conduzir isso, sabe. Não tenha nem talvez estrutura de dizer assim, ãh... O pediatra disse que depende de mim... Depende de mim quando tu tens estrutura para, para aguentar, sabe... Chegar em casa: "Ai, estou com fome, estou com fome!" E tu ficar: "Ai, (menina), agora não pode comer, não pode comer, espera"... Porque quando ela está com fome, ela fica enchendo o saco e chega uma hora que tu... Ou é a hora que tu chega em casa e está mais cansada. Eu faço o que posso, tento dar uma coisa mais saudável, mas nem sempre tem como, sabe. Tipo refrigerante, eu tento controlar, mas, eu sei que deveria controlar mais, só que é uma coisa que eu gosto. **Então, eu não me sinto no direito de eu me privar das poucas coisas que eu posso (comer), os meus vícios porque...**

Janete não tem o *direito* de se privar das coisas que gosta? Parece existir nesse enunciado uma contradição importante, pois se ela não tem o direito de se privar, então ela está obrigada a comer. É como se aí houvesse um imperativo: coma! Sem poder deixar de comer, também fica impedida de limitar a filha, o seu duplo.

No decorrer das entrevistas, ela vai construindo significações em torno da maternidade, designando-a de *bronca* e *carga*, significantes esses que sinalizam o lugar da criança no seu imaginário. Janete, Sujeito 5, relata não ter desejado ser mãe por um longo tempo em função de não possuir disposição para compartilhar com um outro a sua vida, até o momento em que decidiu engravidar, logo após o falecimento da sua mãe. Em seu enunciado acerca da maternidade, pode-se entrever a representação psíquica do que seria para ela um filho antes de *tornar-se mãe*, em que a criança surge aí como um usurpador ou rival, o qual tudo lhe furtaria.

Eu pensava em mim. Egoísta. Eu não queria ter filho porque eu não queria dividir o meu dinheiro, porque o que era meu era meu, sabe, nunca pensei. E depois quando eu resolvi ter filho, do nada, assim, tu tiras o que tem na cabeça e põe outra coisa, porque tudo é para o filho. **Era egoísta, muito, muito!** Não de não emprestar as coisas... A (menina), tu olha é uma criança super bondosa, dá as coisas dela e eu não fico nem sabendo e eu sou assim também... E dou as coisas... E a (menina) é igual... Isso foi mudando muito a minha cabeça... Pô, imagina, eu ganho o meu salário, eu compro o que eu quero, vou para o cabeleireiro, faço o que eu quero, quando eu tiver filhos, não vai ser assim, sabe. E, realmente, não é.

Essa significação parece se atualizar ainda hoje no seu discurso, pois na sua enunciação a menina surge como uma carga em sua vida, alguém para quem ela tem de ser tudo, uma vez que mantém uma relação exclusivista com a filha. Lê-se o lugar da filha junto à mãe na seguinte afirmação: “Sou o faz tudo, não tem como ela não ver isso. [...] Às vezes eu acho que ela acha (filha) que ela me atrapalha. [...] e não é ela que me atrapalha, é o pai dela que não me ajuda, entendeu.” É possível visualizar essa representação sendo arquitetada ainda antes do nascimento, na relação de Janete, Sujeito 5, com a sua mãe. Trago aqui as suas palavras sobre a sua mãe:

Era professora universitária. Ela se aposentou e continuou mais na parte da pesquisa, vivia para cima e para baixo, projetos, (empresa), geologia, pessoa super para frente, viajava o mundo sozinha, independente, super ativa, não dependia de ninguém... Minha mãe era viúva há uns dez anos e nunca teve outro marido porque não queria ninguém grudado nela, queria ter a sua própria vida... E saía, era uma pessoa que todo mundo gostava, disposta... tanto que eu me lembro que desde adolescente a minha mãe dizia: “Oh, vocês (ela e a irmã) não inventem de ficarem grávidas antes de casar que eu que eu não vou ficar cuidando de filho de ninguém. Eu não cuidei nem de vocês, eu sempre trabalhei fora, tive empregada, agora que eu estou

aposentada não vou ficar cuidando o filho dos outros. Então, eu e a minha irmã sempre tivemos isso na cabeça, nessa parte eu sempre fui tri responsável, deus o livre... Como várias amigas ficaram grávidas... mas, nunca me passou pela cabeça uma coisa dessas... nem pensar... **Eu sempre tive na cabeça, eu só vou ter filho o dia em que eu puder assumir essa bronca**, porque eu sei que não posso contar com ela, que ela tem a vida dela...

A construção de um lugar para o filho já está em curso na gravidez, momento onde as fantasias da mulher sobre a criança por vir sinalizam os modos como serão estruturadas as relações parentais. Por isso, os relatos das mães sobre esse período auxiliam a compreender as suas representações dos filhos. O cenário imaginado por Alice, Sujeito 4, na gestação retrata bem a forma amorosa como tomará o filho após o nascimento e, ao mesmo tempo, indica o modo possessivo de relação com a criança, em que busca excluir o pai.

Imaginava pouco ele assim. Eu ficava muito pensando ele dentro da barriga, **eu imaginava ele** assim, um gurizinho, porque eu fiz a ecografia que via o sexo. Eu imaginava ele assim, meu amigo e uma criança assim parecida comigo, sabe. Só que eu imaginava, imaginava com muito mais frequência ele lá dentro da barriga, como é que era...

- O que tu imaginavas?

Eu ficava pensando que ele estava ali dormindo ou que ele se alimentava das coisas que eu comia, então, eu tinha que comer as coisas boas para ele se alimentar bem também... umas coisinhas assim. Ficava imaginando quando ele chutava, se ele estava brincando ou se estava tentando se esticar e tal. E pouco imaginava como iria ser depois, engraçado, acho porque eu não sabia bem o que eu iria fazer depois (risadas!). Eu pensava mais era em como ele estava lá dentro da barriga. Imaginava se a carinha dele iria ser parecida comigo, se iria ser parecido com o pai dele, como iria ser na casa onde a gente morava, como iria ser brincar e tal. Não ficava muito pensando o depois. Acho que por isso me assustei um pouco quando ele nasceu todo perfeito, direitinho, porque eu ficava pensando ele sempre dentro da barriga (risada!). Mas, eu acho que eu já imaginava uma coisa como foi se fazendo depois, sabe, de eu com ele. É louco isso, não é? **Quando eu imaginava, eu imaginava muito a minha relação com ele, mas não essa relação dos três, eu, ele e o pai dele, sabe. O pai dele parece que ficava meio de lado assim na minha imaginação.**

A origem do amor parental atribuída ao amor por si mesmo foi discutida por Freud (1914) no artigo denominado *Sobre o narcisismo: uma introdução*. Apesar do termo narcisismo ter sido anteriormente empregado pelo autor, nesse trabalho o pai da psicanálise apresenta uma reformulação da teoria das pulsões, onde mostra existir uma distinção entre a libido<sup>136</sup> do eu e a libido do objeto. O estudo enfatizou os investimentos libidinais e definiu o

---

<sup>136</sup> Libido foi o termo utilizado por Freud para designar a energia sexual que parte do corpo e investe os objetos. Em *Psicologia de grupo e a análise do ego* (1921), escrito posteriormente ao artigo sobre o narcisismo, o psicanalista apresenta o conceito da libido como sendo uma energia, de magnitude quantitativa (herança do *Projeto* de 1895), relacionada ao amor de origem sexual. Apesar de abordar o amor em um sentido mais amplo, não limitado ao genital, Freud sustenta firmemente a relação da força amorosa com o sexual. Daí, retoma o

narcisismo como um estágio normal da constituição do eu e do objeto, relacionado ao curso da evolução da libido. Em psicanálise, a noção de narcisismo concebe o eu como objeto de investimento da pulsão sexual, sendo a ideia do amor pela própria imagem referenciada a partir do mito de Narciso<sup>137</sup>.

De início<sup>138</sup>, Freud constrói sua teoria sobre o narcisismo através da observação de aspectos narcisistas do comportamento de homossexuais<sup>139</sup> e de neuróticos, assim como do funcionamento psíquico de parafrênicos (demência precoce e esquizofrenia). Destaca nos últimos a presença de duas características fundamentais: a megalomania e a retirada dos interesses pelo mundo externo. Segundo o autor, na parafrenia existe a retirada da libido das pessoas e do mundo externo, ao passo que, na neurose, mesmo com o abandono da relação com a realidade, as relações eróticas com os objetos são mantidas por meio da fantasia. Ambas as patologias levaram-no a conceber a existência de um investimento libidinal anterior àquele realizado nos objetos externos, cuja procedência é a libido do eu. Daí, conclui existir um narcisismo primário ou original, também observado na vida mental das crianças e dos povos primitivos<sup>140</sup>, precursor do narcisismo secundário em que há investimento do eu nos objetos.

Freud (1914) defende a tese de não existir no começo da vida uma unidade comparável ao eu. A formação do eu apresenta-se como um evento psíquico do curso do desenvolvimento da criança. Originalmente, o organismo funciona em um estado de auto-erotismo, em que as pulsões parciais procuram satisfação de maneira auto-erótica, isto é, a libido se concentra no prazer retirado dos próprios órgãos do corpo. Apesar de prevalecer num

emprego do termo *Eros* (erótico) na filosofia e da palavra *Liebe* (amor) na língua alemã, mostrando existir em ambas a conotação de amor sexual.

<sup>137</sup> Narciso, jovem formoso, filho do rei do rio Céfis (deus das águas) e da Liríope (ninfa das águas), possuidor de grande beleza, teve moças e rapazes apaixonados por ele, porém rejeitou a todos. Entre as jovens feridas pelo seu amor estava Eco (ninfa da montanha, fadada a repetir sempre a última sílaba que ouvia). Narciso rejeitou-a e Némesis (personificação da justiça divina) fez com que ele se apaixonasse pela própria imagem refletida numa fonte (GAYTAN, 1979).

<sup>138</sup> Conforme nota do editor das obras completas de Freud (1914), o termo narcisismo surge pela primeira vez em uma nota de rodapé, acrescentada por Freud em 1910, ao seu artigo *Três ensaios sobre a sexualidade* (1905). No mesmo ano, o tema aparece no ensaio *Leonardo da Vinci e uma lembrança da infância* (1910). Em 1911, o assunto foi abordado na análise do caso *Schreber* e, posteriormente, em *Totem e Tabu* (1912-1913). Mais tarde, Freud desenvolve suas ideias sobre o narcisismo em trabalhos importantes tais como *Luto e Melancolia* (1915) e *Psicologia dos Grupos* (1921), assim como em Conferências XXVI das *Leituras Introdutórias* (1916 – 1917).

<sup>139</sup> Em *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* (1910), Freud refere que os homossexuais escolhem o objeto sexual a partir da imagem de si mesmos, isto é, partem do narcisismo na busca de rapazes semelhantes a eles próprios, a fim de amá-los como foram amados pela mãe.

<sup>140</sup> As crenças na magia das palavras e na onipotência do pensamento é um assunto tratado por Freud em *Totem e Tabu* (1912-1913).

primeiro momento, essa modalidade de satisfação pulsional sofre alteração devido a uma *nova ação psíquica* (1914, p. 93) que vem promover o surgimento do narcisismo.

Nos primórdios da vida, a criança encontra-se indiferenciada da mãe, em um estado de fusão com o corpo materno, sem distinguir ainda o mundo interno do mundo externo. Por sua vez, a mãe, na condição de Outro primordial, além de suprir as necessidades vitais, introduz *algo a mais* do que a pura satisfação das funções corporais do bebê. Ao alimentá-lo, aquecê-lo, trocá-lo, a mãe, aos poucos, investe a sua libido na criança e nela inscreve as marcas do seu desejo, delineando assim a geografia das zonas eróticas do corpo.

Nesse ponto, cabe fazer um parêntese e indicar a ruptura causada pela ideia de uma sexualidade perversa e polimorfa, apresentada no discurso freudiano, desde os *Três ensaios sobre a sexualidade* (1905), na concepção tradicional de sexualidade vigente no século XIX. Freud se afasta da visão onde a sexualidade é concebida como biológica e instintiva e coloca o sexual em um registro além do genital, isto é, constituído por uma pluralidade de objetos eróticos, incluindo aí o corpo do próprio sujeito. No pensamento freudiano, assinala Birman (1999), o corpo torna-se um corpo sexual e fragmentado em diversos *territórios eróticos*<sup>141</sup> (p.32), de modo que o genital é somente uma região possível de gozo e prazer. Desse modo, a psicanálise considera existir, desde o começo da vida, uma sexualidade habitando o corpo humano, uma vez que esse é um corpo desnaturado, permeado por zonas erógenas.

Dessa maneira, seria a incompletude corpórea e a não suficiência do sujeito o que criaria a condição de possibilidade do erotismo. [...] Consequentemente, o corpo como uma totalidade foi concebido como não suficiente e carente nas suas possibilidades de satisfação, precisando do outro para mediar a satisfação de suas demandas eróticas (BIRMAN, 1999, p. 33).

Pode-se, então, considerar a insuficiência do corpo como sendo aquilo que levaria o humano a precisar do outro para a experiência da satisfação e do gozo. Assim, a atividade pulsional da mãe, enquanto Outro primordial, atua sobre as necessidade corpóreas do bebê, originando uma primeira organização no caótico mundo auto-erótico da criança. Essas inscrições realizadas pelo agente da função materna no corpo do pequeno constituem as primeiras marcas civilizatórias. Quero sublinhar novamente a *função educativa da mãe* desde o começo da vida, uma vez que as relações primordiais operam de modo a incluir o funcionamento corpóreo às regras da cultura, isto é, o sono, a alimentação e a excreção na

---

<sup>141</sup> Grifo de Birman (1999).

criança são adequados às normas da família. Nesse processo de transformação do organismo em um corpo e de construção do psiquismo, o desejo do Outro trabalha como motor.

Os diversos modos de utilização do corpo e do psiquismo para adaptação ao meio – os chamados processos instrumentais – vão se desenvolvendo no interior do *processo educativo*<sup>142</sup> que os pais devem cumprir em relação aos filhos. Eles não ocorrem simplesmente porque a maturação, a programação genética assim determina, mas porque houve uma demanda, um pedido destes adultos significativos à criança, para que ela correspondesse aos seus ideais (BERNARDINO, 2006, p. 34).

Deste modo, a *ação psíquica* provocada pela intervenção do outro, agregada ao *autoerotismo* da criança marca a passagem ao narcisismo, aqui entendido como narcisismo original ou constituinte. Segundo Laplanche e Plon (1983), não se deve perder de vista a distinção entre o estado em que as pulsões sexuais se gratificam de maneira anárquica e dissociadas umas das outras, e o narcisismo, momento em que o eu em sua totalidade torna-se o objeto de amor, antes de escolher objetos exteriores. Assim, na teoria freudiana, o narcisismo constitui-se em narcisismo primário (libido narcísica) e narcisismo secundário (libido objetal).

O narcisismo primário caracteriza-se por ser o estado inicial em que a criança investe toda a sua libido em si mesma e onde a onipotência rege a vida psíquica. Por sua vez, o narcisismo secundário pressupõe a existência do instância do eu e o retorno da libido investida nos objetos ao eu. Porém, antes de estabelecer relações com os objetos do mundo externo, nesse momento anterior à formação do eu, denominado narcisismo primário, a preservação da onipotência do bebê pelos pais (ou substitutos) torna-se fundamental para que a criança possa se organizar subjetivamente.

Se de um lado a criança necessita das figuras parentais para se constituir, por outro, os pais encontram na criança uma reedição de uma vivência de perfeição que outrora experimentaram. Nasio (1997, p. 49) traz com precisão a proposição do narcisismo estar na base dos laços parentais: “O narcisismo primário representa, de certa forma, uma espécie de onipotência que se cria no encontro entre o narcisismo nascente do bebê e o narcisismo renascente dos pais”. Por isso, pode-se pensar no amor parental como alimento tanto do narcisismo da criança como dos próprios pais, ainda mais em um laço social onde o culto ao narcisismo e ao individualismo leva as figuras parentais à depositarem nos filhos um valor

---

<sup>142</sup> Meu grifo.

narcísico exacerbado. Logo, demonstram receio de privá-los de seu amor e frustrá-los em sua onipotência.

As referências acima explicitadas são desenvolvidas por Freud (1914) em seu escrito sobre o narcisismo, onde destaca ser o amor parental pelos filhos a revivescência e a reprodução do narcisismo primário dos adultos. Segundo o autor, os pais atribuem todas as perfeições ao filho e projetam nele todos os desejos aos quais precisaram renunciar pelas imposições da cultura. Dito de outro modo, a criança representa para os pais a esperança de renovação dos sonhos irrealizados, a chance de redenção de suas feridas narcísicas.

Por isso, a aliança narcísica é a fonte da identidade imaginária para o bebê, mas também é o que autentica a existência e a identidade da mulher, como mãe.

E se a mãe é portadora da identidade em formação do bebê, este último, em troca, pode conferir-lhe uma identidade à sua mãe. A função da mãe nos primeiros tempos da vida será a de assumir o narcisismo de base da criança, fundamento de toda a construção do sujeito. Podemos definir a partir daí o laço que une o bebê à sua mãe como um laço narcisante. Por sua vez, o bebê poderá solidificar o narcisismo materno, confortá-lo, alimentá-lo, até mesmo rigidificá-lo, ou, ao contrário, feri-lo, atingi-lo, matá-lo (BENHAÏN, 2007, p. 19).

Recorro ao discurso de Alice, Sujeito 4, associado ao tema *ser mãe* para exemplificar o caráter narcísico do amor materno, assim como para demarcar o sentido da maternidade como *acontecimento*, uma vez que essa vivência permite à mulher retificar a sua identidade, outorgando-lhe uma *afirmação de si*:

Não acreditava que eu era capaz de... atender ele, **de ser mãe**, assim, era uma coisa assim. Quando ele nasceu, na hora do parto, para mim foi uma emoção, assim, sabe, de... até agora eu me emociono (voz de choro), sabe porque: Eu gerei uma pessoinha assim, uma pessoinha que saiu toda perfeitinha assim, ele era todo lindinho, todo bochechudinho assim, e enfim ele era... **e eu tinha sido capaz de gerar uma criança** e aquilo era uma coisa muito forte para mim, porque eu era uma pessoa, sei lá, muito insegura, com a autoestima muito baixa, sei lá e aí fazer, ter essa sensação foi muito emocionante (choro). E aí, acho que, quando, conforme ele foi crescendo assim, e eu ia vendo que eu estava dando conta, sabe, por mais que tudo aquilo fosse novidade, eu conseguia enxergar que eu estava dando conta e... aquilo também me reforçava sabe, de: Bah, mas como eu consigo, sabe! Não sei explicar direito. É uma surpresa e uma coisa boa, uma surpresa boa (choro).

Kehl (2008) convida a pensar em uma boa mãe como sendo aquela suficientemente permeável ao funcionamento primário da criança a ponto de enlouquecer, ao menos um



pouco, junto com ela, *folie à deux*<sup>143</sup>, de modo que o seu bebê possa exercer o controle mágico e onipotente do objeto. A autora compara essa *experiência de onipotência*<sup>144</sup> a um estado de apaixonamento radical entre duas pessoas, sendo aí necessária uma interrupção para o processo de subjetivação da criança poder ocorrer. Sobre isto, a psicanalista considera o pai real como uma presença capaz de interromper os excessos da mãe em relação ao filho e assim produzir uma descontinuidade entre os mesmos. Embora a teoria psicanalítica Freudiana Lacaniana postule ser a mãe a única figura que realmente conte para a criança no primeiro momento da vida, a autora sugere ser a presença do pai real um elemento importante na moderação do apego exagerado da dupla. Apesar de ser percebido ainda como a extensão do corpo materno, o pai pré-edípico, aquele anterior à vivência do segundo tempo do complexo Édipo<sup>145</sup>, tem a capacidade de mediar a relação fusional da díade e amenizar a angústia aí presente. Além do mais, o pai do recém-nascido pode mobilizar o desejo da mulher em situações onde existe o desinvestimento materno no filho. Destaco essas referências para indicar a repercussão produzida pela presença paterna enquanto personagem concreta na relação mãe-filho, visto que a sua presença ou ausência não parece ser algo indiferente:

O que importa, para meu argumento, é a possibilidade de que o pai de um recém-nascido seja menos angustiado, menos culpado, menos temeroso de falhar em seu papel e, sobretudo, sinta menos hostilidade diante de sua cria, da qual está mais separado psicologicamente, do que a mãe (KEHL, 2008, p. 41).

O pai real introduz pequenas alterações nos modos de satisfação pulsional do bebê, que é regido pelo princípio de prazer, isto é, pela busca do prazer e no evitamento do desprazer, interrompendo assim o gozo mortífero característico do funcionamento psíquico do momento. Logo, a presença da figura paterna pré-edípica (o pai do afeto) funciona como um objeto de resistência frente ao funcionamento onipotente da criança (e da mãe), afirma Kehl (2008). A autora elucida que a diferença entre o pai mediador ser encarnado pelo verdadeiro genitor ou por um outro substituto está na expectativa narcísica depositada pelo pai biológico quanto à sua descendência, uma vez que essa esperança possibilita criar um forte laço inconsciente entre o homem e a criança. Para o pai, a representação do filho como falo pode assumir o colorido de uma afirmação da sua potência fálica, assim como representar a continuidade e a transmissão da herança simbólica familiar, analisa a psicanalista.

<sup>143</sup> Grifo de Kehl (2008). Conforme minha livre tradução, essa expressão francesa designa loucura a dois ou delírio compartilhado.

<sup>144</sup> Grifo de Kehl (2008).

<sup>145</sup> Tempo em que a figura paterna aparece como um privador da criança.

A representação do *filho-falo* para os genitores tem sentidos diferentes, sendo estas significações relacionadas à posição subjetiva ocupada pelo homem e pela mulher na linguagem, à sua resposta diante da falta. Em capítulo posterior retomo essa temática, por ora quero apenas indicar o pressuposto teórico de Freud e Lacan a respeito de ser a maternidade para a mulher uma forma de compensação fálica em relação à sua castração. Sobre isto, Freud (1914), ao discutir o amor e os tipos de escolha objetal, refere ser o filho para a mulher a fonte de *amor objetal completo* (p. 106), ou seja, o filho na condição de falo é para o desejo feminino a possibilidade de satisfação amorosa plena. Certamente essa premissa teórica hoje pode ser questionada, porém, ao longo do estudo, me pareceu serem os filhos para as mães pesquisadas o primeiro e mais importante objeto de amor. Na escuta dessas mulheres, o filho surge revestido de valor fálico, objeto de adoração e perfeição, como se pode vislumbrar no discurso de Lúcia, Sujeito 2, sobre o tema *ser mãe*:

Acho que é... acho que não tem explicação. É uma realização de todos os sonhos, além do que tu sonhas, ser mãe... **Acho que ser mãe é tudo, tudo, tudo.** Tu não explicas o que é ser mãe... Quando eu engravidei, eu queria tanto o (menino), tanto ele, que quando eu vi ele assim junto comigo, digo assim, meu deus,... é uma coisa tão minha, tão da gente. É um amor tão grande que não cabe, a gente não consegue explicar.

Na ótica psicanalítica, o amor materno incondicional, exaltado na cultura como bem supremo, não é um sentimento altruísta e inquestionável, mas uma forma narcísica de amor da mãe, ou seja, um gozo mortífero, em que o filho é tomado como uma extensão do corpo materno. Freud (1921), em *Psicologia de grupos e análise do ego*, ao discutir a essência dos laços amorosos, refere existir sentimentos de ambivalência, o amor e o ódio, nas relações emocionais das pessoas muito próximas, os quais, por efeito de repressão, são retirados da consciência. Valeu-se do famoso símile schoupenhaueriano dos porcos-espinhos para mostrar a necessidade de existir uma *distância intermediária* (1921, p. 128) um do outro a fim de poderem se tolerar e coexistir, isto é, poderem permanecer unidos sem congelar e sem espinhar-se mutuamente.

Daí, pode-se pensar o amor incondicional como algo cruel, pois, ao abolir as fronteiras, isto é, a distância intermediária necessária entre um sujeito e o outro, esse tipo de amor nega as diferenças e anula a alteridade. No discurso freudiano, a reação da intolerância frente às pequenas diferenças surge como uma expressão do amor a si mesmo, ou seja, configura-se em uma percepção tomada como uma divergência crítica em relação ao próprio narcisismo e uma exigência de sua alteração.

Também sucede na relação da mãe com o filho uma divergência de origem narcísica por ocasião do crescimento e sexuação do mesmo, uma vez que essa maturação impõe mudanças no status materno. A representação do filho como prolongamento narcísico materno entra em crise quando a criança passa a apresentar novas atitudes, as quais expressam o descolamento do filho da condição de objeto fálico materno, um efeito da inscrição da função paterna em ambos, produzindo um mal estar na mulher. Essa *desacomodação* da unidade apresenta-se de forma clara no discurso de Lúcia, Sujeito 2, a respeito do filho pré-adolescente, instaurando nela um questionamento sobre o modo como toma o menino, hoje com onze anos:

Então tem horas que tu não sabes como agir... A gente fica perdida. Não sabes se trata como uma criança, como um bebê, como um homem, como um adolescente, como um pré-adolescente, que tem atitude de criança, tem certas atitudes adultas, **então a gente dá aquela parada e agora, o que eu faço?**

Além disso, comportamentos típicos da adolescência como a reclusão do menino no quarto, o lugar conferido por ele aos amigos e o *soltar a mão* da mãe na escola, produzem em Lúcia uma percepção de abandono: “Só que eu já me senti um pouquinho mais [breve pausa], um pouquinho excluída, não é? Quer dizer, estão entrando outras, outras coisas na vida dele que não é só eu [...] Mas faz parte, eu acho que tem que respeitar isso, não é?”

Na teoria lacaniana, a subjetivação se dá pelo desejo do Outro, a alienação e separação, por conseguinte, o outro semelhante, ao invadir o campo narcísico é percebido pelo sujeito como intruso, um invasor e usurpador de algo seu. O amor materno tomado na acepção do mito do amor incondicional, isto é, um amor desprovido de ambivalência, apresenta-se como fonte de aniquilação e devastação para o filho. Por ser um amor egoísta, invade o território subjetivo do outro para assujeitá-lo. Freud (1921), no artigo sobre os grupos, mostra ser o laço amoroso entre os indivíduos a possibilidade do sujeito ceder em seu narcisismo, isto é, aceitar as diferenças dos demais, pois: “[...] só o amor atua como civilizador, no sentido de ocasionar a modificação do egoísmo em altruísmo” (p.30).

A forte ligação afetiva entre mãe-filho caracteriza os modos de interação das famílias monoparentais pesquisadas, porém, essas mães demonstram ter a capacidade de recuar em seu desejo de reter a criança diante do crescimento da mesma, liberando-a para o mundo. Porém, cabe notar em Alice, Sujeito 4, e em Janete, Sujeito 5, uma certa resistência em permitirem o descolamento dos filhos de si mesmas, uma vez que as crianças parecem ainda estarem alocadas na parte faltosa dessas mães, como objetos narcísicos. No excerto abaixo explicitado,

associado à representação da filha no desejo da mãe, pode-se perceber que Clarice, Sujeito 1, toma a menina como objeto imaginário preenchedor da sua falta, porém faz hipótese sobre a separação, mostrando-se faltosa:

- Ela preenche?

Muito, muito! Percebo assim que... claro que terei que trabalhar mais isso, bom, **ela vai voar as tranças dela e eu vou deixar fazer isso, já permito isso**, e aí o que vai ser de mim, tenho medo do ninho vazio depois, muito medo! Tenho medo. Mas, ao mesmo tempo estou procurando ver se eu não construo justamente essa coisa tão, um desapego, não sei se um desapegar não tão dolorido, que talvez a gente mantenha, não precisa ter essa sensação tão forte de **ninho vazio**, porque, que a gente fique próxima, o possível, não sei, não sei se eu consigo, mas, enfim. Até porque um dia ela me falou: “Bah, mãe, se eu pudesse viver grudada contigo, eu queria!” “Não, deus me livre, nem pensar!” E ela tem uma coisa comigo assim, também E ela também tem que aprender a liberar, apesar dela gostar de sair, adora ir para a avó dela, vamos viajar, vamos, mas eu percebo que tem uma coisa comigo meio, ãh, bem fortinha.

- Ela te disse que se pudesse ficaria grudada.

Ficaria grudada. Como é que é? Tem uma música que ela estava cantando hoje mesmo a música, que ela entendeu que a música dizia: “Se pudesse, se eu quisesse eu colava, botava um imã em ti”. E aí uma hora ela olhou e disse: “Bah, mãe, eu criei essa música para ti. Já pensou?” Imagina se colocasse um imã e toda hora tivesse que vir e ficar comigo, meu deus do céu!!! (risada) Então ela tem essas coisinhas que ela fala, mas, ao mesmo tempo, assim, tem essa coisa dela poder ficar num canto, eu também, de dar uma distanciadinha, depois a gente vai e fica junto de novo. E essa coisa da sala e do quarto foi muito bom, porque daí, assim, ela fica lá, eu fico aqui um pouco, **e a gente está treinando um pouco sair só de um quarto, porque a nossa vida foi só num quarto**.

Retomando a linha de pensamento do capítulo, a parentalidade implica, então, a representação da criança no narcisismo parental. Conforme visto anteriormente, o narcisismo é o momento intermediário entre o autoerotismo e as relações objetais externas. O narcisismo primário pressupõe a libido narcísica, o investimento em si como objeto de amor, ao passo que o narcisismo secundário corresponde ao momento da formação do eu e da libido objetal. É preciso ultrapassar os limites do narcisismo primário para se estabelecer relações com os objetos do mundo externo, sendo esse deslocamento atribuído pelo pai da psicanálise ao momento em que a criança se vê confrontada com um ideal externo e com o qual tem de se comparar.

O desenvolvimento do ego consiste num afastamento do narcisismo primário e dá margem a uma vigorosa tentativa de recuperação desse estado. Esse afastamento é ocasionado pelo deslocamento da libido em direção a um ideal de ego imposto de fora, sendo a satisfação provocada pela realização desse ideal (FREUD, 1914, p. 117).

A criança submetida às exigências culturais, às perturbações de terceiros, bem como ao seu próprio julgamento crítico, não pode mais reter a perfeição de antes, buscando então retomá-la através do ideal de eu<sup>146</sup> projetado diante de si. Em outros termos, o ideal de eu rege o narcisismo secundário e se apresenta como o substituto do eu ideal, da perfeição de valor do narcisismo primário, tempo em que o ideal da criança era ela própria. O ideal do eu torna-se a referência do eu para apreciação das suas ações, funcionando como o representante das exigências sociais e culturais, assim como dos princípios éticos transmitidos pelas figuras parentais. Em Freud (1914), o ideal de eu tem sua origem no complexo de castração, momento em que a criança vê-se tolhida em seu narcisismo original e sucumbe às proibições advindas das relações com os outros parentais. Desde então, reconhecendo ser incompleta, a criança passa a dirigir o seu amor aos objetos.

O narcisismo tal como se apresenta na obra freudiana implica dois tipos de escolha de objeto: a anaclítica em que o sujeito toma o objeto de amor a partir do modelo das pessoas ligadas às suas primeiras experiências de satisfações sexuais auto-eróticas (narcisismo primário; libido narcísica), e a narcisista em que o objeto amoroso tem como modelo o seu próprio eu (narcisismo secundário; libido objetal). De acordo com Freud (1914), pode-se encontrar no indivíduo os dois tipos de escolha objetal, logo, o autor considera ser todo o investimento uma projeção da libido do mesmo.

Os pais, sustentados no seu próprio narcisismo primário, realizam a construção de um lugar psíquico para o filho através da projeção de suas representações, isto é, imagens e palavras, colocando em curso para o pequeno o drama do espelho.

Lacan (1998), em artigo apresentado no Congresso Internacional de Zurich<sup>147</sup>, retoma o conceito de narcisismo em Freud e discute-o em termos de *estádio do espelho*<sup>148</sup>, caracterizando-o como o momento da formação do eu. Situado entre os seis e os dezoito meses, o estágio do espelho instaura uma relação dual da criança com a mãe na forma de dependência (alienação), a matriz simbólica em que o eu se precipita e a partir da qual todas as outras identificações ocorrem. Na fase especular, o surgimento do eu se dá através da antecipação de uma imagem total do corpo do pequeno pelo olhar da mãe, em um momento de insuficiência corpórea, de imaturidade do bebê. A unificação do corpo despedaçado, antes

---

<sup>146</sup> Nas obras completas de Freud, edição Standard Brasileira (1976), utiliza-se o termo ideal de ego.

<sup>147</sup> *O estágio do espelho como formador da função do eu* (LACAN, 1998). Esse artigo foi escrito por Lacan em 1936, porém somente apresentado na íntegra nesse Congresso em 1949.

<sup>148</sup> É correlacionado por Lacan (1949) ao narcisismo secundário freudiano. A fase especular tem como efeito a construção do registro imaginário.

vivenciado como um corpo esfacelado, em uma imagem totalizadora e independente da mãe, permite à criança o reconhecimento de sua imagem no espelho.

[...] o estágio do espelho é um drama cujo impulso intenso precipita-se da insuficiência para a antecipação – e que fabrica para o sujeito, apanhado no engodo da identificação espacial, as fantasias que se sucedem desde uma imagem despedaçada do corpo até uma forma de sua totalidade [...] (LACAN, 1998, p. 97).

Dessa primeira identificação imaginária com a imagem ideal conferida pelo Outro primordial surge o eu ideal. A propósito dessa identificação anterior à escolha de objeto, Kehl (2008) sublinha não existir imagem mais adequada para a representação do gozo do lactante do que a de uma pequenina boca colada ao seio da mãe, onde é possível ler-se: “Eu sou o seio que eu sugo” (p. 39). Essa unidade perfeita da mãe-bebê, ou seja, a fusão do pequeno com o objeto é a experiência constituinte da *identidade primária*<sup>149</sup> a partir da qual o sujeito posteriormente advirá. Apesar da ação do recalque torná-las inconscientes, as primeiras marcas decorrentes da experiência com o Outro primordial permanecem para sempre inscritas. Alice, Sujeito 4, fala pontualmente sobre essa experiência primordial com o seu bebê:

Aquela coisa inicial assim que dizem que a gente não corta o cordão umbilical logo de cara. **Fica meio uma relação que meio é uma pessoa só.** Aquilo estava muito presente em mim porque eu ficava grudada, com ele no colo. E aí acho que ele se acostumou. Ficava com ele no colo. Passaram alguns meses... Ele dormia, eu estudava. Mamou até um ano, não podia sair muito... Fiquei totalmente ligada. [...] Eu achava que ele queria colo. Aí, ficava essa função de só eu e ele. Achava legal!

É preciso que essa mãe onipotente, fonte de saber absoluto, relacionada ao momento especular, ceda lugar à mãe faltosa. A fala de Janete, Sujeito 5, indica a sua posição de eu ideal em relação à filha, o que caracteriza um laço de amor narcísico por excelência.

Ela fica incomodando a professora, a professora deve mandar ela para a psicóloga... Então, elas sempre sabem quando eu estou viajando, porque ela sempre fala, sabe... E que tudo ela fala, **tudo sou eu, tudo eu, tudo é a mãe dela, que ela tem, minha mãe isso, minha mãe aquilo, a mãe assim sabe...** Então, é muito engraçado porque essas coisas não aparecem dentro de casa... é tudo lá ... Ela não é uma criança realmente de ficar quieta, ela é bem difícil, mas não a esse ponto como no colégio... Ela me enfrenta psicologicamente para ver até onde ela consegue me ganhar, mas não de faltar com a educação. Mas, outro dia ela chamou a professora de chata e burra... para mim ela não levanta a voz... Tipo, palavrão, ela não fala em

---

<sup>149</sup> Grifo de Kehl (p. 39, 2008).

casa... e eu falo horrores de palavrão e ela sabe que não pode falar palavrão... que só adulto que... é super tranquila...

Nesse percorrido discutiu-se o eu ideal vinculado ao narcisismo primário e o ideal de eu referido a uma instância diferenciada, decorrente da convergência do narcisismo e da identificação com o parental. Trata-se de duas identificações, isto é, a *identificação narcísica primária*, pré-edípica e própria do eu ideal, e a *identificação narcísica secundária*, referente à identificação ao outro, o ideal de eu. Sobre isto, Garcia-Roza esclarece: “Só podemos falar em ideal do ego a partir do momento em que se introduz o outro. Como diz Lacan, a partir do momento em que se dá passagem do Imaginário ao Simbólico” (p. 204, 2008).

Considerando ser a identificação outro processo fundamental na construção da subjetividade, interessa examinar as identificações vivenciadas pelas mulheres deste estudo, no decurso das suas histórias de vida, especificamente com as figuras parentais, no intuito de compreender as construções realizadas por elas sobre o *ser mãe*.

## 6.2 A CONSTRUÇÃO DA PARENTALIDADE: A IDENTIFICAÇÃO

Conforme visto, o eu emerge a partir de uma identificação narcísica do sujeito com o outro semelhante, em uma modalidade de identificação anterior à relação propriamente objetual. Na teoria lacaniana, a identidade primária resulta da identificação imaginária da criança com a mãe, vivenciada na fase especular, a qual configura o momento inaugural do complexo de Édipo. No contexto freudiano, o narcisismo secundário pressupõe a assunção do eu pelo retorno ao ego da libido investida no objeto, isto é, a internalização da relação objetual. Em ambas as concepções, trata-se de uma identificação do sujeito com o outro (materno).

O conceito de identificação surge em vários textos ao longo da obra de Freud, sendo relacionado às sucessivas identificações na demarcação do eu como instância identificatória.

Em *Luto e melancolia*, Freud (1917) situa uma diferenciação entre o estado do luto e da melancolia, a partir dos conceitos de narcisismo e ideal do ego. Mais do que explorar os mecanismos dos estados patológicos, o psicanalista discute os processos identificatórios e as mudanças produzidas no ego em função da perda de objeto. Vale destacar aqui a célebre afirmação de Freud (p. 281, 1917) sobre a identificação do eu com o objeto perdido, relacionada aos estados de tristeza: “Assim a sombra do objeto caiu sobre o ego [...]”.

Segundo o pai da psicanálise, na melancolia ocorre um retorno do investimento do objeto para o indivíduo, por meio de uma identificação do eu com a imagem total do objeto, a qual é considerada uma forma arcaica de identificação da fase oral canibalística do desenvolvimento libidinal.

Esta temática surge anteriormente em *Totem e Tabu*, artigo no qual Freud (1912) vale-se do mito do pai da horda primeva para conceber um suposto momento fundador da civilização. Nesse texto cultural da psicanálise, o pai totêmico é uma figura toda poderosa, cuja potência faz dele o detentor de todas as mulheres da tribo. Invejado e admirado, o pai é assassinado pelos filhos desejosos de poder e por eles é devorado. Nesse ato de incorporação do pai primitivo, os irmãos realizaram com ele uma identificação, em que o pai morto e simbolizado, torna-se mais vivo do que outrora. Sobre essa identificação total do eu com o objeto, designada identificação primária, Nasio (1997) lembra ser a mítica da horda uma alegoria empregada por Freud para indicar o modo como ocorre a transmissão da força da vida, a libido, de geração à geração:

O objeto total dessa identificação primária é o Pai mítico da horda primeva, que os filhos devorarão até que cada um deles se torne pai. Eles incorporam pela boca, e com prazer oral de comer, o corpo despedaçado do pai, ou, mais exatamente, um pedaço do corpo contendo a força paterna inteira. Por isso o eu ocupa inteiramente o lugar paterno, por assimilar libidinalmente (prazer de boca) um excesso corporal da plena potência libidinal do Pai (NASIO, 1997, p. 105).

Em *Psicologia de grupo e a análise do ego*, escrito político e visionário, Freud (1921) dedica-se a analisar os fenômenos grupais, concedendo ao tema da identificação um lugar central na discussão, especialmente naquilo que concerne à natureza dos laços emocionais entre os membros de um grupo e desses com o seu líder. Esse texto faz avançar tanto a compreensão dos processos psíquicos decorrentes da vida coletiva, como a análise da estrutura da mente propriamente dita. Encontra-se nesse artigo a premissa de ser a identificação aquilo que sustenta a construção do psiquismo humano, consistindo na “mais remota expressão de um laço emocional com outra pessoa”, afirma Freud (1921, p.133). Antes da escolha sexual de objeto no complexo de Édipo, existe um primeiro laço ligando o sujeito ao objeto por meio da identificação. Nesse artigo, o pai da psicanálise reafirma existir no início da vida uma identificação primária com o pai, o qual serve de modelo para a constituição psíquica do indivíduo.

O discurso de Alice, Sujeito 4, associado à sua experiência como filha, gira em torno de sua identificação com o pai, sendo destaque aí o significante *apatetado*, insígnia paterna



desde onde constrói a identidade enquanto sujeito particularizado. Nesse contexto, o significante *apatetado* conota inteligência e serenidade, aspectos centrais da sua autorrepresentação, assim como aponta para um ideal a partir do qual busca posicionar-se na função educativa materna. Ser mãe para Alice implica ser uma figura *protetora, amiga, não severa, uma pessoa que a criança possa confiar*, ou seja, um modelo construído na relação com o pai.

Pois é, tenho um irmão... e aí a mãe era uma figura meia temida pela gente, porque, **a mãe era mais a regra**, assim, a que botava limites, a que dava palmada, então, a gente meio que um cuidava do outro, assim, para, assim, tinha um pacto de cumplicidade, para não apanhar: “Está, não vou contar porque sei que tu vai apanhar”. E a relação, daí a relação era, não sei se por eu ser mais medrosa, sei lá, mas essa coisa do ter medo de apanhar, eu acho que a distância, sabe, dela, porque o pai nunca batia, **o pai inspirava mais confiança**, porque ela podia te bater. **Ele era o que conversava, ele era calmo, ele brincava, ela nunca brincava**. Então, essas coisinhas... Ela também fala, assim, que ela se identifica mais com a criança guri do que com a criança guria. Ela diz: “Aí, as crianças gurias são muito fresquinhas, muito sensíveis, não sei o que”. Então, os gurus: “Não, o guri já é mais despachado, não precisa de tanta delicadeza com eles e tal”. Então, eu acho que um pouco da relação da gente expressou isso, porque o pai brincava, o pai contava história de noite, o pai ouvia as histórias de colégio... Comigo (acontecia) bastante também essa identificação. E daí eu fui crescendo e fui sempre sendo mais amiga dele, assim, eu me identificava mais com essa coisa mais, sabe, aí, serena, mais equilibrada, sabe, que não precisava te cuidar, que daqui a pouco ia ter um rompante, sabe, um... Que alguma coisa que tu dissesse causa um faniquito na pessoa. Ele não tinha... ele tinha, sabe, um equilíbrio emocional para reagir. E aí... muita coisa foi reforçando isso. Porque, quando criança eu gostava de ler, meu pai gostava de ler, aí, minha mãe também reforçava um pouco isso, ah, que eu tinha o jeito do meu pai, meio **apatetado!** (risadas). Que eu era assim, meio **apatetada como meu pai** e que o meu irmão era mais parecido com ela. Está, então, **eu sou então mais apatetada**, paciência! Não via grande problema nisso, e, aí, ia reforçando essa não identificação com ela e ela comigo. E com ele tinha, assim.

Nesse ponto, vale destacar a diferença entre a identificação primária realizada com o pai e a identidade primária formada na relação dual mãe-bebê. A primeira é originária do eu, ao passo que a segunda ocorre no laço afetivo pré-edípico, onde o pai é colocado pela criança no lugar do seu ideal. Essa identificação primordial, de caráter oral, implica o pai como sendo aquilo que a criança gostaria de vir a ser. Mais tarde, com o advento da trama edípica, a identificação assume outros contornos e o pai poderá ser tomado como modelo ou objeto na escolha sexual. Nesse sentido, Freud (1921) discute a identificação como uma questão relacionada ao *ser* ou *ter*<sup>150</sup>:

É fácil enunciar numa fórmula a distinção entre a identificação com o pai e a escolha deste como objeto. No primeiro caso, o pai é o que gostaríamos de *ser*; no segundo,

---

<sup>150</sup> Grifo de Freud (1921).

o que gostaríamos de *ter*, ou seja, a distinção depende do laço se ligar ao sujeito ou ao objeto do ego. O primeiro tipo de laço, portanto, já é possível antes que qualquer escolha sexual do objeto tenha sido feita” (FREUD, 1921, p. 134).

Por ser ambivalente desde o início, tornar-se-á expressão de ternura ou rivalidade. Assim, no jogo das identificações edípicas, a criança terá seu eu moldado de acordo com a posição por ela adotada em relação ao seu objeto de amor, as figuras parentais.

Em *O ego e o id*, Freud (1923) refere serem gerais e duradouros os efeitos das identificações do início da infância, ressaltando a importância da primeira identificação com o pai: “Isso nos conduz de volta à origem do ideal do ego; por trás dele jaz oculta a primeira e mais importante identificação com o pai<sup>151</sup> em sua própria pré-história pessoal” (FREUD, 1923, p.45).

Noutro fragmento, o discurso de Alice, Sujeito 4, sinaliza a identificação com o pai, onde o mesmo é tomado como referência identificatória, como ela é, embora não exclua a ligação amorosa.

Daí... daí, no verão eu ficava, eu e o meu pai. Meu pai não tinha férias. O pai tinha cargo eletivo, assim... Aí, então, eu ficava... Aí tu imaginas uma criança de dez, onze anos... Eu preferia passar o dia inteiro vendo tevê em casa. Eu não podia sair de casa sozinha... Não tinha problema... Eu ficava o dia lendo, ouvindo música... E ao meio dia ele ia em casa e a gente almoçava, de tardinha, via filme, ia no cinema... Eu preferia aquilo do que ficar na praia! Assim, umas coisas meio... mas, gostava de estar com ele, de ficar na minha casa. Claro, acho que essas coisas iam reforçando, a distância que eu tinha com a mãe. E também sempre ficou muito essa coisa: como eu **era apatetada** (risada)... Eu nunca rodava no colégio, sempre passava tranquilo,... aí se construiu a ideia de que eu era inteligente,... **mais parecida com meu pai**, nesse ponto, assim. E o meu irmão já era mais parecido com a minha mãe, mais porra louca e rodava de vez em quando no colégio. **A minha infância foi mais ou menos assim, sempre mais ligada com o meu pai.**

Em 1924, no artigo sobre *A dissolução do complexo de Édipo*, Freud assinala a diferença entre investimento objetal e a identificação. Na vivência edípica, a criança tem a possibilidade de colocar-se de forma ativa ou passiva em relação à satisfação libidinal, isto é, poderá querer ocupar o lugar do pai para ter relações sexuais com a mãe ou poderá querer assumir o lugar dela para ser amado pelo pai. A realização desses dois modos de investimento de objeto colocam em jogo para a criança a castração, uma vez que a posição masculina (ativa) implica a perda do pênis e a feminina (passiva) a constatação de sua ausência. A saída

---

<sup>151</sup> Nesse ponto, Freud realiza uma nota de rodapé na qual refere: “Talvez fosse mais seguro dizer ‘com os pais’, pois antes de uma criança ter chegado ao conhecimento definitivo da diferença entre sexos, a falta de um pênis, ela não faz distinção de valor entre o pai e a mãe (p. 45).

do conflito edípico leva à substituição dos investimentos objetais pela identificação, de modo que a autoridade parental passa a ser introjetada no eu, formando-se assim o superego. Freud pressupõe ocorrer nessa substituição uma inibição das tendências libidinais, dessexualização e sublimação, acrescentando ser algo que possivelmente aconteça em toda a transposição para uma identificação.

Expostas essas referências sobre o tema, retomo o artigo sobre os grupos, onde Freud (1921) relaciona três tipos de identificação, com o objetivo de demonstrar os modos pelos quais o indivíduo toma os traços do outro como seus. Já indiquei o primeiro tipo de identificação como sendo aquela produzida no laço emocional primitivo com o objeto, pré-existente ao complexo de Édipo. Uma segunda modalidade refere-se à identificação regressiva, a qual se torna sucedâneo para uma vinculação de objeto. Nesse caso, a identificação assume o lugar da escolha de objeto e a escolha de objeto regride para a identificação, sendo uma identificação que pode ocorrer com apenas um traço da pessoa-objeto. Um terceiro tipo é a identificação em que não há um investimento sexual, podendo surgir da percepção de uma qualidade comum compartilhada entre os semelhantes, como ocorre em coletividades ou comunidades.

Cabe destacar aqui a tese de Freud sobre o que leva vários indivíduos a se reunirem em torno de um líder ou de uma causa, uma vez que essa análise pode ser valiosa na compreensão de representações compartilhadas no laço social atual. Sobre isto, o psicanalista afirma ser a instalação, por parte desses indivíduos, de um mesmo objeto externo no lugar de seu ideal de eu (instância produzida nas primeiras identificações) a origem da identificação mútua dos mesmos. Nesse sentido, é possível reportar as regularidades nas representações das mães e pensá-las a partir de um ideal cultural introjetado e compartilhado pelas mulheres, o qual funciona como um guia no exercício da maternidade. A imagem da mãe perfeita e dos filhos tomados com valor de perfeição são insígnias de ordem narcísica que colaboram na construção de uma parentalidade regida pelo eu ideal.

Em Lacan, encontra-se a identificação imaginária e a identificação simbólica na produção de uma nova instância psíquica. A primeira identificação refere-se à fundação do eu pela imagem especular, o que implica a alienação do sujeito ao desejo do Outro, ao passo que a segunda está na origem do sujeito do inconsciente, pressupondo a identificação com um outro, reconhecido como separado do eu. A identificação simbólica é o processo através do qual a criança simboliza a ruptura da díade mãe-filho e constitui-se como ser do mundo da linguagem.

No Seminário *A Identificação*, realizado nos anos de 1961 e 1962, Lacan (2003) trata da relação do sujeito com o significante, buscando elucidar o modo como o sujeito é afetado pelo simbólico. Esse percurso leva-o a pensar no estatuto da nomeação a partir do traço unário (*einzigster zug*), a marca primeira do surgimento do sujeito através do significante. Partindo da leitura do texto *Psicologia dos grupos e análise do ego* (1921), Lacan toma o segundo tipo de identificação postulado por Freud, a identificação parcial com um único traço do objeto, para desenvolver o conceito de traço unário como marca distintiva (um), a base da identificação inaugural do sujeito pela via simbólica. Sobre o traço unário, o psicanalista refere:

A fundação do um que constitui esse traço não está tomada em nenhuma parte a não ser em sua unicidade. Como tal, não podemos dizer dele outra coisa senão que ele é o quem tem de comum todo significante, de ser sobretudo constituído como traço, de ter esse traço por suporte (LACAN, 2003, p. 35).

O traço unário possibilita a instauração da cadeia significante, em que o significante representa o sujeito diante de outro significante por esse traço único que o representa e, mesmo sendo absolutamente despersonalizado, marca diferença, instituindo-o como sujeito único, diferenciado de outros.

Segundo Lacan (2003), o traço unário nasce no lugar do apagamento do objeto, uma vez que uma falta é instaurada com a entrada do sujeito na linguagem, momento em que o significante introduz uma diferença no Real. Essa perda produzida na relação do sujeito com o Outro resulta da impossibilidade da criança concretizar o eu ideal, ou seja, voltar a ser o objeto de perfeição para o Outro, o que a leva a se identificar com um traço do objeto. Desse modo, o traço marca a perda do objeto e dessa decorre uma identificação em que são internalizados os ideais de eu, transmitidos pela instância paterna. Nesse sentido, Stenner (2004) traz de forma pontual os efeitos da instalação da ordem simbólica na constituição do sujeito, indicando ser a identificação a uma falta no Outro o que possibilita advir o sujeito de linguagem, na cultura.

É pela vinculação do significante ao ideal que se abre ao sujeito a possibilidade de saída do campo narcísico, onde a identificação às insígnias do pai, instaurando a interdição do incesto simbólica, dá origem à civilização, ao se ver privada por uma renúncia pulsional que Freud e Lacan assinalam como inerente ao campo do sujeito (STENNER, 2004, p. 58).

Melman (2009) chama a atenção para a identificação primordial com o pai como etapa essencial no desenvolvimento da psique, especialmente naquilo que concerne ao isolamento

do referente fálico pela criança, ou seja, de um traço do pai perceptível por ela com o qual poderá se identificar. Essa identificação primeira com a instância fálica é o suporte da constituição da identidade, uma vez que permite à criança construir um lugar desde onde possa se posicionar no mundo. O autor assinala ser essa instância, situada no campo do Outro, a qual funciona como um ideal, a condição necessária para a manutenção da unidade da estrutura. Deste modo, a identificação implica a relação ao significante, a partir da qual o sujeito poderá vir a se organizar.

Lacan (2003) enuncia o nome próprio como o ponto de ancoragem no qual o sujeito constitui sua singularidade, uma vez que esse tem a função de nomeá-lo diante uma bateria de significantes. Segundo o autor, o nome próprio é exemplo do traço unário, pois esse é um traço distintivo e não traduzível. Melman (2009) lembra do nome não ser um significante, uma vez que seu significado não se presta ao equívoco significante, ao jogo de palavras: “Um nome próprio tem um significado perfeitamente individualizado e que é o de vir, não significar, mas conotar ou designar, como queiram, o que diz respeito a uma descendência” (p. 49). Portanto, o nome é um traço que designa o sujeito enquanto si mesmo, porém não o representa. Sua função consiste em ser a organização material, a concretude literal constitutiva de uma determinada sucessão familiar, inscrevendo o sujeito em uma filiação.

Desde o início da vida, o grupo familiar promove identificações que demarcam a constituição da psique. Nesse contexto, os outros parentais são tomados como modelos identificatórios a partir dos quais o sujeito traçará suas relações nos mais diversos setores da vida. Mesmo adulta, a mulher se situa no campo da feminilidade e da maternidade desde as experiências construídas com sua própria mãe e pai. O relato de Alice, Sujeito 4, sobre o *ser mãe* indica bem esse processo:

- Que imagem vem na tua cabeça quando tu pensas em *ser mãe*?

**Vem muito a imagem** dessa pessoa que é serena, que é calma, é amiga, sabe, que a criança se sente protegida, que é muito a imagem do que o meu pai foi para mim, fazendo uma relação com a minha vida. Que ele era essa pessoa, assim, que ele não tinha piti, diferente da mãe que eu tive. Que a mãe era uma pessoa mais instável, assim, de humor, no cotidiano, que se irritava muito fácil, e quando se irritava dizia qualquer coisa que vinha à cabeça, sabe, de magoar, de machucar. E o meu pai não, meu pai era aquela pessoa que tinha mais controle emocional, que eu me sentia mais à vontade para contar para ele as coisas que me inquietavam, que me deixavam triste, que eu precisava de um conselho. E eu, **eu acho que fui construindo uma imagem de que ser mãe era isso, sabe, uma imagem de, daquela pessoa assim que está ali como um porto seguro** mesmo para o filho ficar a vontade para dizer alguma coisa que... está incomodando, que está inquietando, quando tem medo ou quando precisa de apoio. Alguém que está sempre ali e que tem a capacidade de não se descontrolar

emocionalmente diante dos problemas, sabe. E eu acho que isso me marcou muito, assim, e eu tento sempre fazer isso com ele (filho).

Para Alice, sujeito acima referido, o pai ocupa o lugar de mãe, dando sustentação à função materna, e dessa relação vivenciada com ele na infância origina-se a imago materna presente em sua subjetividade, isto é, o repertório imaginário a partir do qual exerce a maternidade. Outro exemplo do processo de identificação com as figuras parentais e das suas repercussões na construção das concepções de maternidade está explicitado na fala de Lúcia, Sujeito 2, associada à sua experiência enquanto filha. Lembremos ser essa uma mãe dedicada, cuja vontade de estar *junto* ao filho é algo marcante na sua visão do que é *ser mãe*. Vejamos a relação entre a sua concepção de maternidade e o modo como internalizou a figura materna, expressa no excerto a seguir, em que Lúcia, Sujeito 2, narra suas lembranças da infância com a sua mãe, uma figura *sempre junto*:

- O que tu te lembras, por exemplo?

Por exemplo, ah,... da gente (ela e a irmã) sentar. Da gente sentar assim em volta dela (mãe). Eu e a minha irmã ficamos sentadas e ela contando história. Que ela comprava livrinhos de historinha para a gente e lia. Fazia barraquinha dentro de casa em época assim de chuva, de frio, fazia barraca de coberta e entrava ali para dentro comigo e com minha irmã, tomava chazinho e brincava de boneca. Assim ela fazia com a gente. Às vezes ela sentava, às vezes ela passeava, levava no parque. A primeira discoteca que eu fui de tarde, assim, ela me levou e passou a tarde inteira sentada lá.

- E o que tu achaste disso, dela ficar ali?

Sabe que eu gostei. Sabe que eu gostei! Porque quando eu pedi para ela para eu ir para lá. Ela disse assim: “Eu vou, mas **eu vou junto** para conhecer o ambiente”. Eu digo, está, e eu fui bem faceira com ela. E eu gostava.

- Que idade tu tinhas nessa época?

Eu tinha treze, treze anos. Foi a primeira vez que a mãe deixou eu começar a sair de tarde, matinê. Aí começava às duas horas da tarde, lá pelas seis, sete horas da tarde já tinha que estar dentro de casa. Era a hora que terminava e começava a da noite. E eu gostava. Eu gostava que ela fosse com a gente. E à noite, a primeira vez que eu fui num baile de noite, ela foi **junto** a primeira vez. Ela disse eu vou **junto** para conhecer o lugar, aonde que é e que tipos de pessoas frequentam. Aí estava eu lá sentada, brincando com umas amigas e ela dançando no meu lugar lá.

- No baile?

No baile. E eu gostava. **Eu gostava que ela fosse junto**. Não tinha assim essa coisa de: “Aí a minha mãe!” Eu gostava. A minha mãe sempre foi muito brincalhona, ela participava muito das brincadeiras, ela acompanhava sabe esse tipo de coisa. Então eu gostava, **eu me sentia**

**bem com ela junto.** Às vezes eu convidava ela e ela: “Ah não, agora não vou”. Mas eu gostava muito que ela fosse.

Por outro lado, o pai emerge no discurso Lúcia, Sujeito 2, como sendo *completamente ausente, alheio a tudo*, sem nenhuma *participação dentro de casa*, conforme a literalidade das suas palavras. No registro do Imaginário, o pai é representado como personagem apático, o qual *nunca decidiu nada*, contrapondo-se à representação da mãe como *guerreira*, uma mulher independente. Daí depreende-se que Lúcia, na experiência de filha, *aprendeu* ser a mãe a figura chave na família, ao passo que, o papel de pai é desvalorizado, tal como se pode ler na sua afirmação: “Ele estava ali (na casa) porque tinha de estar. Nunca fez nada de oh (ênfase) para minha vida. Sempre dentro de casa... quem fazia tudo era minha mãe. Presente como pai, nunca foi”. Quero destacar o fato dessa aprendizagem, compreendida aqui como sendo o arsenal de significações construídas em torno do que é *uma mãe* e do que é *um pai*, se atualizar na mulher na maternidade, como indicam os sujeitos desta pesquisa. Levando em conta os aspectos discutidos, passo agora a me ocupar da temática da feminilidade, uma vez que a posição da mulher em relação ao filho e à lei do pai determina o modo como exerce a maternidade.

## 7 FEMINILIDADE

### 7.1 A POSIÇÃO FEMININA

Uma mãe com seu filho ou filhos, acrescidos, eventualmente, de um homem chamado de *companheiro da mamãe*, para usar uma expressão de Soler (2005, p.88), é uma situação familiar cada vez mais frequente. O estreitamento da relação mãe-filho, por conseguinte, ganha um peso novo na história e isso não é sem consequências subjetivas, aponta a psicanalista.

Por outro lado, Kehl (2003) nota que as mães da família nuclear burguesa do final do século XIX, insatisfeitas com a limitação da vida doméstica e a pobreza da vida sexual, faziam dos filhos o objeto de um pesado investimento libidinal. Desse modo, embora tenham ocorrido mudanças no tecido social e as mulheres hoje ocupem um novo lugar na sociedade, as questões em torno da relação da mulher-mãe com os filhos continuam a ser algo *complexo*<sup>152</sup>.

Em capítulo anterior demarquei o domínio cultural na maternidade, apontando a inexistência de uma vocação natural ou inata da mulher para tornar-se mãe, assim como a tese do amor materno não ser um sentimento inquestionável. Nesse percurso, apresentei o caráter móvel da subjetividade, buscando relacionar os sentidos da maternidade ao lugar do feminino no curso do processo civilizatório. Neste momento, é preciso realizar uma discussão dos pontos centrais da psicanálise sobre a feminilidade, considerando a disjunção da posição subjetiva da mulher na condição de mãe e mulher.

Lacan (2009), em *De um discurso que não fosse semblante*, seminário realizado em 1971, dedica-se a mostrar que a concepção de homem e mulher não está reduzida ao sexo biológico, o Real<sup>153</sup> do corpo, mas ao processo de identificação sexual vivenciado pelo sujeito na linguagem, o qual nomeia sexuação.

---

<sup>152</sup> Kehl (2003) assinala que Freud investigou a origem das neuroses e fez a descoberta da psicanálise a partir da escuta de pacientes oriundos do modelo familiar burguês, relacionando a presença do mal estar às exigências monogâmicas e às restrições sexuais, principalmente nas mulheres. Referida a esse contexto, a autora propõe tomarmos o complexo de Édipo de forma invertida em relação ao sentido original do conceito, uma vez que o modelo familiar nuclear contribuiu para as mães fixarem seus filhos no lugar de objetos de amor incestuoso.

<sup>153</sup> Um dos três registros. Designa uma realidade impossível de simbolizar.



Ao longo do seu ensino, esse autor afirma ser o desejo do Outro, o *lugar do significante*, o *sítio prévio* (1998, p. 287), valendo-me de suas palavras literais, desde onde o sujeito é constituído, uma vez que é a causa do seu desejo. Esse lugar simbólico antecede e inscreve o sujeito numa determinada ordem simbólica, sendo *homem* e *mulher* os primeiros significantes que marcam a sua existência.

Ao chegar ao mundo, primeiramente, a criança é designada na cultura e no desejo dos pais como homem ou mulher, a partir da diferença anatômica dos corpos. Todavia, a identidade sexual de cada um não está definida nem garantida por seu sexo biológico. Este é um processo psíquico a ser percorrido pelo sujeito no qual a sua interpretação da diferença sexual e a sua posição no campo simbólico é o que efetivamente importam. Em outras palavras, para os seres humanos a anatomia é transformada em significante, sendo a lógica fálica determinante na posição assumida por cada sujeito em relação ao seu corpo e à sua identidade sexual. Para a psicanálise, a masculinidade e a feminilidade são diferentes modos do homem e da mulher serem divididos pela linguagem, sublinha Fink (1998), pois, cada sexo é definido separadamente com relação a um terceiro termo: o falo.

Desse modo, a identificação como homem ou mulher ocorre a partir da diferença anatômica dos corpos e pelos atributos conferidos aos homens e mulheres na cultura, tal como propõe o conceito de gênero. Além do gênero homem ou mulher, ocorre o posicionamento no discurso como sujeito ou objeto, o que corresponde à divisão freudiana de posição ativa (masculina) e passiva (feminina). Cabe salientar não existir uma correspondência necessária entre posição ativo-masculino e o homem e passivo-feminino e a mulher, pois tanto o sujeito homem como o sujeito mulher podem assumir tais posições no discurso e em relação ao desejo de um outro semelhante, lembra Kehl (2008).

De acordo com a autora, a masculinidade e a feminilidade resultam das identificações estruturantes do *eu* e dos modos como cada um articula-se em torno do falo<sup>154</sup>, da falta e do desejo. Há na masculinidade a crença imaginária de ser aquele que tem o falo, ao passo que há na feminilidade o imaginário da falta do falo. Ambos os sexos são definidos pela função

---

<sup>154</sup> Nesse ponto, é preciso fazer um parêntese e sublinhar com Nasio (1997) uma precisão sobre o termo *falo*. Esse foi pouco utilizado por Freud, sendo designado para indicar um dos momentos do desenvolvimento da sexualidade infantil, o *estágio fálico*, período em que ocorre o complexo de castração. De modo geral, na obra freudiana, o *pênis* é utilizado para indicar o órgão ameaçado no corpo do menino e ausente no corpo da mulher. Apesar disso, Freud mostrou existir distinção entre o pênis (órgão) e o falo (símbolo da falta). Lacan retomou a ideia freudiana da primazia fálica e promoveu o falo à categoria de conceito analítico. Na teoria psicanalítica, o falo é o elemento organizador da sexualidade humana, caracterizado por ser a representação do pênis imaginário, presente ou ausente nos seres humanos em torno do qual estão os conceitos de falta e de significante.

fálica, sendo a sexuação humana determinada pela travessia edípica, cujo desfecho leva o sujeito a se identificar numa ou noutra posição sexuada.

No campo sexual, além de ser, é preciso também parecer, afirma Lacan (2009), por isso os dois sexos, cada qual ao seu modo, buscam sustentar semblantes, isto é, significantes imaginários dispostos de forma a esconder o real do corpo. Essa divergência dos sexos, relacionado ao semblante fálico, reflete numa dissimetria nos modos do masculino e feminino procurarem agradar, uma vez que um se apresenta como desejante e outro como desejável. O masculino aspira sustentar o semblante da virilidade, ao passo que a mascarada feminina busca fazer semblante para a satisfação do desejo do Outro. Assim, o homem, com a ilusão de ser o portador do falo, está condenado a sustentar o semblante do falo. Por sua vez, a mulher sem ter um significante radical que a defina, está mais livre, mais perto do real. Em seu seminário, *Mais, ainda*, Lacan (1985) enuncia o fato de a mulher ser não toda subordinada à ordem fálica, indicando existir a especificidade do gozo feminino, um gozo exclusivo da mulher.

Tais colocações apontam ser o modo pelo qual um sujeito, sexuado como homem ou como mulher, se coloca diante da castração e do falo a questão decisiva para a escolha de uma posição masculina ou feminina. Por conseguinte, é a dialética fálica, a presença e ausência do falo, a operadora da falta e do desejo.

Se por um lado Freud vê o *ser mãe* como resposta para o *ser mulher*, de outro Lacan enuncia não existir um sentido absoluto para dar conta do que é a mulher, porém observando ser a maternidade uma experiência valiosa para a feminilidade. O *ser mãe* articula para a mulher uma via de acesso a uma identidade feminina, proporcionando-lhe uma consistência de ser, contudo, sem obturar o enigma do que é ser mulher.

Quero destacar aqui a disjunção na subjetividade feminina no tocante à posição desejante da mulher e à posição desejante de mãe, pois essas implicam modos distintos da mulher se articular em torno da falta. Essa é uma questão crucial, já que a maneira como a mulher-mãe situa o filho em relação à sua falta marca o destino da criança, trazendo também desdobramentos para a sua vida enquanto mulher.

A exemplaridade de Lúcia, Sujeito 2, pode auxiliar a compreender a disjunção da mãe-mulher e a refletir sobre algumas das suas repercussões possíveis nos destinos do grupo familiar. Segundo a entrevistada, a gravidez aconteceu no quarto ano do casamento, sendo essa uma gestação planejada e a criança desejada pelo casal parental. A narrativa de Lúcia acerca do período em que esperava o filho evidencia bem o seu encantamento com a

maternidade, fornecendo algumas pistas do intenso investimento libidinal realizado posteriormente por ela na relação mãe-filho, o que não foi sem consequência para o laço conjugal. Vejamos aqui o princípio do prazer regendo a economia da libido da futura mãe:

Eu curti muito a gravidez, cada minutinho, cada dia, cada mexida, cada crescida, cada quilo engordado, porque eu engordei vinte e seis quilos, não é? Para mim, eu olhava e estava enorme. Era barriga, era perna, era peito, era bunda, tudo, tudo engordou, mas eu me olhava no espelho e me achava linda. A mulher mais linda e mais gostosa do mundo.

Mais tarde, na época em que o menino estava com cinco anos de idade, sobrevém a separação do casal e esta é acompanhada de uma ruptura afetiva e financeira do homem-pai com a mulher e o filho, por um período de dois anos. Sobre a presença real do pai num primeiro momento da vida da criança, Lúcia, Sujeito 2, refere:

**Ele curtiu junto comigo.** Ele curtiu junto comigo essa época da gravidez. Ele cuidava, ele, ah... ele participou de tudo. Acompanhamento médico ele ia todos. Do nascimento dele (filho), ele participou, ele assistiu, ele aparou ele, quando nasceu. Ah... Ele engravidou junto comigo. Ele engravidou junto comigo. Literalmente ele engravidou junto comigo. **Participou de tudo, de tudo, de tudo.** Ele conversava muito com ele também, às vezes ele ia contar alguma coisa, uma novidade que tinha acontecido durante o dia, eu me sentava, ele deitava assim em cima da minha barriga e conversava direto, como se tivesse nascido e ele conversando com a barriga. Ele participou muito, Ele participou muito. Da minha gravidez ele participou bastante. Até quando ele se afastou e aí a gente se separou, foi surpresa para todo mundo. Porque ninguém esperava que ele fosse agir da forma que agiu. **Assim de abandonar e simplesmente...** Porque ele passou dois anos sem ver o filho? Foi surpresa geral para todo mundo. Separou de ti? Separou, não deu certo, cada um para o seu lado. Agora foi surpresa a maneira que ele reagiu com o menino. Eu, ninguém esperava isso.

Considerando a problemática desde a perspectiva de Lúcia, poder-se-ia, então, dizer que para este homem a separação da mulher fez apagar-se a relação com o filho. Talvez a supressão do desejo da mulher e a prevalência do desejo de mãe tenham levado o pai real a afastar-se, uma vez que não aí encontrava uma brecha. Prosseguirei no exame da feminilidade para buscar melhor compreender essa duplicidade no feminino, da mulher e da mãe.

## 7.2 A MULHER *NÃO* TODA: A MULHER, A MÃE

Acima foi exposto que a posição sexual do sujeito não ocorre apenas em função dos caracteres sexuais biológicos, mas sim pelo atravessamento da cultura. Antes de avançar, é

importante mencionar a tese freudiana a respeito da libido única, masculina ou fálica, em ambos os sexos. Freud observou existir na psique a prevalência de um significante único da sexualidade, o falo<sup>155</sup>, construído a partir da diferença anatômica dos sexos, do ter ou não ter um pênis. Essa questão é fundamental, pois a falta fálica é o motor propulsor da dinâmica de toda a libido, assim como é determinante na construção da identidade sexual.

Em outros termos, a sexuação se dá pela inscrição do sujeito na ordem simbólica a partir da castração, que lhe confere pertinência a apenas *um* sexo, homem ou mulher. A propósito disso, Kehl (2008) traz uma precisão sobre a disposição dos sexos em torno do falo:

Não há como recuperar o *todo*, ser homem e mulher ao mesmo tempo, assim como não dá para ser qualquer coisa, pertencer a um outro sexo além desses dois. Estas características marcam dois lugares, onde os sujeitos se alinham, à esquerda ou à direita, segundo a mínima diferença que marca seus corpos, dotando de sentido a diferença entre os órgãos genitais: homens = sujeitos capazes de fecundar, mulheres = sujeitos capazes de procriar (KEHL, 2008, p. 260).

Desse modo, a sexuação é um processo dado a partir da diferença inscrita no corpo e simbolizado, posteriormente, na vivência da castração. No caso das mulheres, a ausência do pênis (pênis=falo) coloca-as do lado da barra fálica dos sujeitos castrados (fálicos ou castrados), sendo a falta o núcleo do ser feminino.

Freud, ao relacionar a sexuação à presença ou ausência do falo, apresenta o complexo de castração, vivenciado no Édipo, como a grande encruzilhada do ser naquilo que tange à assunção da feminilidade e da masculinidade. Pode-se, então, considerar a relação da mulher na vida adulta com o sexo oposto um caminho possível para compreender o modo como o Édipo está nela estruturado.

Retomo o exemplo de Lúcia, Sujeito 2, a fim refletir sobre a subjetividade feminina, naquilo que concerne à posição mulher-mãe. De acordo com a narrativa de Lúcia, após o nascimento do filho, volta-se de modo quase exclusivo para a criança, pois esse se tornou *tudo* para ela. Sua vida passa a girar em torno da maternidade, isto é, das demandas da criança, em que procura estar *sempre junto* do menino, *fazer tudo* para ele, alcançar-lhe *tudo na mão*, colocando assim o homem em segundo plano, o que faz emergir conflitos no laço conjugal.

---

<sup>155</sup> No texto *A significação do falo*, escrito em 1958, Lacan (1998) elucida as confusões reinantes em torno desse termo. Na doutrina freudiana o falo não é uma fantasia, no sentido de um efeito imaginário, nem tampouco é um objeto parcial, interno, bom ou mau. Esclarece também não se tratar de um órgão, pênis ou clitóris. Segundo o autor, o pai da psicanálise valeu-se do falo enquanto simulacro, como era para os antigos. Em Lacan, o falo tem função significante. A partir do falo estão organizadas as relações entre os sexos: *de um ser* e de outro *ter o falo*.

Lúcia parece estar preenchida pelo filho, pois busca excluir o marido de sua vida, convocando-o a abandoná-la, numa tentativa de ficar só com o filho.

Eu nunca fiz programa a dois, depois do (menino), sempre a três! Hoje eu sei que foi um grande erro.

- Como assim, um grande erro?

Porque, quando eu me separei, duas coisas que meu marido disse: **“Que para mim ele era só um reprodutor... Que quando o (menino) nasceu era só mãe, mãe, mãe. Esqueci que tinha um marido e era mulher”**. Então, na cabeça dele, ele foi só um reprodutor. Por isso eu digo, foi um grande erro... Uma noite por mês, uma tarde por mês que seja, fazer um programa a dois, não!

- O que tu achas da colocação do teu marido dele ter sido só um reprodutor?

Eu acho... da maneira que ele via as coisas... palavra... pela maneira como ele estava vendo as coisas, eu não tiro a razão dele. Eu deixei de enxergar isso. Eu queria tanto, tanto o (filho), tanto que eu esqueci, foi indo... não me arrependo de nada, mas, **acho que eu podia ter dividido as coisas, separado, ser mãe e ser mulher**. Mas eu não consegui. Foi levando, foi levando, até um ponto que...

Como visto no capítulo da identificação, Lúcia, Sujeito 2, evidencia uma forte ligação com a sua mãe, uma figura que *esteve sempre junto*, como enfatiza, nas suas brincadeiras de infância, nos seus programas com os amigos na adolescência, assim como apoiando-a na sua vida adulta. Nesse ponto, cabe assinalar o lapso de linguagem realizado por Lúcia ao discorrer sobre a figura materna como seu modelo ideal de mãe, quando troca o nome do seu filho pela palavra *ela*, como se pode observar: “E ela foi assim eu acho o meu maior exemplo, não é? Maior exemplo do que é **ser mãe... para ela...** para o (menino)”. Daí, pergunto: Ser mãe para ela? Ser mãe para a mãe?

Em relação ao seu pai, narra não ter boas lembranças, descrevendo-o como *ausente*, considerando ter tido ele apenas um papel figurativo dentro de casa. Segundo Lúcia, Sujeito 2, os pais tinham brigas violentas, momentos em que sempre colocava-se em defesa da mãe. De outro lado, identifica hoje ser o seu filho aquele que veio suprir o desejo do seu pai de ter um filho homem, uma vez que a mãe gerou duas meninas: “Ele teve duas filhas mulheres, que sou eu e minha irmã. Da parte da minha irmã, ele tem (o pai) quatro netas e agora veio a bisneta. Então o (o filho de Lúcia) é o único”. Na sequência discursiva, refere ter a mãe perdido o primeiro *menino*, fazendo assim um ato falho, sem perceber. Sobre isto, poderia se pensar que ela coloca-se na série dos *meninos*, indicando aí um resíduo das suas experiências primitivas com o objeto materno.

O protótipo de mãe para Lúcia, Sujeito 2, parece ser aquele aprendido na infância, ou seja, da mãe *colada* à criança. Para ela, a criança assume uma imagem revestida de valor fálico. Cabe notar ter sido a doença da sua mãe o ponto de basta do casamento:

Mas ele (ex-marido) diz assim que eu deixei de ser mulher pra ele pra me tornar mãe. E eu não consegui ser os dois para ele. Eu não consegui ser mãe do (menino) e a mulher dele. Eu sempre fui mais mãe, eu sempre priorizei o (filho), eu sempre fiquei mais do lado do (menino). Que antes a gente saía, a gente ia para cinema, a gente tinha a nossa vida. E a partir do momento que o (filho) nasceu, eu deixei de fazer tudo isso. Para ficar com o (menino) eu deixei ele de lado. E quando a minha mãe adoeceu, que a minha mãe teve derrame aí foi quando ele me disse: **“Primeiro tu foste mãe, depois tu foste filha para depois ser mulher. Aí, eu sou homem”**.

Há dois anos, o ex-marido vem retomando a relação com o filho e desde então Lúcia relata ter podido contar mais com a ajuda do pai na educação do menino. Após cinco anos da separação, Lúcia hoje tem um *namoradinho*, como denomina, porém desaprova as críticas recebidas dele quanto aos cuidados excessivos dedicados ao filho, hoje um pré-adolescente. Sobre isto, lembra o modo pelo qual o namorado dirige-se ao menino, isto é, *um boneco dentro de casa*, questionando a legitimidade dessa declaração. Refere ser complicado colocar *um homem* dentro de casa, uma vez que isso pode tornar-se um problema naquilo que concerne às interferências do mesmo em relação à criação do menino. Talvez aí seja possível identificar a imago de mãe por ela construída na infância como sendo uma figura poderosa (fálica), capaz de dar conta sozinha da maternidade.

É a mãe sempre perto da gente, contando história, rindo, brincando, levando a gente para o baile, matine, discoteca. Ela acompanhava a gente no cinema. A primeira vez que a gente foi na discoteca de tarde, ela foi junto, para depois deixar a gente sozinha. Primeiro baile ela foi junto... **então pelo que eu via, não era tão difícil assim ser mãe...** como ela foi sempre uma mãe tão presente, mesmo trabalhando fora, tão amiga, tão protetora que eu achava que não era tão difícil, tão complicado educar filho e não é fácil.

Para a psicanálise, o complexo de Édipo é um conceito central, constituindo-se como momento estruturante do sujeito e do seu desejo. Freud valeu-se do mito Édipo Rei, de Sófocles, para ilustrar o desejo inconsciente da criança pelo genitor do sexo oposto e a rivalidade para com o do mesmo sexo. Na visão do autor, o complexo de Édipo surge entre três e cinco anos, momento em que sucede a fase fálica, etapa cuja principal característica é a primazia dos órgãos genitais. Porém, nesse momento o órgão genital é tomado tão somente sob a forma masculina, uma vez que a criança não possui representação psíquica do sexo feminino. Será a percepção da diferença sexual entre homens e mulheres o que colocará em

curso para a criança o complexo de castração, demarcando assim a instauração da trama edipiana. Ao fazer a descrição do complexo de Édipo, Freud assinala serem diferentes os caminhos dessa experiência para o menino e a menina.

É preciso sublinhar a indissociável relação do complexo de Édipo do seu correlato, o complexo de castração, sendo essa a direção empreendida por Freud na sua elaboração a respeito da feminilidade. Nesse momento, quero destacar as principais ideias freudianas referentes ao assunto, discutidas e retomadas pelo autor ao longo de diferentes textos, em que busca compreender como é a vida psíquica da mulher, contudo sem esgotar a temática.

No artigo de 1905, *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* (1905), Freud alicerça as bases de sua concepção de feminilidade, ou seja, afirma existir, até a puberdade, o monismo sexual fálico para os dois sexos. Ao discutir as *teorias sexuais infantis*, o psicanalista identifica nas crianças a hipótese de todos os seres humanos, homens e mulheres, terem o mesmo órgão genital (masculino), o pênis. Para Freud, é a partir da **premissa universal do pênis** que as crianças constroem as suas interpretações sobre a diferença sexual. De início, a menina percebe seu clitóris como um pênis e somente mais tarde conclui ser castrada. Em *Três ensaios*, Freud introduz o tema do complexo de castração em ambos os sexos e a inveja do pênis na menina.

Em *A Organização genital infantil da libido* (1923), Freud avança nas ideias trabalhadas nos *Três Ensaios*, mostrando existir uma diferença relativamente pequena entre a sexualidade infantil e adulta, naquilo que concerne à relação com o objeto. Para o autor, a organização adulta é genital, enquanto a infantil é fálica. Em função da primazia do falo, as crianças interpretam a diferença entre homens e mulheres como sendo uma oposição entre fálicos (masculino) e castrados (feminino), sendo ainda o órgão masculino o único conhecido. Somente na puberdade surgirá a fase genital, porém, até esse momento, a vagina permanece desconhecida. Nesse artigo, a masculinidade vincula-se a sujeito, atividade e pênis, ao passo que, a feminilidade relaciona-se a objeto e passividade. Cabe notar serem ainda pouco conhecidos nesse período os processos psíquicos relativos à menina.

Embora tenha enunciado no estudo sobre o narcisismo (1914) ser a mãe o primeiro objeto de amor e observado a extensão da ligação filial na mulher, marcando aí uma particularidade da relação da menina com o objeto materno, somente mais tarde Freud publicará suas reflexões sobre os rumos diferenciados no desenvolvimento da sexualidade de meninos e meninas.

Em *A dissolução do complexo de Édipo* (1924), o autor dedica-se a discutir os motivos e modalidades do complexo edípico, distinguindo, de modo inédito, o percurso da sexuação no menino e na menina. Porém, ainda sustenta a ideia da verdadeira organização genital estar ausente para os dois sexos até a puberdade. No menino, o complexo de castração leva ao declínio do complexo de Édipo, uma vez que promove um conflito entre os seus desejos libidinosos dirigidos à mãe e o apreço narcísico associado ao pênis, ocorrendo normalmente a eleição do último. Na menina, a percepção da castração pela visão do pênis nos meninos, marca a sua entrada no Édipo. Ao invés de desistir de seus desejos edípicos, como no caso dos meninos, a menina se volta para o pai com o intuito de ter dele um filho, como substituto do pênis que lhe falta. Freud refere-se à situação da menina nas seguintes palavras: “Ela desliza – ao longo da linha de uma equação simbólica, poder-se-ia dizer – do pênis para o bebê. Seu complexo de Édipo culmina em um desejo, mantido por muito tempo, de receber do pai um bebê como presente – dar-lhe um filho” (FREUD, 1924, p. 223). Aos poucos, o complexo de Édipo é abandonado, pois a menina se afasta do pai em função de não ter satisfeito o desejo de ter um filho.

Freud observa também serem distintos os modos de estruturação do superego nos dois sexos. A menina, por já ser castrada, não teme a castração, o que leva à formação de um superego menos rígido. Se no menino, o complexo de castração acarreta a introjeção da autoridade parental e, por conseguinte a estruturação do superego, na menina, os fatores externos, como educação, intimidação e temor da perda do amor, constituem a maior fonte das interdições.

Em *Algumas consequências psíquicas da diferença anatômica* (1925), o autor dá destaque ao curso diferenciado do desenvolvimento da sexualidade nos dois sexos, trazendo importantes considerações sobre a história pré-edípica da mulher. Freud questiona os motivos que levam a menina a abandonar a mãe e tomar o pai como objeto de amor. Daí, refere existir antes do desejo da menina por um filho do pai, uma longa pré-história. Sobre isto, considera ser crucial a descoberta do órgão sexual masculino pela menina, momento em que se compara ao menino, observando não ser detentora de um pênis, porém querendo tê-lo. Desse modo, o complexo de castração desperta nela um sentimento de inferioridade, levando-a à inveja do pênis. Dentre as consequências psíquicas da inveja do pênis, Freud destaca o afrouxamento da relação afetuosa da menina com a mãe, considerada por ela a responsável pela sua *falha* anatômica. A menina, então, abandona seu desejo de ter um pênis,



substituindo-o pelo desejo de ter um filho<sup>156</sup>, voltando-se, dessa forma, ao seu pai. O pai torna-se o objeto de seu amor, enquanto a mãe passa a ser objeto de ciúme. Nesse ponto, cabe assinalar ser o Édipo para a menina uma formação secundária, uma vez que há uma importante ligação pré-edípica dela com a sua mãe. Enquanto nos meninos o complexo de Édipo declina devido ao complexo de castração, nas meninas, o complexo de castração precede e introduz o Édipo. Desse modo, nos meninos, ocorre a dissolução do complexo de Édipo e o superego torna-se o seu herdeiro. Por sua vez, nas meninas, a ausência do temor à castração, ou seja, a falta de um motivo para a dissolução do Édipo, não as faz abandonar seus desejos edipianos, mas, sim, leva-as a perderem a esperança de realizá-los. Assim, Freud afirma ser lento o caminho de abandono do Édipo nas meninas ou mesmo seus efeitos podem persistir na vida mental normal das mulheres.

Mais tarde, em *A sexualidade feminina* (1931), Freud confere nova ênfase ao apego pré-edípico da menina à mãe como um aspecto fundamental do desenvolvimento feminino. Ressalta a intensidade e extensão da ligação pré-edípica da menina com a mãe, antes de ocorrer a troca de objeto para o pai, referindo ser possível esse primeiro vínculo persistir por um período além dos quatro ou cinco anos. Algumas mulheres podem, inclusive, permanecer detidas nessa relação, sem nunca efetivamente alcançarem na vida adulta uma mudança em direção aos homens. Ao longo de sua análise, Freud mostra não existir correspondência entre o Édipo feminino e o masculino, pois cada um dos sexos posiciona-se de forma específica frente à castração. Naquilo que concerne à menina, o autor indica três caminhos possíveis em relação ao complexo de castração: renunciar à sexualidade, reivindicar o pênis ou aceitar a feminilidade. Um aspecto retomado nesse artigo refere-se ao afastamento da mãe, relacionado ao desapontamento da menina por ter sido privada pela mãe de um pênis. Nesse trabalho, a inveja do pênis é apresentada como a origem do ciúme, um sentimento frequentemente encontrado entre as mulheres.

Em 1932, no artigo *Feminilidade*, retoma todas suas principais ideias a respeito do desenvolvimento psíquico e sexual da mulher, consagrando o papel do complexo de castração. Nesse artigo, o psicanalista analisa a não equivalência entre a feminilidade e passividade, bem como, a masculinidade e atividade. Observa a incidência das regras sociais na repressão dos impulsos agressivos das mulheres, bem como a própria constituição das mesmas, associando deste modo o masoquista ao feminino. O que Freud busca elucidar nesse

---

<sup>156</sup> Conforme a equivalência *pênis-criança* (FREUD, 1925, p. 318), já mencionada pelo autor no artigo sobre o declínio do complexo de Édipo, de 1923.

escrito é como uma mulher se forma e se desenvolve desde criança, considerando aí a bissexualidade. Assinala ser preciso para as meninas passarem por duas fases para então ascenderem à feminilidade, a saber, a troca de zona erógena e a troca de objeto. A primeira tarefa consiste na mudança da sensibilidade e importância do clitóris, a zona erógena principal antes da fase fálica, para a vagina. A segunda reside na mudança de objeto de amor, com a transferência do amor da mãe para o pai, uma vez que a mãe fálica passa a ser percebida como castrada. Freud afirma existir na fase fálica o desejo da menina de fazer um filho na mãe e dela ter um, indicando ser esse o ponto de fixação da paranoia na menina. Essa fase é marcada por um ódio da menina pela mãe, sendo que o afastar-se dela se dá como um ato repleto de hostilidade, destacando-se aí as intensas frustrações da menina no período fálico, decorrentes das proibições maternas sobre as manipulações prazerosas dos seus genitais. As decepções com o objeto materno levam-na então a ligar-se ao pai. Nesse giro de objeto de amor, coloca-se para a menina a necessidade de deixar de ocupar a posição de ser o falo materno, para, então, estar na posição de não ter o falo, sendo essa a condição primordial para o acesso à feminilidade. Interessa chamar a atenção sobre a tese do psicanalista a respeito de ser a relação da menina com o pai um deslocamento do laço primitivo dessa com a mãe, como se pode observar nas seguintes palavras:

Quase tudo o que posteriormente encontramos em sua relação com o pai, já estava presente em sua vinculação inicial e foi transferido, subsequentemente, para seu pai. Em suma, fica-nos a impressão de que não conseguimos entender as mulheres, a menos que valorizemos essa fase de sua vinculação pré-edípica à mãe (FREUD, 1932, p. 148).

No complexo de Édipo, a menina toma o pai como objeto de amor, com quem deseja ter um filho como um substituto do pênis que lhe falta. O desenlace do Édipo feminino pressupõe a identificação da menina com a mãe, como meio de ter acesso ao que um homem deseja numa mulher e assim poder vir a constituir-se como mãe, ou seja, ter um filho. Nessa perspectiva, a feminilidade é atingida no momento em que a mulher tem um filho, especialmente um menino, argumenta o psicanalista. Pois, essa tese reflete bem a suposição freudiana de ser o desejo da mulher o de apetência do falo, assinalada com precisão na seguinte passagem: “Talvez devêssemos identificar esse desejo do pênis como sendo, *par excellence*, um desejo feminino” (FREUD, 1932, p. 158).

No curso das entrevistas, Alice, Sujeito 4, narra ter desde cedo uma relação bastante próxima com o pai, figura afetuosa e serena, ao passo que, com a mãe, aquela que representa

a regra na família e tem *faniquitos*, para usar as suas palavras, tem uma relação marcada por uma distância. Segundo ela, durante a infância, foi progressivamente se distanciando da mãe em função dos seus *rompantes*, os quais eram relacionados à insatisfação com a vida de casada, o que a levou a aproximar-se ainda mais do pai. No fragmento discursivo abaixo apresentado, lê-se a vinculação de Alice ao pai, em que o toma como objeto de amor e, ao mesmo tempo, hostiliza a mãe. Importante notar ser o pai tanto o responsável pela função materna como o seu objeto de desejo edípico, conforme evidenciado em outro recorte<sup>157</sup>, o que me leva a pensar não ter sido preciso para essa mulher fazer a troca de objeto na vivência do Édipo, da mãe para o pai, pois, desde o começo esteve ligada a ele.

A mãe falava... e dali a cinco minutos já estava de bem, estava amando, bem. E eu não conseguia me acertar com aquilo, e aí claro, o pai não fazia, **tinha mais uma coisa de cuidado pai, de proteção**. Eu me lembro da mãe fazer isso eu tinha uns sete anos. A mãe começou com umas coisas assim: ela brigava com o pai.. se desentendiam, sei lá, eu não ouvia a briga... Pegava a bolsa de roupa e ia passar uma temporada na cidade dela, no interior. Só que quando ela ia, ela ia dizendo que não ia voltar nunca mais... que estava se separando. E a gente ficava... porque tinha aula. **E daí quando... ela não estava era tri bom...** sabe. A gente ia no super... quando ela estava tinha que escolher: ou um salgadinho ou uma bolacha ou um chocolate... Quando ela não estava, o pai deixava escolher um de cada. Então (risadas)... **até que era interessante a ideia da separação**, sabe, podia pegar um de cada e levar para casa.

Na sequência falada, traz mais recordações, onde a mãe aparece claramente como sua rival na disputa do amor do pai.

E aí **quando ela (a mãe) não estava... virava uma casa boa, um lugar bom de estar... O pai brincava, o pai deixava... não** tinha aquele estresse. “Bah, a pessoa (a mãe) está infeliz de estar aqui com a gente, a pessoa não gosta da gente...” Isso foi uma constante até a adolescência... *faniquitos*... ia embora... Ela ia e ficava uma paz celestial. Dali uma semana, duas, ela voltava, aí voltava a rotina de ter que escolher a bolacha, o salgadinho ou o chocolate... Daí a um tempinho voltada a insatisfação... essas coisas que foram nos afastando. Muito sentimento de rejeição. Pensava que a mãe não gostava da gente...

Um aspecto relevante das suas memórias refere-se ao fato de não ter sido elogiada pela mãe, naquilo que concerne aos seus atributos femininos, marcando aí uma falha da mesma na transmissão da feminilidade. Porém, narra ter recebido um reconhecimento da mãe em relação ao seu lugar de mulher ao *tornar-se mãe*. Cabe destacar no seu discurso o nascimento do filho como uma conquista de valor fálico junto à sua mãe, o que representa para Alice, Sujeito 4, o seu primeiro aniversário.

---

<sup>157</sup> Página 161.

E isso foi uma coisa importante que eu me lembrei depois que a gente conversou na sexta, assim... A primeira vez que eu ouvi um elogio da minha, que ela verbalizou um elogio para mim foi quando o (filho) era pequenino. O meu primeiro aniversário, quando, depois que (o menino) tinha seis ou sete meses, eu ouvi ela dizer para minha então sogra: “Ah, eu estou admirada como a (Alice) está cuidando bem desse guri!”... A minha ex sogra era de falar bem de mim... A minha mãe não era muito de falar, assim. E essa vez me marcou, assim, porque foi a primeira vez que eu me lembro da minha mãe fazer um elogio para mim, sabe. Ah, de como eu estava me saindo **uma boa mãe** e tal...

Retomando até aqui o fio condutor do pensamento freudiano, quero destacar a ideia de ser o **desejo de ter um filho do pai**, como substituto do pênis, a mola propulsora do Édipo feminino. Há no percurso edípico da menina diferentes momentos: primeiro, deseja a mãe, depois um pênis e, posteriormente, um filho do pai. Todavia, esse filho não é mais do que um substituto do desejo de ter um pênis. Nessa linha de raciocínio, o apego ao pai mostra ser apenas uma consequência da inveja do pênis, afirma Smirgel (1975).

Uma interpretação interessante é apresentada por Kehl (2008), em que a autora nota ser a feminilidade em Freud uma decorrência da decepção da menina em relação a sua masculinidade imaginária, devido a sua castração. Embora faça uso de modos de seduzir e encobrir a falta, não há nela uma desistência da feminilidade, mas sim o adiamento da posse fálica: “A feminilidade é um truque, e a posição feminina, um sacrifício temporário oferecido pela mulher freudiana ao homem em troca de um único interesse verdadeiro: o *filho-falo*” (KEHL, 2008, p.196).

Do mesmo modo, é preciso ter clareza sobre o fato da posição teórica freudiana sobre a feminilidade ter sido desenvolvida no início do século XX, estando seus argumentos relacionados às vicissitudes da subjetividade das mulheres daquela época.

Em sua retomada da obra freudiana, Lacan (1998) propõe uma nova abordagem para o complexo de Édipo<sup>158</sup>, tomando-o não mais como um fenômeno relacionado ao biológico, naquilo que concerne a fases cronológicas do desenvolvimento psicosssexual, mas, sim, como uma estrutura pensada a partir da lógica do falo e da lei da castração.

No seu escrito de 1958, *A significação do falo*, o autor apresenta a relação do Édipo com o simbólico, considerando aí o falo<sup>159</sup> como o significante destinado a marcar a presença

---

<sup>158</sup> O Édipo colocado em termos significantes permite pensar a estruturação subjetiva do ser a partir de funções que sustentam o advir do sujeito. Nessa ótica, o Édipo não está reduzido a uma fase do desenvolvimento infantil a ser suplantada ou não, e sim como uma série de experiências instauradoras das estruturas psíquicas e modos de relação do sujeito com seus pais, afirma Dunker (2008).

<sup>159</sup> Cabe assinalar uma precisão sobre o uso do conceito de falo na teoria lacaniana. Vallejo e Magalhães (1979) referem ser o falo imaginário associado à completude, isto é, relacionado à perfeição narcísica da fase do espelho, ao eu ideal. Por sua vez, o falo simbólico caracteriza-se pela sua possibilidade de substituição, ou seja,

de uma ausência, uma vez que não é representável. Dito de outro modo, para Lacan (1958), o falo é o significante da falta que primeiro se apresenta no Outro, possibilitando o desejo. O psicanalista aponta a relação do sujeito com o Outro na dialética da demanda do amor e do desejo como sendo aquilo que está em jogo no percurso edípico.

No trabalho acima mencionado, Lacan (1998) diz ter o complexo de castração uma *função de nó*, pois, a partir dele ocorre uma operação de lei que situa o sujeito na ordem simbólica, enquanto sujeito sexuado. Cada sexo é definido separadamente com relação a um terceiro termo: o falo, o significante da diferença sexual. De tal modo, sob a barra castração e do recalque, o sujeito se inscreve na ordem fálica, a qual exerce a função de regulação do gozo sexual.

[...] na estruturação dos sintomas [...] numa regulação do desenvolvimento [...], ou seja, a instalação, no sujeito, de uma posição inconsciente sem a qual ele não poderia identificar-se com o tipo ideal de seu sexo, nem tampouco responder, sem graves incidentes, às necessidades de seu parceiro na relação sexual, ou até mesmo acolher com justeza as da criança daí procriada (LACAN, 2008, p. 692).

Na perspectiva de Lacan, a noção de castração implica a renúncia de algum gozo e essa renúncia está relacionada ao fato de sermos sujeitos de linguagem. Na condição de falantes, submetidos às leis lingüísticas, homens e mulheres precisam alienar uma parte de seu gozo. Nessa direção, Lacan reformula o Édipo freudiano através da lógica da razão aristotélica, uma vez que considera ser o inconsciente uma decorrência da lógica da linguagem que o estrutura. Assim, analisa a diferença sexual e sua economia de gozo por meio dos modos de relação de homens e de mulheres com a linguagem.

Em seu seminário *Mais, ainda*, o autor estabelece que a linguagem não serve apenas para comunicar, mas também, para gozar, considerando ser toda a realidade abordada com os *aparelhos do gozo* (LACAN, 1985, p. 75). Busca, então, compreender a especificidade do masculino e do feminino, naquilo que concerne ao *gozo vivo dos corpos*, para usar uma expressão de Soler (2005, p. 17).

Lacan (1985) vale-se da oposição de duas lógicas, a do todo-fálico nos homens e do não todo fálico nas mulheres, assim como de dois tipos de gozo, um fálico e outro nomeado de complementar. Sobre a distribuição de gozo, o autor fala ser o homem totalmente circunscrito pela função fálica (gozo fálico), ao passo que a mulher não é totalmente

---

de circulação e intercâmbio que permite dar e receber. Pode-se ter ou se perder esse falo (castração), porém *não se pode ser*.

circunscrita, por isso não é toda submetida à castração. Se para o homem o gozo é fálico, para a mulher existe uma potencialidade para um gozo Outro, não limitado ao gozo fálico.

Através das fórmulas de sexuação, o psicanalista enuncia existir uma diferença estrutural entre homens e mulheres, ressaltando a impossibilidade de complementaridade entre os sexos. A propósito disto, Roudinesco (2008, p. 300) traz de forma precisa os dois axiomas utilizados pelo autor para apresentar a oposição do masculino e o feminino em relação à função da castração: *Todos os homens têm falo* e *Nenhuma mulher tem falo*. Tal posição, explica Lacan, leva ao *um*, isto é, a negação da diferença, e, com isso, à negação da função da castração.

Essa temática é abordada no seminário *De um discurso que não fosse semblante*, onde Lacan (2007) retoma, através da lógica da castração, o mito freudiano do pai da horda primeva de *Totem e tabu*<sup>160</sup>, apontando existir no conjunto dos homens submetidos à castração, pelo um menos que não sofre essa submissão. Este *ao menos um*, denominado de o *todohomem*<sup>161</sup>, é aquele capaz de fazer gozar todas as mulheres, o que funda a possibilidade da existência de todos os demais. Dessa forma, o pai mítico aparece como o sustentáculo da fantasia de um gozo absoluto e inatingível, enquanto todos os demais homens estão submetidos ao temor da castração. Por isso, o autor refere não haver para o homem senão um gozo fálico. Naquilo que concerne às mulheres, o autor afirma não existir para elas um equivalente do pai originário, o *todohomem*, aquele que escapa à castração, uma vez que todas as mulheres são castradas. De tal modo, o gozo feminino extrapola a ordem do falo, pois não é atingido pela proibição da castração, escapando à ordem do todo.

Ocorre que homens e mulheres estão submetidas à primazia fálica, pois não se trata da presença ou ausência do pênis, mas do falo enquanto significante da falta. Entretanto, a lógica da castração não regula todo o campo do gozo feminino, pois parte dele não passa pelo Um fálico e permanece fora do campo simbólico, no Real. Assim, a mulher em parte está inscrita na função fálica, o que lhe permite falar, comunicar-se, estar inserida numa determinada cultura. Porém, outra parte dela está fora da linguagem, excluída do simbólico, das palavras, tornando-se, assim, impossível de ser dita. Talvez seja possível pensar as representações sociais do feminino, ligadas às possessões demoníacas, às bruxas, assim como a relação da feminilidade com a loucura, tão presente no imaginário social sob a forma caricatural das

---

<sup>160</sup> Em *Totem e tabu*, Freud (1913) trata dos tabus relacionados aos desejos recalçados incestuosos e homicidas (parricidas) presentes nos povos primitivos e nas neuroses.

<sup>161</sup> Grifo de Lacan (2007, p. 133-134).

*mulheres à beira de um ataque de nervos*, como sendo manifestações desse gozo Outro, fora da lei fálica.

Segundo Lacan (1985), não há para as mulheres um significante no Outro que as designe como mulher, pois, para elas, não existe um sentido universal e definidor do que é ser mulher. Será essa a razão da inquietação ou insatisfação feminina, a interminável busca por algo que possa dizer um pouco delas, de significá-las? A procura de um sobrenome de um homem, o consumo de marcas de roupas e sapatos, a adoção de um estilo de vida *sui generis* parecem ser tentativas para suportarem a falta, o buraco própria da sua estrutura. A feminilidade aparece como máscara, como semblante para encobrir o Real da sua castração, a falta do falo. Seu truque consiste em primeiro reconhecer ter a posse do falo, a posição masculina (fálica), para, em seguida, dar aquilo que não tem (castrada), logo, ser reconhecida como mulher. Uma leitura interessante da proposta de Lacan a respeito da divisão da mulher como não toda no gozo fálico é apresentada por Grant (1998) nas seguintes palavras:

Uma parte está fora, fora da linguagem e é esta, talvez, a função da máscara: recobrir esta inconsistência, este vazio que está para além do gozo fálico. A mulher não existe, nos diz Lacan (1985) no *Seminário "Mais, Ainda"*. Uma das maneiras de entendermos esta afirmação é dizer que o lugar da mulher permanece vazio. Algumas vezes, nos deparamos com verdadeiros vazios, mas podemos encontrar máscaras que recobrem estes vazios. Decorrente deste fato é que tão frequentemente vemos a associação entre mulheres e semblantes. "Ela finge, finge que ama..." O semblante é algo cujo objetivo é o de velar o vazio, vazio presentificado no real do corpo em parte dos seres humanos e que aponta para a castração (GRANT, 1998, p.1).

A ausência de um significante radical para dizer da mulher faz desse um lugar indeterminado, daí estar ela sempre ausente lá onde se espera encontrá-la. É preciso fingir-se de mulher, recobrir-se com enfeites, com cores para esconder o nada. Não é por acaso ser a dissimulação uma competência considerada eminentemente feminina, quase um dom, o *Dom de iludir*, como tão bem expressam as mais diversas produções culturais sobre a mulher, dentre as quais destaco a bela canção de Caetano Veloso:

### **Dom de Iludir**

Não me venha falar  
Na malícia de toda mulher  
Cada um sabe a dor

E a delícia  
 De ser o que é...  
  
 Não me olhe  
 Como se a polícia  
 Andasse atrás de mim  
 Cale a boca  
 E não cale na boca  
 Notícia ruim...  
  
 Você sabe explicar  
 Você sabe  
 Entender tudo bem  
 Você está  
 Você é  
 Você faz  
 Você quer  
 Você tem...  
  
 Você diz a verdade  
 A verdade é o seu dom  
 De iludir  
 Como pode querer  
 Que a mulher  
 Vá viver sem mentir...

A vivência desse não todo também pode ocorrer sob a forma sintomática, marcada por sofrimento e angústia, em um viver desenfreado. Certamente enveredar a discussão por esse caminho traz a necessidade de um compreender a particularidade de cada mulher, a sua estrutura subjetiva. Mas quero chamar a atenção para o relato de Clarice, Sujeito 1, sobre o vazio devastador experimentado por ela ao longo de toda a sua vida, em que nada parece lhe preencher. Refere ter uma existência marcada pela inconstância, tanto no plano financeiro como emocional, designando de *kamikazes*, isto é, autodestrutivos os seus relacionamentos com os homens. Narra uma busca desregrada e incessante por um par amoroso e embora tenha tido vários parceiros sexuais, não conseguiu construir com nenhum deles um laço



afetivo, o que a jogava num sofrimento. Naquilo que concerne ao seu grupo familiar, descreve-o como uma *família muito complicada, toda esburacada, cheia de segredos*, aludindo ao fato de ter descoberto aos vinte e sete anos não ser o pai, o seu pai biológico. Segundo ela, esse segredo foi guardado a *sete chaves* pela mãe e sobre o qual ainda hoje a família não suporta falar. Embora seja possível encontrar em seu discurso a marca da função paterna, referência associada à figura do pai que a criou e sustentada na palavra da mãe sobre quem é o seu verdadeiro pai, é como se tudo girasse em torno de uma inconsistência imaginária da instância paterna ou fálica. Nesse sentido, pode-se pensar em uma problematização da operação da castração nessa mulher, no que se refere ao gozo Outro, sobretudo da falta de limites com seu próprio corpo na relação sexual. Sobre os dois tipos de gozo na mulher, Vandermersch (2003) traz importantes elementos sobre o pai como limite, a partir da discussão realizada com o psicanalista Chemama:

Segundo as fórmulas que Lacan propõe para a sexuação, existe um outro impossível do saber do Outro de onde o sujeito possa tirar a certeza de sua existência, é o lugar d'A mulher, A (La) escrito barrado na medida em que *a* mulher não existe por razões lógicas. A simbolização desse lugar vazio pode, portanto, fazer-se em dois lugares diferentes:  $\Phi$ , de um lado, como limite, %, de outro, que se apresenta como sem limite. Do lado F, uma mulher é confrontada com a castração e com o desejo do homem que faz dela um objeto *a* e, portanto, com a maneira pela qual ele assume suas responsabilidades. Ela não deixará de lembrá-las a ele, pois é a contrapartida de sua própria renúncia. Do lado %, ela não encontra limite na tentativa de gozar do Outro, que se encarna especialmente no corpo próprio; ela não responde mais por nada e nada responde mais por ela. Para que os dois gozos se distingam, é preciso que R, S e I<sup>162</sup> sejam distintos e isso implica para Lacan uma nomeação que ele atribui ao pai (VANDERMERSCH, 2003, p. 1).

Para ser mulher é preciso fazer-se mulher. Freud já anunciava essa ideia em seus escritos, apontando ser a aceitação da castração a condição do devir da feminilidade, porém ressaltando não ocorrer essa acedência sem alguma tentativa de compensação fálica. Lacan (1985) também chama a atenção para o fato das mulheres não serem indiferentes à função fálica, ao contrário, afirma o autor, por sua essência não toda, elas têm pretensões fálicas.

A maternidade é uma forma possível de realização fálica para as mulheres, uma vez que a criança vem assumir para a mãe uma imagem revestida de valor fálico, articulando assim um gozo fálico (pênis-falo-bebê). Para Clarice, a maternidade apresenta-se como uma possibilidade de resolução em relação à falta do falo, tanto naquilo que concerne ao acesso ao gozo fálico, como um limite ou ancoragem desde onde melhor situa a sua existência,

---

<sup>162</sup> Registro Real, Simbólico e Imaginário.

possibilitando-lhe confrontar-se com o inominável do lugar da mulher. Tornar-se mãe lhe acalmou.

- Tu começaste a falar da tua experiência de tornar-se mãe, que foi uma coisa extraordinária.

Foi. Foi difícil. Oh, tirei do “**fio o fó**”, porque eu muito viagem, a pessoa (ela) aqui, nossa senhora, muito viagem, muito emocional, faz as coisas de modo muito impulsivo... e aí...vamos lá... foi a forma mesmo que eu...

- Não sei se entendi, mas antes da gravidez tu eras assim...

Emocional. Até assim ingênua, mas era assim... Coisas mais por impulso do que racionalização. Primeiro, planeamento: “Vou me formar, tal, tal...” Não, eu vivia conforme meu coração mandava [...] Meu lado mais alternativo de terapia. Eu fiquei muito borbulhando alternativas para entender porque eu tinha tanto vazio, porque as coisas não preenchiam, tudo mais. E há pouco tempo, eu acabei indo num psiquiatra e até que descobri, graças a deus que existe o lítio, enfim, eu sou bipolar e não tinha a mínima ideia... Eu sabia que tinha uma coisa esquisita, não é possível, a gente pensa, financeiramente sempre muito atrapalhada, muito atrapalhada, com uma família muito atrapalhada também financeiramente. Então, agora eu estou me organizando mais financeiramente, **me jogando menos nas relações, enlouquecidamente**, porque procurei sempre me preservar, nos primeiros sete anos (depois do nascimento da filha) eu não tive absolutamente ninguém. E por isso, os **kamikazes da vida**, eu digo. **Agora estou um pouquinho mais estável, respirando mais.**

Na visão freudiana, a feminilidade está associada ao fazer-se desejar por um homem a fim de receber dele um filho, como já assinalado. Porém, mesmo em Freud, pode-se ler não ser o amor dirigido ao homem o que define a posição feminina, mas, sim, a busca pelo falo. Nesse sentido, a aspiração da mulher de encontrar o *homem de sua vida*, nota Soler (2005), pode ser atribuída a sua condição de não toda, ou seja, ao seu desejo de encontrar, através do amor, alguém que possa identificá-la, nomeá-la como uma mulher:

Isso gera o apelo ao amor por um nome, a busca de um dito que, nomeando seu ser de sintoma, do sintoma que ela é para o Outro, livre-a de sua solidão de gozo e ligue o não identificável, o Outro que ela é para si mesma, ao Um da eleição (SOLER, 2005, p. 153).

A mulher dirige-se ao homem como destituída daquilo que procura nele, portanto como falta e somente o desejo dele poderá resgatá-la. Nela, o Outro nunca está completamente instalado. A propósito, algumas produções culturais expressam isso, tal como a música *Mesmo que seja eu*, de Erasmo e Roberto Carlos, cujo tema refere-se à condição de solidão ou incompletude feminina e do desejo de encontrar um salvador:

Sei que você fez os seus castelos  
E sonhou ser salva do dragão  
Desilusão, meu bem  
Quando acordou estava sem ninguém  
Sozinha, no silêncio do seu quarto  
Procura a espada do seu salvador  
Que no sonho se desespera  
Jamais vai poder livrar você da fera  
Da solidão  
Com a força do meu canto  
Esquento o seu quarto pra secar seu pranto  
Aumenta o rádio  
Me dê a mão  
Filosofia é poesia, é o que dizia minha vó  
Antes mal acompanhado do que só  
Você precisa é de um homem pra chamar de seu  
Mesmo que esse homem seja eu  
Um homem pra chamar de seu  
mesmo que seja eu

A posição feminina clama ao amor por um nome de um homem para ser reconhecida não como um sujeito qualquer, mas como *uma* eleita. Na época de Freud, os destinos das mulheres estavam limitados ao casamento e à maternidade, isto é, ao ser *uma boa esposa e uma boa mãe*, os ideais de feminilidade daquele tempo. Pois as *mulheres na dobradiça* hoje têm acesso a diferentes modos de realização fálica, como carreira profissional, independência financeira, cargos políticos, relações sociais diversificadas, status intelectual ou artístico, entre outros. Mas, o desejo de ter o *seu homem* e a *sua criança* ainda comparece de forma vivaz para as mulheres da atualidade, como se pode entrever nos discursos das mães pesquisadas. Sendo assim, questiono a respeito da incidência das transformações culturais na subjetividade feminina, especificamente da posição desejante da mulher em relação à maternidade, na família monoparental contemporânea. Nessa perspectiva, interrogo, com Soler (2005), se as mudanças discursivas, ao modificarem os desejos das mulheres, terão também alterado a economia das pulsões, especialmente a da parcela de gozo que não passa pela mediação fálica, isto é, a do não toda.

Na escuta das mães entrevistadas, mulheres com escolaridade média ou superior, profissionais de campos diversos, foi possível situar interesses outros, além da maternidade, uma vez que o desenvolvimento intelectual e, sobretudo, o trabalho remunerado emergem com importância em suas narrativas. Entretanto, no início da vida do pequeno, a mulher, no exercício da maternidade, é convocada a *ser mãe*, já que em torno do bebê permanece a fantasia desse ser a *rolha*, para usar um termo de Lacan (1985, p.49), que tamponará a falta materna. Considerando isso, Lacan dirá que a mulher somente entra na relação sexual enquanto mãe. Decorre, então, a impossibilidade da *mãe preenchida* e da *mulher em falta* estarem presentes ao mesmo tempo na subjetividade feminina, pois quando uma está, a outra se ausenta. Essa disjunção pode tornar-se problemática na relação entre os sexos, ainda mais quando o laço amoroso entre o casal desvanece, como ilustra de forma pontual a fala de Alice, Sujeito 4, associada aos conflitos no laço conjugal:

**Quando a gente era bebezinho**, quando a gente era bebezinho! (ênfase) Quando ele (menino) era bebezinho, tinha mais essa coisa de achar que tinha que dar palmada, eu não queria dar palmada. Sei lá, eu fazia a maior parte das coisas que ele queria e... e aí o pai dele achava que não tinha que fazer, que tinha que botar mais limite... aí, eu não sei. Eu até acho que talvez eu exagerava na atenção integral, assim, de passar o dia inteiro só na volta dele e não dividir a minha atenção com outras coisas, sabe. **Talvez fosse isso que o cara quisesse que ao botar mais limite, me sobrasse tempo para fazer outras, para ser mulher, a esposa.** Mas, eu não me arrependo, assim, é o único filho que tenho... e é bem possível que eu não tenha outro... porque eu não tenho companheiro, porque eu também já não me arriscaria a fazer um filho com o primeiro mongolão (risada) que aparecesse na frente e depois ficar o mongolão para o resto da vida para a gente ter que aturar. Mas, então, mesmo sem saber, naquela época que ele seria o único (filho), eu curtia, eu acho que curti para caramba... Eu já não gostava muito do pai dele mesmo... **então não estava perdendo muita coisa em não dividir as atenções, eu estava curtindo o meu filho, assim...**Cada dia aprendia uma coisinha... então tinha o que curtir (risada), não enjoava (risada)! Não tiro a razão da outra pessoa... Ah... sei lá.

Desse modo, lê-se nesse discurso uma identificação da mãe com o bebê, operação psíquica primordial e constituinte para a criança. De outro lado, a presença do homem-pai parece ser percebida pela mãe como incômoda, o que, por um lado, implica já existir aí uma alteridade capaz de produzir uma descontinuidade no desejo materno pelo filho e, por outro, denota o desejo da mãe de permanecer colada ao filho.

São múltiplas as causas da monoparentalidade, porém quero chamar a atenção para o fato de ser a fantasia de completude materna (ou onipotência na mulher) um dos elementos propulsores dessa configuração. Mais livres dos tradicionalismos sociais, as *mães na dobradiça*, como é o caso das mulheres pesquisadas, sem poderem estabelecer ou sustentar um laço conjugal, um efeito do desdobramento edípico de cada uma delas, abrem caminhos

para viverem sem cônjuge, só com o filho, em uma das formas legitimadas de família na contemporaneidade. A propósito disto, Alice, Sujeito 4, enuncia:

Nessa época ele (filho) tinha um ano, não, tinha uns oito ou nove meses... **eu não tinha libido**. E depois também, como eu não tinha libido, o meu companheiro reclamava, e aí como ele reclamava, eu ficava com, eu ficava assim: **“Aí que saco! Não me enche o meu saco! Agora estou em outra! (ênfase)”**. Aí, eu ficava mais desgostosa da pessoa estar me cobrando aquilo... Ah, para! Eu era uma mulher novinha para ser mãe, eu tinha vinte e três. Eu nunca tinha vivido nada parecido com aquilo, nunca tinha cuidado de primo mais novo, eu nunca tinha... tem que saber cuidar da criança, tem que saber cuidar da casa e ainda estar cheirosinha e querendo sexo depois... “Vai te catar, não quero, não quero mesmo!” Sabe, era um pouco essa ideia. Bah! É exigência demais, bah! Me dá um tempo para a cabeça! E aí quanto mais a pessoa cobrava, menos vontade eu tinha. Daí até que claro isso acabou um pouco estourando a relação da gente. Porque... daí... Daí, eu fui desgostando, desgostando e... ele também acho foi se desgostando de mim com essa coisa, do querer atenção. Parece um pouco aquele ciúme do irmão do meio... Não sei porque nunca tive irmão do meio, mas, enfim, alguém que não sabe lidar bem com a criancinha que chega.

No relato de Alice, Sujeito 4, acima explicitado, percebe-se o forte investimento da sua libido na relação com a criança, onde o desejo da mãe fez apagar-se o desejo da mulher. Cabe lembrar a sua intensa ligação com o seu pai, o seu primeiro objeto de amor, o que me leva a pensar em estar ela presa a essa relação e, de certo modo, impedida de investir em outras figuras masculinas. Talvez esteja aí a origem do seu apreço por viver *sozinha* e da sua concepção do casamento ser um *vinagre*<sup>163</sup>.

Segundo essa mãe, a separação do casal (seu primeiro casamento) ocorreu quando o menino estava com dois anos. Refere ter permanecido em casa para cuidar do filho durante o seu primeiro ano de vida, porém, no ano subsequente, parte em busca de um trabalho remunerado e passa a cursar uma pós-graduação. Desde então, avança no grau de escolarização e coloca-se profissionalmente no segmento da educação. É preciso notar no discurso de Alice uma certa recusa da castração e da diferença sexual, assim como a atribuição de um lugar narcísico ao filho, como apontei no capítulo sobre o narcisismo. Embora esteja evidente no recorte acima explicitado o gozo articulado pelo exercício da maternidade, a economia pulsional dessa mulher parece não se esgotar aí, pois a criança não é o único objeto de seu desejo.

A partir da exemplaridade de Alice, Sujeito 4, assim como de Clarice, Sujeito 2, pode-se, então, considerar a maternidade como insuficiente para obturar o desejo dessas mulheres, uma vez que outros interesses permeiam suas vidas, além do filho.

---

<sup>163</sup> Questão abordada na página 94 da tese.

Lacan destaca o desejo da mulher na mãe, pois, através do filho, a mãe recupera o objeto da sua falta, ao passo que a mulher, ao dirigir sua libido ao homem (ou outro interesse), apresenta-se faltosa em relação àquilo que nele busca, como lembra Soler (2005, p. 95): “Uma que tem, a rica, portanto, e a outra que não tem a pobre, por metáfora do (-φ)<sup>164</sup>” (SOLER, 2005, p. 95). Mas estará a maternidade limitada ao gozo fálico?

No artigo intitulado *A maternidade além do gozo fálico*, Jerusalinsky (2009) propõe uma interessante questão: uma vez que a mulher está dividida perante diferentes modos de gozo e ser mãe não responde ao que é ser mulher, a maternidade não seria apenas da ordem do gozo fálico? A falta radical de um significante no Outro, que designe o que é ser mulher pode abrir lugar para a criação: a criação da criança. Aí em vez de complementaridade diante da falta, abre lugar com um gozo Outro para criações suplementares, que, embora se sirva da função paterna, não se detém no complexo de Édipo. Brecha para a criança ser criadora no brincar. E a autora finaliza dizendo:

Isso não é sem consequências para o filho. Se a maternidade pode dar lugar criativo para uma mulher, por sua vez, a criança assim alocada na economia do gozo materno tem aí uma brecha para vir a ser criadora no brincar. Quanto menos ela estiver aprisionada nas fantasias do devorar e do ser devorada próprias das montagens do gozo do Outro que busca uma complementaridade, mais ela poderá ter lugar para um brincar que crie de modo suplementar (JERUSALINSKY, 2009, p. 51).

Sobre o gozo no laço mãe-bebê, Jerusalinsky (2009) diz que a mãe, ao perceber o seu bebê engajado de forma gozosa nas brincadeiras, atribui-lhe a autoria sobre o brincar, transitando o tempo todo com ele pelas posições de objeto e sujeito. Ela supõe ali um sujeito que sabe do brincar e, ao mesmo tempo, goza identificando-se com o gozo do bebê. É através desse gozo para além do fálico que se pode então produzir uma criação.

Por sua vez, as mulheres dessa investigação, de modo geral, ainda que encontrem na relação com os filhos uma importante satisfação fálica, abrem-lhes possibilidades para virem a ser protagonistas de si mesmos. Em vez de reduzi-los a objeto da fantasia parental, como seria possível supor ocorrer na configuração monoparental, as mães sustentam para os filhos a hipótese destes serem portadores de um saber, sinalizando-lhes assim a possibilidade de tornarem-se sujeitos, com a capacidade para fazer laço social. Assim como a mãe de um bebê credita-lhe um saber nos jogos no início da vida, as mulheres desse estudo demonstram ter

---

<sup>164</sup> Na teoria psicanalítica, o -φ simboliza a castração.

prazer em brincar, contar histórias, aventurarem-se em passeios, reconhecendo o saber do lúdico das suas crianças e identificando-se com o gozo dos mesmos.

Um dos aspectos que chamou minha atenção na escuta de Alice, Sujeito 4, foi o seu envolvimento no trabalho materno de simbolização, pois ela parece estar realmente ocupada em (re)visitar com o filho os sabores e prazeres da infância. Embora mostre ser uma mãe possessiva, pode-se notar que, no ato de brincar, essa mulher reconhece a existência de um lugar próprio do menino, *compartilhando* com o mesmo um gozo nas brincadeiras. Trago uma fala de Alice, Sujeito 4, associada ao modo como busca expressar o seu amor para a criança, onde é possível vislumbrar sua satisfação no brincar com o filho, a quem atribuiu um lugar de sujeito, portador de um saber:

E não só pela fala. Essa coisa de estar junto mesmo. Por exemplo, fim de semana que a gente está junto, a gente pega e **vai no cinema**, daí depois **a gente toma sorvete**, daí a gente volta do cinema conversando, caminhando, conversando sobre o filme, **o que achou, o que não achou**, não sei o que... E às vezes... Ou então às vezes a gente vai no cinema e daí um pouco antes eu: **“Ah, eu vi cinema contigo, agora tu tens que olhar três vitrines comigo”!** (risadas)... Então, essas coisinhas assim eu acho que já é um feedback de que a criança é amada. E ele sabe que quando eu estou lá vendo filme, **dando risada junto**, eu não estou lá mandando mensagem no celular enquanto a criança esta vendo o filme. [...] Então eu procuro ter esta postura com o (menino). Claro que, para mim, **todos os dias eu não consigo**, tem dias que a gente está junto, mas, sabe, eu vou ajudar ali a fazer o tema e depois eu vou trabalhar no computador, só na hora que ele quiser dormir que eu **vou lá ler a historinha dele**. Aí dá uma parada para ver a historinha, aí a gente está junto, **mas é um momentinho só do dia**. Mas aí depois, sexta feira, a gente vai passar a tarde junto, vai pegar filme para ver, sei lá, vai fazer **desenhos**. Outro dia a gente **comprou umas tintas guache e ficou pintando isopor, fazendo sujeira**... Então essas coisinhas que já acho que são um feedback importante.

Já a narrativa de Lúcia, Sujeito 2, sobre o filho pré-adolescente, destaca que “a parceria dele é uma coisa tão gostosa”, imagem que vem acompanhada de uma certa nostalgia da infância do menino, tempo em que partilhava com intensa alegria do seu mundo lúdico, uma vez que hoje ele está mais interessado do universo masculino do pai.

Um outro ponto sobre o gozo além do fálico no laço mãe-filho diz respeito à cumplicidade na relação destes com o advento do crescimento, na medida em que ela supõe nele a emergência de um sujeito, desalojado do lugar de bebê. Clarice, Sujeito 1, fala das mudanças na relação com a filha e do gozo na menina com o qual se identifica. Embora o desenvolvimento suscite na mãe uma certa inquietação, ela faz hipótese de que a filha tem um saber para se movimentar no *mundo lá fora*.

Aí com o tempo agora **que a gente está crescendo**, ãh, porque era mais trabalhoso, o cuidar da criança para mim sempre foi mais trabalhoso, quando pequenininha, bebê, o cuidar, onde deixar, então essa preocupação está se dissolvendo **e a gente está curtindo ficar com as nossas conversinhas agora, com o nosso jeito**. Ela vai lá para o pai (da menina), gosta de ir, mas não muito, eu, bom, **vai lá amor, fica lá, depois vem**. [...] porque ela sempre foi, tanto que, largar sozinha na rua com onze anos, agora ela está indo para a escola de dança com a amiga dela de doze anos, então eu estou permitindo algumas coisas. Ainda não anda de ônibus sozinha, já deixei ir e voltar lá no centro, onde põe o aparelho nos dentes. **Então essas coisinhas eu estou incentivando mais. Enfim, e ajudando e mostrando para ela o mundo lá fora**, que é o que mais me preocupa. Agora vem outra preocupação (risada). Deixar o cuidado, a preocupação de dentro da casa, um cuidado trabalhoso, para um **outro momento!**

A exemplaridade de Lurdes, Sujeito 3, também auxilia a ilustrar a abertura na economia de gozo da mãe para a criança vir a ser um sujeito, com autonomia e criatividade. Lurdes, mãe de uma pré-adolescente, trabalha fora durante todo o dia, buscando, então, organizar a sua rotina de modo que a filha possa dar conta sozinha das demandas domésticas diárias. Pode-se ler no discurso de Lurdes, Sujeito 3, uma aposta da mãe na menina como um sujeito capaz de bancar a sua subjetividade, de forma inventiva. “Ela toma as iniciativas dela, ela é criativa, se vira”. O recorte abaixo dá uma noção mais clara do suposto materno:

**Deixo sempre o almoço pronto, se não tiver, ela providencia. Eu faço de uma forma, conduzo para que ela providencie o almoço dela.** Dei bastante confiança **para ela ser uma pessoa independente**. Tanto para sair na rua, coloco todos os perigos, o que acontece, como se cuidar, não ? E dei bastante liberdade para ela, ... vai até a esquina, até o centro, vai até a minha (local de trabalho)... então eu dei essa liberdade, sempre com um pouco de receio, mas orientando bastante... vai até o shopping, faz compras e volta.

Essa brecha para a criança vir a ser autônoma na vida, descolada do corpo do Outro materno, se esboça através de um afastamento real e gradual, tecido dentro de casa, nas relações de Lurdes, Sujeito 3, com a filha. Vejamos abaixo um recorte associado ao tema do *sonho da casa nova, esse lugar maravilhoso, tão sonhado*, no qual a mãe enuncia não se limitar à busca de complementaridade no laço amoroso, conferindo à filha um lugar de autora na trama familiar.

Mudamos para essa casa nova agora. Morávamos numa peça tão pequenina, que era uma coisa de uma peça só. Vivemos muito tempo assim. E **muito junto**, ela (filha) dormindo junto, não tinha outra forma, não é?

-Dormiam juntas?

- Na mesma cama. Com o tempo, **ela começou a exigir mais privacidade, ela queria dormir sozinha, ela dorme melhor.**



- Ela dorme melhor?

**Dorme melhor, sozinha, não é? E eu também.** De noite ela se bate muito e assim de novo ela fica quietinha, dorme melhor. Mesmo assim, de noite **a gente se toca, faz carinho, reza junto.**

O discurso de Janete, Sujeito 5, parece destoar das narrativas das demais mães pesquisadas, naquilo que concerne ao gozo para além do fálico. Fazer *coisas de criança*, isto é, *ir ao cinema, fazer um lanche no shopping, ir ao clube, levar a um aniversário*, para usar as suas palavras, é algo que efetivamente realiza com sua filha. Todavia, é preciso notar que esse exercício a sobrecarrega, pois é *tudo comigo*, diz ela, referindo-se à falta de ajuda do pai da criança nesse empreendimento. Existe algo aí da ordem de um desprazer. Lembremos da significação da maternidade para essa mulher como *carga* ou *bronca*, apontada no capítulo sobre o narcisismo, o que me leva a pensar se existe, na aposta de Janete, Sujeito 5, em relação à filha, alguma parcela de gozo que não passe pela mediação fálica.

Soler (2009) lembra abrirem-se na variedade de imagens da mãe dois polos extremos e nocivos, isto é, o da mãe que é mãe em demasia, e cujas presas se fecham sobre o filho, e o da mãe que é mulher em demasia, e nada se ocupa do filho, de modo a ser impossível para ele se reconhecer nela. Tendo em vista os elementos discutidos até aqui, pode-se dizer que, de modo geral, as mães pesquisadas oscilam permanentemente entre a posição de mãe e de mulher, uma vez que investem libidinalmente os filhos, com maior ou menor intensidade, porém o lugar designado a eles não é nem o de refém da mãe, nem o de abandonado pela mulher. De tal modo, prosseguirei na seção subsequente a discussão acerca do desejo de mãe, sobretudo naquilo que concerne ao lugar conferido ao pai.

### 7.3 O PAI NO DISCURSO DA MÃE

No percurso deste estudo, trabalhei com a premissa de que a maternidade, embora seja tomada de forma mítica na cultura ocidental, requer complexas operações psíquicas da mãe enquanto sujeito sexuado. Logo, o modo como uma mulher acolhe o seu filho e dirige-se àquele que ocupa o lugar de pai da criança está articulado a sua própria vivência edípica. A propósito disto, Jerusalinsky (2009) chama a atenção para a relação da maternidade com o

registro do sexual, uma vez que a criança gerada é produto da sexualidade da mãe, do seu desejo:

Se o bebê que nasce é fruto real de um ato sexual, ele chega em um cenário imaginário e em um contexto simbólico que é efeito da tramitação da sexualidade por parte da mãe, de sua história libidinal, de sua resolução edípica. Portanto, não há verdadeiramente agente da função materna sem referência ao Nome do Pai (JERUSALINSKY, 2009, p. 48).

A inscrição da função paterna na mulher-mãe é fundamental para que possa tomar o filho como objeto do seu desejo e lhe inscrever no corpo as marcas do simbólico. Ao nascer, o bebê não é mais do que algumas *libras de carne*, para usar as palavras de Lacan (2008, p. 15), dependendo radicalmente do semelhante para sobreviver, sendo sua única possibilidade desejar o que o Outro deseja nele. A mãe, na condição de Outro primordial, se oferece ao bebê como aquela que busca recobrir os buracos no real deixados pela falta de objeto. Assim, vai inscrevendo as marcas simbólicas no corpo esburacado do filho e para ele vai desenhando a borda do objeto, porém, deixando-o vazio, diz Jerusalinsky (2007). É preciso a mãe saber *tomar* os objetos descartáveis do corpo do filho sem *retê-los*, ser para ele uma *presença* e uma *ausência*, simbolizar uma plenitude perdida. Desse modo, a mãe enquanto o *Outro como falta* é o esperado no processo de constituição da criança.

Uma contribuição relevante a respeito do trabalho materno é a pesquisa de indicadores clínicos de risco para o desenvolvimento infantil (2009), construída a partir do referencial psicanalítico, a qual identifica situações onde é possível a instauração de problemas de desenvolvimento. O estudo realizado pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IPUSP), apoiado pelo Ministério da Saúde Brasileira, CNPq e FAPESP, acentuou a fundamental importância da instalação do sujeito psíquico na criança. Segundo Kupfer (2009), coordenadora do Grupo Nacional de Pesquisa (GNP), o sujeito é um elemento organizador do desenvolvimento global da criança (físico, psicomotor, cognitivo e psíquico), e sua instalação está relacionada às ações gerais do cuidador na primeira infância. Quero destacar a concepção de função materna situada pela pesquisa, a qual gira em torno de quatro eixos: suposição do sujeito (SS), estabelecimento da demanda (ED), alternância presença/ausência (PA) e função paterna (FP).

De acordo com a pesquisa, a função materna, desempenhada pela mãe ou substituto, caracteriza-se por antecipar a existência do sujeito psíquico no bebê, quando esse ainda não está constituído (SS); reconhecer as necessidades ou reações voluntárias da criança como um

pedido transformado em demanda (ED); estabelecer intervalos entre a demanda da criança e a gratificação proporcionada pela mãe, possibilitando desenvolver nela um dispositivo subjetivo para a simbolização (PA); levar em conta a presença de uma terceira instância na dupla mãe-bebê, que opere uma separação simbólica entre ambos, impedindo a mãe de considerar o filho como objeto exclusivo de sua gratificação (FP).

Foi dado destaque a esse estudo para sublinhar a centralidade do desejo da mãe no exercício da maternidade, isto é, no acolhimento da criança na ordem simbólica. Retomei a mãe como espelho<sup>165</sup> para acentuar que a imagem capturada não é a imagem real, mas a projeção do desejo materno em relação à criança, como tão bem lembra Cabassu (1997). Assim, é preciso para a mãe sustentar uma *colagem* (identificação) e, ao mesmo tempo, produzir uma *separação* em relação ao filho, abrindo espaço para a entrada do pai. Nesse sentido, pode-se considerar que a função materna implica em um processo que vai da *continuidade* à *contiguidade*, onde a função paterna está atuante, mesmo nos primórdios das relações da mãe com seu bebê, uma vez que a mulher é um sujeito desejante. Sobre a temática da função materna, o psicanalista afirma:

[...] na função materna, formadora especular do *eu*, está presente desde o início a função paterna. Por um lado, pelo desdobramento de seu próprio desejo (ao filho e ao pai), e, por outro lado, porque em seu discurso (nas ações e cuidado com sua criança) já está presente o “mapa” da significação sexual e social do corpo do pequenino (JERUSALINSKY, 2007, p. 29-30).

Quero destacar a estreita relação da função materna com a função paterna na mãe<sup>166</sup>, uma vez que a função materna somente pode ser assim considerada na medida em que a mãe confere *um pai* ao filho. Essa temática permeou esta discussão de modo entrelaçado aos tópicos anteriormente discutidos, porém a retomo neste momento, enfocando, especialmente, o lugar do pai real no discurso das mães pesquisadas. Com esse propósito, pensei tecer uma reflexão sobre os modos como as mães dessas famílias monoparentais apresentam o pai aos filhos, procurando vislumbrar também outros caminhos possíveis nessa transmissão de *um pai*.

---

<sup>165</sup> Possibilita à criança construir a imagem com a qual estará um dia em posição de se identificar. Winnicott (1971) destaca o papel de espelho do rosto da mãe como precursor do desenvolvimento infantil, ao passo que Lacan (1998) pensa no estádio do espelho como uma operação lógica que permite à criança encontrar no olhar da mãe uma imagem unificada do seu corpo, ou seja, as coordenadas para a formação do seu eu, como discutimos no capítulo do narcisismo e da identificação.

<sup>166</sup> Agente materno.

De imediato, proponho tomar uma narrativa de Alice, Sujeito 4, verbalizado com forte colorido emocional (choro), associada ao tema separação, processo psíquico através do qual a criança sai do assujeitamento ao Outro (materno) em decorrência da entrada do pai, pois esta pequena história parece traduzir bem a dor vivenciada pelas mães pelo corte na colagem com o filho.

Esses tempos eu consegui chorar vendo o filme do Kung Fu Panda (risadas). Aí eu contei para ele (para o filho): “Bah, (menino), sabe aquela tarde, o que tu achaste? Não achei nada, achei normal. Bah, (menino) eu até chorei emocionada. Chorou? Bah, mãe, como tu é infantil! Chorou?” Com uma cara assim (risadas): “Eu não acredito!”

- Qual era a cena?

Bah, **era uma cena triste para uma mãe!** É que assim, tu já viste o Kung Fu Panda? [...] O Kung Fu descobre que ele é adotado, então ele vai em busca da história dele, para descobrir quem ele é. E aí, ele... não sei se ele teve uma visão ou se no filme aparece...mas aparece que ele foi, que tinha **um vilão**, que em sonho fez uma profecia que um urso Panda iria ser quem iria destruir ele, quem iria acabar com o poder dele. Então ele mandou matar todos os ursos pandas bebês. E a mãe do Panda para salvar ele, ela **abandonou** ele numa caixinha e foi correndo assim para despistar os soldados e tal.... (silêncio).

Para a mãe, um sujeito que na infância atravessou o percurso edípico, o filho nasce ocupando simbolicamente o lugar de falo imaginário, pois representa ilusoriamente o objeto que recobre a sua falta. Em Lacan, o Édipo apresenta-se como o percurso lógico através do qual a criança poderá realizar o deslocamento da posição de objeto de gozo materno para a de sujeito do desejo, condição essencial para ascender a uma cidadania, a qual não se dá sem uma ruptura no laço simbólico da mãe-filho.

Para avançar nessa problemática, retomo a fala de Alice, sujeito que diz o quão difícil foi para a mãe Panda deixar o seu bebê, assim como comunica a sua própria contrariedade em ceder na posse exclusiva do seu filho e compartilhá-la com o pai do menino. Neste sentido, *abrir a guarda um pouco*, para usar as suas palavras, na vivência do empoderamento da mãe sozinha parece ser uma experiência bastante difícil para essas mulheres, especialmente para Alice.

E agora a história deles (pai e filho) é legal. Eu consigo entender que **eu não sou dona do (menino)**. De que eu preciso respeitar essa relação, o que é difícil. Porque, é bem difícil...

- É difícil?

É eu acho difícil. Agora eu vou aos poucos, eu vou flexibilizando as coisas e tal, mas antes eu achava difícil assim abrir a mão: “**O filho é meu!**” Sei lá, fiquei com uma coisa, sabe: “**O**

**filho é meu!”** E nunca, nunca criei empecilho para que visse o filho, sabe, mas o **“filho é meu”!** Sabe, uma coisa assim, o controle, as decisões, é tudo comigo, sabe. Sou eu que tenho direito de decidir. E claro, ele foi crescendo e aí eu fui vendo, não, na verdade as decisões vão sendo aos poucos dele mesmo, do (menino). **E aí então, eu vou vendo assim, que quanto mais eu for entendendo isso, respeitando também o pai dele, o (menino) vai conseguindo ter mais autonomia, ser mais feliz, assim.** A gente (casal parental) não vai ficar, sabe, como se o guri fosse um, fosse cada um puxando para um lado. **Mas, eu acho um exercício difícil,** assim. Ainda mais por essa coisa que ele era pequenininho e ele ficou comigo, só comigo. E aí eu passei a assumir o controle de tudo. Então, agora **abrir mão** do controle é muito difícil... do controlador (sussurro e risadas).

Em *As formações do inconsciente*, seminário proferido nos anos de 1957-58, Lacan (1999) articula o Édipo à lógica da castração, marcando a função do pai como essencial na produção de um corte na unidade narcísica mãe-filho. Segundo o psicanalista, a mudança na posição subjetiva da criança perante o desejo materno, isto é, diante a falta no Outro, se dá em três diferentes tempos do Édipo, em que o falo é o elemento organizador.

No primeiro tempo, a criança busca identificar-se com o aquilo que supõe ser o objeto do desejo da mãe, ou seja, deseja o desejo da mãe. Nesse momento, o pequeno está radicalmente assujeitado ao desejo materno, tentando fazer-se objeto de sua satisfação. Por sua vez, a mãe o toma imaginariamente como falo, realizando de forma fantasiosa o desejo infantil de possuir um. De tal modo, o primeiro tempo edípico é marcado pela crença da mãe de ser completa e da criança de ser o falo que lhe falta, configurando-se assim uma reciprocidade entre os dois desejos. Essa complementaridade ideal é característica da fase do espelhamento, correspondendo também àquilo que Freud designou de narcisismo primário. Por conseguinte, o que a mãe ama no filho é a imagem narcísica construída em torno dele e com a qual procura revesti-lo, como já desenvolvido anteriormente. Nesse primeiro tempo, mesmo que outros possam se fazer presentes, não existe ainda um elemento terceiro mediatizando a identificação fálica da criança com a mãe. Pode-se então afirmar que a cena edípica da mãe fálica-narcisismo, para usar um termo de Vallejo e Guimarães (1981), é composta pela tríade mãe-filho-falo.

Mas, o fato da mãe desejar algo para além do filho demonstra não ser toda autossuficiente, o que leva a criança a retomar a sua crença de nada faltar ao Outro materno. Ao mesmo tempo, a percepção da incompletude materna abala a sua própria certeza de estar satisfazendo a mãe, de ser tudo para ela. Assim, o desejo da mãe, isto é, a sua carência ou falha, é o que permite uma abertura na coesão narcísica mãe-filho e, por conseguinte, a reconfiguração da cena edípica, lembra Dunker (2011): “Se a mãe não é toda, se lhe falta

algo, isso quer dizer também que a criança não é esse algo que falta à mãe. Surge, assim um lugar diferenciado, cujo ocupante é o pai” (p. 22).

No segundo tempo do Édipo, o pai surge como quarto elemento na triangulação mãe-filho-falo, intervindo aí com uma dupla proibição. De um lado, o pai priva a mãe do filho-falo, *não reintegrarás teu produto*, e, de outro, frustra a criança no seu desejo de tomar a mãe para si, *não te deitarás com tua mãe*. Quero destacar a ênfase dada por Lacan (1998) ao fato da castração realizada pelo pai incidir, nesse momento, não sobre o sujeito, mas sobre a mãe, desapossando-a do objeto fálico de seu desejo. Para o filho, por outro lado, coloca-se a problemática de *ser ou não ser* o falo da mãe, sendo a sua resposta crucial na escolha das diferentes estruturas psíquicas.

Se no primeiro tempo o pai é velado, nesse segundo momento, ele começa a se revelar e passa a rivalizar com o filho pelo desejo materno. É porque o olhar da mãe já não mais se detém no filho e agora está voltado ao pai que a criança intui ser o pai o falo materno. Dirige, então, o seu interesse para o pai, o qual passa a exercer para ele a função de Outro, afirma Lacan (1998).

A estreita ligação de esse remeter a mãe a uma lei que não é a dela, mas a de um Outro, com fato de o objeto de seu valor ser soberanamente possuído, na realidade, por esse mesmo Outro a cuja lei ela remete, fornece a chave da relação do Édipo. O que constitui seu caráter decisivo deve ser isolado como relação não com o pai, mas com a palavra do pai (LACAN, 1998, p. 199).

Nesse segundo tempo o pai é mediado pela mãe, uma vez que o valor da sua palavra é outorgado pelo discurso da mãe. O psicanalista traz a exemplaridade do famoso caso do paciente freudiano, o Pequeno Hans, relacionando o seu quadro fóbico à inoperância da função paterna no desejo materno, como se pode ler aqui: “Existe um problema, na medida em que a posição do pai é posta em dúvida pelo fato de não ser sua palavra que serve de lei para a mãe” (LACAN, 1999, p.199).

Logo, no desejo materno dão-se as possibilidades para o efetivo funcionamento da função paterna na regulação da economia libidinal entre a mãe e a criança. Cabe ressaltar não ser preciso um pai de carne e osso estar presente na concretude para rivalizar com a criança, pois outros elementos podem vir a ocupar esse lugar junto à mãe. O que está em jogo nesse momento é a introdução de algo que desprenda a criança da identificação fálica com o objeto materno e, ao mesmo tempo, a leve a uma primeira confrontação com a lei do pai.

O essencial é que a mãe funde o pai como mediador daquilo que está para além da lei dela e de seu capricho, ou seja, pura e simplesmente, a lei como tal. Trata-se do pai, portanto, como Nome do Pai, estreitamente ligado à enunciação da lei, como todo o desenvolvimento da doutrina freudiana no-lo anuncia e promove. E é nisso que ele é ou não é aceito pela criança como aquele que priva a mãe do objeto de seu desejo (LACAN, 1998, p. 197)

A propósito disto, Lajonquiére (1992) traz uma precisão sobre o que é *um pai*, valendo-se das seguintes palavras: “[...] é aquela ‘diferença introduzida por um desejo de mãe que não se esgota num desejo de filho’<sup>167</sup>. Diferença que deixa sua marca no espelhamento em que se encontravam a criança e a mãe” (p. 210). Desse modo, se o pai vem no discurso da mãe, a questão essencial é localizar quem é o pai para a mãe, ou, mais especificamente, quem ela reconhece como importante, a quem ela alude como seu objeto de desejo.

Nesse segundo tempo, o pai surge imaginariamente como uma figura aterrorizante e ameaçadora, pois a criança, ao confundir a função paterna (lei simbólica) com seu representante (portador), atribui ao pai a responsabilidade da mãe estar privada de algo, assim como as consequências de dano à sua imagem narcísica. Essa visão do pai como uma figura toda poderosa, não submetida a outra lei que não a sua, corresponde àquela do pai da horda primeva, discutida por Freud em *Totem e Tabu* (1912-1913). Contudo, é a partir da intervenção desse pai *terrível*, vivenciada pela criança como uma intrusão, que ela passa a ceder na sua posição de falo imaginário da mãe, ingressando assim na rivalidade fálica com o pai. Com o rival paterno no seu horizonte, reformulará a interrogação de outrora, de ser ou não ser o falo materno, e a reconfigurará em termos de ter ou não ter o falo. Situada desde a castração materna (falta no Outro), a criança passará, então, a formular suas teorias sobre a diferença sexual.

O terceiro tempo assinala o declínio do Édipo, pois a rivalidade fálica instalada em torno da mãe chega ao seu fim. Esse é um momento de simbolização, em que o pai imaginariamente percebido como a própria lei, torna-se agora o representante da lei simbólica. Nesse momento, o pai se revela, afirma Lacan (1999). Mas é na medida em que é desejado pela mãe, investido por ela do atributo fálico, que esse pai não mais aparece como o falo, mas, sim, é reconhecido como aquele que supostamente o tem. Essa reconfiguração no drama edípico, ou seja, o pai enquanto detentor do falo é quem tem a preferência da mãe, recoloca o falo em seu devido lugar: o de objeto do desejo da mãe, em sua dimensão simbólica. Isto é, a mãe deseja o pai, mas deseja para além dele, visto que os atributos deste

---

<sup>167</sup> Grifo de Lajonquiére (1992).

não obturam a sua falta. Logo, o falo, confere valor ao pai, mas, ao mesmo tempo, aponta à sua castração, levando a criança a descobrir que a todos os sujeitos, homens e mulheres, falta alguma coisa. Pois é o reconhecimento da castração no Outro (materno) e, por conseguinte, o da sua própria castração, o que possibilita à criança sair da posição de objeto fálico do desejo materno e ascender à condição de sujeito desejante e sexuado, identificado predominantemente a um dos dois sexos.

Ao final do Édipo, a castração, efeito da função paterna ou lei do pai, produz um corte no vínculo da mãe-fálica narcisismo, separando de forma radical os registros do ser e do ter, assim colocando um fim na crença imaginária da mãe de ter o falo e na do filho que acredita sê-lo, lembra Nasio (1997). É preciso destacar que a função paterna é a eficácia da lei simbólica sobre o desejo da mãe e do filho, na medida em que essa lei interdita o incesto e promove no sujeito o circuito do desejo, para além do desejo materno. Trata-se de uma função e por seu estatuto de operador simbólico não está colada às figuras parentais, podendo ser executada por outro(s) agente(s).

Lacan (1999) diz que a função do pai não coincide com o papel do pai, pois esse na condição de personagem na família pode ser deveras importante ou mesmo uma mera sombra, isso pouco importa, o que efetivamente conta é o que ele é no complexo de Édipo, a saber, uma metáfora. De tal modo, o pai não é um objeto real, embora possa intervir como objeto real para dar corpo à castração. É uma metáfora, afirma o psicanalista, pois o pai é um significante que vem no lugar de outro significante, residindo, aí, o sentido da função paterna.

A função do pai no complexo de Édipo é ser um significante que substitui o primeiro significante introduzido na simbolização, o significante materno. Segundo a fórmula que um dia lhes expliquei ser da metáfora, o pai vem no lugar da mãe, S em lugar de S', sendo S' a mãe como ligada a alguma coisa que era o x, ou seja, o significado na relação com a mãe (LACAN, 1999, p. 180).

A metáfora paterna é a operação que substitui o desejo da mãe, o significante fálico (S1), pelo Nome do Pai, o significante paterno (S2), de modo a introduzir uma nova significação no mundo simbólico<sup>168</sup> do sujeito. Essa substituição do desejo da mãe, sustentada no recalque primário<sup>169</sup>, institui uma referência simbólica, o Nome do Pai, o qual ordena o desejo do sujeito em relação à linguagem. De tal maneira, o processo metafórico não é outro

<sup>168</sup> Abordei essa questão no capítulo sobre o inconsciente estruturado como linguagem.

<sup>169</sup> A instalação da metáfora paterna está intrinsecamente relacionada ao recalque originário, pois a introdução de um significante novo (S2) faz o significante da primeira simbolização (S1) passar para baixo da barra da significação, tornando-o inconsciente.



senão o ato de simbolização primordial da lei, sendo o Nome do Pai a denominação empregada para assinalar essa função simbólica.

Para Lacan (1999), a carência do pai está associada à inconsistência da sua função no complexo de Édipo, o que não é coextensivo à ausência do pai real na família. Do mesmo modo, a presença real do pai não assegura o exercício de uma função normativa, uma vez que o pai enquanto lei simbólica será introduzido para a criança somente se a mãe desejar. Conseqüentemente, é a posição subjetiva da mãe na relação com o filho o que permitirá ou não à criança deixar a posição de objeto agido pelo Outro, de *assujeitado* aos desígnios maternos. É porque o significante Nome do Pai marca sua presença na mãe, como sinal da sua castração, que uma mulher, mesmo sem cônjuge é capaz de perpetuar para o filho a ordem simbólica. Ai está a importância do Édipo da mãe, pois é a sua falta que oportunizará a entrada de *um pai* e esse, se reconhecido como tal, virá interditá-la na *apetência de seu desejo*, valendo-me aqui das palavras de Lacan (1999, p.188).

Na realização da pesquisa, encontrei situações diversas quanto ao grau de participação do pai real na vida da família monoparental, porém todas as participantes destacaram a figura do pai biológico como um elemento importante na dinâmica familiar. Como vimos, a psicanálise contribuiu para despsicologizar as concepções do que é o pai, colocando em primeiro plano a operatividade da função paterna no campo desejante materno, o que permite um questionamento na suposição de existir na atualidade uma deficiência paterna como decorrência das mudanças nas configurações familiares, tema esse tão bem discutido por Cabistani (2007). Por outro lado, pareceu significativo as *mães na dobradiça* pesquisadas valerem-se da referência do pai real para sustentar a função paterna para os filhos, o que denota a subsistência de uma certa colagem imaginária entre o homem-pai e a função paterna, uma característica marcante das sociedades tradicionais.

Em um artigo intitulado *O mal estar na paternidade*, De Neuter (2004) ressalta a centralidade conferida pela teoria psicanalítica ao pai simbólico e à sua transmissão via palavra materna, mas questiona a pouca atenção dada ao papel do pai da realidade, bem como a escassez de estudos sobre a paternidade nos pais concretos. O autor nota não ser incomum ocorrerem separações, fugas para o trabalho, fobia, melancolia, abandono da criança ou mesmo o suicídio do homem ao tornar-se pai. Segundo o psicanalista, a paternidade pode promover no homem uma crise existencial mais ou menos grave, desencadear sintomas diversos, até mesmo a psicose. Vários elementos da subjetividade masculina são mobilizados na paternidade real, sendo o modo como o homem se posiciona frente a essa condição

relacionado às suas identificações inconscientes e fixações edípicas. Embora tenha me ocupado nesta pesquisa do tema maternidade, destaquei essa discussão pela sua ligação com o objeto de investigação, especialmente naquilo que concerne às interrogações lançadas pelo autor acerca das situações em que o pai da realidade tem dificuldade para desempenhar a função de pai e fazer valer a sua palavra junto à mulher e o filho.

Clarice, Sujeito 1, mãe solteira, relata os percalços vivenciados com o homem-pai no reconhecimento da paternidade da filha. De acordo com suas palavras, o pai *abandonou* a menina (e ela própria) em três ocasiões: primeiro na gravidez, em seguida, no nascimento, e depois de ter conhecido a pequena aos três anos e convivido com ela por algum tempo, resolve *desistir outra vez da filha*, ficando sem vê-la dos cinco até os sete anos. No momento em que retoma o contato, a gravidez da mulher com quem é casado cria novas dificuldades na relação da filha com o pai, refere a mãe.

Ocorre que Clarice, Sujeito 1, procura os avós paternos da criança e informa-lhes da neta, cuja existência desconheciam. Nesta época a menina estava com aproximadamente um ano e três meses e, desde então, estabelece-se um forte laço afetivo e uma convivência assídua entre os mesmos. A propósito disso, relata ter maior proximidade com essa família do que com a sua própria, cometendo um lapso de linguagem ao falar dos familiares do pai da menina, lapso esse que parece dizer muito sobre o caminho encontrado por essa mãe para construir uma filiação. Seguem abaixo, as palavras literais de Clarice:

A própria irmã, a família **dela**, dele, em geral, somos mais amigos, mais próximos do que a minha própria família que só agora a gente está começando a ser mais próximo. Mais por questões psíquicas de estrutura mesmo. A minha família é muito complicada.

A família *dele*, do pai real, torna-se a família *dela*, da menina e da Clarice. Foram árduos os obstáculos enfrentados na realização do seu grande sonho de *ser mãe*, assim como para dar conta das demandas de uma *maternidade sozinha*, sem o amparo dos próprios pais, sem um trabalho e uma casa para morar, especialmente durante a gravidez e o começo da vida da criança, o que contribui para as duas serem *grudadinhas*, como refere Clarice, Sujeito 1, desde o nascimento. Porém, cabe notar que a célula narcísica mãe-filha não permaneceu fechada em si, pois essa mãe, por não ser toda, desejou algo para além da criança, pois ela quis dar-lhe *um pai*. O fato de ter buscado os avós paternos demonstra a sua posição de incompletude na relação com a filha, pois endereça-lhes a menina, como é possível ler aqui: “[...] ainda tive a boa intuição de ligar para os avós, porque eu não tinha figura materna e a figura materna para oferecer para a (menina), e os avós paternos, sim, eles acolheram ela”.

Embora o *vínculo maior*, segundo as suas palavras, seja com os avós, o pai real ocupa o lugar de pai imaginário, uma vez que assim é aludido no decurso de toda a sua fala. Interessa chamar a atenção para o modo como Clarice, Sujeito 1, sustenta para a filha a imagem paterna, procurando fazer isso de forma a não ferir a menina no seu valor narcísico, na sua auto imagem.

[...]uma coisa que eu nunca fiz foi detonar ele, nunca, nunca, nunca, jamais. O que ela (menina) falava, eu dizia: “**Não papai agora não pode, não é só contigo que ele tem dificuldade de relacionamento, com as outras pessoas também. A luzinha do coração está apagada!**” E assim a gente ia, sabe. Chegava lá no centro espírita e ela me dizia: “Mãe, (eu quase morria!) mãe vamos colocar o nome do papai para ver se acende a luz do coração!” Bom, respirava fundo e vamos, vamos colocar, ia lá e botava. Então, um entendimento que ela tinha que não era só com ela, uma pessoa que tinha essa dificuldade.

No discurso de Lúcia, Sujeito 2, pode-se notar esse mesmo cuidado com a preservação da imagem do pai real para o filho, um menino hoje pré-adolescente. Após a separação do casal, Lúcia encontrou muitas dificuldades de ordem emocional e financeira, como referi na seção anterior, porém procurou sustentar o lugar do pai para o menino. As suas palavras textuais evidenciam essa questão.

Porque dentro de casa, eu chegava em casa assim, eu tinha que estar bem para cuidar do (filho), eu não podia transparecer tristeza para ele e nem o que eu estava sentindo, para ele. **E jamais, jamais, em nenhum momento eu botei ele contra o pai dele e nenhum momento falei mal do dele para ele. Nunca, nunca, nunca!** Eu digo: ele vai crescer e ele vai ver. Não é o meu papel falar mal do pai dele para ele. Esse não é o meu papel de mãe, não é isso e **não é um direito meu**, apontar os defeitos do pai dele. É eu, o problema que eu tenho com o pai dele é meu e do pai dele. O (filho) não tem nada a ver com isso. Não, nunca botei contra. Nunca falei mal: “Ah, o teu pai é isso, teu pai é aquilo, teu pai fez aquilo”. Nunca, nunca tu vai ouvir da minha boca dizendo isso.

Cabe assinalar que o casal parental rompeu o laço conjugal no quinto ano de vida da criança, momento em que a função paterna<sup>170</sup> que regula a economia de gozo entre mãe e filho já está em funcionamento. Pode-se notar no discurso de Lúcia, Sujeito 2, o pai real dando corpo a essa função, ou seja, aparece como o portador da lei simbólica, pois a mãe confere valor à sua palavra, diferenciando-a da sua própria palavra na limitação do filho. Embora dirija queixas ao ex-marido, naquilo que concerne à participação do mesmo na vida do menino, apela à autoridade paterna para dar sustentação ao exercício da função educativa, como se pode ler abaixo.

---

<sup>170</sup> A castração operada pela função paterna produz um prejuízo no gozo da mãe-filho.

É complicado a gente **criar sozinha** porque...às vezes eu chamo o pai dele.... **é complicado servir de pai e mãe.**[...] Aquela autoridade do pai tu não consegues passar. Acho que por eu estar com ele (o filho), ter a guarda dele, conviver com ele, eu acho que ele me enfrenta muito mais do que enfrenta o pai. O pai dele diz “ai” e ele baixa a cabeça e fica quieto. E comigo ele bate boca direto. **É bem diferente.**

Se o pai real está investido de valor pela mãe, se ela o toma como o representante da lei simbólica, a sua presença física ou mesmo a sua voz ao telefone têm importantes efeitos tanto para tranquilizar a mãe como para limitar o filho. A figura masculina, “aquela figura maior dentro de casa”, para me valer das palavras textuais de Lúcia, Sujeito 2, parece suscitar na dupla um confronto mais direto com a lei. Essa eficácia da presença do pai real parece ainda mais contundente na medida em que a criança cresce e passa a colocar em xeque o poder da mãe. É preciso notar ser a adolescência um período marcado pela revivescência do Édipo, momento em que as antigas rivalidades e identificações dos filhos com os outros parentais emergem novamente, reativando também as vivências edípicas dos próprios pais. No capítulo da feminilidade, foi visto que Lúcia, Sujeito 2, traz da sua infância uma imagem de pai *ausente*, porém no trecho abaixo explicitado, pode-se notar a inscrição do Nome do Pai na sua subjetividade, pois a mesma mostra-se faltosa, convocando o pai real a interceder como lei para além da lei materna. No recorte discursivo apresentado a seguir, Lúcia, Sujeito 2, indica o pai real desempenhando a função paterna na dinâmica dessa família.

O (filho) está se tornando, está entrando na **pré-adolescência**, está se tornando um homem,... e eu fora o dia inteiro. Então, começou a vir assim, mentira, esconder certas coisas e que ele acaba me contando depois ou eu descobrindo e que eu não consigo lidar. E ele bate boca parelho. Parelhinho! Pelo jeito **quer ser o homem dentro de casa, por ser só eu e ele, ele quer ser o homem dentro de casa. Eu não consigo e quando eu quero dar freio...** Aí, eu brigo, grito, eu dou uns tapas de vez em quando,... **mas ele ouve mais o pai.** Não sei se é porque o pai nunca está junto, o pai não está por perto que ele... Não sei se é medo ou respeito ou o que é, mas **ele ouve mais o pai.** Então já que tu ouves mais, vou chamar o teu pai para falar contigo! **Aí, ele dá uma freada. Eu acho que ele (filho) me vê como mãe, como mulher...** Que ele... eu estou aqui, estou em casa o dia inteiro dentro de casa... nesse pé, toma conta.

Pode-se então dizer que Lúcia, Sujeito 2, mulher que atravessou o Édipo e reconhece a diferença sexual, se serve da presença real do homem-pai como um aporte para a transmissão da falta e demarcação dos modelos identificatórios para o filho.

A mãe é mais assim... para uma menina, acho que a mãe é mais companheira. Acho que para o guri, acho que a mãe é mais amiga, assim, mas não tem aquela parceria que o homem... E o filho homem se identifica muito com o pai, apesar dele ir muito para o lado da mãe, **ele se**

**identifica mais com o pai, que é o espelho dele. E acho que eu não conseguiria fazer isso.** Eu acho que essa figura paterna que a criança, que no caso o homem cobra mais, **eu não poderia ser.** Os dois juntos não.

Do mesmo modo, para Lurdes, Sujeito 3, mãe de uma menina pré-adolescente, a intervenção do homem-pai junto à filha tem um efeito diferenciado daquele produzido pelo seu discurso. Segundo ela, a sua palavra não opera com eficácia sobre a menina, ao passo que a simples presença do pai, a sua voz e olhar, a limita.

Porque o filho, não sei se eu que tenho essa concepção, tem sempre mais respeito pelo pai, **que é ausente. A mamãe que convive diariamente, que corre para cima e para baixo, que tem que bater boca.** O falar muito e bater boca para eles é, eles não dão importância mais. **Eu acho que há muito mais respeito com quem diz uma palavra ou duas e sai correndo atrás.** Mas, o que eu gostaria... É a mamãe que fica batendo boca e falando e repetindo e tem que fazer as coisas direito e eles perdem, não é que perdem o respeito, não sei porque não dão importância, eu gostaria que fosse diferente, mas na maioria das vezes é, na maioria é assim. **Porque o pai fala um pouquinho, olha atravessado e deu e a mãe não consegue isso.**

É preciso notar nessa mãe a existência de um temor e, ao mesmo tempo, de uma desaprovação quanto ao modo intolerante e rígido do pai real intervir junto à filha, o que não é sem consequências para a dinâmica das relações nessa família. A forma *enérgica*, para usar um termo de Lurdes, Sujeito 3, desse homem exercer a paternidade parece remetê-la à vivência com o seu próprio pai, um homem com dificuldades para *dialogar* e muito *violento* com os filhos, como lembra. Cabe assinalar que Lurdes percebe-se impotente diante dos confrontos com a filha e das suas reivindicações, denotando aí a mesma paralisia sentida perante a violência infligida pelo seu pai, o que leva a pensar em uma ineficácia em torno da operação simbólica na sua subjetividade, evidenciada pelo excesso de palavras que não fazem marca. Nela, a palavra está *gasta*.

Embora destaque e enalteça a importância da presença do pai da menina, desde os primeiros meses de vida da mesma, lê-se em seu discurso a existência de uma barreira na entrada efetiva do pai real enquanto agenciador da função paterna. Mesmo com dificuldades para colocar os limites para a filha, Lurdes, Sujeito 3, nada compartilha dessa problemática com o homem-pai, deixando-o totalmente fora da educação da pré-adolescente. Relata existir um *muro* entre eles, associando a dificuldade de dividir os assuntos relacionados à filha ao ressentimento pelo fracasso do laço amoroso, ponderando ser necessário *abrir as portas* dessa relação.

Talvez essa mãe tema que a menina sofra do pai real a mesma violência experimentada por ela na infância, por isso deixa-lhe poucas brechas para entrar como interceptor na função educativa. Tomo o excerto de uma entrevista de Lurdes, Sujeito 3, associado ao tema do pai, onde se pode observar a exclusão da figura paterna dos impasses vivenciados pela mãe e filha no cotidiano.

Porque ela (filha) coloca o pai assim, ah, ela diz assim, **ela poupa muito o pai** nesse sentido, ela diz: “**Ah, tadinho do meu pai!**” Qualquer coisa que acontece é: “**Tadinho do meu pai!**” Eu disse: “Tu conversa com teu pai, tu passa alguma coisa para ele? Não!” Não passa nada para ele, de nenhuma queixa nem nada.

- “Tadinho do meu pai”!

(risada) Porque, “**tadinho**”, já faz tanta coisa, tem tanto gasto. “**Tadinho do meu pai!**” Que não tem que estar dizendo nada para ele. Na verdade, não está havendo nenhuma conversa, assim de confronto de repente, não sei, ainda não falei com ele, mas digo para ela (filha) e ela me diz que não fala nada para ele. Eu tenho que conversar com ele, se ela se queixa, se pede ajuda, se ela conversa com ele, se ela comenta algo com ele e o que ele diz, ainda não perguntei para ele.

- O que tu achas que acontece?

**A parte do pai é só a parte boa**, a parte do pai é de carinho, de mimo, de fazer carícia, de saírem, é assim a relação que ela tem com o pai, assim que eu vejo. De pouco diálogo, porque o pai dela fala pouco, ela também, **e ela não quer ser cobrada de nada** porque tem esse, há esse silêncio, essa, não é. **Ela não quer misturar, não quer passar nada para ele, nenhum problema.**

- Ela não quer?

Ah, lembrei de uma situação que ela (menina) diz: “**Tadinho do meu pai!**” Assim: “Ah, a minha filha pede livro para a mãe, cobra, cobra e isso, aquilo. Pede para o teu pai: “**Não, tadinho do meu pai!**” Ele ajuda muito, mas quando eu peço para ela dividir alguma coisa com ele, ou falar, não, nada disso, ela não cobra. **Ela tem uma relação com o pai, eu vejo assim, só o bom, só melhor, o pai que não reclama nada, não precisa arrumar, não precisa cobrar, não precisa ajustar nada, é assim que eu vejo.** Eu acho que eu não sei, alguém tem que dizer alguma coisa disso, que eu tenho que colocar as situações para ele, conversar com ele. E aí ele foge de qualquer situação, como fugiu com a gente de qualquer diálogo. É uma pessoa que não para, não senta, vamos conversar isso, aquilo. Vou ter que fazer esse momento acontecer. Acho que é o momento que tem que, vou ter que achar uma solução. **A gente sempre acha que consegue contornar as coisas sozinha**, sem ajuda de uma orientação, **algum psicólogo**, sempre quis colocar ela, não só ela, a família toda, alguma coisa... tratamento... **Já pensei várias vezes em ter uma orientação.**

Se o pai é mediado pela palavra materna, então a atitude da filha de poupá-lo de tudo expressa o desejo da mãe de mantê-lo de fora, de protegê-lo, apartado das questões em torno da menina, naquilo que concerne ao ato educativo. Mas, o que a mãe deseja é poupar a filha da intervenção paterna, uma vez que traz consigo a imago de um *pai terrível*. Por outro lado,

vemos Lurdes, Sujeito 3, endereçar um apelo ao Outro, pois demanda a ajuda de um terceiro, sob a figura de um especialista, demonstrando ser marcada pela falta.

Por sua vez, o discurso de Janete, Sujeito 5, sobre o pai real de sua filha, homem com quem foi casada até o terceiro ano de idade da menina, demonstra os resquícios de uma separação *litigiosa* e da *briga*, conforme suas palavras, instaurada desde então entre o casal parental. A separação ocorreu por iniciativa de Janete, sem a concordância do cônjuge. Segundo ela, a relação com o ex-marido é bastante difícil e o convívio dele com a filha é escasso, atribuindo esse distanciamento ao fato deste ter constituído uma nova família: “Ele simplesmente virou as costas para a guria”, afirma.

Como visto na seção sobre a *mãe sozinha*, Janete, Sujeito 5, significa a maternidade como sendo uma atribuição feminina, relacionada à figura da mãe, conferindo ao pai um papel secundário nos cuidados da criança, mesmo no laço conjugal. Em sua narrativa, o pai surge como um personagem com *papel mais figurativo* na família, uma vez que as figuras femininas (a mãe e a empregada) eram quem *comandavam a casa*, lembra. Descreve o pai como um homem consumista, *um bon vivant*, que em nada contribuía, e por isso não podia reclamar. Por outro lado, Janete, Sujeito 5, traz a ideia de ser o pai alguém rígido em relação às suas regras, estando estas acima das normas da mãe. Embora a mãe tivesse um grau de escolarização superior ao do pai, era ele quem cobrava as obrigações escolares e quem colocava de castigo, *fazendo o papel de ruim da história*, valendo-me aqui da literalidade das suas palavras.

Janete, Sujeito 5, é um sujeito marcado pelo significante paterno, uma vez que é possível vislumbrar em seu discurso as normas da cultura, mas quero destacar existir algo nela como uma recusa ou frouxidão na operação da castração. Um exemplo do modo como se coloca diante da falta está na sua narrativa sobre o adoecimento e morte do seu pai, momento em que estava com quatorze anos de idade. Sobre isto, Janete, Sujeito 5, diz:

Não lembro muito, tipo, odeio hospital! Minha mãe sempre soube disso, **então ela me poupava** de ir e eu quase não ia... Só vou em nascimento... [...] Quando **ele** (pai) morreu, eu **não fui no enterro, porque eu não quis ir**, mas não por causa disso, porque também é outro lugar que eu não vou é enterro, sabe, tipo, também não fui ao **enterro da minha mãe**.

A respeito da sua vida adulta, especificamente da condição de mãe, também se pode ler em seu discurso uma recusa em se deparar com a falta no Outro. Essa questão surge de forma evidente na forma como Janete, Sujeito 5, toma os apontamentos da instituição de ensino onde estuda a sua filha sobre o comportamento e a aprendizagem da mesma. Para

Janete, os impasses da criança no ambiente educacional se devem à ineficiência do colégio para resolver os problemas, à intolerância da professora ou ainda aos conteúdos serem desinteressantes para a filha. Traz a exemplaridade de uma situação em que a menina se nega a compartilhar a bola com os demais colegas, na aula de educação física, referindo-se a essa e outras vicissitudes da mesma na escola com as seguintes palavras: “Então, eu acho que tem que dar uma atenção especial, mas eu não consigo enxergar isso como um super problema, sabe”. Segundo ela, a instituição escolar solicita frequentemente a presença do pai para tratar das questões da menina e este atende aos chamados, disponibilizando-se a participar, o que efetivamente não ocorre, avalia a mãe. No recorte abaixo explicitado associado ao tema do contexto escolar, pode-se encontrar algumas pistas sobre o lugar do pai real no discurso de Janete, Sujeito 5.

Porque o que elas (a professora e a psicóloga da escola) indicam é fazer uma terapia e eu acho que realmente ela (filha) precisa de um acompanhamento, só que realmente eu não tenho condições de pagar, nem de levar, nem de buscar. Enquanto ele (o pai) não me ajudar, eu não tenho o que fazer, eu não tenho.

- E tu conversaste sobre isso com ele (o pai)?

Já, agora eu nem falo com ele e a escola disse que iria falar com ele, iria chamá-lo de novo. Só que **ele põe a responsabilidade nas minhas costas, porque diz que eu que tenho a guarda, então eu que me vire**. Não vou (levar para a terapia), não tenho como. Tanto que eu parei a minha terapia porque não tinha mais como pagar [...]. Eu não tenho o que fazer, se ele não me ajudar...

- Tu falaste que o pai vai constantemente ao colégio.

Às vezes ele vai. Essa semana ele foi, mas (não para falar com a psicóloga), **foi para ver ela** (a menina). Fica dez minutos na hora da saída e...vai embora.

- E o que tu acha disso?

Não tenho nada contra. Acho bom. Mas, **acho também que não é o horário que ele deveria ir**. Acho que ele deveria pegar ela (menina) na saída, levá-la jantar e não ficar ali dez minutos e ir embora.

Ainda que Janete, Sujeito 5, levante certa oposição e critique o comportamento do pai na escola, esse lugar emerge em seu discurso como um território mais neutro, onde o pai real encontra uma brecha para vir dar suporte à função paterna. Pode-se considerar que o pai real, ao incumbir-se dos custeios da escola da filha, produz uma limitação, mesmo que de forma parca, no desejo da mãe de manter a filha na posição de objeto *assujeitado* aos seus intentos, como se pode notar no recorte discursivo apresentado a seguir.



O pai dela é mais neurótico, mas só que ele não fala, não se mete, porque **ele não tem o direito por não acompanhar o dia a dia**. [...] Sei que isso (hábitos alimentares) o incomoda, um dia ele vai atirar isso na minha cara.

- Não se mete porque acha que não tem o direito?

Tenho certeza. **Tanto que a única coisa que ele se mete é na questão do colégio, porque acho que ele se sente no direito, já que ele paga o colégio**. Então, ele vive no colégio.

- Sim.

Ele vai lá perguntar para a professora como a (menina) está, pergunta para o cara da Kombi como é que a (menina) está. Ao invés de perguntar para mim, ele pergunta lá. E eu só posso imaginar que é por isso. **Como ele paga o colégio, ele se sente, sabe?** Tanto que quando eles mandaram esse bilhete para ele, eu não sei, eu fiquei pensando se é certo, a responsável por ela sou eu. **Tem que mandar para mim e eu falo com ele, porque mesmo não falando com ele eu não deixo de falar as coisas assim que eu julgo importante**, assim, tipo, avaliação dela, quando eu recebo a avaliação dela, tiro uma cópia e mando para ele, enfim... **Como ele está sempre lá, ele deve ter aberto essa porta assim...**

Qual outra porta precisaria ser aberta? Na escuta do discurso de Janete, chama atenção o lugar conferido à menina no campo desejante familiar, pois a pequena parece estar situada em um verdadeiro campo de batalha onde se travam as disputas e depositam-se os ressentimentos do casal parental. Quero destacar o discurso da mãe sobre o pai real, cuja enunciação impõe para a filha, aos sete anos, o constrangimento de ter que escolher a quem mais ama, a mãe ou o pai. Tomentos um recorte de entrevista de Janete, Sujeito 5, para dar visibilidade a essa questão.

- Tu usaste uma palavra para falar da (menina). Acho que foi dissimulada.

**Dissimulada**. Ela é, porque ela chega aqui e diz uma coisa, tipo, assim, aqui ela é bem normal e daí ela diz: **“Aí que saco, eu não quero ir com o meu pai”**. **Quando ela chega, aí com ele, ela é toda querida, toda, sabe. Então, tu nunca sabes qual é o lado dela, sabe**. Hoje, ela falou assim... Esses tempos, ele deu um colar para ela que ele trouxe de Londres com uma bailarina [...] O colar arrebitou e eu guardei para ver se eu conseguiria arrumar a corrente, e aí ele fez uma **confusão** com o tal do colar, porque o colar era para ter ficado na casa dele, não era para ter trazido para cá. **Tudo que é de lá, é de lá, o que é daqui, é daqui**. Mas ela trouxe para cá, achei que ele tinha dado para ela. E eu não sei onde eu coloque o tal do colar... [...] E aí ele disse: “Mãe, meu pai tá perguntando do colar”. Não sei, diz para ele que, eu não sei, que... Daí, eu dei um colar para ela, que era meu com uma corrente com uma boneca... [...] “Aí que lindo mãe!” (menina) “Quer botar?”(mãe) “Não vou colocar, porque se eu colocar meu pai vai lembrar do colar e aí já vai dar **confusão** e daqui a pouco eu vou ter que deixar esse lá, já que eu não levei o da bailarina”(menina). **Então, é tudo assim. Ela sempre já pensa na frente, sabe**. Hoje eu disse: “Vais colocar a sandália!” “Não, eu mostrei essa para o meu pai e ele achou horrorosa [...]”. “Não, tu vais colocar, porque é a única que tens. Porque se tu fores com a outra, toda velha, ele ainda vai dizer que tu estás toda mal arrumada. Vais colocar a sandália! Ela colocou, porque não tinha outra opção. A outra é de salto, aí mesmo ele não

gosta, deus o livre! **Aí ela foi a muito contragosto com a tal da sandália. Vê se pode, agora... Se ele falar alguma coisa, tu diz: “Foi a sandália que eu ganhei! Nem fui eu (mãe) quem deu, foi a tia dele (pai) quem deu”.**

Sabe-se que a função paterna é o de ser uma metáfora, isto é, a de substituir o significante materno pelo significante paterno. Como visto no início desta seção, essa operação é responsável por produzir uma ruptura no desejo da mãe, podendo ser desempenhada pelo pai real ou por outros. No discurso de Janete, Sujeito 5, o pai de carne e osso é significado pela mãe como a referência de pai para a criança. Uma questão é se o pai real opera de modo a remeter a mãe a outra lei que não à dela, mas a de um Outro. Para Janete, Sujeito 5, no registro do Imaginário, o pai real é uma figura com *papel mais figurativo*, pouco auxiliando-a nos cuidados e educação da menina. Porém, pode-se notar em seu discurso o pai real dando corpo à função de corte, naquilo que concerne à alimentação da menina. A comida surge como uma questão importante no universo dessa mulher, pois refere *sempre ter sido gordinha*, assim como indica ser o pai da menina, supondo o mesmo destino à filha. Nesta problemática, Janete, Sujeito 5, parece investir de valor a palavra do pai real, pois afirma: “Ele é muito neurótico com isso (peso). **Isso ele controla bem nela** (filha). Ele não deixa ela comer nada quando está com ele”. Nesse ponto, estará o pai real autorizado pela mãe a desempenhar a função paterna?

No capítulo sobre o narcisismo trouxe o argumento de Kehl (2008) sobre a presença do pai real fazer diferença no começo da vida da criança, pois ele é um elemento capaz de interromper os excessos da mãe no laço com o filho. Na investigação das mães sozinhas, a escuta de suas experiências me levou a pensar ser o pai real uma presença importante na mediação e apaziguamento do desejo materno de fechar a unidade narcísica mãe-filho, mesmo num tempo em que as crianças já não são tão pequenas.

Alice, Sujeito 4, mãe possessiva, indica bem a diferença que pode vir causar um pai de carne e osso, desejoso de estar incluído na vida da criança, no apego da dupla mãe-filho na família monoparental. Logo após o término do seu casamento, Alice mudou-se de cidade com o filho para assumir um novo emprego, sendo esta decisão apenas *comunicada* ao pai do menino, na época com aproximadamente dois anos de idade: “E daí iria ser eu e ele (filho) na outra cidade [...]”, relata. Segundo ela, o pai visitou regularmente a criança na localidade onde moravam, o que lhe causa a percepção de que o pai não iria abandonar a criança e nem ela iria ficar sozinha com o pequeno. No decurso das entrevistas, narra ter realizado uma viagem de estudos para outro país por um período de quatro meses, levando consigo o menino. O

terceiro mês coincidiu com o período de retorno escolar, então *o pai foi buscar*, pois assim o filho, na época com sete anos, não *perderia aula*, afirma a mãe. No seu relato, essa separação *oceânica* causada pela intervenção paterna parece ter sido tão sofrida como foi a da mãe Panda do seu bebê. Mas quero destacar um recorte discursivo de Alice, Sujeito 4, associado ao tema do pai, onde se pode vislumbrar o deslocamento da sua posição subjetiva em relação ao filho.

Eu acho que hoje a gente (casal parental) dialoga muito mais do que naquele momento (separação), naquele momento, eu me fechei mesmo, não tem conversa, sou eu que decido. Só que agora o (menino) está maiorzinho, então, até eu vejo mais necessidade de conversar, é melhor para ele (filho), para ele se sentir melhor de saber que a gente conversa, que a gente combina as coisas... [...] **o pai dele se dispõe a ajudar, sempre diz que posso contar com a ajuda dele, então vamos abrir a guarda um pouco, e eu vejo que faz bem para o (menino), o (menino) chega feliz, o (menino) não fica com aquela angústia:** “Aí, se eu sentir saudade do pai, eu posso vê-lo outro dia?” Ele nunca mais perguntou isso. Uma vez ele me perguntou e eu disse: “Se um dia tu tiveres saudades, um dia que não seja o dia (de ir para a casa do pai), a gente combina”. Aí quando começou essa história: vê um pouco o pai na terça, vai ficar com o pai na quinta... está, parece que resolveu.

Em outro momento, Alice, Sujeito 4, fala de como vê a relação do menino com o pai, demonstrando aí a abertura no seu desejo de posse em relação ao filho:

- Como é para ele (menino) essa ida à casa do pai?

Ele gosta muito, ele curte bastante. **Essa coisa deles terem a brincadeira deles, de lutinha, jogar futebol, de ficar implicando um com o outro, assim... essas coisas de fazer pegadinha...** Eu já não gosto, aí eu fico toda, toda fazendo drama... Mas, ele gosta bastante de ficar lá, ele nunca me pediu para não ir, sabe, nunca teve... com a gente, sempre foi bem tranquilo. **Já é uma rotina, a gente já se acostuma.**

Trouxe os principais aspectos emergentes nos discursos das mães sobre o pai real, uma vez que a ausência de um cônjuge é a característica essencial da configuração monoparental. Expus que, para a psicanálise, a função de pai refere-se à sua eficácia no complexo de Édipo, porém a sua entrada aí depende de uma abertura no desejo de mãe. Para as *mães na dobradiça* investigadas, a figura do homem-pai não é sem importância nos seus imaginários, o que indica a permanência de referências do modelo de família tradicional, naquilo que concerne ao lugar do homem na paternidade e da mulher na maternidade. Assinalo o fato de todas as mulheres pesquisadas incluírem o pai real nas suas narrativas e reportarem-se a ele como um elemento importante no contexto da família. Por outro lado, aponto que nem todas as mães sustentam para os filhos o lugar do pai real como agente da função paterna. De tal modo, a

*dobradiça* abre-se, mais ou menos, conforme a singularidade de cada uma e da insistência de cada pai.

## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS: ALGUNS LAMPEJOS NO LUSCO FUSCO

Assim como o desejo da mãe é fundamental na gestão de uma existência simbólica para a criança, o desejo do pesquisador é essencial na gestação e na *concepção* de um trabalho de pesquisa, uma vez que esse empreendimento somente toma corpo e vem ao mundo se houver uma considerável parcela de investimento de quem se propõe a realizá-lo. Talvez por isso a tessitura de uma tese assemelha-se ao trabalho materno, pois, assim como a mãe doa sentidos para o filho *vingar*, o autor emprega as suas palavras e o seu olhar para construir *respostas* em torno de uma determinada questão. Não é por acaso que, chegado o tempo de finalizar, sobrevém uma satisfação com a realização de uma tarefa tão complexa e, ao mesmo tempo, uma certa inquietação. Uma questão capital na maternidade é a mãe saber se *retirar* no momento em que o filho demonstre ter condições para habitar o *mundo lá fora*, valendo-me aqui das palavras de uma das participantes do estudo. Esta parece ser uma encruzilhada difícil para as mulheres, no entanto, também, é o sinal de terem essas mães alcançado algum sucesso em suas apostas nas crianças como sujeitos particularizados e desligados delas. A finalização da escrita da tese implica igualmente uma *retirada*, não sem trazer para o autor as mesmas incertezas vivenciadas pela mãe quanto ao filho estar realmente *pronto* para tornar-se um cidadão do mundo.

No tempo de concluir, a retomada dos caminhos seguidos na construção da pesquisa parece ser uma estratégia produtiva para acompanhar como foi essa *criação*. De tal modo, retomo o propósito norteador do estudo, a direção tomada na fundamentação teórica e os principais apontamentos de cada capítulo, para, então, apresentar as minhas considerações sobre a investigação e alguns encaminhamentos.

O tema da maternidade na configuração familiar monoparental feminina contemporânea emergiu, em parte, da minha dissertação de mestrado em Psicologia Social e da Personalidade sobre a subjetividade dos trabalhadores *viajantes*, os motoristas de caminhão. No percurso do doutorado em Educação, os poucos, fui retomando essa temática, desde outra perspectiva, reformulando os questionamentos, dirigindo-os para os modos de subjetivação no laço social contemporâneo. Levando em conta ser a família a célula elementar da sociedade e o aparecimento de novas e múltiplas formas de organização familiar na atualidade, assumi o propósito de aprofundar o olhar sobre uma destas configurações.

Neste estudo, o objetivo foi compreender as concepções de maternidade de mulheres situadas no contexto monoparental contemporâneo, analisando as implicações das visões dessas mães no exercício da função educativa. A psicanálise freudiana e lacaniana foi o referencial teórico do qual me utilizei para analisar a subjetividade feminina, sendo o narcisismo, a feminilidade, o complexo de Édipo e o Desejo de mãe os eixos teóricos interpretativos principais, tomados de acordo com as mudanças da família na cultura. Recorri ao diálogo com outras disciplinas das Ciências Humanas, cujas abordagens históricas e antropológicas, contribuíram para enriquecer a compreensão sobre a temática, sobretudo, para desnaturalizar a maternidade e apreender as relações entre os seus significados e atribuições e a cultura. Um traço particularizado da minha singularidade é o interesse pela história, algo que sempre me acompanhou e, conseqüentemente, isso não poderia deixar de fazer marca nesta pesquisa, na leitura e interpretação desta investigação.

Busquei destacar das falas das mães algumas das significações associadas aos elementos fundamentais desse grupo cultural, a saber, a mãe, o filho e o pai, conforme a indicação das participantes, para desvelar as representações dessas mulheres sobre a maternidade, observando aí as regularidades emergentes.

Na aproximação do objeto de pesquisa, entendi ser necessário, inicialmente, apresentar uma caracterização do perfil socioeconômico das mulheres em questão, mostrando que, no universo das famílias brasileiras governadas pela figura feminina, a mulher sem cônjuge, com filho, compõe o grupo de maior proporção. Evidenciei a pluralidade das famílias monoparentais, em que mulheres solteiras, separadas, viúvas, com ou sem filhos, menores ou maiores compõem esse universo multifacetado, cujas características sociais e econômicas não podem ser estendidas de forma generalizada a todas. Os dados apresentados trouxeram um pouco da realidade, por vezes precária, dessas *mães sozinhas*, uma vez que a renda nas famílias monoparentais, em geral, é menor do que nas famílias de casais. Mas essa exposição de dados ofereceu, sobretudo, um esboço do novo panorama da mulher na sociedade brasileira contemporânea, no qual ela demonstra ter um trabalho remunerado, uma escolaridade mais elevada e filhos cada vez mais tarde. Este último detalhe independe de sua situação social e econômica.

Tomei a contemporaneidade como um tempo de transição paradigmática em que ocorrem intensas transformações culturais, pressupondo existir nesse cenário uma possível mudança nos modos de subjetivação das *mães na dobradiça*. Para me referir a esse momento de passagem da modernidade para a pós-modernidade, época marcada por turbulências, por

avanços e retrocessos nas regras sociais, empreguei o termo *dobradiça* em analogia ao objeto mecânico cuja função é articular duas peças, possibilitando a abertura e o fechamento das mesmas. Parti da interrogação em torno do amor materno incondicional para colocar em debate as relações das mulheres com a maternidade, destacando que os modos como estas a significam estão associados aos discursos sociais de suas épocas. Essa afirmativa conduziu-me a construir uma contextualização da mulher na história, com o intuito de demonstrar os deslocamentos nas representações do feminino e da maternidade na cultura ocidental, recortando nesse percurso o período do final da Idade Média até a modernidade. Para isso, valho-me, fundamentalmente, do pensamento de Nobert Elias, uma vez que esse permite compreender as relações entre o *processo civilizador* e as mudanças nos modos de subjetivação. Procurei entrever no debate do autor sobre as modificações da conduta e sentimentos humanos, associadas ao surgimento do Estado moderno, como se apresentavam as formas de subjetivar da mulher, do homem e da criança, assim como as formas de organização da família, no tempo medieval e na primeira fase da era moderna. Levando em conta as mudanças na cultura, sobretudo na família, e os novos códigos estruturantes do laço social na contemporaneidade, examinei, com o suporte de autores da psicanálise, como as mulheres sem cônjuge, *mães na dobradiça*, compreendem a vivência da *maternidade sozinha*, a partir das noções de conjugalidade e parentalidade. Constatei que, embora tenham ocorrido algumas mudanças nos significados preconceituosos do passado em torno da *mãe sozinha* e a posição social da mulher atual seja outra, as referências tradicionais de família continuam vivas e palpitantes nas mulheres dessa configuração familiar. A representação da família conjugal como modelo ideal, isto é, como padrão de conjugalidade e parentalidade a ser seguido, produz um prejuízo nos modos como essas mães tomam os filhos e exercem a parentalidade. Sublinhei a autorrepresentação das mulheres desse grupo cultural como *mães sozinhas* e os significados construídos em torno dessa designação, mostrando que a monoparentalidade é uma experiência de desamparo e, ao mesmo tempo, de empoderamento. Conclui-se que o poder da *mãe sozinha*, no contexto familiar, pode ser relativizado com a dialetização dessas experiências, via inscrição da função paterna na mulher.

A função educativa materna, ponto central para a compreensão da configuração monoparental feminina, conduziu-me a examinar a temática da educação, através das relações entre os processos de educar e civilizar. Primeiramente, com um olhar histórico, abordei a progressiva valorização da maternidade na modernidade, uma vez que a mãe, promovida no social à condição de primeira educadora, torna-se a principal responsável pela formação dos

futuros cidadãos na nação-Estado. Nessa perspectiva, expus as ligações entre as representações do feminino no imaginário social e as formas como as mulheres foram educadas nesse período, observando a trilha que levou a mãe da família nuclear burguesa a conferir um valor exacerbado à maternidade e ao casamento. Esse percorrido histórico serviu para elucidar que os modos de subjetivação daqueles que ocupam os lugares parentais estão fortemente articulados às significações e expectativas culturais sobre a parentalidade e a filiação. Com as mudanças nos domínios do mundo público e do privado, com a emergência do social na modernidade, o estatuto da parentalidade adquiriu novos sentidos e, nesse processo, os discursos dos especialistas tornaram-se uma medida importante, passando a funcionar como um ideal, desde onde as mães significam a maternidade e guiam-se neste exercício.

Na cultura contemporânea, o modelo da *mãe perfeita*, cujas injunções convocam as mulheres a um desempenho parental sem falhas, está em sintonia com o narcisismo, individualismo e o imperativo do gozo do nosso tempo. Constatou-se que as *mães na dobradiça*, situadas no contexto monoparental, empenham-se, sobremaneira, para responder à imagem da *boa mãe* e preservá-la na relação com os filhos, assinalando ser o enlace narcisista uma causa promotora de impasses no exercício da função educativa materna, especialmente naquilo que concerne à colocação de limites para os filhos. Com a concepção psicanalítica freudiana e lacaniana de educação como uma operação de recalque, realizada fundamentalmente pela família, trabalhou-se a primeira educação, agenciada pelo mãe, como sendo o pilar da construção da cidadania. Averigüei o caráter dialético do processo educativo, em que mães e filhos modificam-se no decorrer do desenvolvimento, ressaltando que o crescimento das crianças demanda para as mulheres a tomada de uma nova posição na maternidade. Concluiu-se que as mulheres desse grupo familiar conseguem educar, isto é, realizar a transmissão das regras culturais, na medida em que abrem *frestas* nos seus desejos, onde o apelo a um traço do pai real e os pedidos de ajuda aos especialistas são exemplos das formas encontradas pelas *mães sozinhas* para introduzirem uma alteridade na relação com os filhos.

Considerarei de fundamental importância fazer um trajeto teórico em autores da psicanálise sobre o conceito do narcisismo, uma vez que o lugar narcísico do filho para as mães é um aspecto relevante nos modos como concebem e tomam a maternidade. Percorreu-se, então, os principais escritos de Freud sobre o tema, como *Introdução ao narcisismo* e *Psicologia dos grupos e análise do ego*, a partir dos quais fui tematizando a relação do



narcisismo com a parentalidade. Nessas obras, encontra-se a premissa de ser o investimento narcísico da mãe um requisito primordial para a subjetivação da criança, na introdução desta na linguagem, destacando esse processo como primeiro e fundamental passo da função educativa materna. O imaginário da mãe e a questão das suas expectativas narcísicas em torno da criança, como fator determinante do lugar imaginário construído para o filho, permite sustentar a ideia de que o amor materno incondicional é mais uma aposta narcísica, uma expressão de gozo mortífero da mulher do que um sentimento abnegado. No caminho teórico realizado, aproximei o conceito do narcisismo em Freud à concepção de estágio do espelho em Lacan, a vivência imaginária de perfeição característica do enlace mãe-bebê. Encontrei, nas famílias monoparentais, mães com um forte apego amoroso pelos filhos, onde algumas parecem abdicar da imagem narcísica com a qual revestiam a criança pequena, ao passo que, outras dessas mulheres, parecem seguir representando o filho como a extensão de si mesmas. Com o propósito de avançar na compreensão dos modos como as mães constroem a parentalidade, trabalhei o conceito de identificação, principalmente revisitando os textos de Freud, dentre os quais, *Luto e melancolia*, *Totem e tabu*, *O ego e o id*, e de Lacan, como o seminário da *Identificação*. Foi destacado que as imagens de mãe e de pai erigidas na infância, nas primeiras identificações dessas mulheres com as suas figuras parentais, determinam, em grande medida, as suas concepções e desempenhos na maternidade. Por sua vez, a internalização dos brasões da cultura narcisista contemporânea e a ausência de criticidade em relação a essa identificação contribuem para as *mães na dobradiça* vestirem o modelo da mãe perfeita e perceberem-se culpadas no exercício do ato educativo.

Na sequência da análise da subjetividade feminina, trabalhei com a questão da feminilidade, examinando a posição desejante da mulher e a posição desejante da mãe diante da falta e do falo. Fui, então, em busca das ideias de Freud sobre a feminilidade, passando em revista os seus principais textos sobre o assunto, onde o autor apresenta o feminino sempre de forma relacionada aos complexos de Édipo e de castração. O recurso à leitura realizada por Lacan da diferença sexual e da lógica da castração, em seminários como *De um discurso que não fosse semblante* e *Mais, ainda*, possibilitou compreender o quanto é crucial a economia de gozo feminino na maternidade, uma vez que essa articula para a mulher uma satisfação fálica, podendo a mãe situar a criança como o seu *tampão*. Destacou-se que as *mães na dobradiça* investigadas compreendem o *ser mãe* como um aspecto fundamental das suas vidas, como uma importante fonte de prazer, sendo os filhos considerados bens preciosos e inigualáveis. Se de um lado existe um preço a ser pago pela *maternidade sozinha*, empreitada

considerada difícil, de outro, a experiência de *ser mãe* traz novos sentidos para a porção irrepresentável do *ser mulher*, dissolvendo, em parte, o borbulhar da essência do *não todo*. Para essas mães, a maternidade representa um triunfo pelo nascimento de um filho, mas, sobretudo, significa uma dádiva pelo nascimento delas enquanto mães. No debate sobre a subjetividade feminina, ressaltai a disjunção da mãe-mulher, vinculando a produção da *monoparentalidade* à resolução edípica e à economia de gozo das mulheres estudadas, naquilo que concerne às suas relações com o outro sexo e com o filho. A noção de gozo suplementar no laço da mãe-filho como potencialidade para a criação, possibilitou perceber que quatro das mulheres investigadas partilham, de forma gozosa, o lúdico dos filhos, supondo neles um saber, abrindo-lhes, assim, uma via para se tornarem autores de si mesmos, sujeitos *descolados do corpo materno*.

O desejo da mãe e a questão da falta materna como a principal condição que coloca em funcionamento a função paterna para a criança levou-me a examinar a temática do pai na operação simbólica de separação mãe-filho. Para isto, retomei o Édipo, desde a perspectiva de Lacan, discutindo-o em seus três tempos, pois essa precisão possibilita entender o processo mediante o qual se dá a passagem da posição de objeto do gozo materno para a posição de sujeito de desejo, como efeito da lei da pai, operada por *intermédio da mãe*. Recorri a escritos lacanianos sobre o tema, principalmente o Seminário *As formações do inconsciente* e o texto *A significação do falo*, procurando situar nessa leitura a centralidade da mãe e do seu desejo nos desdobramentos do percurso edípico, nas mudanças no laço de completude com o filho e na abertura para a entrada do pai. Com essas referências, acrescidas de outros autores, foi explicitado que o pai, como *função simbólica*, opera a castração, podendo ser agenciada pelo pai real ou outros, desde que esse terceiro elemento seja admitido e esteja investido de *valor pela mãe*. Uma vez que o genitor emergiu nas falas das mulheres como uma importante referência paterna, busquei, então, articular os pressupostos teóricos expostos às representações apresentadas sobre o pai real, com o propósito de compreender como essas mães enunciam-no para os filhos. A análise mostrou que essas mulheres, como sujeitos marcados pelo significante paterno, em suas passagens edípicas, demonstram brechas em seus desejos para transmitirem a falta aos filhos, embora a frouxidão na operação simbólica da castração, presente em algumas delas, possa dificultar esse processo. Constatou-se que as cinco *mães na dobradiça* pesquisadas reportam-se ao pai real, incluem-no, em maior ou menor medida, na dinâmica da família, associando-o a algumas das referências de homem-pai da tradição, porém, nem todas o tomam como agente da função paterna, como representante

da lei simbólica. Sobre o pai real, entende-se que a sua presença, o seu empenho em participar da vida dos filhos, é um fator importante na intercessão da apetência do desejo materno, na predisposição para o fechamento do vínculo mãe-filho, na família monoparental.

Enfim, essa empreitada pelo universo de mulheres-mães *sozinhas* revelou que na subjetividade feminina, nas fissuras da mulher na mulher, cifram-se as possibilidades do filho tornar-se um indivíduo *educado, um sujeito a e em poder da educação*, como diz precisamente Folberg (1986, p. 27) e, acrescenta-se, um ser apropriado das possibilidades e dos limites da civilização. Em outras palavras, o *processo civilizador, empreendido e apreendido* pela mãe, a primeira educadora, torna-se possível se, e *somente se*, ela estiver subordinada a outra lei que não seja apenas a sua. Nesse sentido, pode-se dizer que as famílias monoparentais pesquisadas, desde a perspectiva da mãe, são, em geral, *bem sucedidas*, uma vez que as mulheres admitem, com maior ou menor oposição, *uma diferença* em seus desejos, uma alteridade, diferentemente das famílias monoparentais *patológicas*, onde as mães anulam o lugar paterno, recusam-se a nomear *um pai*, excluindo a possibilidade da entrada de um terceiro, como aponta o estudo de Weissmann (2009). Uma questão insistente nessas famílias, segundo a autora, diz respeito ao fato das mulheres conceberem o seu lugar parental como sendo o de *mãe e pai ao mesmo tempo* (2009, p. 160). As vozes escutadas no presente estudo enunciam o *ser mãe* desde uma outra posição, atribuindo-lhe significações que não se esgotam na figura da mãe.

Embora a fantasia de completude na maternidade compareça no imaginário das mulheres, nas famílias monoparentais *normais*, leia-se, *neuróticas*, o apelo a um terceiro, ao Outro e ao outro, no exercício da função educativa, demonstra a presença de uma barreira no pulsional, um limite na onipotência das mães. Nessa perspectiva, as *mulheres sozinhas*, na configuração monoparental, fazem-se acompanhar de muitos outros, sob a forma do pai real, dos avós, dos especialistas, dos ideais da cultura, o que demonstra que essas *mães na dobradiça*, situadas na encruzilhada do tempo, e, também, *na dobradiça do desejo*, isto é, no terreno irregular da mãe e da mulher, não são todas *na e pela* maternidade, nem conseguem filiar sozinhas. Não é possível ser *mãe e pai* ao mesmo tempo! Essa parece ser uma importante concepção das mulheres pesquisadas.

Com essas considerações, pode-se, então, interrogar o suposto da emergência de um matriarcado no laço social contemporâneo, uma hipótese frequentemente apontada, devido ao extenso número de famílias compostas unicamente pela figura parental da mãe, assim como pela revolução das técnicas de procriação na atualidade, algumas das quais reduzem o pai ao

*sêmen*, como bem sinalizou Roudinesco (2003). Os deslocamentos do feminino, dos significados em torno das mulheres e maternidade, e os deslocamentos do masculino, em torno do homem e da paternidade, contribuem para inflacionar a imagem da mãe *poderosa* e, ao mesmo tempo, promover a imagem do pai *enfraquecido*. Porém, é preciso lembrar que o enfraquecimento do pai da modernidade e o declínio da imago paterna, resultantes do processo histórico, não coincidem com o sentido de função paterna. A esse propósito, Fleig (2008) diz que a função paterna continua a ser o organizador fundamental da subjetividade e da cultura, incidindo tanto na estrutura do sujeito como na estrutura social. A meu ver, a função paterna não está em declínio, pois permanece operando nas diversas estruturas familiares, como no caso da configuração monoparental, através do pai simbólico na mãe, barrando os excessos maternos, conforme a singularidade de cada mulher. Daí o empoderamento da mulher, devido a sua nova posição na cena social, no governo da família, não implica a realização da fantasia da *mulher toda*, o mito da autossuficiência do feminino, nem como mulher, nem como mãe. Aliás, o desejo de ter o seu homem e de ter a sua criança, sinal da falta, da incompletude feminina, parece ser um desejo bem pertinente ao contemporâneo.

Mas esse desejo vem hoje acompanhado de *pontos de tensão*, das ambivalências do nosso tempo, das imagens e referências do passado e das visões *lusco fusco* dos novos códigos sociais, ainda em estruturação, sobre o ser mulher, o ser mãe e a família. A mulher-mãe da contemporaneidade é *um sujeito tenso, enredada* entre as novas possibilidades de satisfação e os novos desafios e exigências, no mundo corporativo, no laço conjugal e na maternidade. É preciso, então, lançar mão de formas inventivas para vivenciar essas incertezas, para poder suportar o peso das escolhas realizadas, sejam elas conscientes ou inconscientes, arcar com as suas consequências e impasses, como no caso das *mulheres-mães sozinhas da contemporaneidade*. Um aspecto que chamou minha atenção, especialmente, em três das mulheres estudadas, foi a sua força para sustentarem a maternidade diante de enormes adversidades, buscando alternativas, desenhando soluções para, assim, seguirem em frente. É como se tirassem uma força do *nada*, fossem tomadas por uma coragem para garimpar outros em seu socorro, para produzir formas de amparo e viabilizar o acolhimento da criança. “O amor, é dar o que não se tem a alguém que não quer”, diz, poeticamente, Lacan (2006, p. 223). Assim, o amor materno poderia vir não apenas para arrolhar a falta da mãe, como gozo mortífero, mas como suplência, para a mulher, abrindo-lhe espaço para construir algo de original, somente seu. Refiro-me a marcas particularizadas produzidas na trajetória de cada

mulher na maternidade. Nesse sentido, a vivência das vicissitudes na *maternidade sozinha* pode tornar-se uma possibilidade criadora para a mãe. Talvez essa seja uma das formas como a *dobradiça* incide nas relações das mulheres com a maternidade, uma vez que o estatuto da mulher como *chefe de família*, a *pessoa de referência*, leva-as a inventarem caminhos para a sustentabilidade concreta e subjetiva das famílias, reinventando-se. Isso não seria uma transformação na economia das pulsões das mulheres, em particular da parcela de gozo que não passa pela mediação fálica, da parcela não toda?

Este estudo procurou lançar luz sobre o tema da maternidade, a partir da ótica de cinco mulheres em famílias monoparentais femininas da contemporaneidade e suas formas de vivenciar essa experiência, no entanto, sem o propósito de generalizar as suas conclusões, tanto ao âmbito dos sujeitos em questão, como de outras mulheres dessa mesma configuração. O que fiz foi me aproximar de um território ainda pouco explorado, o das novas famílias do século XXI, guiados pelas mães e pelos seus mapas, percorrendo com elas as ruas principais, os becos dessa região, conforme a cartografia de cada uma, as suas representações desse espaço.

Um trabalho de pesquisa não pode ser construído apenas por força das exigências de um percurso acadêmico, deve, sim, responder, ainda que de forma parcial, a uma questão social. Neste sentido, este escrito propôs-se a contribuir com as discussões em torno das formas de subjetivação na cultura atual, fornecendo subsídios para novos debates, lançando novas interrogações sobre um assunto que está em pauta no social: a monoparentalidade feminina. Em vista da relevância e amplitude desse tema, o estudo foi construído para servir de apoio, não apenas aos psicanalistas ou iniciados em psicanálise, mas aos diversos públicos que tenham interesse nesse assunto. Em especial, este pode tornar-se um material produtor para os profissionais da educação e da saúde na compreensão das dinâmicas das famílias monoparentais e na ruptura com olhares aprisionados aos modelos familiares do passado, uma vez que essas visões, em suas práticas, têm como efeito a produção de culpa e frustração, nas mulheres-mães sozinhas. Além do mais, a abordagem teórica realizada pode ser útil na produção de um *estranhamento* diante daquilo que parece imutável no feminino e na maternidade, contribuindo, assim, para um entendimento da subjetividade como algo em movimento. Mas também pode servir como alerta na *compra* de discursos da atualidade sobre a *nova mulher* e a (menor) valoração da maternidade, assim como sobre as novas configurações familiares e o suposto do pai real ser um personagem coadjuvante, onde sua presença-ausência é indiferente.

As conclusões delineadas neste percurso não se fecham, ao contrário, pretendem a abertura de novos sentidos, a produção de novos lampejos. Nesse ponto, em especial, espera-se, com este escrito, que as palavras da autora, articuladas desde as palavras das mulheres estudadas, perpetuem efeitos de sentidos nas mães leitoras e nas suas formas de ver a maternidade. Por fim, mas não menos importante, o avanço na conexão entre a psicanálise e a educação, o diálogo com *ciências válidas de um outro modo* (1998, p. 874), como dizia Lacan, em *A ciência e a verdade* (1966), foram motivações promotoras desta *viagem*.

## REFERÊNCIAS

AGAMBEN, G. **O que é o contemporâneo?** Texto proferido em jan. 2008.

ANCHIETA, I. As bruxas e as faces do feminino. In: **Revista Mente e Cérebro**. Ano XIX, O poder dos bebês, 2011.

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: LTC, 2006.

ARNAO, M. A distinção entre representação de palavra e representação de coisa na obra freudiana: mudanças teóricas e desdobramentos filosóficos. **Ágora** [online]. 2008, vol.11, n. 2, p. 187-201. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1516-14982008000200002>>.

AURÉLIO, **Dicionário do Aurélio**. Disponível em: <<http://www.dicionariodoaurelio.com/Cuidar>>. 2012. Acesso em: 10 jan. 2012.

AURÉLIO. **Dicionário do Aurélio**. Disponível em: <<http://www.dicionariodoaurelio.com/Educacao>>. Acesso em: 10 jan. 2012.

BACKES, C. O que funda o sujeito. **Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre**. Fundamentos da psicanálise. Porto Alegre, n. 31, 2006.

BADINTER, E. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. São Paulo: Círculo do Livro, 1980.

BADINTER, E. **O conflito: a mulher e a mãe**. Rio de Janeiro: Record, 2011.

BANGEL, M. L. T. Falta de limites: a escuta de um sofrimento. In: **Escuta analítica: inícios de uma prática**. Sigmund Freud Associação Psicanalítica (SIG); (Orgs.): Braga, E. C; Lara, L. M. Porto Alegre: 2009 .

BAUDRILLARD, J. **A sociedade de consumo**. Rio de Janeiro: Edições Setenta, 1991.

BAUMAN, Z. **O Mal estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro : Editora Zahar, 1998.

BAUMAN, Z . **Globalização: as consequências humanas.** Rio de Janeiro : Editora Zahar, 1999.

BAUMAN, Z . **Modernidade líquida.** Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2001.

BENHAÏN, M. **Amor e ódio: a ambivalência da mãe.** Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2007.

BERGÈS, J. **O corpo na neurologia e na psicanálise: lições clínicas de um psicanalista de crianças.** Porto Alegre: CMC, 2008.

BIRMAN, J. **Cartografias do feminino.** São Paulo : Editora 34, 1999.

BIRMAN, J. **Mal estar na atualidade: a psicanálise e as novas formas de subjetivação.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

BIRMAN, J. Laços e desenlaces na contemporaneidade. **Jornal de Psicanálise.** São Paulo: v. 40, n. 72, jun. 2007.

Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-58352007000100004&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-58352007000100004&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 19 jul. 2012.

BLEGER, J. **Temas de Psicologia: entrevistas e grupos.** São Paulo: Martins Fontes Editora LTDA, 1987.

BLOG DA SAÚDE. Disponível em: <<http://www.blog.saude.gov.br/fiocruz-pesquisa-aumento-de-cesarianas-no-brasil/>>. Acesso em: 20 fev. 2012.

BLOG GRÁVIDA, ESTADO CIVIL MÃE (SOLTEIRA). Disponível em: <<http://gravidasolteira.blogspot.com.br>>. Acesso em: 10 jul. 2012.

BLOG MÃE SOLO. **Primeiro Encontro de Blogueiras REALIZADO! SUCESSO!** Disponível em: <<http://mae-solo.blogspot.com.br/2012/04/1o-encontro-de-blogueiras-realizado.html>>. Acesso em: 10 jul. 2012.

BOAVENTURA, S. S. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade.** São Paulo: Cortez, 1996.



BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Disponível em: <<http://www.amperj.org.br/store/legislacao/constituicao/crfb.pdf>>. Acesso em: 21 maio 2012.

CABASSU, G. Palavras em torno do berço. In: WANDERLEY, D. (Org.). **Palavras em torno do berço**. Salvador: Ágalma, 1997.

CABISTANI, R. M. **Sentidos da função paterna na educação**. Porto Alegre: UFRGS, 2007. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

CALLEGARI, A. I. A mulher no trabalho. In: **O valor simbólico do trabalho e o sujeito contemporâneo**. Porto Alegre: Artes e Ofício, 2000.

CALLIGARIS, C. **Crônicas do individualismo cotidiano**. São Paulo: Ática, 1996.

CALLIGARIS, C. Sociedade e indivíduo. In: FLEIG, M. (Org.). **Psicanálise e sintoma social**. São Leopoldo: Editora da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 1997.

CALLIGARIS, C. Três conselhos para educação das crianças. In: CALLIGARIS, C. et al. **Educa-se uma criança?** Porto Alegre: APPOA, 2010

CAMARGO, M. **A adoção tardia no Brasil: desafios e perspectivas para o cuidado com crianças e adolescentes**. 2005.

Disponível em: <[http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=msc0000000082005000200013&script=sci\\_arttext](http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=msc0000000082005000200013&script=sci_arttext)>. Acesso em: 20 jul. 2010.

CAON, J. L. Psicanálise <> Metapsicologia. In: SLAVUTZKY, A.; BRITO, C. L.; SOUZA, E. L. **História, clínica e perspectiva nos cem anos da psicanálise**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

CAVALCANTI, L. B. A lógica da espera. **Revista mente e cérebro**. 3ª edição revista e atualizada. Herança Simbólica. São Paulo: Duetto Editorial, 2011.

CHEMAMA, R. **Elementos lacanianos para uma psicanálise no cotidiano**. São Paulo: CMC Editora, 2002.

CORSO, D. L. Parentalidade envergonhada. In: FLEIG, M. (Org.). **Psicanálise e sintoma social**. Ed. UNISINOS: São Leopoldo, 1997.

CORSO, D. L. Casamentos inesperados. In: **Psicanálise na vida cotidiana** (blog). Disponível em: <<http://www.marioedianacorso.com/casamentos-inesperados.16.03.2011>>. Acesso em: 25 jul. 2012.

CORSO, D. L. **Avulsos**. Disponível em: <<http://www.marioedianacorso.com/avulsos>>. Acesso em: 11 jul. 2012.

CORSO, M. Abaixo o preconceito contra as mães solo. In: **Grávida, estado civil mãe (solteira)**. Disponível em: <<http://www.gravidasolteira.com.br/2011/11/abaixo-o-preconceito/>>. Acesso em: 11 jul. 2012.

COSTA, A. M.; POLI, M. C. Alguns fundamentos da entrevista na pesquisa em psicanálise. In: **Pulsional Revista em Psicanálise**. P. 14-21. Ano XIX, n. 188, dez. 2006. Disponível em: <[http://www.editoraescuta.com.br/pulsional/188\\_02.pdf](http://www.editoraescuta.com.br/pulsional/188_02.pdf)>. Acesso em: 10 jun, 2012.

DEBORD, G. **La sociedade del espectáculo**. Buenos Aires: La marca, 1995.

DE NEUTER, P. Mal-estar na paternidade. In: A diferença sexual. **Revista Associação Psicanalítica de Porto Alegre**. Porto Alegre, n. 27, 2004.

DIADEMA JORNAL, 2012. **Mulher: brasileiras no comando do lar**. Diadema Jornal. 08 mar. 2012. Disponível em: <[http://www.diademajornal.com.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=162:mulher-brasileiras-no-comando-do-lar&catid=50:especial&Itemid=113](http://www.diademajornal.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=162:mulher-brasileiras-no-comando-do-lar&catid=50:especial&Itemid=113)>. Acesso em: 27 mar. 2012.

DOR, J. **Introdução à leitura de Lacan: o inconsciente estruturado como linguagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

DUNKER, C. O nascimento do sujeito. In: **Revista mente e cérebro**. 3ª edição revista e atualizada. Constituição psíquica e universo simbólico. 2011

ELIAS, N. **O processo civilizador**. v. II. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1993.

ELIAS, N. **O processo civilizador**. v. I. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1994.

ELIAS, N. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1994.

FERREIRA, A. B. H. **Minidicionário Aurélio**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

FERRETTI, Maria Cecília. **O infantil**: Lacan e a modernidade. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

FLEIG, M. O pai moderno dilapidado: efeito do declínio patriarcal. **Revista do Instituto Humanitas Unisinos**. 2008. Disponível em: <[http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com\\_tema\\_capa&Itemid=23&task=detalhe&id=1201](http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_tema_capa&Itemid=23&task=detalhe&id=1201)>. Acesso em: 25 jun. 2010.

FLEIG, M. O direito ao gozo e a violência. **Revista do Instituto Humanitas Unisinos**. 2009. Disponível em: <[http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2641&secao=298](http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2641&secao=298)>. Acesso em: 03 ago. 2012.

FLEIG, M. O desaparecimento da família tradicional. **Revista do Instituto Humanitas Unisinos**. 2011. Disponível em: <[http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=3801&secao=359](http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3801&secao=359)>. Acesso em: 12 ago. 2012.

FINK, B. **O sujeito lacaniano**: entre a linguagem e o gozo. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1998.

FONSECA, C. **Família, fofoca e honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2000.

FONSECA, C. Ser mulher, mãe e pobre. In: **História das mulheres no Brasil**. PRIORE, M.D. (Org.). São Paulo: Contexto, 2006.

FOLBERG, M. N. **Dialética dos pais e filhos adolescentes**. Porto Alegre: Ed. Vozes, 1986.

FOLBERG, M. N. **Desdobrando o avesso da psicanálise**. Porto Alegre: Evangraf, 2002.

FOLBERG, M. N.; PAIM, R. M. (Org.). Família e mito. **Educação (des)encantada**. Porto Alegre: EST Edições, 2009.

FREUD, S. **Obras psicológicas completas**. Traduzido do alemão e do inglês por Jayme Salomão. Comentários e notas de James Strachey; em colaboração com Anna Freud, assistido por Alex Strachey e Alan Tyson. Edição Standard Brasileira. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

FREUD, S. **Sobre a concepção das afasias**. v. I. 1891.

FREUD, S. **Sobre o mecanismo psíquico dos fenômenos histéricos: comunicação preliminar**. v. II. 1893.

FREUD, S. **Estudos sobre a histeria**. v. II. 1893-1895,

FREUD, S. **Projeto para uma psicologia científica**. v. I. 1895.

FREUD, S. **A sexualidade na etiologia sexual das neuroses**. v. III. 1898.

FREUD, S. **A interpretação dos sonhos**. v. IV. 1900.

FREUD, S. **O método psicanalítico de Freud**. v. VII. 1904.

FREUD, S. **Três ensaios sobre a teoria da sexualidade**.v. VII. 1905.

FREUD, S. **Moral sexual civilizada e doença nervosa moderna**. v. IX. 1908.

FREUD, S. **Totem e tabu**. v. XIII. 1913.

FREUD, S. **Introdução sobre o narcisismo**. v. XIV. 1914.

FREUD, S. **Apêndice C: palavras e coisas**. v. XIV. 1915.

FREUD, S. **O inconsciente**. v. XIV. 1915.

FREUD, S. **Os instintos e suas vicissitudes**. v. XIV. 1915.

FREUD, S. **A repressão**. v. XIV. 1915.

FREUD, S. **Conferências introdutórias sobre Psicanálise.** v. XV. 1916.

FREUD, S. **Luto e melancolia.** v. XIV. 1917.

FREUD, S. **Psicologia de grupo e análise do ego.** v. XVIII. 1921.

FREUD, S. **O ego e o id.** v. XIX. 1923.

FREUD, S. **A organização genital infantil da libido.** v. XIX. 1923.

FREUD, S. **A dissolução do complexo de Édipo.** v. XIX. 1924.

FREUD, S. **Algumas consequências da diferença anatômica entre os sexos.** v. XIX. 1925.

FREUD, S. **O mal estar na civilização.** v. XXI. 1930.

FREUD, S. **Sexualidade feminina.** v. XXI. 1931.

FREUD, S. **Feminilidade.** v. XXII. 1932.

FREUD, S. **Moisés e o monoteísmo: três ensaios.** v. XXIII. 1939.

GAYTAN, C. **Dicionário de mitologia.** Ed. Diana, 1979.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade.** São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1991.

GIDDENS, A. **A transformação da intimidade.** São Paulo: UNESP, 1993.

GIONGO, A. L. Ex-pai? In: A masculinidade. **Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre:** Porto Alegre: n. 28, abr. 2005.

GRANT, W. H. A mascarada e a feminilidade. **Psicologia. USP**, São Paulo, v. 9, n. 2, 1998. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-65641998000200010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65641998000200010&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 07 out. 2012.

GRZYBOWSKI, L. Famílias monoparentais: reflexo da pós-modernidade. **Psicologia em Questão**: reflexões sobre a contemporaneidade. GUARESCHI et al. (Org.). Porto Alegre: Edipucrs, 2003.

GUTFREIND, C. **Narrar, ser mãe, ser pai: e outros ensaios sobre a parentalidade**. Rio de Janeiro: DIEFEL, 2010.

HANNS, L. A. **Dicionário comentado do alemão de Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

IBGE. **Em dez anos, cai de 32,4% para 22,6% o percentual de famílias vivendo com até meio salário mínimo per capita. 2009.** Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia\\_visualiza.php?id\\_noticia=1476eid](http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1476eid)>. Acesso em: 31 mar. 2012.

IBGE. **Famílias brasileiras.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/pesquisas/familia.html#anc2>>. Acesso em: 26 maio 2012.

IBGE. **Mulheres mais escolarizadas são mães mais tarde e têm menos filhos. 2010.** Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia\\_visualiza.php?id\\_noticia=1717&id\\_pagina=1](http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1717&id_pagina=1)>. Acesso em 31 mar. 2012.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais 2010.** Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicadores2010/SIS\\_2010.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicadores2010/SIS_2010.pdf)>. Acesso em: 31 mar. 2012.

IPEA. **Comunicados do IPEA.** Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/101111\\_comunicadoipea65.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/101111_comunicadoipea65.pdf)>. Acesso em 31 mar. 2010.

IRIBARRY, I. N. **O que é pesquisa psicanalítica.** *Ágora*. v. VI, n.1, p. 115-138, jan./jun. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/agora/v6n1/v6n1a07.pdf>>. Acesso em: 19 out. 2010.

JERUSALINSKY, A. **Psicanálise do autismo**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1984.

JERUSALINSKY, A. **Psicanálise e desenvolvimento infantil**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2007.

JERUSALINSKY, A. Apesar de você, amanhã há de ser outro dia. In: **Educa-se uma criança?** Porto Alegre; Artes e Ofício, 2010.

JERUSALINSKY, A. Mãe e mulher não são sinônimos. **Revista do Instituto Humanista Unisinos. IHU online**. n. 359. Ano XI. 02.05.2011. Disponível em: <[http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=3802&secao=359](http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3802&secao=359)>. Acesso em: 30 jun. 2012.

JERUSALINSKY, J. **A criação da criança: letra e gozo nos primórdios do psiquismo**. São Paulo: PUCSP, 2009. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica). Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Faculdade de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <[http://www.psicopatologiafundamental.org/uploads/files/dissertacoes\\_e\\_teses/tese\\_julieta\\_jerusalinsky.pdf](http://www.psicopatologiafundamental.org/uploads/files/dissertacoes_e_teses/tese_julieta_jerusalinsky.pdf)>. Acesso em 10.08.2012.

JERUSALINSKY, J. A Maternidade além do gozo fálico. **Revista de Psicanálise**. São Paulo: 2009.

JULIEN, P. **Abandonarás teu pai e tua mãe**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2000.

KEHL, M. R. Em defesa da família tentacular. In: **Artigos e ensaios**. 2003. Disponível em: <<http://www.mariaritakehl.psc.br/PDF/emdefesadafamiliatentacular.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2010.

KEHL, M. R. **Deslocamentos do feminino**. Rio de Janeiro: Imago, 2008.

KEHL, M. R. Nos braços do papai. In: **Revista mente e cérebro**. 2ª edição revista e atualizada. Herança Simbólica. São Paulo: Duetto Editorial, 2008.

KEHL, M. R. **Sobre ética e psicanálise**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

KUPFER, M. C. Freud e a educação, dez anos depois. **Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre**. Psicanálise e Educação: uma transmissão possível. Porto Alegre. n. 16. 1999.

KUPFER, M. C. **Freud e a educação: o mestre do impossível**. São Paulo: Scipione, 2005.

KUPFER, M. C. et al. Valor preditivo de indicadores clínicos de risco para o desenvolvimento infantil: um estudo a partir da teoria psicanalítica. In: **Artigos de autores brasileiros**. Lat. AM. Journal of Fund Psychopath. v. 6, n. 1, p. 48-68, maio. 2009. Disponível em: <<http://www.fundamentalpsychopathology.org/journal/v06n01/valor.pdf>> Acesso em: 22 set. 2010.

LACAN, J. O estágio do espelho como formador da função do eu. (1949) In: **Escritos**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1998.

LACAN, J. Função e campo da linguagem (1953). In: **Escritos**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1998.

LACAN, J. De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose (1955-1956). In: **Escritos**. Editora Zahar, 1998.

LACAN, J. A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud (1957). In: **Escritos**. Editora Zahar, 1998. LACAN, J. A significação do falo (1958). In: **Escritos**. Editora Zahar, 1998.

LACAN, J. Diretrizes para um congresso sobre a sexualidade feminina (1960). In: **Escritos**. Editora Zahar, 1998.

LACAN, J. Posição do inconsciente (1960). In: **Escritos**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1998.

LACAN, J. Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano (1960). In: **Escritos**. Editora Zahar, 1998.

LACAN, J. Ciência e Verdade (1966). In: **Escritos**. Editora Zahar, 1998.

LACAN, J. **Os complexos familiares**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2008.

LACAN, J. **O Seminário**, livro 4. A relação de objeto. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1994.

LACAN, J. **O Seminário**, livro 5. As formações do inconsciente. Rio de Janeiro. Editora Zahar, 1999.



LACAN, J. **O Seminário**, livro 7. A ética da psicanálise. Rio de Janeiro. Editora Zahar, 1997.

LACAN, J. **O Seminário**, livro 11. Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1985.

LACAN, J. **O Seminário**, livro 14. A lógica do fantasma. Recife: Centro de Estudos Freudianos de Recife, 2008.

LACAN, J. **O Seminário**, livro 17. O avesso da psicanálise. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1992.

LACAN, J. **O Seminário**, livro 18. De um discurso que não fosse semblante. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2009.

LACAN, J. **O Seminário**, livro 20. Mais, ainda. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1981.

LACAN, J. **Problemas cruciais para a psicanálise**. Recife: Centro de estudos freudianos de Recife, 2006.

LAJONQUIÉRE, L. **De Piaget a Freud: para repensar as aprendizagens**. A (psico)pedagogia entre o conhecimento e o saber. Rio de Janeiro: Vozes, 1992.

LALANDE, A. **Vocabulário técnico e crítico da filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

LAPLANCHE, J; PONTALIS, J. **Vocabulário da psicanálise**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

LASCH, C. **A cultura do narcisismo: a vida americana numa era de esperanças em declínio**. Rio de Janeiro: Imago, 1983.

LÉVI-STRAUSS, C. **As estruturas elementares de parentesco**. Petrópolis: Vozes, 1982.

LOURO, G. L. Mulheres na sala de aula. In: PRIORE, M. D. (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2006.

MARIN, A.; PICCININI, C. A. Famílias uniparentais: a mãe solteira na literatura. **Revista Psico**, PUCRS, Porto Alegre, v. 40. n. 4, p. 422-429, out./dez. 2009. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/2683/4927>> Acesso em: 16 jul. 2010.

MATOS, M. **Reinvenções do vínculo amoroso: cultura e identidade de gênero na modernidade tardia**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000.

MELMAN, C. A. **Alcoolismo, delinquência e toxicomanias**. São Paulo: Escuta, 1992.

MELMAN, C. **Para introduzir à psicanálise nos dias de hoje**. Porto Alegre: CMC, 2009.

MELMAN, C. Sobre a educação das crianças. In: **Educa-se uma criança?** Porto Alegre; Artes e ofício, 2010.

MEZAN, R. Cem anos de interpretação. In: SLAVUTZKY, A; BRITO, C. L; SOUZA, E. L. **História, clínica e perspectiva nos cem anos da psicanálise**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

MILLER, J. A. **Silet: os paradoxos da pulsão**, de Freud a Lacan. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2005.

NASIO, J. D. **Lições sobre os 7 conceitos cruciais da psicanálise**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1997.

NUNES, T. A; FERREIRA, R. W; PERES, W. J. A suspeita em Freud: o estatuto da interpretação em psicanálise. **Revista Psico**, PUCRS, v. 40. n. 4,, p. 443-448, out./dez. 2009. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/viewFile/5340/4930>>. Acesso em: 28 out. 2010.

Pnad: **Número de mulheres chefes de família cresce em 19 Estados**. IG Último Segundo. 08 set. 2010. Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/pnad+numero+de+mulheres+chefes+de+familia+cresce+em+19+estados/n1237771177940.html>>. Acesso em: 07 out. 2010.

POLI, M. C. Pesquisa em psicanálise. In: Onde fala um analista. **Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre**. Porto Alegre. n. 29, 2005.

RICKS, S; STOLZMAN, M. Do dom de transmitir à transmissão de um dom. In: Psicanálise e educação: uma transmissão possível. **Revista da Associação psicanalítica de Porto Alegre**. Porto Alegre. n.16, 1999.

RICOUER, PAUL. **Da interpretação**: ensaio sobre Freud. Rio de Janeiro: Imago Editora Ltda, 1977.

RODULFO, R. **O brincar e o significante**: um estudo psicanalítico sobre a constituição precoce. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

ROSA, M. D. A pesquisa psicanalítica dos fenômenos sociais e políticos: metodologia e fundamentação teórica. In: **Revista Mal Estar E Subjetividade**. Fortaleza. v. IV, n. 2, p. 329-348. set. 2004.

Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=27140208>>. Acesso em: 20 mar. 2011.

ROUDINESCO, E. **A família em desordem**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2003.

ROZA, GARCIA, L. A. **Introdução à metapsicologia Freudiana**. v. 1. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1991.

ROZA, GARCIA, L. A. **Freud e o inconsciente**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2008.

SANTOS, J. B. e SANTOS, M. S. C. Família monoparental brasileira. In: **Rev. Jurídica Brasília**, v. 10, n. 92, p. 01-30. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/revista/revistajuridica/Artigos/PDF/JonabioBarbosa\\_Rev92.pdf](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/revistajuridica/Artigos/PDF/JonabioBarbosa_Rev92.pdf)>. Acesso em: 21 maio 2012.

SAURET, M. J. A pesquisa clínica em psicanálise. In: **Revista Psicologia USP**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pusp/v14n3/v14n3a09.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2012.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. 10 ed. São Paulo: Editora Cultrix.

SCHÜTZ, R. **Word histories**. 2009 Disponível em: <<http://www.sk.com.br/sk-hist.html>>. Acesso em: 10 jan. 2012.

SILVA, D. Q; FOLBERG, M. N. De Freud a Lacan: as ideias sobre a feminilidade e a sexualidade feminina. **Estudos de psicanálise**. 2008, n.31, pp. 50-59. ISSN 0100-3437.

Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S0100-34372008000100007&script=sci\\_arttext](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S0100-34372008000100007&script=sci_arttext). Acesso em: 14 maio 2012.

SILVEIRA, R. M. H. A entrevista na pesquisa em educação. In: Costa, M. C. V. (Org.). **Caminhos investigativos II: outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação**. Rio de Janeiro: Lampira Editora, 2002.

SMIRGEL, J. C. **A sexualidade feminina: novas pesquisas psicanalíticas**. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1975.

SOLER, C. **O que Lacan dizia das mulheres**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2005.

STENNER, A. A identificação e a constituição do sujeito. **Psicologia, ciência e profissão**, Brasília, v. 24, n. 2, jun. 2004.

Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98932004000200007&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932004000200007&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 20 set. 2011.

TRIVINOS, A., N., S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. Porto Alegre: Atlas, 1995.

VALLEJO, A.; MAGALHÃES, L. C. **Lacan: operadores da leitura**. São Paulo: Perspectiva, 1981.

VANDERMERSCH, B. **O que seria um sujeito sem pai? Há um sujeito sem pai?** abril 2003. Disponível em: <[http://www.lacan-brasil.com/lectura.php?auxiliar=rubriques/contemporaine/pai\\_vander.html](http://www.lacan-brasil.com/lectura.php?auxiliar=rubriques/contemporaine/pai_vander.html)>. Acesso em: 09 out. 2012.

WEISSMANN, L. **Famílias monoparentais: um olhar da teoria das configurações vinculares**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009.

WINNICOTT, D. O papel de espelho da mãe e da família no desenvolvimento infantil (1971). In: **O brincar e a realidade**. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO****PESQUISA INTITULADA “A MÃE NA DOBRADIÇA: A FUNÇÃO EDUCATIVA DA  
MATERNIDADE EM FAMÍLIAS MONOPARENTAIS FEMININAS  
CONTEMPORÂNEAS”.**

Eu, \_\_\_\_\_,

ao assinar esse documento, concordo em participar desse estudo com a metodologia proposta (entrevistas) pela pesquisadora Márcia Aparecida Vitorello, Doutoranda do grupo de pesquisa Personalidade, Cultura, Psicanálise e Educação do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGEDU/UFRGS), sob a orientação da Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Maria N. Folberg. Este trabalho tem como objetivo investigar como a mãe da família monoparental contemporânea cuida e educa os filhos. Os sujeitos dessa investigação são mulheres com filho(s) de até dezesseis anos de idade, residindo em unidade domiciliar na cidade de Porto Alegre (RS) ou região metropolitana, sem a presença de uma relação conjugal estável envolvendo coabitação com um homem, há pelo menos dois anos. Assim como, sem a presença de outros membros com laços de parentesco coabitando com a mãe e filho(s). Mulheres com escolaridade mínima do ensino médio completo, com atividade profissional e renda para o provimento da unidade familiar, ou seja, que não dependam exclusivamente de pensão alimentícia do homem para a mulher e/ou para o filho. As entrevistas serão realizadas em sala destinada à pesquisa ou no domicílio ou no local de trabalho dos sujeitos de pesquisa, conforme escolha e disponibilidade dos mesmos. Serão realizadas em média três entrevistas por participante de aproximadamente 60 minutos cada, não devendo a presença do pesquisador acarretar prejuízo à privacidade doméstica ou o andamento do trabalho dos sujeitos. Fui informado do caráter sigiloso da participação e autorizo o uso do gravador nas entrevistas, bem como a utilização desse material na elaboração da tese e/ou artigos ou livros que resultem da tese. Estou (sujeito da pesquisa) ciente da necessidade das entrevistas abordarem aspectos da minha vida privada e emocional e concordo em participar. Fui informado que posso recusar a minha participação nesse estudo a qualquer momento, sem que isso venha em seu prejuízo, pois se trata de livre participação. Também estou ciente de que posso entrar em contato, para qualquer dúvida ou esclarecimento, com a pesquisadora

responsável, Professora Dra. Maria N. Folberg pelo telefone (XX) XXXX-XXXX (PPGEDU), pelo e-mail [m.folberg@terra.com.br](mailto:m.folberg@terra.com.br) e pelo endereço do PPGEDU/FACED/UFRGS, Av. Paulo Gama, s/n° prédio 12.201 - 7° andar. Porto Alegre. CEP 90-046-900. Do mesmo modo, posso entrar em contato com a pesquisadora executora pelo telefone (XX) (XXXX-XXXX), pelo e-mail [marciavitorello@gmail.com](mailto:marciavitorello@gmail.com) e pelo endereço do PPGEDU/FACED/UFRGS, Av. Paulo Gama, s/n° prédio 12.201 - 7° andar. Porto Alegre. CEP 90046900. Também, posso contatar o Comitê de Ética em Pesquisa da UFRGS, pelo telefone (XX) XXXX-XXXX ou pelo e-mail [etica@propesq.ufrgs.br](mailto:etica@propesq.ufrgs.br) e pelo endereço: Av. Paulo Gama, 110 – Prédio da Reitoria, Campus Central, 2° andar. Porto Alegre. CEP 90040060. Declaro que me foi assegurado o anonimato de modo que as entrevistas não revelem meus dados de identificação. Assim como essas informações serão utilizadas apenas para fins de pesquisa e poderão ser publicadas, mantendo-se o anonimato dos participantes e retornando os resultados na apresentação desse trabalho. Concordo em participar e contribuir com o avanço do conhecimento sobre o tema da pesquisa. Dessa forma, assino este documento ficando uma via para mim e outra para a pesquisadora.

Nome do sujeito \_\_\_\_\_

Assinatura do sujeito: \_\_\_\_\_

Data da pesquisa: \_\_\_\_\_

Pesquisadora: Márcia Aparecida Vitorello: \_\_\_\_\_

Data da pesquisa: \_\_\_\_\_